Suzana Cavani Rosas
Patrícia Pinheiro de Melo
(Organizadoras)

# PODER
# SOCIABILIDADES
# AMBIENTE

Editora Universitária UFPE

# PODER, SOCIABILIDADES, AMBIENTE

Suzana Cavani Rosas
Patrícia Pinheiro de Melo
|Organizadoras|

# PODER, SOCIABILIDADES, AMBIENTE

Recife, 2012

Editora Universitária UFPE

**Universidade Federal de Pernambuco**
*Reitor:* Prof. Anísio Brasileiro de Freitas Dourado
*Vice-Reitor:* Prof. Sílvio Romero Marques
*Diretora da Editora UFPE:* Profª Maria José de Matos Luna

**Comissão Editorial**

*Presidente:* Profª Maria José de Matos Luna

*Titulares:* Ana Maria de Barros, Alberto Galvão de Moura Filho, Alice Mirian Happ Botler, Antonio Motta, Helena Lúcia Augusto Chaves, Liana Cristina da Costa Cirne Lins, Ricardo Bastos Cavalcante Prudêncio, Rogélia Herculano Pinto, Rogério Luiz Covaleski, Sônia Souza Melo Cavalcanti de Albuquerque, Vera Lúcia Menezes Lima.

*Suplentes:* Alexsandro da Silva, Arnaldo Manoel Pereira Carneiro, Edigleide Maria Figueiroa Barreto, Eduardo Antônio Guimarães Tavares, Ester Calland de Souza Rosa, Geraldo Antônio Simões Galindo, Maria do Carmo de Barros Pimentel, Marlos de Barros Pessoa, Raul da Mota Silveira Neto, Silvia Helena Lima Schwamborn, Suzana Cavani Rosas.

*Editores Executivos:* Afonso Henrique Sobreira de Oliveira e Suzana Cavani Rosas.

*Imagem de capa:* Hospital Português do Recife, quando de sua data de inauguração. Litogravura de Luiz Schlappriz. Disponível em http://www.dipity.com/diogobarreto/Mochila-da-Historia/?mode=fs.
*Design gráfico:* Elvira de Paula

Catalogação na fonte:
Bibliotecária Joselly de Barros Gonçalves, CRB4-1748

P742 Poder, sociabilidades, ambiente / organizadoras: Suzana Cavani Rosas, Patrícia Pinheiro de Melo. – Recife : Ed. Universitária da UFPE, 2012.
256 p. : il.

Vários autores.
Inclui referências em notas de rodapé.
ISBN 978-85-415-0100-2 (broch.)

1. Historicismo. 2. Historia social. 3. Cidadania. 4. Sociologia urbana. 5. Cultura. I. Rosas, Suzana Cavani (Org.). II. Melo, Patrícia Pinheiro de (Org.).

901 CDD (23.ed.) UFPE (BC2012-086)

# Sobre os Autores

**MARIA DO SOCORRO DE ABREU E LIMA.** Professora Adjunta do Departamento de História da UFPE, lecionando na Graduação e no PPG em História. Tem Mestrado em História Social pela Universidade de São Paulo e Doutorado em História pela Universidade Federal de Pernambuco. Tem experiência na área de História Social, com ênfase no Brasil República. Suas atividades de pesquisa estão voltadas para os seguintes temas: mundos do trabalho, com ênfase nas relações capital x trabalho e nas relações sociais de gênero; direitos, mulheres; sindicalismo rural e urbano e a resistência política e social durante o regime militar. Publicou o livro *Construindo o sindicalismo rural: lutas, partidos, projetos.* Recife: Universidade Federal de Pernambuco. UFPE, 2005 e organizou, com Christine Rufino Dabat, o trabalho. *História do Pensamento Socialista e Libertário*. Recife: Editora Universitária - UFPE, 2008. msabreuelima@yahoo.com.br.

**MARCELO MAC CORD.** Mestre e Doutor em História pela UNICAMP, pesquisador Colaborador e pós-doutorando CECULT-IFCH-UNICAMP; bolsista FAPESP. Pesquisa a história social do Recife Oitocentista. Os principais temas de suas pesquisas são irmandades católicas, corporações de ofício, artistas mecânicos e sociedades de socorros mútuos. É autor do livro *O Rosário de D. Antônio: irmandades negras, alianças e conflitos na história social do Recife, 1848-1872*. Recife: FAPESP/Editora Universitária UFPE, 2005 e do capítulo de livro "Trabalhadores livres, costumes comuns e práticas sociais: experiências no Recife oitocentista". In: MONTENEGRO, Antônio Torres; GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz; ACIOLI Vera Lúcia Costa. (Org.). *História, cultura, trabalho: questões da contemporaneidade.* Recife: Editora da Universidade Federal de Pernambuco, 2011. mmcord@uol.com.br.

**DANIEL RODRIGUES**. Mestrado em Educação pela Universidade Federal de Pernambuco e Doutorado em Educação pela Universidade Federal de São Carlos. Atualmente é diretor do Centro de Educação da

UFPE e professor do Departamento de Fundamentos Sócio-filosóficos da Educação – UFPE. Desenvolve trabalho na área de Educação, com ênfase em Economia da Educação, atuando principalmente nos seguintes temas: trabalho e educação, movimentos sociais, formação de lideranças e competências. Publicou o livro *Repetência escolar na perspectiva do aluno.* Recife: Centro de Cultura Luiz Freire, 1997 e o capitulo "Socialismo utópico, uma primeira resposta aos efeitos do capitalismo" In: ABREU E LIMA, Maria do Socorro de; DABAT, Christine Rufino (Orgs.) *História do Pensamento Socialista e Libertário.* Recife: Editora Universitária da UFPE, 2009, danielrodrigues7@yahoo.com.br.

**JOSÉ BENTO ROSA DA SILVA**. Mestrado em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e Doutorado em História pela Universidade Federal de Pernambuco. Atualmente é Professor da Universidade Federal de Pernambuco, com experiência na área de História, com ênfase em História da África, Memória e Cultura. Entre suas publicações estão *Nacionalidade e etnicidade no litoral do Atlântico* Sul: Foz do Itajaí – SC (1906). Ed. Itajaí (SC): Casa Aberta, 2010 e *Um Filho de Lavras: memórias, vivências e experiências − Capitão Bento Rezende da Silva (1919-2007).* Itajaí SC: Casa Aberta Editora, 2010. negrobento@bol.com.br.

**ROSA MARIA GODOY SILVEIRA** possui mestrado, doutorado e pós-doutorado em História pela Universidade Estadual de São Paulo (USP), especialização em Relações Internacionais - Université de Nice/França. Atuou na Universidade Federal da Paraíba (UFPB) como docente entre 1976 e 2003, atualmente é Professora Voluntária da UFPB nos Programas de PPG em História e em Ciências Jurídicas. Integra o corpo docente (colaboradora) da PPG em História da UFPE. Tem participado de projetos de pesquisa e extensão na UFPB junto ao Governo do Estado da Paraíba e outras entidades. Áreas de atuação: Educação Básica, Ensino de História, Historiografia, Direitos Humanos, História do Brasil. Entre seus trabalhos estão *O Regionalismo Nordestino: existência e consciência da desigualdade regional-* fac-similar. 2ª. ed. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB,

2009 e *Republicanismo e federalismo: um estudo da implantação da república brasileira (1889-1902)*. Brasília: Senado Federal, 1978. rosaclio1@hotmail.com.

**SUZANA CAVANI ROSAS.** Possui Mestrado e Doutorado em História pela Universidade Federal de Pernambuco e atua como professora dessa instituição, nas áreas de História Política e Social no Brasil império, com ênfase nos seguintes temas: eleições, relações de poder e cidadania. Organizou, com Tânya Maria Pires Brandão o livro *Sertões: Espaços, Tempos e Movimentos.* Recife: Editora da Universidade Federal de Pernambuco, 2009 e é autora do capítulo "*Cidadania, trabalho, voto e antilusitanismo no Recife na década de 1860: os meetings no bairro popular de São José*", do livro organizado por Gladys SABINO RIBEIRO e Tânia Maria Tavares Bessone da CRUZ FERREIRA. *Linguagens e práticas da cidadania no século XIX*. São Paulo: Alameda, 2010. suzanacavani@uol.com.br.

**ANTÔNIO JORGE DE SIQUEIRA** - Graduado em Filosofia pela Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Viamão (1960-1964); em Teologia Université Cantonale de Fribourg, Suíça(1964-1968); mestrado em Sciences Economiques et Sociales - Ecole Pratique des Hautes Etudes, Paris (1968-1970) e doutor em História Social pela Universidade de São Paulo (1976-1981). Professor da Universidade Federal de Pernambuco, com experiência nas áreas de Ciência Política e de História do Brasil. Atualmente é professor colaborador no PPG em História – UFPE, integrante da Linha de Pesquisa Cultura e Memória. Dentre os livros publicados destacam-se: *Palavra, Silêncio e Escuta*; (2007); *Os Padres e a Teologia da Ilustração: Pernambuco* − 1817; (2010) e; *Sertão Sem Fronteiras: memórias de uma família sertaneja*; (2010). Email: sikeira@hotlink.com.br.

**ISABEL CRISTINA MARTINS GUILLEN**. Graduada em História pela Universidade de São Paulo (1981), mestre em História pela Universidade Estadual de Campinas (1991) e doutora em História pela Universidade Estadual de Campinas (1999). Realizou estágio pós-doutoral na UFF na área de História, em 2006. Atualmente é professora adjunta da

Universidade Federal de Pernambuco, dirigindo o Laboratório de História Oral e da Imagem e é pesquisadora do CNPq. Tem experiência na área de História, com ênfase em História do Brasil, atuando principalmente nos seguintes temas: cultura popular, cultura afro-descendente e patrimônio cultural. Entre as publicações destacam-se: *Mercado de São José. Memória e História.* FADURPE, 2010 e *Cultura, cidadania e violência*. Recife: Editora da UFPE, 2009. Email: iguillen@uol.com.br.

**LAILSON DE HOLANDA CAVALCANTI**. Cartunista, jornalista, autor de quadrinhos, consultor de marketing e pesquisador sobre Humor Gráfico no Brasil, sendo autor de vários livros, entre eles, *Humor Diário*, publicado pela UFPE e o Diario de Pernambuco em 1997 e *Historia Del Humor Grafico en el Brasil*, publicado pela Universidad de Alcalá de Henares, Espanha, em 2005. Email: lhc@lailson.com.br.

**SEVERINO VICENTE DA SILVA**. Graduado em História pela Universidade Federal de Pernambuco (1978), Mestrado em História pela Universidade Federal de Pernambuco (1985) e Doutorado em História pela Universidade Federal de Pernambuco (2003). Professor adjunto da Universidade Federal de Pernambuco, lecionando História Moderna e disciplinas relacionadas à Pernambuco e à Igrejas. Atua como Coordenador Pedagógico do Ponto de Cultura Estrela de Ouro do Maracatu Estrela de Ouro de Aliança, PE. Tem experiência na área de História, com ênfase em História do Brasil República, atuando principalmente nos seguintes temas: sociedade, história, história da Igreja, Pernambuco, educação e cultura. Entre as últimas publicações encontram-se: *Uma Nação Africana na Jurema da Mata Norte: Pretinhas do Congo de Goiana*. Olinda – PE: Editora Associação Reviva, 2011; *Maracatu Estrela de Ouro de Aliança: a saga de uma tradição*. Recife: Editora Reviva, 2008 e *Entre o Tibre e o Capibaribe: os limites da igreja progresssista na arquidiocese de Olinda e Recife*. Recife: Editora Universitária da UFPE/Editora Associação Reviva, 2006. Email: severino.vicente@gmail.com.

**JOSÉ OTÁVIO AGUIAR**. Autor e co-autor em diversos livros e artigos, entre os quais se inclui a biografia publicada de um oficial napoleônico no Brasil, o francês Guido Thomaz Marlière (1767-1836). Possui Graduação em História pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (1999), Doutorado em História e Culturas Políticas pela Universidade Federal de Minas Gerais (2003) e Pós-Doutorado em História, Relações de Poder, Sociedade e Ambiente pela Universidade Federal de Pernambuco (2010). Atualmente é Professor Retide (adjunto IV) da Universidade Federal de Campina Grande/PB, lecionando na Graduação, bem como nos Programas de Pós-Graduação em História (Mestrado) e em Recursos Naturais (Mestrado e Doutorado Interdisciplinares). Acumula experiência de pesquisa e publicação nas áreas de História Ambiental, História da Biologia, Etnobiologia e História Indígena, História do Brasil Império, História do Brasil Colônia e História das Artes Marciais Chinesas. Email: j.otavio.a@hotmail.com.

**PATRÍCIA PINHEIRO DE MELO**. Arqueóloga e Doutora em História pela Universidade Federal de Pernambuco. Atualmente é Professora Adjunta na mesma Universidade, atuando principalmente na área de História da América Latina com ênfase em História Ambiental, História da Formação dos Estados Nacionais, e em História da Resistência Indígena. É integrante do PPG em História – UFPE na Linha de Pesquisa *Relações de Poder, Sociedade e Ambiente* e é líder do NEDAL (Núcleo de Estudos e Debates sobre a América Latina – UFPE). Entre as publicações encontram-se: "Simulando sua Ira: aspectos da resistência indígena nos sertões do Nordeste". In: Suzana Cavani Rosas; Tanya M. Pires Brandão. (Org.). *Os Sertões: espaços, tempos, movimentos*. Recife: Ed. Universitária – UFPE, 2010; "Imagens de Bolívar: das guerras de independência ao Chavismo". *Liber Intellectus*, 2008; "Do Subliminar à Sub-Repção: a construção da resistência indígena no Nordeste do Brasil colonial". *CLIO*. Série História do Nordeste (UFPE), 2007. Email: imagomundi@ig.com.br

# APRESENTAÇÃO

Este livro é fruto do II *Simpósio Poderes e Sociabilidades na História*, realizado de três a cinco de novembro de 2010, por iniciativa da linha de pesquisa *Poder Político e Movimentos Sociais no Norte e Nordeste*, da Pós-Graduação em História da UFPE. O objetivo principal do evento foi reunir pesquisadores, professores e estudantes de todo o país que trabalham temas da área de atuação da Linha, fomentando o debate e a troca de métodos e experiências de pesquisa, fundamentais na construção do saber histórico.

Essa publicação está orientada para o estudo das relações de poder entre agentes históricos os mais diversos e como também o desenrolar dessas relações podem resultar no surgimento de movimentos sociais mais amplos. A historicidade das sociabilidades, suas formas e espaços, assim como suas articulações com os poderes, estão também presentes nos textos selecionados. As sociabilidades despontam aqui não apenas em suas formas institucionais, mas também no cotidiano das experiências de trabalho, lazer e das relações familiares, em espaços privados e públicos. Nesse sentido, diversas temáticas no campo da História Social, Ambiental, Cultural e Política, tais como trabalho, migrações, cidadania e natureza, entre outras, são tratadas em suas páginas.

A organização de um livro, com o qual contribuem diversos autores, não passa pela mesma trajetória da escrita individual de uma obra. Por isso, os textos desta publicação não apresentam necessariamente uma continuidade teórico-metodológica ou temática, mas foram reunidos com o propósito de confrontar diversos olhares e relacionar os diversos objetos de estudo sob a perspectiva de um grande eixo temático que envolve relações de poder, sociedade e ambiente.

O livro foi dividido em duas partes. A primeira, intitulada *Poderes, Cidadania e Trabalho*, conta com dois capítulos que tratam especificamente de questões relacionadas à história dos trabalhadores, suas experiências e lutas em temporalidades diversas. O primeiro, **Trabalhadores Urbanos em Pernambuco de 1950 a 1980: uma trajetória de lutas,** de *Maria do Socorro Abreu e Lima*, nos leva à história do movimento operário em

Pernambuco, no período que antecede o Golpe de 1964 até a década de 1880. As principais categorias de trabalhadores mobilizadas, suas estratégias de lutas e principais aliados na resistência contra a ditadura militar e em favor de demandas sindicais, como os partidos e a Igreja, são alguns aspectos da experiência da classe operária privilegiados nesse capítulo, que conta com uma rica base documental, constituída, principalmente, de fontes orais. Já o texto de *Marcelo Mac Cord* **Uma Associação de Artífices do Recife: mutualismo, economia do favor, direitos e a legislação de 1860,** nos remete ao mundo do trabalho no Brasil imperial, ao tema do mutualismo, assunto atualmente bastante em foco na historiografia contemporânea sobre a formação da classe operária. Através de farta pesquisa documental o autor nos revela como os artífices do Recife, em meio a uma sociedade escravista, se impuseram como classe frente ao patronato, atuando em defesa de seus interesses por diversas frentes. Lutaram pelo direito associativo, para elegerem representantes políticos, pela escolaridade e profissionalização de seus pares, evitando sempre, contudo, o confronto direto e aberto com os poderes estabelecidos.

*Daniel Rodrigues*, em **A Produção e Reprodução Capitalista como Elemento Fundante da Luta de Classes,** nos convida a refletir sobre a relação capital e trabalho em tempo de globalização, e a pensarmos, conseqüentemente, sobre a atualidade do pensamento marxista. O capítulo de *José Bento Rosa da Silva,* em **Nabuco Revisitado: Imprensa, Sociedade e Cultura**, relaciona os debates abolicionistas, travados entre Joaquim Nabuco e José de Alencar, com as discussões atuais sobre as políticas afirmativas no Brasil no final do século XX e início XXI. Os dois textos que encerram essa primeira parte da publicação, atêm-se à história política do Império e República. O de *Rosa Maria Silveira Godoy*, **A República no Brasil: um balanço**, discute a problemática da formação do Estado Nacional e suas implicações para o difícil e "longo caminho" da construção da cidadania no Brasil republicano, sempre ameaçada pela permanência de estruturas de poder garantidoras de privilégios, exclusões sociais e preconceitos étnico-raciais. Por fim, *Suzana Cavani Rosas* em **Os Meetings: uma cultura política do Segundo Reinado**, nos convida a conhecer e problematizar uma das sociabilidades políticas que, embora

não fosse a dominante, fez história no Brasil do Oitocentos. Essa forma de mobilização de rua rompeu o círculo restrito da política de então, bem ao gosto da sociedade senhorial, mobilizando e agregando à população, especialmente aquela que constituía o grosso do eleitorado e que não se limitava apenas às elites, a discutirem, particularmente em período eleitoral, assuntos de interesse político, econômico e social.

A segunda parte deste livro − *Cultura, Sociabilidades e Ambiente* − tem como focos principais os estudos culturais, o das sociabilidades nas suas historicidades, bem como a abordagem ambiental da história. Ainda que cada texto seja fruto da experiência individual de cada autor, esta publicação procurou estabelecer um espaço de articulação e diálogo entre eles, que se expressa no cruzamento entre as questões sobre sociabilidades, cultura e ambiente. A diversidade temática aqui apresentada é estimulante, desafiadora e atravessa diversas subáreas dentro da disciplina histórica.

Iniciamos esta segunda parte do livro com o texto **Migração, Sociabilidades e Temporalidades** de autoria de *Antônio Jorge Siqueira* que trata do fenômeno sócio-geográfico da migração através das memórias da família Siqueira, formada nas suas origens por agricultores e constituída por muitos filhos. Com base em depoimentos orais, o texto foi construído tendo como foco a diáspora da família que se deslocou do Nordeste para o Sudeste do Brasil a partir da década de 1940.

No texto **Os Maracatus Nação e o Patrimônio Cultural em Pernambuco**, *Isabel Cristina Martins Guillen* discute o fenômeno da patrimonialização de bens culturais intangíveis, enquanto indício de um novo regime de historicidade que envolve a atuação das instituições governamentais, os intelectuais e os agentes diretos dos movimentos culturais populares. O objeto em discussão são os maracatus em Pernambuco e as políticas públicas que envolvem a forma de preservar e disponibilizar esses bens culturais para a coletividade.

O interessante texto de *Lailson de Holanda Cavalcanti*, **Humor e Imprensa no Século XIX**, descreve como se desenvolveu o humor gráfico na Europa, e no Brasil a partir da chegada da família real. Desde 1808 a presença do humor gráfico nas publicações brasileiras foi uma constante, não só por atender às necessidades de um povo iletrado, mas também em

função do trabalho de grandes artistas gráficos como Ângelo Agostini, José Neves e Pereira Neto que, de forma irreverente, denunciavam e criticavam o contexto político-social do Brasil daquele tempo.

Em **Lugares de Sociabilidade: igreja e escolas no Brasil**, *Severino Vicente da Silva* faz uma retrospectiva histórica dos espaços de socialização gerados desde a colonização, discutindo as relações entre colonizadores, índios e negros, demonstrando como até o século XVIII, os templos de diversas crenças eram o espaço de sociabilidade por excelência. Com o advento da República, houve uma mudança substancial em relação à socialização que passou a se expandir para ambientes laicos, quando os espaços públicos, como as ruas e as instituições de ensino, foram tomados por festejos cívicos e populares e não mais apenas religiosos.

O texto de *José Otávio Aguiar*, **Natureza e Cultura nos escritos de Guido Thomaz Marlière: o diálogo com os intelectuais itinerantes (1813-1829)**, discute a política inovadora de ocupação do leste de Minas Gerais dirigida pelo francês Marlière, que acolheu naturalistas e intelectuais itinerantes, protagonizando um projeto de civilização que demandava concessão às sociedades indígenas e atraía a antipatia da comunidade luso-brasileira nas primeiras décadas dos oitocentos.

Nesse conjunto o texto de *Patrícia Pinheiro de Melo*, intitulado **Mar Vermelho, Lamparinas Acesas: história e ambiente da caça à baleia no Brasil dos séculos XVII, XVIII e XIX**, trata dos aspectos econômicos, políticos, sociais e ambientais que envolveram essa atividade durante três séculos no Brasil, com uma discussão acerca das mentalidades que nortearam a caça à baleia e sobre a postura dos historiadores que se dedicam à história ambiental.

Esperamos que os vazios que possam existir entre as abordagens particularizadas de cada uma das temáticas tratadas nos diversos textos, possam ser preenchidos e superados por novas pesquisas e por novos textos estimulados pela leitura desta publicação.

Cabe ressaltar que, na atualidade, a referida Linha *Poder Político e Movimentos Sociais no Norte e Nordeste* se desdobrou em duas outras, encerrando suas atividades com a edição desse II Simpósio. As duas novas linhas que a substituem no Programa em questão são *Poder, Sociedade e*

*Ambiente* e o *Norte e Nordeste Mundo Atlântico*. Finalizando, gostaríamos de agradecer às instituições CAPES, FACEPE e a Pós-Graduação em História da UFPE pelo apoio financeiro ao eventop e a essa publicação.

Suzana Cavani Rosas
Patrícia Pinheiro de Melo
Organizadoras

Parte I

# PODERES, CIDADANIA E TRABALHO

# Trabalhadores Urbanos em Pernambuco de 1950 a 1980: uma trajetória de lutas

Maria do Socorro de Abreu e Lima

No pré-64 a organização e lutas dos trabalhadores vinham num crescendo. Com os avanços da industrialização no país, a necessidade de mão-de-obra nas cidades, particularmente no Sudeste, aumentava. A isso se somava o fato de que esse período, embora com limitações, pode ser considerado democrático. Apesar das restrições ao direito de voto e, no campo, da repressão local promovida por boa parte dos proprietários, particularmente no Nordeste (mas não só), que não admitia qualquer tipo de organização e direitos aos seus trabalhadores, estes procuravam ampliar seu espaço de atuação e pressionavam no sentido de garantir conquistas já presentes na CLT, que frequentemente eram burladas, e ampliá-las.

Apesar de uma parcela considerável da classe trabalhadora não ser sindicalizada, isso não comprometia sua disposição de luta. Tendo-se como parâmetro o estado de São Paulo, carro-chefe da industrialização, temos a greve dos 300 mil em 1953, a dos 400 mil em 1957 e a dos 700 mil em 1962. Estas greves, de caráter geral, estavam voltadas particularmente para problemas salariais e de melhorias nas condições de trabalho, mas também tinham como bandeiras questões mais gerais, como o congelamento dos preços dos gêneros de primeira necessidade, e propostas organizativas, abrindo-se à participação de outros setores e entidades populares, inclusive propondo a formação de entidades fora da estrutura sindical oficial, como foi o caso do Pacto de Unidade Intersindical (PUI), criado a partir da reorganização do Comitê Intersindical da greve de 1953, ou do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), fundado em 1962.

Estas articulações foram importantes inclusive porque atuavam também no âmbito específico da política. Dessa forma os trabalhadores assumiram a greve da legalidade, pela posse de João Goulart em agosto de 1961, após a renúncia de Jânio Quadros e a tentativa de golpe. Em 1962

realizou-se ampla mobilização em defesa de um gabinete comprometido com as reformas de base, encaminhando-se ainda nesse mesmo ano uma greve geral pela convocação de um plebiscito para decidir se o país continuaria com o regime parlamentarista ou voltaria ao presidencialismo.

Várias forças políticas atuavam no movimento sindical. Havia o pólo mais ligado às Confederações e ao ministério do Trabalho, formado na ditadura do Estado Novo, cuja atuação pelega comprometia os interesses maiores da classe. Havia os setores mais à esquerda, capitaneados pelo PCB, muitas vezes em aliança com a militância mais progressistas do PTB, que tinham em comum uma visão que privilegiava a questão do nacionalismo e da conquista de avanços econômicos e sociais para os trabalhadores. Neste espaço pode-se situar também, embora com divergências significativas, outras forças políticas como os trotsquistas, a corrente Política Operária, e, a partir de 1962, o PCdoB e a Ação Popular. Num plano mais conservador havia grupos católicos cuja visão anticomunista e crítica a todo tipo de ação mais contundente, que identificava como radical, pressionava e geralmente se contrapunha aos setores de esquerda. Onde os Círculos Operários Católicos estavam mais presentes falava-se de um "sindicalismo democrático", que no pós-64 serviu de apoio, ao lado do sindicalismo pelego, para boa parte das intervenções feitas no movimento sindical.[1]

Apesar de alguns limites, a atuação dos setores de esquerda procurava ser ampla, no sentido de não se restringir apenas às demandas econômicas, chamando greves de solidariedade e mesmo organizando algumas de caráter mais político. O que contribuiu para que se questionasse a atuação dos dirigentes, vistos muitas vezes como distantes das respectivas categorias, envolvidos com demandas político-partidárias, forçando mobilizações que não correspondiam ao grau de envolvimento efetivo dos trabalhadores, que participavam mais pela pressão dos piquetes do que por um compromisso efetivamente garantido a partir de um trabalho de base.

Algumas pesquisas, contudo, demonstram que nem sempre era assim. Aliás, muitas vezes eram os comunistas que, pressionados a assumir

---

[1] MOMESSO, Luiz Anastácio. Lutas e organização sindical em 68, apesar da ditadura. In *Clio, Revista de Pesquisa Histórica*, N. 26, 1. Recife: Ed.Universitária da UFPE, 2008, p. 156.

as reivindicações colocadas pela massa de trabalhadores, corriam atrás do movimento para não perder sua base e direção. Isto aconteceu desde o final da ditadura Vargas, quando o PCB adotou a política de "apertar os cintos" mas os trabalhadores, enfrentando o problema da inflação e da contenção dos salários atribuídos à existência da guerra, não se submeteram e foram à luta. E também ao longo do período em foco.

Sobre a greve dos 300 mil, vitoriosa e encerrada após 27 dias de paralisação, Silva e Negro assim avaliam:

> Marcada por coesão e manifestações públicas (passeatas, comícios, assembléias, piquetes com forte presença feminina e milhares de grevistas), contou com o amparo da opinião pública e solidariedade material não apenas de outros trabalhadores, mas também de comerciantes, médicos e imprensa, além de vereadores e deputados, que denunciaram a violência policial.[2]

E continua: *As comissões de fábrica foram as principais responsáveis pelas iniciativas e pela dinâmica do movimento, ultrapassando as direções sindicais, exceto a do Sindicato dos Metalúrgicos, já ocupada pelo eixo de centro-esquerda*.[3] O que demonstra que a tradição de comissões de fábrica e de uma organização em nível de base já era desenvolvida bem antes de 1978, quando "entra em cena" o sindicalismo do ABC paulista.

Aqui em Pernambuco, nesse período, também aconteciam lutas significativas, e o PCB tinha grande inserção no movimento popular e sindical. Na década de 50 houve duas importantes greves envolvendo o setor têxtil: uma em 1952, que durou uma semana e contou com a participação de sindicatos de diferentes cidades, englobando Recife, Paulista, Moreno, Caruaru, Goiana e Escada e outra em 1958, com aproximadamente um mês de duração. As grandes mobilizações eram motivadas pela questão salarial, mas também se protestava devido ao não pagamento de horas extras, contra o aumento das exigências quanto à produtividade, por descontos indevidos, pela introdução de novo maquinário que aumentava o número

[2] SILVA, Fernando Teixeira da; NEGRO, Antonio Luigi. Trabalhadores, sindicato e política (1945-1964). In FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). *O Brasil Republicano*. O tempo da experiência democrática. Vol.3 Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 64.
[3] Idem, p. 65.

de teares sob a responsabilidade de um mesmo operário, mantendo-se o mesmo salário, entre outras questões.[4] Caso bastante interessante foi relatado no jornal Folha do Povo de 20 de março de 1952, intitulado *As mulheres surraram o valentão da fábrica: o gerente deu ordem para o zelador fechar a água das torneiras impedindo o uso dos sanitários mas as mulheres se juntaram e deram uma surra no zelador, foram ao escritório e exigiram o funcionamento das torneiras.*[5]

A greve de 1958 foi organizada pelo sindicato do Recife (que abrangia outras cidades), dirigido pelo PTB através de seu presidente, Wilson de Barros Leal, que era deputado, mas com grande participação dos comunistas, que tinham na tecelã Júlia Santiago uma de suas lideranças mais expressivas. Ela havia sido eleita vereadora logo após a democratização, embora tenha sido cassada quando da decretação da ilegalidade do PCB.

O movimento foi marcado por grande resistência do operariado à violência e pressão do patronato. Há registros de trabalhadores ameaçados pelo aparato bélico de algumas fábricas e mesmo de sete feridos por capangas de uma empresa por conta da organização de um piquete, de acordo com o Jornal do Comércio e da Folha do Povo em suas edições de 27 de janeiro de 1958.

Assim se expressa uma operária, demonstrando as dificuldades e, ao mesmo tempo, a solidariedade da população: *Foram 42 dias parados, onde a gente passou fome, ia nas padarias, bancos, mercearia pedir comida: na sexta-feira ia pra fila pegar feijão, arroz, na sede do sindicato.*[6]

Ao mesmo tempo, descreve a garra com que lutavam:

> Participei como piqueteira, botava galho de mato, atravessava na pista para quando o carro que vinha com os cabelouro (fura-greves)... botava galho, botava pé de espinho, cortava pé de macaíba para que o carro não passasse para dentro da fábrica. E era pau... Os cabeças ficavam lá em Apipucos, era um piquete, em cada entrada de caminho para a fábrica ficava um piquete. E um na frente da

[4] ABREU E LIMA, Maria do Socorro de. *Tecendo lutas, abrindo espaços*: mulheres nos movimentos sociais dos anos 50. Recife: Oito de Março, 2004, pp. 71-72.
[5] Idem, p. 73.
[6] Luiza Bernardina Gomes APUD ABREU E LIMA, op.cit., p. 90.

> fábrica, de pedra, fazia uma fila de pedra, de paralelepípedo, pra quando o carro passasse empurrar as pedras pra pista e cair tudo em cima do carro... mas não acidentava ninguém, só batia em cima dos carros e aí o carro tinha que parar e dar ré [7]

Apesar de o Tribunal Regional do Trabalho haver concedido um reajuste de 25%, os patrões apelaram e o Tribunal Superior do Trabalho concedeu um reajuste menor. Houve punições, o desconto das mensalidades do sindicato, que era feito na folha de pagamento, foi cortado. Porém, ainda nesse ano de 1958, realiza-se no Recife o I Congresso dos Trabalhadores de Pernambuco, com a participação de 34 entidades sindicais que firmaram um pacto de unidade denominado Conselho Sindical dos Trabalhadores do Estado de Pernambuco (CONSINTRA), que, como acontecia em outros centros importantes, organizou paralisações de caráter político no início dos anos 60, como a já citada, pela posse de João Goulart, ou mesmo uma de caráter mais específico, pela defesa da SUDENE e de seu primeiro plano diretor.[8]

Contudo, diferentemente do que ocorria em outros estados, onde a atuação católica tinha um caráter bastante conservador, operários cristãos em Pernambuco se organizavam, já então, de maneira mais combativa na cidade de Paulista, importante centro têxtil no qual os trabalhadores nos anos 50 também atuavam de forma combativa. Segundo José Sérgio Leite Lopes, a partir de 1960 o setor de ativistas sindicais ligados ao PC nesta cidade vai diminuindo, seja devido a demissões, seja por falta de renovação. Como a prioridade do Partido Comunista na época era o sindicato têxtil do Recife e as articulações intersindicais, isto abriu espaço para a emergência de setores da Juventude Operária Católica (JOC), que passaram a ter maior presença em Paulista.[9]

Numa articulação conjunta com os contramestres conseguem assumir a diretoria do sindicato em 1962. Esta nova diretoria organiza

---

[7] Idem, pp. 90-91.

[8] JACCOUD, Luciana de Barros. *Movimentos sociais e crise política em Pernambuco* 1955-1968. Recife: FUNDAJ/Massangana, 1990.

[9] LOPES, José Sérgio Leite, *A tecelagem dos conflitos de classe na "cidade das chaminés"*. São Paulo: Marco Zero, 1988, p. 441.

uma greve memorável em 1963, que resultou em ganhos importantes para os operários principalmente por causa da cláusula da transparência dos salários-unitários por produção. Incentivando a participação e mobilização de todos, os grevistas chegaram a parar as caldeiras, comprometendo o fornecimento de energia elétrica até mesmo na casa do Comendador Arthur Lundgren, proprietário da fábrica.

Assim se expressa uma ex-fiandeira, relatando episódio ocorrido no cotidiano das famílias operárias, que demonstra bem como essas lutas são vivenciadas no dia a dia da classe:

> E não fizeram outra greve dessas com Adolfo da Farinha? Foram pedir auxílio pro pessoal que tava em greve, aí ele disse: 'Ah, eu não tenho nada com a greve não, quem fez greve que se mantenha, vocês não têm capacidade de fazer greve, não façam.' A tropa se reuniu, aí passou uma ordem: 'Ninguém compra feijão, nem farinha, nem nada, em Adolfo da Farinha!' Aí muitos chegaram lá, e riscaram na parede: 'Ninguém compra nada em Adolfo da Farinha, que foi contra a greve.' Eu sei que passou quase uns cinco dias, Adolfo não vendia nada. Tinha operária que ia lá só pra chatear: 'Bote aqui um litro de farinha e um quilo de feijão.' Aí botava, aí o operário dizia: 'Onde é o compartimento de Adolfo da Farinha?' (compartimento no Mercado Municipal) –'É aqui.' – 'Ah, é aqui? Então não quero nada não, derrama de volta. (risos). E a gente ia pra chatear: 'Derrama. Ele é contra o pessoal da greve.' Aí ia comprar noutro lugar. Todo mundo conhecia ele.[10]

Após alguns dias o comerciante procurou entender-se com os grevistas: *..."parece até que deu dinheiro para o fundo de greve (...). Ficou tão unido ao pessoal que (alguns anos) depois, o povo elegeu ele duas ou três vezes pra vereador (pelo MDB, depois de 1964)."*[11]

O golpe de 64 trouxe intensa repressão ao movimento democrático, popular e sindical, com perseguições de diferentes tipos, prisões, torturas e mesmo assassinatos de opositores ao novo regime. No movimento sindical, utilizou-se da legislação trabalhista, herdada do Estado Novo, e

[10] Entrevista com ex-fiandeira apud LOPES, op.cit., p. 451.
[11] Entrevista com ex-operário da estamparia apud LOPES, op.cit., p. 452.

que mantinha a prerrogativa de intervenção do Ministério do Trabalho nos sindicatos utilizando-se de argumentos como subversão, malversação de fundos e coisas semelhantes. Várias medidas foram tomadas contra os interesses dos trabalhadores, como o fim da estabilidade e a criação de uma nova política que ficou conhecida como do arrocho salarial. As greves foram praticamente proibidas. Como em nosso Estado a repressão foi muito grande, o movimento sindical urbano se encolheu.

O PCB foi duramente atingido, assim como as Ligas Camponesas. Aqui, até mesmo a Ação Católica Operária teve sua sede invadida no dia 1º. de abril e muitos militantes da igreja ligados ao Movimento de Educação de Base foram presos. Perseguições, prisões e assassinatos de militantes de diferentes movimentos e partidos foi uma constante ao longo de toda a ditadura, em Pernambuco.

Porém, aos poucos, foram se esboçando algumas reações. No país em 1965 ocorreram 25 greves; em 1966, quinze; uma em 1967 e 25 em 1968.[12] Particularmente neste ano, foram intensas as mobilizações, capitaneadas pelo movimento estudantil. No que diz respeito aos trabalhadores urbanos, uma grande manifestação de protesto marcou o dia 1º. de Maio na Praça da Sé de São Paulo, quando milhares de trabalhadores expulsaram do palanque o governador e os pelegos, que pretendiam dirigir o evento. Dentre as greves, teve repercussão nacional a dos metalúrgicos de Contagem, Minas Gerais, que eclodiu em abril e a dos metalúrgicos de Osasco, São Paulo, ocorrida em julho, já enfrentando muita perseguição. Ainda em 1968 a Ação católica Operária realiza, juntamente com a Juventude Operária Católica, um congresso no Recife, assumindo que "o desenvolvimento integral do homem é incompatível com o capitalismo", sendo necessária a construção de uma sociedade sem classes. Em dezembro de 1968, porém, o Ato Institucional nº. 5 torna praticamente impossível a realização de ações de massa. Os partidos clandestinos se colocam como única opção para muitos.

Em Pernambuco, mesmo que esporadicamente, esboçaram-se sinais de resistência. Assim é que, entre 1965 e 1966, os operários da

[12] MOMESSO, op.cit., p. 166.

fábrica de tecidos da Macaxeira (Cotonifício Othon Bezerra de Melo) que tinham estabilidade foram duramente pressionados pela direção da empresa para fazerem um acordo individual abrindo mão deste direito. Mesmo antes de sancionada a lei que criou o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), já havia pressão nesse sentido. Esta medida tinha por objetivo tornar a classe trabalhadora mais vulnerável às imposições do patronato, facilitar as dispensas e, consequentemente, incrementar uma política de rebaixamento salarial na medida em que possibilitava uma maior rotatividade de mão-de-obra. Essa era uma das formas pela qual se pretendia tornar os investimentos mais interessantes, particularmente para o capital estrangeiro.

Assim relata um ex-operário:

> No dia 12 de abril de 1965 criaram o tal "salão de reserva", que os operários chamaram de "museu". O museu começou numa casa de propriedade da Companhia, do lado de fora da fábrica. De primeiro eram 39 operários. Depois de três meses, passamos para um galpão dentro da fábrica. Era um lugar úmido, sujo e muito quente, porque ficava em cima do salão da engomadeira (...). Os mais esclarecidos iam dizendo aos outros para não aceitar o acordo, pra nenhum profissional – tecelão ou fiandeiro - aceitar e trabalhar em outra seção que não fosse a sua, ou num serviço que não fosse seu, como o de servente. O tempo foi passando e a resistência aumentando. A maioria continuava firme e não aceitava o acordo. Aumentava a quantidade de trabalhadores no "museu", nas duas turmas. Houve um tempo que tinha mais de 90. Criamos jogos para nos distrair. Lia-se jornal, fazia-se um café e tomava-se lanche a qualquer hora. Às vezes tinham companheiros que ficavam desesperados, se sentindo desmoralizados (...). [13]

Após um ano os trabalhadores fizeram até festa e lançaram um boletim chamado "Resistência". A fábrica continuou com demissões em massa de trabalhadores que não tinham estabilidade. O "museu" durou quase dois anos, mas os operários mantiveram-se na defesa do seu direito.

[13] ACO, 1990, apud MONTEIRO, Maria Alexandra da Silva. *Ação Católica Operária*: fé e luta em tempos difíceis no Nordeste do Brasil. Dissertação de Mestrado em Serviço Social. UFPE, Recife, 1992, p. 142.

Outro exemplo ocorreu na fábrica da Torre, em dezembro de 1968. Assim conta um ex-operário que trabalhava no setor de manutenção da fábrica, o que, segundo ele, permitia um contato com todas as seções da fábrica têxtil, facilitando sua militância política:

> O patrão era devoto de Santa Luzia, que é dia 13 de dezembro. Ele dava feriado, mas não era feriado, mas a gente tinha que compensar no domingo, mas domingo era dobrado. Eles não pagavam horas-extras de domingo porque tava compensando o dia de Santa Luzia. Aí não fomos nem no dia de Santa Luzia, nem no domingo. Não foi uma greve de piquete porque era na ditadura, mas a gente pixou as redondezas da fábrica toda, era uma loucura porque eu tava pixando até três horas da manhã e de seis horas eu tinha que tá entrando na fábrica.[14]

No município de Escada, ainda em 1968, começa a se articular um grupo de oposição sindical. Assim se expressa um ex-operário:

> Durante esse período de lutas, nasceu a 'Sociedade dos Mecânicos', que aglomerava todo o pessoal que trabalhava nas oficinas e alguns tecelões. Esta sociedade era única e exclusivamente de caráter assistencialista, mas servia para ajudar a criar entre os trabalhadores um maior círculo de solidariedade. Só não ganhamos as eleições seguintes porque a turma da oposição se dividiu e não conseguiu apresentar uma chapa unitária. A pelegada subiu e com isso aumentaram as injustiças nas fábricas. O grupo de oposição decidiu então ir à Federação, que nos aconselhou a conseguir um local e a convidar um advogado trabalhista para nos assessorar nas questões. Nosso escritório foi instalado na casa de uma senhora velhinha, onde já funcionava uma escola noturna. De uma só vez, encaminhamos 240 processos à Justiça do Trabalho. Destes, ganhamos 236, inclusive reintegrando estabilizados. A partir daí a direção da fábrica passou a se preocupar mais com o grupo de oposição. A direção do sindicato forneceu aos patrões uma lista dos

[14] Carlúcio Castanha – entrevista concedida a Maria do Socorro de Abreu e Lima e a Luciana Varejão em 10 de setembro de 2007, no Recife.

> trabalhadores que deviam ser demitidos para a tranqüilidade das empresas.[15]

A década de 70 é marcada pela ausência dos mínimos direitos políticos. A censura se instaura de maneira constante, as arbitrariedades aumentam, prisões, torturas e assassinatos tornam-se corriqueiros. O medo se generaliza, ao mesmo tempo em que o país vai se recuperando da crise econômica. As taxas de crescimento são grandes, o que contribui para uma certa acomodação de parcela da população, particularmente as classes médias. As tentativas de luta armada por parte de setores da esquerda fracassam. A Igreja Católica, que também sofria perseguições, coloca-se como uma das poucas alternativas de questionamento ao regime.

Em Pernambuco, como em outras regiões, os trabalhadores vão tentando burlar a repressão. Faziam-se pequenos jornais ou "mosquitinhos",[16] mimeografados muitas vezes nas dependências de alguma igreja católica, falando dos problemas das fábricas, denunciando a ditadura, comentando sobre o 1º. de maio e a necessidade da classe operária se organizar e lutar por seus direitos. Esses boletins entravam escondidos, na marmita ou no capacete de algum trabalhador, eram deixados nos banheiros ou em cima das máquinas para posterior leitura.

A partir de meados da década, contudo, a população vai reagindo a esse clima de medo e paralisia. Os movimentos de bairros, particularmente dos bairros populares onde os trabalhadores residiam, tornam-se pólos de organização de trabalhadores e donas-de-casa que protestam contra as precárias condições de moradia, saúde, transporte, educação. Organizam-se núcleos de compras comunitárias na busca de fazer face aos baixos salários, ao mesmo tempo em que se implementam debates sobre a relação entre a política salarial e os interesses das grandes empresas sob o patrocínio da ditadura. O Movimento contra a Carestia denuncia a inflação e congrega milhares de pessoas. O Movimento pela Anistia vai tomando corpo. A classe operária vai se reorganizando em torno da tentativa de recuperação do que foi perdido pelo anúncio do índice de inflação maquiado pelo ministro

---

[15] ACO, 1990 apud MONTEIRO, op.cit.,p. 217.

[16] Pequenos panfletos, em linguagem da época.

Delfim Netto. No final da década, as greves são retomadas, tendo-se como referência os metalúrgicos do ABC paulista.

Diferentes forças políticas estão presentes nas lutas deste período. O PCB e o PC do B, no início dos anos 80, vão procurar atuar mais a partir de alianças com as diretorias existentes nos sindicatos, o que muitas vezes, ao invés de levar à tomada da entidade, reforçava direções pelegas, que se 'atualizavam', algumas vezes participavam das lutas e se mantinham à frente dos sindicatos. A análise que faziam era de que a ditadura, embora enfraquecida, ainda dispunha de certo fôlego e, portanto, poderia frear as iniciativas populares e levar a um retrocesso no processo de abertura. Como não havia liberdade de organização política esses partidos tiveram que permanecer na clandestinidade, atuando por dentro do PMDB. Já outras forças, ligadas aos agrupamentos políticos surgidos durante a ditadura como o PCBR, o MEP, a ALN, a Convergência Socialista, entre outros,[17] vão fundar o PT no processo de reformulação partidária. Parte dos militantes ligados à Igreja vai reforçar o PT, embora isso não fosse unânime. Outros vão considerar que o mais importante é a atuação sindical, afastando-se de qualquer movimento político-partidário.

Em que pese essas diferenças, todos participavam das lutas e mobilizações, particularmente no movimento sindical. Durante as greves dos trabalhadores rurais deste período, por exemplo, esses militantes estão dando apoio, participando da assessoria, da organização, dos piquetes.

Ao longo da ditadura o setor têxtil pernambucano vai perdendo poder competitivo, apesar da modernização do seu parque industrial, o que acarreta maior desemprego para os trabalhadores. Já o setor metalúrgico vai se tornando cada vez mais importante. As oposições sindicais vão se organizando na tentativa de tomar as direções dos sindicatos. No caso do Sindicato dos Têxteis de Paulista isto vai ocorrer em 1989, quando concorrem três chapas e aquela liderada por militantes da ACO denominada 'Papa-pelo' consegue uma maioria consagradora.

---

[17] A exceção é o Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8), que surgiu de um racha do PCB durante a ditadura mas que fazia uma análise próxima à dos PCs no período.

Mas a situação do setor era muito difícil, pois, além da crise geral vivida no país ao longo desta década, aprofunda-se uma crise específica em Pernambuco. Os empresários acusam a falta de créditos e a concorrência da produção da região Sudeste. Também são apontados problemas referentes a fatores de ordem técnica e política em relação ao cultivo do algodão. Em 1983 a praga do bicudo chega ao estado, destruindo colheitas inteiras. A isso se acrescenta a redução do mercado externo, em virtude da criação de barreiras tarifárias pelos países desenvolvidos, assim como a diminuição da capacidade de compra da população. O desemprego cresce, com o início das falências de muitas empresas. Em 1981 existe informação de que o número de desempregados no setor era cerca de quatro mil, só no primeiro semestre. No ano seguinte, no início de fevereiro, a fábrica da Torre demite 500 funcionários de uma só vez, embora o gerente afirme que foram "apenas" 350. O atraso no pagamento dos salários vai se tornando comum.[18]

O Sindicato dos Trabalhadores Têxteis de Pernambuco faz diversas denúncias sobre as dificuldades enfrentadas pelos trabalhadores em diferentes fábricas, porém o próprio sindicato é acusado de pelego e omisso. Assim se expressa um ex-tecelão:

> O Sindicato deixava muito a desejar, era a opinião geral dos trabalhadores. Tanto é que por culpa do Otávio Ferreira (presidente do sindicato na época) a categoria perdeu, por decisão judicial, a sede que ficava na Manuel Borba. E fomos nós, da base, sem fazer parte da diretoria do sindicato que puxávamos assembléias, formávamos comissões etc. O Otávio estava nas mãos do patrão, era um pelego.[19]

Ainda segundo Costa, de acordo com uma publicação da ACO, *a origem do problema não estava na inviabilidade econômica das indústrias, mas na atitude dos empresários que preferiam transferir o capital para outros*

---

[18] COSTA, Luiz Augusto Andrade. *A crise do setor têxtil pernambucano e a luta dos tecelões entre os anos de 1980 e 1984*. Monografia de conclusão do curso de História. UFPE. Recife, 2009, pp. 47-48.

[19] Jorge Mário APUD COSTA, 2009, p. 51.

*setores, e na indiferença governamental em relação aos problemas sociais representados pelo desemprego*.[20]

Em maio de 1983 o empresário Antonio Carlos Menezes, proprietário da Companhia Industrial Pernambucana (CIPER), em Camaragibe, se suicida. Este fato criou grande comoção inclusive entre os empregados da CIPER, pois ele era considerado uma pessoa honrada e ciente das dificuldades dos operários, com quem tratava diretamente na fábrica.

Os trabalhadores continuaram seus protestos e mobilizações, sendo marcante a passeata ocorrida em 27 de fevereiro de 1984, quando oito mil tecelões marcharam com velas acesas, cartazes e palavras de ordem contra o governo federal, protestando contra a inoperância da SUDENE, do Banco do Nordeste e do ministro Delfim Netto.

Apesar do sindicato ter, posteriormente, passado para as mãos de setores mais combativos, a indústria têxtil não mais se recuperou nos anos seguintes.

Quanto aos metalúrgicos, diferentemente dos têxteis, era um setor em expansão. Ainda nos anos 70 se esboça uma ação de resistência que, nascida espontaneamente, conquistou o seu intento. Foi um protesto por causa da compensação do carnaval na Companhia Siderúrgica do Nordeste (COSINOR). Como os trabalhadores foram obrigados a trabalhar na segunda e na terça-feira de carnaval, cerca de 200 empregados do setor de fundição e da acearia resolveram fazer um carnaval na própria fábrica: pintaram-se, beberam, nada produziram. E desde então não foram mais obrigados a trabalhar no período de Momo.[21]

Outras iniciativas tomavam corpo, como se percebe neste relato:

> ...a gente conversava um pouco sobre a nossa realidade. Não só conversava, mas tentava buscar alternativas. Isso foi em 74, quando organizamos a Caixinha de Ajuda Mútua. A partir daí conseguimos criar uma biblioteca, compramos livros que falavam sobre o movimento operário e circulamos esses livros dentro da fábrica. Foi

[20] COSTA, op. cit., p. 52.

[21] Jorge César Bezerra dos Santos – entrevista concedida a Maria do Socorro de Abreu e Lima e a Luciana Varejão em 28 de janeiro de 2009, no Recife.

> desse jeito que, pela primeira vez, conseguimos paralisar a empresa, por causa do arrocho salarial que todo mundo vivia.[22]

No final dessa década já aparecia o embrião da oposição sindical metalúrgica, que se reunia no espaço destinado à organização das empregadas domésticas, na rua do Giriquiti, num prédio pertencente à Arquidiocese de Olinda e Recife.[23]

Mas não era só a Igreja que participava da oposição metalúrgica. Havia pessoas ligadas a organizações clandestinas. Para facilitar o contato com a categoria e levar propostas de luta foi criado o jornalzinho de nome "Zé Ferrugem", em 1979. Em 1981 a oposição organiza uma chapa com esse nome e vence as eleições do sindicato. Nesta ocasião foi muito importante o apoio de parcela expressiva do movimento popular, amplos setores da Igreja e algumas entidades sindicais. Já como dirigentes do sindicato, forma-se a delegação que participa da 1ª. Conferência Nacional das Classes Trabalhadoras (CONCLAT) e, posteriormente, do Congresso de fundação da Central Única dos Trabalhadores (CUT), dois anos depois, em 1983.

Porém, apesar de se viver um período de ascenso, com muitas lutas, a campanha pelas Eleições Diretas para a presidência da República e uma ampliação das conquistas democráticas, do ponto de vista econômico enfrentava-se uma crise em termos mundiais e também local. Nesta época de recessão, foram comuns as demissões em massa em diferentes fábricas do setor. O que se refletia nas dificuldades enfrentadas pelos metalúrgicos no que diz respeito às campanhas salariais. De qualquer modo, foi este um período marcante na história da categoria, com várias mobilizações e protestos.

Muitas denúncias das precárias condições de trabalho, do não pagamento de direitos, como o atraso no pagamento do 13º. salário, do não pagamento do auxílio-desemprego, do não-recolhimento do FGTS, entre

---

[22] João Paulo de Lima e Silva APUD GRUPO SINDICAL do Centro Josué de Castro. *Até chegar no Zé*. Recife: Recife Gráfica Editora, 1988.

[23] Posteriormente este prédio foi vendido por D. José Cardoso, arcebispo conservador que substituiu D. Helder, e transformado no Shopping Boa Vista.

outros, eram noticiadas pela imprensa. Os trabalhadores se mobilizavam, protestavam e encaminhavam diversas reivindicações, como segue:

> Mais de 300 operários entre demitidos e grevistas fizeram uma passeata da Sede do Sindicato da classe, próximo da Praça Maciel Pinheiro, até o Palácio das Princesas, expondo faixas que criticavam a corrente situação dos mesmos, demissões em massa e atraso nos pagamentos. Na sede do governo foram recebidos pela chefe da Casa Civil. A comissão que os representava apontou as seguintes reivindicações: auxílio-desemprego, feiras e passes gratuitos de ônibus para os desempregados da Reciferal e da Polimetal e pagamento imediato das folhas salariais dos 80 operários da Monomotor.[24]

Após tentativas de negociações sem sucesso, os trabalhadores resolveram recorrer à Delegacia Regional do Trabalho (DRT). Também apareceram denúncias de que equipamentos que seriam usados para pagar a dívida trabalhista estavam sendo retirados pelos proprietários da Reciferal.[25]A pressão contra o sindicato era grande, inclusive com ameaças de demissão a trabalhadores que participavam de campanhas salariais. As demissões se ampliam em 1983.

Contra o desemprego e as medidas econômicas prejudiciais aos trabalhadores decretadas pelo governo do general Figueiredo, organiza-se uma greve geral nacional em 21 de julho de 1983. Em Pernambuco, os metalúrgicos fazem parte dessa grande mobilização. Assim noticia o jornal:

> Doze empresas metalúrgicas e de outros setores totalizando mais de 6 mil operários cruzaram os braços ontem no grande Recife. Os dois dirigentes sindicais consideram que o movimento foi vitorioso, pois foram paralisadas as empresas de maior porte, entre as quais a Microlite, com 1300 operários, o que constitui surpresa, já que não se esperava sua adesão; além da Ipam, com 600 empregados, a Cosinor, com cerca de mil e a Codestil, com mais de 500.[26]

---

[24] Diario de Pernambuco, 14.mai.1982, p. A-11. Pesquisa feita pelos bolsistas Adriano Martins e Natália Andrade.

[25] Diario de Pernambuco, 08. jul. 1982, p. A-7. Idem.

[26] Diario de Pernambuco, 22. jul.1983, p. A-5. Idem.

Neste dia foram presas 34 pessoas nas manifestações de protesto.

Ao longo de toda a década, as lutas e greves foram constantes. Em março de 1985 há uma greve com duração de quinze dias, que finda com acordo pelo qual os empresários concordam em pagar o piso salarial reivindicado pelos trabalhadores, que deveriam repor os dias parados.[27] Novas greves, porém, voltam a acontecer, dadas as precárias condições de trabalho e salários, além da política sistemática de demissões no setor. Em Pernambuco, assim como nos grandes centros industriais do período, os trabalhadores se mobilizam por reivindicações econômicas e políticas. A luta por mais espaço na elaboração da nova constituição e nas disputas eleitorais do período foram marcantes.

Se, entre 1945 e 1964, era o Partido Comunista quem dava a direção política à maior parte das mobilizações sindicais e lutas em geral levadas pelos setores democráticos e populares, o mesmo já não se pode dizer desse novo período. Apesar das eleições terem sido indiretas, em 1985 começa uma nova fase da nossa história, conhecida como Nova República. Ao permitir a legalização de todos os partidos, no caso tanto do Partido Comunista Brasileiro como do Partido Comunista do Brasil, parte da classe trabalhadora já percorrera outro caminho, aproximando-se do Partido dos Trabalhadores. Do ponto de vista do movimento sindical, a CONCLAT tenta firmar-se como uma central mais ampla, aberta ao sindicalismo oficial, tendo na Confederação dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) e, em Pernambuco, na Federação dos Trabalhadores na Agricultura (FETAPE), importante ponto de apoio. Posteriormente funda-se a Central Geral dos Trabalhadores, que aqui conta com a adesão do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Fiação e Tecelagem. A esquerda mais combativa, contudo, como o sindicato dos Metalúrgicos, a APENOPE, que congregava os professores da rede pública do estado, boa parte das entidades ligadas ao funcionalismo público e às estatais, optara pela construção da CUT, no momento em que esta se definia como classista, de massa, de luta e pela base.

---

[27] Diario de Pernambuco, 26. mar. 1985, p. A-9. Idem.

Muitas questões foram colocadas pelos comunistas críticos à linha sindical do partido, e diversos setores de base passaram a atuar em conjunto com a CUT.

Como pontua Santana:

> Os comunistas que sempre estiveram alinhados em favor de posições progressistas para a vida sindical e associados àqueles que também compartilhavam, ainda que minimamente, dessa ideia, agora, solidificados no bloco dos conservadores, acabavam por ir contra as forças que buscavam a democratização e o arejamento sindical. Apesar de várias tentativas internas de mudança de linha e aproximar o partido dos setores "combativos", essas posições foram derrotadas sucessivamente...[28]

Alguns estudos à época falam da existência de "novos personagens",[29] quase passando a ideia de que tudo começara no ABC. Se é verdade que no final dos anos 70 emergem diversos movimentos com características específicas, mais voltados para reivindicações urbanas e questões identitárias, no caso do movimento sindical isso não significa que sejam inteiramente novos e dissociados de tudo o que se construiu no passado. Há diferenças marcantes entre o sindicalismo do pré-64 e o dos anos 80, mas não a ponto de se negar a existência também de uma tradição de representatividade, lutas e organização anterior. A questão da autonomia é sem dúvida importante, mas diferentes forças políticas também atuavam em nível do movimento sindical de então, como partidos políticos e mesmo a igreja. A questão crucial talvez tenha sido a de que os comunistas não conseguiram perceber que não havia mais espaço para um retrocesso político e, portanto, que a classe trabalhadora estava disposta a um enfrentamento maior. E permanecendo aliados ao sindicalismo mais tradicional ou mesmo pelego, foram superados pelos novos contingentes da classe trabalhadora ligados a setores produtivos mais modernos, profissionalizados e radicalizados, naquele momento representados pela CUT.

---

[28] SANTANA, Marco Aurélio. A queda do equilibrista: o PCB e os sindicatos no Brasil (1945-92). In MAZZEO, Antonio Carlos e LAGOA, Maria Isabel (orgs.) *Corações Vermelhos*: os comunistas brasileiros no século XX. São Paulo: Cortez, 2003, p. 205.

[29] SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

Nos anos 90 os comunistas passam a atuar nesta Central embora, de acordo com Santana referindo-se ao PCB, "sem o potencial de que dispunham antes"[30] e, portanto, sem poder mais constituir-se na referência que tiveram no passado. Como ocorreu em outras partes do país, aqui também o fortalecimento experimentado pelo sindicalismo cutista foi contribuindo para o crescimento do Partido dos Trabalhadores, de tal forma que boa parte de suas lideranças vieram desse movimento sindical gestado no final da ditadura. Só que, hoje, muito mais voltadas para uma atuação particularmente de caráter institucional, tão criticada em outras épocas.

[30] SANTANA, op.cit., p. 203.

# Uma Associação de Artífices do Recife: mutualismo, economia do favor, direitos e a legislação de 1860.

Marcelo Mac Cord

O Gabinete da Conciliação experimentou a derrocada de suas políticas nacionais em finais da década de 1850. No bojo desta importante conjuntura, grupos das elites brasileiras propuseram reformas institucionais no Império. Entre elas, a definição do papel do Estado no controle do "espírito de empresa". Na Corte, por conta dos debates legislativos sobre o papel e a importância da livre iniciativa na vida do país, foram aprovadas pelo poder central a Lei de número 1.083 (de 22 de agosto de 1860) e o Decreto de número 2.711 (de 19 de dezembro de 1860) – que regulamentava aquela primeira norma. No Brasil, tais regras preconizavam uma forte vigilância sobre as iniciativas particulares nas searas financeira, econômica e associativa. Especificamente sobre este último aspecto, determinou-se que as chamadas "sociedades" (recreativas, religiosas, profissionais, artísticas, beneficentes etc.) teriam que obedecer a uma série de requisitos legais. Somente assim essas entidades garantiriam sua existência oficial e, consequentemente, seu funcionamento cotidiano[1].

O Artigo 2 da Lei de número 1.083 definia a primeira exigência legal feita às associações. O Parágrafo 1º deste dispositivo determinava que o reconhecimento das mais diversas "sociedades" passava pela "aprovação [governamental] de seus estatutos". Nas Províncias, pertenceria a seus

[1] IGLÉSIAS, Francisco. Vida Política, 1848-1866. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (dir.). *História Geral da Civilização Brasileira*: o Brasil Monárquico. T. 2. V. 5. 8ª ed., São Paulo: Bertrand Brasil, 2004, pp. 98-101; JESUS, Ronaldo Pereira de. História e historiografia do fenômeno associativo no Brasil Monárquico (1860-1887). In: CARVALHO, Carla M. de; OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de (orgs.). *Nomes e Números: alternativas metodológicas para a história econômica e social.* Minas Gerais: Editora da UFJF, 2006, pp. 285-304; NOMELINI, Paula Christina Bin. *Sociedade Humanitária Operária: o mutualismo no estudo da classe operária.* Campinas: IFCH/UNICAMP, 2004, p. 96.

respectivos Presidentes "a faculdade de aprovar os estatutos dos Montepios, das Sociedades de Socorros Mútuos ou de qualquer outra Associação de beneficência"[2]. Por sua vez, o Decreto de número 2.711 foi mais específico sobre o conteúdo dos documentos que oficializavam as chamadas "sociedades". Eles deveriam explicitar, entre outros itens, o nome do grupo, seus propósitos associativos, as formas de admissão de novos membros e as responsabilidades de seus gestores. As "Disposições Gerais" do Decreto previam ainda que os livros de registros das "sociedades" deveriam sempre estar disponíveis para o exame das autoridades competentes. Por fim, para que os grupos de socorros mútuos, científicos, literários e religiosos tivessem efetiva utilidade pública, seus sócios sempre deveriam zelar e promover os "bons costumes"[3].

Todas as associações que haviam sido fundadas antes de 1860 também deveriam adequar suas políticas e estatutos à nova legislação[4]. Tal determinação afetou uma mutualista recifense que, desde 1841, congregava mestres de ofício brasileiros – em sua maioria homens livres de pele escura. A entidade promovia auxílios mútuos e oferecia aulas noturnas aos sócios. Para reformar seu velho Estatuto segundo àquelas leis, a "Sociedade das Artes Mecânicas e Liberais" encontraria fortes entraves jurídicos, pois seria muito difícil obedecer aos novos ditames e manter seu tradicional escopo. O maior e mais imediato problema que os artífices enfrentaram foi construir alternativas para contornar o Capítulo VIII do Decreto de número 2.711. Em seu artigo 31, intitulado "Das Sociedades de Socorros Mútuos", observamos que tais organizações teriam "**unicamente** por objeto prestar auxílios temporários aos seus respectivos sócios efetivos

---

[2] *COLLEÇÃO de Leis do Império do Brasil de 1860*. T. XXI. Parte I. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1860, pp. 31-2, Arquivo Nacional (doravante AN), RJ. A Lei de número 1.083 indica que o poder do Presidente da Província sobre as associações era limitado "pela disposição do art. 10 § 10 da Lei nº 16 de 12 de agosto de 1834". Ou seja, competia às Assembleias Legislativas das Províncias regularem as "casas de socorros públicos, conventos e quaisquer associações políticas ou religiosas". *COLLEÇÃO de Leis do Império do Brasil de 1834*. Parte I. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1866, pp. 17-8, AN, RJ.

[3] *COLLEÇÃO de Leis do Império do Brasil de 1860*. T. XXIII. Parte II. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1860, pp. 1126, 1133 e 1140, AN, RJ.

[4] JESUS, Ronaldo Pereira de. *História e historiografia do fenômeno associativo no Brasil Monárquico (1860-1887),* op. cit.

nos casos de enfermidade ou inutilização de serviço, e ocorrer, no caso de seu falecimento, às despesas do seu funeral"[5]. Assim, uma associação só podia prestar auxílio a seus membros nessas ocasiões, estando impedida de oferecer outros benefícios. Como a meta da entidade recifense era ministrar aulas noturnas e promover maior diversidade de socorros, as leis de 1860 exigiram mudanças. Conhecer o processo de reformas da mutualista pernambucana, e seus significados, é o objetivo desse texto.

## A legislação de 1860 e os problemas enfrentados pela associação de artífices

No primeiro semestre de 1861, a "Sociedade das Artes Mecânicas e Liberais" se esquivou ao máximo de uma decisão político-institucional que arranhasse suas costumeiras práticas. Contudo, a estratégia de protelar a reforma de sua personalidade jurídica apenas alcançou resultados temporários. Pouco mais de um ano após a aprovação da Lei de número 1.083, o Poder Executivo pernambucano colocou os sócios contra a parede. Em 5 de setembro daquele ano, a Mesa Diretora, órgão máximo da mutualista, afirmou ser obrigada a ceder às exigências burocráticas que vinham "de cima". Para continuar funcionando, a associação necessitava escolher rapidamente seu novo caráter. Segundo as autoridades locais, caso os sócios pretendessem manter o nome "Sociedade das Artes Mecânicas e Liberais", os objetivos da entidade estariam exclusivamente vinculados às suas diversas aulas e ao contínuo "aperfeiçoamento" de seus membros. Em contrapartida, se a entidade artística optasse pela permanência dos auxílios financeiros como sua única diretriz organizativa, tal escolha inclusive obrigaria o grupo de artífices a "mudar de título"[6].

---

[5] *COLLEÇÃO de Leis do Império do Brasil de 1860*. T. XXIII. P II, p. 1134. Grifo meu.

[6] *Livro de Atas do Conselho Administrativo da Sociedade das Artes Mecânicas e Liberais, 1855-1863*, fl. 44, Universidade Católica de Pernambuco (doravante UNICAP), PE, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios. De forma geral, o Estado também deu justificativas mais pragmáticas para combater o acúmulo de atividades previdenciárias e educacionais em mesma instituição. Existia o argumento de que a simultaneidade das práticas tendia ao fracasso e dificultava o controle. Documento 25, fls. 4 e segs., AN, RJ, Fundo Conselho de Estado, Caixa 532, Pacote 1.

No dia 26 de setembro, pressionados, os sócios chegaram a um acordo. Depois de algumas considerações tecidas pela diretoria, "a Casa aprovou" a proposta governamental que conservava "o título da Sociedade". Do ponto-de-vista legal, podemos concluir que esta medida limitava o escopo do grupo ao exclusivo "progresso" das artes e ao "aperfeiçoamento" dos artífices. É bastante provável que esta escolha tenha tido duas motivações importantes. A primeira delas teria sido a continuidade da verba anual concedida pelo governo provincial, privilégio usufruído pela mutualista desde a década de 1840. As aulas noturnas que eram oferecidas na sede da associação sempre haviam justificado este favor. No transcorrer da década de 1850, a subvenção esteve registrada nos empenhos orçamentários da Instrução Pública. Se a mutualista deixasse de oferecer suas diversas disciplinas, poderia perder dinheiro público. Outro bom motivo para que os sócios escolhessem as aulas foi a respeitabilidade que com elas conquistavam. O aperfeiçoamento e a "moralidade" da mão-de-obra dos sócios era um capital simbólico que lhes vinha abrindo importantes espaços no mercado recifense das edificações.

Apesar de parecer absolutamente passiva às determinações impostas pelo Palácio do Governo de Pernambuco, a "Sociedade das Artes Mecânicas e Liberais" ainda tentou driblar a legislação de 1860 e impor algumas de suas vontades com relação aos auxílios financeiros. No mesmo instante em que a mutualista decidiu que seu nome seria mantido e as aulas privilegiadas, também o corpo social determinou que fossem suspensos apenas "os socorros das famílias dos sócios"[7]. Houve um profundo silêncio sobre o término da prática costumeira quanto ao benefício destinado aos próprios membros. Em nenhum instante eles mencionaram qualquer coisa que indicasse uma renúncia a este direito que achavam justo e legítimo. Atentos à sequência dos acontecimentos, sublinhamos que a estratégia dos sócios foi muito inteligente. Apesar de a associação definir seu caráter com precisão, o governo pernambucano ainda questionou a adequação às regras de 1860. Como a problemática do enquadramento jurídico permaneceu

[7] Até aqui, tudo no *Livro de Atas do Conselho Administrativo da Sociedade das Artes Mecânicas e Liberais, 1855-1863*, fl. 45, UNICAP, PE, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios.

latente, os artífices ganharam um pouco mais de tempo para negociar a continuidade de seus objetivos institucionais.

Em meio às tentativas de dirimir o problema jurídico que insistia em macular o escopo mais original da mutualista, os artífices também buscaram outras soluções junto à praça do Recife. Caso o grupo fosse enquadrado como uma entidade exclusivamente instrucional, era preciso apelar para o apoio de alguma organização que promovesse os socorros mútuos. No início da década de 1860, existiram contatos mais estreitos entre a associação e o "Monte Pio Popular Pernambucano"[8]. Fundada em 1856, esta última organização somente aceitava brasileiros natos em seus quadros. Contudo, o elemento nacional deveria ser "livre na administração de sua pessoa e bens". Ou seja, o escravo estava excluído da organização que pretendia proteger seus filiados e familiares. Para finalizar a lista de exigências, o candidato ainda precisava apresentar "boa conduta civil e moral"[9]. Do ponto-de-vista ideológico, "Sociedade das Artes Mecânicas e Liberais" e "Monte Pio Popular Pernambucano" travaram contatos porque comungavam princípios e ideais organizativos muitos semelhantes.

Concorrentemente aos debates sobre a reforma do velho Estatuto, o grupo de artífices também procurou ordenar seus mais diversos registros como queria a nova legislação. No dia 8 de novembro de 1860, por exemplo, a Mesa Diretora determinou que se escolhesse um sócio "habilitado a fazer as escrituras da Casa, a fim de ficarem inutilizados os livros e mais papéis que se acham no arquivo". Extraordinariamente, seria escolhido um amanuense para transcrever em novos códices todas as informações associativas que estavam desorganizadas ou se perdendo. Depois de algumas semanas, mais precisamente no dia 29, surgiu "Basílio Barros propondo-se para amanuense", que logo foi aprovado para o cargo[10]. Na oportunidade,

---

[8] *Livro de Atas do Conselho Administrativo da Sociedade das Artes Mecânicas e Liberais, 1860-1864*, fls. 234-5, UNICAP, PE, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios.

[9] *ESTATUTOS do Monte Pio Popular Pernambucano, aprovados por provisão do governo da Província em 9 de dezembro de 1861*. Recife: Typographia Universal, 1862, p. 5. Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano (doravante IAHGP), PE, Coleção de Livretos Raros, Volume 123.

[10] *Livro de Atas do Conselho Administrativo da Sociedade das Artes Mecânicas e Liberais, 1855-1863*, fls. 29v e 31, UNICAP, PE, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios.

Antonio Basílio Ferreira Barros, mestre entalhador pardo, era professor interino de língua nacional da mutualista. Vale destacar que o artífice era filho do idealizador da associação – mestre carpina José Vicente Ferreira Barros, homem preto. Outros dois filhos do fundador, mestres de obras pardos, também fizeram parte da mutualista e alcançaram grande destaque tanto na entidade artística, quanto na vida social do Recife Oitocentista[11].

Na entrada do ano de 1862, a "Sociedade das Artes Mecânicas e Liberais" retomou de maneira mais incisiva e formal os debates sobre a revisão de seu velho Estatuto. Em 16 de janeiro, a Mesa Diretora convocou cinco sócios para formar a Comissão de Revisão dos Estatutos[12]. De imediato, observamos que uma das primeiras medidas do órgão foi mudar a escolha jurídica feita em setembro de 1861. Ao invés de privilegiarem as aulas, os comissários entenderam que a melhor opção para o grupo seria obedecer ao Capítulo VIII do Decreto de número 2.711. Como sabemos, existia uma orientação das autoridades públicas para que a mutualista mudasse de nome caso optasse pelos auxílios financeiros. Ao decidirem que a entidade teria um caráter exclusivamente previdenciário, os sócios pretenderam rebatizá-la como "Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais". Contudo, a nova mudança de personalidade jurídica era uma manobra semelhante àquela utilizada em meses passados. Os comissários mantiveram a postura de tentar contornar as regras imperiais de acordo com sua conveniência. Prova disto é que aquela instância de poder anotou no regulamento revisto que os objetivos centrais da associação eram a "prática de mútua e recíproca beneficência" e a "ilustração e progresso das classes artísticas"[13].

Documento pronto, era chegada a hora de testar sua pertinência. Depois de terceira discussão, ocorrida em 30 de abril de 1862, o Estatuto

---

[11] MAC CORD, Marcelo. **Uma família de artífices "de cor": os Ferreira Barros e sua mobilidade social no Recife Oitocentista**. *Luso-Brazilian Review*. Madison: University of Wisconsin Press, v. 47, n. 2, pp. 26-48, 2010.

[12] *Livro de Atas do Conselho Administrativo da Sociedade das Artes Mecânicas e Liberais, 1855-1863*, fl. 47v, UNICAP, PE, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios.

[13] PEREIRA DA COSTA, F. A. *Homenagem à Benemérita Sociedade dos Artistas Mechanicos e Liberaes de Pernambuco, mantenedora do Lyceu de Artes e Officios, no dia da celebração do 50º anniversário da sua installação pelo director da mesma sociedade*. Recife: Typographia d'A Província, 1891, p. 12, Biblioteca Pública de Pernambuco (doravante BPPE), PE, Setor de Obras Raras, Caixa C2.

foi aprovado unanimemente pelos sócios. O próximo passo da mutualista seria encaminhar o regulamento para a análise do Presidente da Província. Naquele mesmo dia, Joaquim Borges Carneiro, mestre entalhador pardo, Diretor da mutualista, se ofereceu para levar o material ao Palácio do Governo de Pernambuco. De pronto, seu nome foi aprovado pelo grupo de artífices. Apesar de os sócios estarem coesos sobre a legitimidade de seus objetivos mais originais, sabemos que existia um ambiente jurídico desfavorável às suas pretensões. Entretanto, no dia 24 de julho, contrariando as expectativas, os artífices comentaram que sua constituição havia sido plenamente aprovada. Na oportunidade, eles tentavam juntar a quantia necessária para pagar os tributos que liberariam o novo Estatuto. Uma portaria do mês de agosto concedeu licença para que a rebatizada "Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais" pudesse funcionar oferecendo socorros e aulas[14]. Por que isto teria ocorrido?

## A economia do favor e o afrouxamento da legislação de 1860

Tendo em vista os limites impostos pela legislação de 1860, pode causar certo estranhamento o fato de o Presidente da Província sancionar o trabalho da Comissão de Revisão dos Estatutos. Sendo assim, por que os comissários alcançaram êxito onde outros sócios falharam? A resposta para esta pergunta está no próprio conjunto de artigos e parágrafos do Estatuto de 1862. Em especial, em um deles, que nos permite perceber que a mutualista encontrou fortes aliados políticos para garantir a permanência das aulas e dos socorros. Com o objetivo de aumentar as redes sociais do grupo, a constituição dos artífices determinou que fossem criadas mais três novas categorias de sócios: Honorário, Benemérito e Correspondente. Em fevereiro de 1863, localizamos cinco homens públicos pernambucanos matriculados naquela primeira categoria. Para ser Sócio Honorário, o indivíduo deveria possuir ao menos um de três atributos fundamentais: ser personalidade de reconhecido talento literário, ter indubitável prestígio

[14] *Livro de Atas do Conselho Administrativo da Sociedade das Artes Mecânicas e Liberais, 1855-1863*, fls. 50v-1, 54v e 55v, UNICAP, PE, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios.

social ou em algum momento de sua vida ter prestado relevantes serviços à associação[15].

O primeiro Sócio Honorário agraciado com o título foi Joaquim Pires Machado Portella. Ao ser aceito como membro honorário da entidade artística, contava com 33 anos, foi referido como Doutor, residia na Rua Nova e ocupava a Direção Geral da Instrução Pública. No mesmo período em que assentou como associado, o político conservador acumulou muito poder. Em 1862, podemos encontrá-lo na presidência do Conselho Diretor da Instrução Pública, na 2ª Vice-Presidência da Província e em uma das cadeiras da Assembleia Provincial de Pernambuco. Segundo o *Diario de Pernambuco* de 3 de fevereiro de 1865, as atividades advocatícias de Joaquim Pires Machado Portella concentravam-se em escritório próprio, localizado Rua do Imperador, número 83, primeiro andar[16]. Destaco que o mais novo e prestigiado membro da "Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais" nutria simpatias pelo grupo de artífices desde a década de 1850.

Outro Sócio Honorário digno de nota é Manoel do Nascimento Machado Portella. Um pouco mais novo que seu irmão Joaquim Pires, foi co-proprietário do mesmo escritório de advocacia da Rua do Imperador. O caçula também foi Lente Substituto da Faculdade de Direito do Recife em 1857 e 1861. Conservador, sua atuação política é perceptível na Assembleia Legislativa de Pernambuco. Nos anos de 1859 e 1861, além de Deputado, foi Primeiro Secretário da Casa[17]. O terceiro beneficiado

---

[15] Apreciável, *Jornal do Recife*, 15 jul., 1863, IAHGP, PE, Hemeroteca; *ESTATUTOS da Imperial Sociedade dos Artistas Mechanicos e Liberaes de Pernambuco instituida em 1836 e inaugurada nesta cidade do Recife aos 21 de novembro de 1851*. Pernambuco: Typographia de Manoel Figueiroa de Faria & Filhos, 1882, p. 9, Gabinete Português de Leitura (doravante GPL), PE, Biblioteca/Obras Raras.

[16] *Livro de Atas do Conselho Administrativo da Sociedade das Artes Mecânicas e Liberais, 1855-1863*, fls. 77-7v, UNICAP, PE, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios; *FOLHINHA de Almanak ou Diário Ecclesiastico e Civil para as Províncias de Pernambuco, Parahiba, Rio Grande do Norte, Ceará e Alagoas para o anno de 1862*. Pernambuco: Typographia de M. F. de Faria, 1861, pp. 4, 6 e 120, Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (doravante APEJE), PE, Setor de Folhetos Raros; *Diario de Pernambuco*, 3 fev., 1865, Universidade Federal de Pernambuco (doravante UFPE), PE, Laboratório de Pesquisa e Ensino da História, Setor de Microfilmes.

[17] *Livro de Atas do Conselho Administrativo da Sociedade das Artes Mecânicas e Liberais, 1855-1863*, fls. 75v-6v, UNICAP, PE, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios; *Diario de Pernambuco*, 3 fev., 1865, UFPE, PE, Laboratório de Pesquisa e Ensino da História. Setor

com o título de honorário da mutualista foi Antonio Rangel de Torres Bandeira. Nas fontes da Instrução Pública referentes ao ano de 1863, o bacharel aparece como lente das Primeira e Segunda Cadeiras de História e Geografia do Ginásio Pernambucano. Além disto, em 1862, foi Deputado Provincial e Conselheiro Substituto do Conselho Diretor da Instrução Pública[18]. Ou seja, Torres Bandeira foi companheiro de Joaquim Pires em ambos os espaços de poder. O penúltimo indivíduo que recebeu a mercê foi Francisco de Araújo Barros. O bacharel foi Juiz Municipal e Provedor dos Resíduos e Capelas. Em 1862, a autoridade recebeu determinados membros da Irmandade de São José do Ribamar, que pretendiam ajustar as contas de sua organização leiga[19]. Vale destacar que alguns deles eram sócios. Além disso, a mutualista estava instalada na igreja de propriedade daquela confraria, que reunia pedreiros, carpinteiros, tanoeiros e calafates[20].

Assim como o Diretor Geral da Instrução Pública, o quinto Sócio Honorário merece especial destaque. Ele foi referido pelas atas do Conselho Administrativo da associação como o Senhor Doutor Figuerôa Faria[21]. No *Dicionário Biográfico de Pernambucanos Célebres*, Pereira da Costa afirma Manoel Figuerôa de Faria comprou a tipografia do *Diario*

---

de Microfilmes; *INVENTÁRIO [da] Coleção Machado Portella (Manoel do Nascimento Machado Portella)*. Recife: Governo do Estado de Pernambuco/Arquivo Público Estadual, 1982, p. 7, APEJE, PE, Setor de Documentos Manuscritos. Coleção Machado Portella. Col. M. P. 1-3; Assembleia Legislativa de Pernambuco (doravante ALEPE), PE, Divisão de Arquivo, Série Ofícios Recebidos, Caixa OR042, Maço abril de 1859; ALEPE, PE, Caixa OR048, Maço Secretaria de Governo de Pernambuco 1861.

[18] *Livro de Atas do Conselho Administrativo da Sociedade das Artes Mecânicas e Liberais, 1855-1863*, fls. 74v, 75 e 77v, UNICAP, PE, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios; Códice IP-15, fl. 184, APEJE, PE, Setor de Documentos Manuscritos, Série Instrução Pública; *FOLHINHA de Almanak...1862*, pp. 7 e 121.

[19] *Livro de Atas do Conselho Administrativo da Sociedade das Artes Mecânicas e Liberais, 1855-1863*, fls. 74v, 75 e 77v, UNICAP, PE, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios; Livro de Receitas e Despesas, 1860-1907, fls. 12-3, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, PE, Arquivo, Série Irmandade de São José do Ribamar.

[20] Em minha tese, demonstro o funcionamento co-operativo entre a associação de artífices e a Irmandade de São José do Ribamar. MAC CORD, Marcelo. *Andaimes, Casacas, Tijolos e Livros: uma associação de artífices no Recife, 1836-1880*. 2009. (Doutorado em História Social) – Universidade Estadual de Campinas, 2009.

[21] Livro de Atas do Conselho Administrativo da Sociedade das Artes Mecânicas e Liberais, 1855-1863, fls. 75v-6v, UNICAP, PE. Biblioteca/Coleções Especiais. Série Liceu de Artes e Ofícios.

*de Pernambuco* em 1830 – e, mesmo depois de sua morte, em 1866, seus filhos tocaram o empreendimento[22]. No Oitocentos, o referido jornal foi o mais importante da Província, sendo um tradicional veículo do Partido Conservador. Na década de 1840, por exemplo, o periódico foi um dos maiores porta-vozes dos "guabirus" na luta ideológica contra os "praieiros" – que utilizavam o *Diário Novo* para expressar suas opiniões[23]. O editor também possuía representativa ligação com o ensino profissional. Em 1862, Manoel Figuerôa de Faria lecionava na Primeira Cadeira do Curso Comercial Pernambucano. Por fim, além de membro da "Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais", o bacharel também frequentou outras associações recifenses. Entre elas, o Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico de Pernambuco e a Associação Comercial Beneficente[24].

Conhecidos os Sócios Honorários, podemos afirmar que pelo menos dois deles, Joaquim Pires Machado Portella e Francisco de Araújo Barros, prestaram serviços diretos e indiretos à associação antes de 1863. De qualquer forma, a maior parte dos agraciados possuía sólidos conhecimentos jurídicos para assessorar a mutualista na renovação do velho Estatuto. Mais do que isto, todos tinham poder político para fazer com que o Estado também afrouxasse a execução da Lei de número 1.083 e do Decreto de número 2.711. Acredito que seja impossível entender todo o processo que envolveu a feitura e a chancela do Estatuto de 1862 sem considerar a ingerência dos representantes das elites letradas e proprietárias no processo. Podemos extrapolar a afirmação até mesmo para o pagamento das cotas anuais. Sem dúvida, a associação esteve numa espécie de limbo jurídico entre os anos de 1860 e 1862. Neste período, era muito difícil encontrar justificativas legais para que o orçamento provincial continuasse contemplando a mutualista. Independente disto, os empenhos da Instrução Pública mantiveram 1:000$000rs consignados na rubrica da "Associação

---

[22] PEREIRA DA COSTA, F. A. *Diccionário Biográfico de Pernambucanos Célebres*. Recife: Typographia Universal, 1882, pp. 668-70.

[23] MARSON, Izabel Andrade. *Movimento Praieiro*: imprensa, ideologia e poder político. São Paulo: Moderna, 1980.

[24] *FOLHINHA de Almanak...1862*, p. 130; PEREIRA DA COSTA, F. A. *Diccionário*..., pp. 668-70.

Artística"[25]. Tendo em vista a economia do favor que marcou as relações sociais brasileiras, contrapartidas foram exigidas aos artífices.

**As contrapartidas exigidas pelos patronos da mutualista**

Feitas as análises e as considerações sobre as conjunturas que envolveram a revisão do velho Estatuto, seguiremos discutindo algumas outras novidades contidas no documento aprovado em 1862. A nova constituição da "Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais" criou a figura do Sócio Efetivo (que precisava ser artífice) e permitiu a entrada de oficiais e aprendizes nos quadros da entidade – talvez, a medida fosse uma imposição dos patronos da mutualista, que desejam maior controle sobre a mão-de-obra livre e pobre. Entretanto, para compensar a abertura, os novos membros teriam *status* diferenciado dos peritos. No topo da hierarquia, o Sócio Magistral precisava ser mestre completo (indivíduo que possuía conhecimentos práticos e domínio das matérias teóricas), estabelecido em sua arte e devidamente diplomado. Logo abaixo, encontramos o Sócio Provecto. O postulante precisava ser mestre habilitado na prática de seu ofício e estabelecido em sua arte – portanto, deveria preencher dois requisitos exigidos ao Sócio Magistral. O Sócio Magistrando era o oficial, pois trabalhava sob o risco alheio. Na base da pirâmide encontramos o Sócio Aluno. Este era o aprendiz, trabalhador menos habilitado nas artes e ofícios[26].

Conhecidos os graus que distinguiram os sócios efetivos de acordo com seu nível de "aperfeiçoamento", percebemos que o Estatuto de 1862 manteve as fortes hierarquias corporativas que existiram na fundação da mutualista. Por mais que as corporações de ofício tivessem sido extintas

[25] *COLLEÇÃO de Leis Provinciais de Pernambuco do anno de 1860*. Pernambuco: Typographia de M. F. de Faria, 1860, p. 35, APEJE, PE, Setor de Documentos Impressos; *COLLEÇÃO de Leis Provinciais de Pernambuco do anno de 1861*. Pernambuco: Typographia de M. F. de Faria, 1861, p. 24, APEJE, PE, Setor de Documentos Impressos; *COLLEÇÃO de Leis Provinciais de Pernambuco do anno de 1862*. Pernambuco: Typographia de M. F. de Faria, 1862, p. 28, APEJE, PE, Setor de Documentos Impressos.

[26] PEREIRA DA COSTA, F. A. *Homenagem à Benemérita Sociedade dos Artistas Mechanicos e Liberaes...,* p. 12; *ESTATUTOS da Imperial Sociedade dos Artistas Mechanicos e Liberaes...*, p. 9; Apreciável, *Jornal do Recife*, 15 jul., 1863, IAHGP, PE, Hemeroteca.

no Brasil há quase 40 anos, seus costumes e práticas continuaram sendo resignificados pela "Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais". Sendo assim, por mais que a associação passasse a aceitar como legítima a matrícula de oficiais e aprendizes em suas fileiras, é preciso observar que inexistiram quaisquer perspectivas de isonomia entre eles e os artífices "diplomados". O grupo continuou reproduzindo em suas reuniões e nos demais atos sociais os mesmos ordenamentos antigamente experimentados nas tendas, nas oficinas e nos canteiros de obras. Prova disto é que os cargos de maior poder da Mesa Diretora permaneceram essencialmente ocupados por mestres de ofício. Vejamos por exemplo o preenchimento das principais funções deliberativas no ano 1862. O respectivo pleito ocorreu em 4 de setembro, pouco tempo depois de a portaria provincial oficializar o Estatuto e a "Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais".

Apurados os votos, o Segundo Secretário escolhido pela mutualista foi Pedro José Pereira dos Santos Alvarenga, músico experimentado que se tornou sócio na década de 1850. O vencedor da Primeira Secretaria foi Antonio Basílio Ferreira Barros. A Tesouraria ficou sob a responsabilidade de José Francisco do Carmo, mestre canteiro pardo e ex-membro da Comissão de Revisão dos Estatutos. Contudo, no dia 30 de outubro, o canteiro pediu exoneração do cargo. No início de novembro, houve nova eleição para Tesoureiro. O mais votado foi um mestre pedreiro pardo, João Manoel de Farias, também ex-comissário daquela extinta instância de poder. O Orador selecionado pelos sócios foi Joaquim Borges Carneiro, que havia levado o Estatuto revisto para apreciação do Presidente da Província. Por fim, o Diretor eleito foi João dos Santos Ferreira Barros[27]. O mestre de obras pardo também era filho do idealizador da mutualista. Fica nítido que, além da presença dos filhos de José Vicente Ferreira Barros na Mesa Diretora, a mesma foi majoritariamente composta por artífices especializados no ramo da madeira e das edificações. Ainda destacamos

[27] *Livro de Atas dos Trabalhos das Mesas Eleitorais*, fls. 2-2v, UNICAP, PE, Biblioteca/Coleções Especiais. Série Liceu de Artes e Ofícios; *Livro de Atas do Conselho Administrativo da Sociedade das Artes Mecânicas e Liberais, 1855-1863*, fls. 57 e 65v-6, UNICAP, PE, Biblioteca/Coleções Especiais. Série Liceu de Artes e Ofícios.

que a Mesa Diretora de 1862 contou com gestores que participaram do processo de reforma do velho Estatuto.

É preciso sublinhar que a confirmação da escolha de João dos Santos Ferreira Barros para o cargo de Diretor precisou da chancela do Presidente da Província de Pernambuco. Segundo as atas da "Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais", as regras imperiais de 1860 faziam esta exigência. Na sequência da eleição, portanto, a mutualista enviou uma listagem para o exame do governante[28]. Em 1862, é bastante provável que o arrolamento reproduzisse o relatório da Mesa Eleitoral de 4 de setembro. Sendo assim, o segundo mais votado para Diretor foi o mestre pedreiro pardo Antonio Francisco Paz. Na década de 1850, o artífice era Mestre Pedreiro Interino do Arsenal de Marinha e fora mesário da confraria devotada a São José. Logo em seguida, Felix de Valois Correia apareceu na terceira posição. O torneiro pernambucano entrou na Sociedade em 1859. No ano seguinte, Valois ocupou interinamente o cargo de Tesoureiro e foi comissário do Exame de Contas[29]. De qualquer forma, independente dos nomes listados, uma portaria de 24 de setembro ratificou a escolha feita pela da associação. No dia 2 de outubro, o documento foi lido aos sócios[30].

Outra novidade do Estatuto de 1862 foi a abertura das portas da "Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais" para a entrada de estrangeiros[31]. Considerando que a mutualista foi criada para combater a influência do trabalhador europeu nos mercado pernambucano, tal

---

[28] *Livro de Atas do Conselho Administrativo da Sociedade das Artes Mecânicas e Liberais, 1855-1863*, fl. 56, UNICAP, PE, Biblioteca/Coleções Especiais. Série Liceu de Artes e Ofícios.

[29] *Livro de Atas dos Trabalhos das Mesas Eleitorais*, fl. 2, UNICAP, PE, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios; *Livro de Atas do Conselho Administrativo da Sociedade das Artes Mecânicas e Liberais, 1855-1863*, fls. 24-4v e 57, UNICAP, PE, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios; *Livro de Matrícula da Imperial Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais de Pernambuco, 1874-1901*, fl. 2v, UNICAP, PE, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios.

[30] *Livro de Matrícula das Aulas Primárias (Primeiras Letras)*, fl. 11v, UNICAP, PE, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios; *Livro de Atas do Conselho Administrativo da Sociedade das Artes Mecânicas e Liberais, 1855-1863*, fl. 61v, UNICAP, PE, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios.

[31] PEREIRA DA COSTA, F. A. *Homenagem à Benemérita Sociedade dos Artistas Mechanicos e Liberaes...,* p. 12.

determinação parecia um contra-senso. As aulas noturnas e os socorros mútuos foram instituídos para proteger o artífice nacional da competição com o imigrante. Prova disto é que, até 1859, somente localizamos um português nos quadros da mutualista, Joaquim dos Santos Pinto. Sócio em 1842, o mestre marceneiro descumpriu suas obrigações com a associação e foi listado entre os sócios expulsos em 1853[32]. Podemos reforçar o incômodo da entidade artística com o estrangeiro através de outra lembrança. Na década de 1850, o *Echo Pernambucano* utilizou a perícia dos sócios para questionar a política de contratação do Inspetor do Arsenal de Marinha de Pernambuco. O artigo então publicado reclamava contra o português Eliziário dos Santos, que preferia contratar trabalhadores europeus apesar do notório "aperfeiçoamento" dos membros da mutualista[33].

Tendo em vista as costumeiras práticas político-institucionais da associação quanto ao perfil identitário de seus filiados, duas hipóteses podem explicar a abertura do grupo aos artífices estrangeiros. A primeira delas está fundamentada na simples imposição governamental. Na Corte, por exemplo, o Conselho de Estado assumiu a postura de vetar todos os dispositivos estatutários que impedissem a presença de trabalhadores europeus nas associações artísticas[34]. Segundo José Murilo de Carvalho, os pareceres e opiniões dos conselheiros tinham grande alcance político[35]. Sendo assim, é provável que o Presidente da Província de Pernambuco seguisse aquela mesma orientação. A segunda hipótese é mais factível, pois, além de considerar as ordens vindas "de cima", inclui os interesses e valores dos sócios no processo decisório. Sabemos que a mutualista mantinha um diálogo frequente com destacados representantes das elites letradas e proprietárias. Por conta disto, a liberação da matrícula aos europeus pode ter sido fruto de barganhas. É bastante crível que os sócios tenham negociado

---

[32] *Livro de Atas do Conselho Administrativo da Sociedade das Artes Mecânicas e Liberais, 1852-1853*, fls. 37v-8, UNICAP, PE, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios.

[33] A associação de artistas mecânicos em Pernambuco, *O Echo Pernambucano*, 7 set., 1853, APEJE, PE. Hemeroteca.

[34] Documento 25, fls. 2v-3, AN, RJ, Fundo Conselho de Estado, Caixa 532, Pacote 1.

[35] CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem: a elite política imperial; Teatro de Sombras: a política imperial*. 2ª ed. rev. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Relume-Dumará, 1996, p. 328.

a nova diretriz associativa como uma espécie de "mal necessário", tendo em vista as concessões conquistadas pelo grupo.

Independente da ilação que tenha mais correspondência com a abertura da associação aos estrangeiros, é fato que os artífices pernambucanos contornavam seu novo Estatuto quando lhes era conveniente. Nos primeiros anos de vigência do documento, somente quatro trabalhadores europeus puderam se matricular na "Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais". Oriundos da Alemanha, encontramos os peritos Theodoro Ramph e Remigio Kneip. O primeiro era mestre pedreiro, assentou como Sócio Provecto em outubro de 1862, tinha 43 anos e era casado. O outro germânico se tornou sócio em 1863, era mestre "estabelecido com fábrica de marcenaria", contava 45 anos e também era casado. Segundo os almanaques recifenses, sua loja ficava na Rua da Imperatriz, número 23[36]. Sobre os outros dois artistas mecânicos estrangeiros, ambos eram portugueses. João Luiz de Araújo era solteiro, exercia o ofício de carpina, tinha 25 anos e assentou como Sócio Aluno em 1863. José Antonio Alves Neivas se tornou Sócio Provecto no mesmo ano, mas era casado, especialista na arte de estucador e contava 40 anos de vida[37]. Como podemos observar, apesar da dívida com seus patronos, os sócios também impuseram suas demandas aos "de cima" da pirâmide social.

---

[36] *Livro de Atas do Conselho Administrativo da Sociedade das Artes Mecânicas e Liberais, 1855-1863*, fls. 61, 64 e 72, UNICAP, PE, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios; *Livro de Matrícula dos Sócios da Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais, 1862-1871*, fl. 1v, UNICAP, PE, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios; *Livro de Contas Correntes dos Sócios, 1862-1863*, fl. 7, UNICAP, PE, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios; *Acta da Sessão magna do dia 21 de 8bro de 1862*, Caixa Material de Pesquisa do Liceu 2 (documentos avulsos), UNICAP, PE, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios; Livro de Atas do Conselho Administrativo da Sociedade das Artes Mecânicas e Liberais, 1860-1864, fls. 230 e 233, UNICAP, PE, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios; *FOLHINHA de Almanak...1862*, p. 272.

[37] Livro de Atas do Conselho Administrativo da Sociedade das Artes Mecânicas e Liberais, 1855-1863, fls. 76, 93-3v, UNICAP, PE, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios; Livro de Matrícula dos Sócios da Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais, 1862-1871, fl. 5v, UNICAP, PE, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios; Livro de Atas do Conselho Administrativo da Sociedade das Artes Mecânicas e Liberais, 1860-1864, fl. 211, UNICAP, PE, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios.

## A "duplicidade jurídica" como direito conquistado pela associação de artífices

No item anterior, deixamos de nos referir propositadamente a uma última novidade do Estatuto de 1862. De forma inédita, ele permitiu que o público em geral também frequentasse regularmente todas as aulas noturnas da "Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais"[38]. Oficialmente, o acesso ao "aperfeiçoamento", ao "progresso" e à "moralidade" deixou der ser privilégio exclusivo dos sócios. Contudo, o altruísmo da medida também dialogou com interesses mais pragmáticos e particularistas. A nova diretriz estatutária foi criada porque a associação estava sendo reconhecida pelo governo de Pernambuco como um grupo de socorros mútuos que também diversificava suas atividades como escola particular. No transcorrer da reforma estatutária, esta foi a saída legal encontrada para que os sócios mantivessem as aulas sem ferir o Capítulo VIII da Lei de número 2.711. A construção de uma espécie de "duplicidade jurídica" foi um importante elemento político para que o grupo de artífices mantivesse a integridade de seu projeto mais original.

No Estatuto de 1862, o artigo que oficialmente franqueou todas as aulas noturnas da associação ao grande público era especial por sua complexidade. Ele foi a síntese de um processo político-institucional que manobrou a legislação de 1860 e concedeu certa "duplicidade jurídica" para o grupo de artífices. Paralelamente à obediência ao Capítulo VIII da Lei de número 2.711, que regulava as organizações de socorros mútuos, a "Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais" também ganhou foro de escola particular reconhecida pela Instrução Pública. Por causa disto, os sócios tiveram que adaptar parte de suas atividades cotidianas segundo as exigências prescritas pela Lei Provincial de número 369, aprovada em 14 de maio de 1855 – que dava nova organização à Instrução Pública de Pernambuco. De forma precisa, a associação deveria guiar suas atividades docentes segundo alguns artigos do Título 4, Capítulo Único, intitulado "Do ensino particular primário e secundário".

---

[38] PEREIRA DA COSTA, F. A. *Homenagem à Benemérita Sociedade dos Artistas Mechanicos e Liberaes...,* p. 13.

O primeiro artigo que a mutualista precisou obedecer foi o de número 80, que afirmava que o funcionamento de toda escola particular dependia do aval do Diretor Geral da Instrução Pública. Não foram encontradas as fontes governamentais que legitimaram a institucionalização escolar da "Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais", mas é provável que a chancela tenha sido facilmente conseguida pelos sócios. O bacharel Joaquim Pires Machado Portella ocupou aquele importante cargo executivo nos anos em que o velho Estatuto esteve sendo reformado. Por sua vez, percebemos que os Artigos 83, 84 e 86 efetivamente regularam o cotidiano do grupo de artífices. Os dois primeiros determinavam que fossem criados os programas de estudos e os regimentos internos das instituições particulares[39]. Em 1863, a entidade artística recifense cumpriu com o que foi pedido, pois já contava com seu próprio Regulamento das Aulas[40]. Finalmente, o último artigo mandava que fossem enviados relatórios trimestrais àquele órgão público[41]. Nas atas do Conselho Administrativo, logo no segundo semestre de 1862, pode-se verificar que o documento foi devidamente providenciado pelos sócios[42].

No bojo do processo de adequação à Lei Provincial de número 369, a "Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais" também precisou criar sua diretoria pedagógica. Esta foi uma outra exigência contida no Artigo 83. Segundo as atas do Conselho Administrativo da entidade artística, cabia ao corpo social escolher o Diretor das Aulas, mas o candidato não deveria exercer cargos docentes na mutualista. Além disto, também era preciso que tal indivíduo tivesse conduta "moralizada"[43]. Por sua vez, depois de eleito,

---

[39] *COLLECÇÃO de Leis, Decretos e Resoluções da Província de Pernambuco, Tomo XVIII, anno de 1855*. Pernambuco: Typographia de M. F. de Faria, 1855, pp. 45-46, APEJE, PE, Setor de Documentos Impressos.

[40] *Livro de Atas do Conselho Administrativo da Sociedade das Artes Mecânicas e Liberais, 1860-1864*, fl. 221, UNICAP, PE, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios.

[41] *COLLECÇÃO de Leis, Decretos e Resoluções da Província de Pernambuco, Tomo XVIII, anno de 1855*, p. 46.

[42] *Livro de Atas do Conselho Administrativo da Sociedade das Artes Mecânicas e Liberais, 1855-1863*, fl. 58, UNICAP, PE, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios.

[43] *Livro de Atas do Conselho Administrativo da Sociedade das Artes Mecânicas e Liberais, 1860-1864*, fl. 243, UNICAP, PE, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios; *COLLECÇÃO de Leis, Decretos e Resoluções da Província de Pernambuco, Tomo XVIII, anno de 1855*, pp. 45-6.

o novo gestor nomearia o Secretário e o Censor das Aulas. Entretanto, os indivíduos que se investissem dos respectivos cargos precisavam do aval do Diretor da "Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais". Nos dois primeiros anos de funcionamento da Diretoria das Aulas, período em que a instância pedagógica ainda ganhava melhores contornos e experiência organizacional, a maior autoridade da Mesa Diretora sempre foi ouvida previamente sobre "todos os papéis ou negócios das aulas". Contudo, a partir da eleição ocorrida em fevereiro de 1864, o órgão ganhou mais solidez institucional e, por conseguinte, maior autonomia para administrar as rotinas escolares.

Naquele pleito, Eliziário Gomes de Mello foi eleito para o principal posto da Diretoria das Aulas[44]. Sócio Provecto em 1862, contava 34 anos, era viúvo, pernambucano e alfaiate. A importância que o mestre de ofício dava à instrução e à educação pode ser verificada pelo *Jornal do Recife* de 22 de abril de 1865, onde encontra-se a notícia de que a Assembleia Legislativa informava que seu filho havia sido aceito como aluno pensionista do Ginásio Provincial de Pernambuco[45]. A referida escola era pública e de nível secundário, sendo criada, em 1855, para substituir o Liceu Provincial. Por sua vez, Elias da Rocha Pereira foi nomeado e confirmado para a Secretaria das Aulas. Em 1863, o pernambucano tinha 34 anos, era casado e exercia o ofício de pintor[46]. Para Censor das Aulas, foi chancelado

---

[44] Até aqui, tudo no *Livro de Atas do Conselho Administrativo da Sociedade das Artes Mecânicas e Liberais, 1860-1864*, fls. 243 e 246-7, UNICAP, PE, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios.

[45] *Livro de Atas do Conselho Administrativo da Sociedade das Artes Mecânicas e Liberais, 1855-1863*, fls. 58v e 64, UNICAP, PE, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios; *Livro de Atas do Conselho Administrativo da Sociedade das Artes Mecânicas e Liberais, 1860-1864*, fl. 129, UNICAP, PE, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios; *Livro de Matrícula dos Sócios da Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais, 1862-1871*, fl. 2, UNICAP, PE, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios; *Livro de Contas Correntes dos Sócios, 1862-1863*, fl. 14, UNICAP, PE, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios; Acta da Sessão Magna no dia 21 de 8bro de 1862, Caixa Material de Pesquisa do Liceu 2 (documentos avulsos), UNICAP, PE, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios; *Jornal do Recife*, 22 abr., 1865, Fundação Joaquim Nabuco, PE, Setor de Microfilmes.

[46] *Livro de Atas do Conselho Administrativo da Sociedade das Artes Mecânicas e Liberais, 1860-1864*, fls. 210, 246-7, UNICAP, PE, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios; *Livro de Atas do Conselho Administrativo da Sociedade das Artes Mecânicas e Liberais, 1855-1863*, fls. 59v,

o nome de Rufino da Costa Pinto. O alfaiate pernambucano tinha 40 anos e era viúvo. Seu juramento como Sócio Provecto ocorreu na mesma Sessão Magna que assentou Eliziário Gomes de Mello. Além de ocupar o referido cargo pedagógico, Rufino ainda foi escolhido como Primeiro Adjunto do Diretor da Sociedade em 1863[47]. Como podemos deduzir, a criação de uma escola particular, co-operativa com a mutualista, permitiu que os artífices mantivessem seu escopo e driblassem a legislação de 1860.

## Considerações finais

A historiografia mais recente demonstrou que existem consideráveis diferenças entre a mera descrição explicativa de alguma lei (metodologia que engessa e institucionaliza a norma) e a análise de sua criação e/ou aplicação prática – metodologia que aponta para uma série de tensões cotidianas e conflitos de interesses. Nesta segunda perspectiva, que considera a agência dos sujeitos na feitura, recepção e interpretação dos códigos jurídicos, percebemos que qualquer lei nunca é simples produto "superestrutural" da "ideologia dominante"; muito menos, algo que seja aceito como "justo" e "legítimo" pelo conjunto mais amplo da sociedade[48]. Entendo que minha pesquisa e meu texto dialogam com esta corrente. Por mais que a Lei de número 1.083 (de 22 de agosto de 1860) e o Decreto de número 2.711 (de 19 de dezembro de 1860) pretendessem restringir a vida social da mutualista recifense, seus membros reforçaram noções de direitos próprios baseados em costumes comuns – forjados a partir de suas

61-1v, UNICAP, PE, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios.

[47] *Livro de Atas do Conselho Administrativo da Sociedade das Artes Mecânicas e Liberais, 1860-1864*, fls. 129, 211 e 246-7, UNICAP, PE, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios; *Livro de Atas do Conselho Administrativo da Sociedade das Artes Mecânicas e Liberais, 1855-1863*, fls. 59v e 63v, UNICAP, PE, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios; *Livro de Matrícula dos Sócios da Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais, 1862-1871*, fl. 3, UNICAP, PE, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios; Livro de Contas Correntes dos Sócios, 1862-1863, fl. 67, UNICAP, PE, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios; *Acta da Sessão Magna no dia 21 de 8bro de 1862*, Caixa Material de Pesquisa do Liceu 2 (documentos avulsos), UNICAP, PE, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios.

[48] Para o aprofundamento do debate, ver: LARA, Silvia Hunold; MENDONÇA, Joseli Maria Nunes (orgs.). *Direitos e Justiças no Brasil: ensaios de História Social***.** Campinas: Editora da Unicamp, 2006.

experiências no mundo do trabalho. Não seria fácil, portanto, por causa de um conjunto de leis vindas "de cima", demover a associação da crença de que era imperioso oferecer amplos socorros e aulas noturnas para seus artífices.

A problemática que o leitor acompanhou permite que cheguemos à outra importante conclusão. Todo o processo aqui estudado, que permitiu aos artífices e seus patronos contornar certos quesitos das leis de 1860, indicou a importância da mutualista na vida do Recife. As elites letradas e proprietárias pernambucanas precisavam colaborar com um grupo que poderia "moralizar" a mão-de-obra livre e pobre da Província, mesmo que isso significasse algum tipo de desrespeito às normas aprovadas pelo poder central. Além disso, muitos dos principais mestres de ofício da associação iam às urnas. Em 1863, por exemplo, os Sócios Efetivos discutiram a possibilidade "de se trabalhar a fim de se poder dar um Deputado Provincial nas próximas eleições, o qual protegesse as futuras pretensões da Sociedade"[49]. Ou seja, os "de cima" da pirâmide social sabiam que os trabalhadores especializados possuíam importantes moedas de troca para financiar suas pretensões políticas e eleitorais. Por sua vez, organizados, escolarizados, "moralizados" e com profissões qualificadas, os artífices sabiam que trilhavam as searas da cidadania. Por conta disso, se distanciavam dos demais trabalhadores manuais, fossem escravos ou não. Em uma Província paternalista, portanto, o apoio da "boa sociedade" garantiu aos membros da mutualista a conservação/consolidação de uma série de costumes/conquistas que consideravam justos e meritórios.

[49] *Livro de Atas do Conselho Administrativo da Sociedade das Artes Mecânicas e Liberais, 1860-1864*, fl. 223, UNICAP, PE, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios.

# A Produção e Reprodução Capitalista como Elemento Fundante da Luta de Classes

Daniel Rodrigues

## 1 - A transformação do proletariado e as novas exigências formativas

Baseada nas transformações do próprio modo de produção capitalista é muito comum a crítica existente da retirada de cena dos próprios sujeitos coletivos do processo organizativo da produção e de sua continuidade da mesma, no modelo organizacional hegemônico atual. A crise de acumulação de capitais, do início dos anos de 1970, foi decisiva para que o modelo vigente capitalista desse lugar a um processo de radicalização do processo de exploração, iniciando um processo de transição entre o Estado de Bem-Estar Social e o Estado Neoliberal. Esta situação foi expressa a partir de um processo inflacionário que, antes necessário, fugiu do controle de seu objetivo fundamental, a saber: o próprio crescimento do capital. Foi chamada também, pelos economistas da crise dos "petrodólares", que desencadeada pela cartelização dos produtores de petróleo, ocasionou uma elevação galopante do preço do barril de petróleo. Este deslocamento, num dos fundamentos da economia capitalista mundial, da inflação, numa escala intensiva e de forma internacional, desloca também essa fonte estratégica, o petróleo, enquanto fonte básica de matéria-prima e elemento fundamental gerador de energia. Somado ao aumento do custo social da classe trabalhadora juntamente com o processo inflacionário vai além dos objetivos colocados pelo capital, ou seja, os dínamos, a inflação e o Estado de Bem-Estar Social passaram a atrapalhar o processo de acumulação de capital, assim se apresentava uma das mais expressivas crise de acumulação de capital, e como numa bola de neve, a crescia ainda mais, ocasionando todo um aumento no custo de toda a produção e distribuição industrial.

Urgia uma nova organização do processo produtivo, um novo ataque ao proletariado prático e ideológico

Como superação da crise, volta-se os olhos para a saída estratégica "tradicional" da crise com a forma histórica originária da organização societária capitalista, a saber: avançar sobre a parte da riqueza do proletariado, tanto em salário direto como em benefícios sociais como políticas de habitação, seguridade social, entre outros direitos adquiridos. No entanto, existiam dois importantes fenômenos que impediam o avanço dos capitalistas à parte destinada aos trabalhadores. Um primeiro, sem necessariamente responder a uma ordem de importância, a existência da vizinha União Soviética e de seus países satélites do leste europeu que garantiam toda uma política social de moradia, escolarização, medicina e seguridade social com um pleno emprego, a despeito de todas as dificuldades e arbitrariedades políticas e econômicas existentes naqueles países. O pós Segunda Guerra Mundial, ao contrário de penalizar com multas e taxas pesadas que inviabilizariam  o avanço do capitalismo naqueles países, vai colocar altas somas de capitais para reconstrução da Europa Ocidental. Este movimento capitalista serviu de base para as empresas norte-americanas aproveitarem-se do boom do crescimento na época, na própria Europa. Ali, o Plano Marshall, incluindo o Japão, financiou a reconstrução dos países derrotados e dos aliados num processo que permitiu um crescimento econômico nunca antes visto na terra. Ali, o sindicalismo, mesmo burocratizado e de profundamente sistêmico, tinha uma ressonância forte. O Estado de Bem-Estar Social, além de ser uma possibilidade assumida no processo de concentração e centralização das riquezas mundiais na Europa, tinha de responder as demandas de uma forma mais contundente que os seus vizinhos orientais para a sua classe proletária. Era a possibilidade do processo de exploração capitalista pagar os salários para uma estável reprodução proletária autóctone, não podemos esquecer que o processo migratório com a chegada de asiáticos, africanos e caribenhos na Europa Ocidental, constituía-se numa divisão de trabalho que possibilitava uma série de direitos sociais diferenciando os autóctones europeus com esses estrangeiros negros, árabes entre outros. Era uma

situação em plena "guerra fria" em que a propaganda e as políticas sociais eram fundamentais nessa disputa em todos os lados.

A crise do Estado de Bem-Estar Social é uma crise de acumulação capitalista, através desse seu modelo específico de exploração capitalista. A necessária saída apontada pelo capital requer em seus fundamentos mais sangue vivo, o altar necessita de sangue novo para imolar os desejos superiores, aplacar a ira divina. Estes elementos básicos já estão descritos no próprio Manifesto do Partido Comunista[1],

> De que maneira consegue a burguesia vencer as suas crises? De um lado, pela destruição violenta de uma grande quantidade de forças produtivas; de outro lado, pela conquista de novos mercados e pela exploração mais intensa dos antigos. A que leva isso? Ao preparo de crises mais extensas e destruidoras e a diminuição dos meios evitá-las.

Marx e Engels apontam genericamente algumas saídas básicas da crise sistêmica cíclica, uma saída envolta numa crise futura e de maiores proporções. É a crise como a situação de não reprodução da acumulação de capital, que carrega consigo, a causa (a não reprodução da velocidade e intensidade de acumulação de capital) e o efeito, (que se apresenta como uma impossibilidade de reprodução da a cumulação) da própria crise, no caso, com a elevação do custo do trabalho vem a aniquilação de variadas formas e de parte importante das forças produtivas, desde os antigos parques industriais, até parte do proletariado acostumado com o modelo fordista/taylorista de produção associado às políticas mais gerais keynesianas de implementação do Estado de Bem-Estar Social. A saída neoliberal prevê uma rearticulação mais profunda do seguinte tripé: ama reorganização do processo do trabalho, a utilização de novas tecnologias e a flexibilização dos direitos dos trabalhadores, para tal é necessária uma nova política para as relações entre capital e trabalho, inclusive no que tange as relações formalizadas no período de "ouro" do capital. Para tal, é necessário precarizar ainda mais as relações de trabalho existentes e hegemônicas até

[1] MARX, Karl e ENGELS, Friederich. Manifesto do Partido Comunista. Vol. 1. In: *Obras Escolhidas*, Editora Alfa-Omega, s/d, p. 26.

então. E para efetivá-las necessita uma política de formação da força de trabalho dentro desses novos paradigmas. A reestruturação produtiva inclui centralmente uma profunda relocalização da força de trabalho, uma reorganização profunda dos trabalhadores no processo produtivo e nas políticas de assistência. Esse reordenamento para os proletários envolve, não só o aspecto destrutivo, de parte das forças produtivos, mas a sua recontratuação e a sua própria formação, para além de recompor nesse novo momento de adaptação e aceitação da própria destruição de suas forças.

Em nosso processo de investigação sobre a formação do trabalhador enquanto tal, produzimos um trabalho intitulado, "O fetiche das competências"[2] que buscando os processos denominados de qualificação para o trabalho, a partir da investigação fomos levados a novo degrau de formação mais avançada no capitalismo, não mais determinada pelos ditames tayloristas/fordistas e sim, pelo chamado toyotismo, forma básica de estruturação que tem por referência a produção automotiva da fábrica japonesa da Toyota desenvolvida por Ohno, um dos diretores da empresa responsáveis pela sistematização dessa nova forma organizativa. Ali, os princípios do toyotismo: mecânica flexível, multifuncionalização da força de trabalho, qualidade total, "Just in time", personalização de produtos, foram desenvolvidos e adaptados como forma geral de organização e formação do trabalho. Deste modelo foi tomada uma forma mais geral, o chamado modelo de competências, que foi referência no processo de preparação da "nova" força de trabalho que era e é exigida diante dessa nova formatação do trabalho. O toyotismo representa uma nova forma de organizar o trabalho, utilizando-se de novas tecnologias propondo então, uma nova configuração para os (as) trabalhadores(as) para positivar essa resposta à crise de acumulação de capital no processo produtivo. No modelo de formação da força de trabalho tem-se por mecanismo fundamental a concorrência, a preparação para dar conta desse novo trabalhador multifuncional que defenda a qualidade total, e faça o seu

[2] RODRIGUES, Daniel. *O Fetiche das competências*. Tese de Doutorado da Universidade Federal de São Carlos. São Carlos, 274 páginas.

processo de produção com uma maior intensidade utilizando-se das novas tecnologias produzidas para o aumento da produtividade. Assim se constrói o proletário num nível superior para concorrer, ou seja, numa verdadeira máquina emotiva para vencer (ou perder) a concorrência. Para a efetivação das competências estão os princípios relacionados ao toyotismo, como a flexibilização da atividade do(a) trabalhador(a), a subsunção formal do mesmo em relação ao capital, por exemplo. Todas essas novas características têm como fundo o processo de destruição de parte das forças produtivas como já dissemos acima. Além disso, como a saída está a conquista de novos mercados e a ampliação dos antigos. Nesse sentido, o mercado de trabalho também está inserido nessa lógica, assim fizemos esta analogia com o "Manifesto", embasada na realidade de que deve ser enfrentada, a saber: entender a saída da crise também através das leis que incidem no mercado da mercadoria especial, da força de trabalho, comumente chamado de mercado de trabalho. Como vimos, depois de destruir parte das forças produtivas, antigas fábricas e desempregando milhões de trabalhadores (as), outra parte necessária para continuar o processo produtivo, deve ser a intensificação do tempo de trabalho, desenvolvido um rico processo de formação junto ao proletariado, além de garantir um exército de reserva preparado para essas novas exigências.

Essa necessária intensificação do processo de trabalho, parte principalmente do re-ordenamento da produção utilizando-se para tal, uma nova maquinaria tendo como base a robótica e a informática, e vai se apresentar como competências, aparece então, o modelo de formação através das competências. Vemos aqui como se apresenta no plano da configuração da força de trabalho, a recomposição do mercado na busca de novos mercados e da ampliação dos antigos, uma estratégia histórica das relações capitalistas para a superação de suas crises cíclicas. Continuando essa análise, trabalhamos com outra categoria além do modelo de competências, mas que é complementar e indica uma preparação para a legitimação para o desemprego, a empregabilidade, como diz Gentilli[3]. Esta é uma nova

[3] GENTILLI, Pablo. *O casamento entre tecnologia e escola. Educar para o desemprego: a desintegração da promessa integradora.* http://portalmultirio.rio.rj.gov.br/sec21/chave_artigo.asp?cod_artigo=209. Acesso em 16/07/2011.

fase do desemprego, chamado por Mészáros de desemprego estrutural. A empregabilidade visa responder de forma positiva para a acumulação do capital, ao movimento real de destruição de parte das forças produtivas e da intensificação do mercado da força de trabalho. Ela, a empregabilidade, coincide com o modelo de competências, porque é dela que parte a preparação para enfrentar essa nova modalidade de relação contratual entre o proletariado e a burguesia, uma preparação para o fatal e perverso e mais radical desemprego. Assim se constrói uma legitimação a esse avanço do desemprego e de construção de novas relações formais para desenvolver uma maior radicalidade na exploração da força do trabalho. Na definição sobre empregabilidade um dos maiores nomes em Administração no Brasil, Chiavenato, realiza a seguinte referência, tendo como base o modelo das competências:

> As bases da **empregabilidade** repousam sobre as **competências** que as empresas requerem de seus executivos em diferentes graus, como: 1 - Agregar valor e contribuir para empresa (...). 2 – Ser responsável. Assumir compromissos com a empresa e responder por eles. (...). 3 – Ser leal (...). Lealdade não é sinônimo de obediência cega, mas é saber dizer um não inequívoco nos casos que um sim implicaria comprometer uma parcela grande demais de tempo e de recursos em algo que não traria proveito a ninguém. Lealdade é confiabilidade (...). 4 – Ter iniciativa pessoal e senso de **empreendedor.**[4] (grifo nosso)

Aqui temos o outro ponto do tripé da formação da força de trabalho. O primeiro está nos modelos de competências formadores de uma força de trabalho mais comprometida com a lógica do capital atual. O segundo ponto, a empregabilidade, é justamente que, na preparação pelas competências não está justificada plenamente na formação do sujeito competente, que é a sua preparação para o desemprego por mais competente que este o seja, então, a justificativa do competente sem emprego é a empregabilidade, que é "ficar bem espiritualmente", estabilizado e porque

---

[4] CHIAVENATO, Idalbeto. *Talento e empregabilidade.* http://www.slideshare.net/martinssoul/empregabilidade. Acesso em 16/07/2011.

não dizer, imobilizado enquanto classe, mesmo estando desempregado e sendo este fenômeno abrangente e socialmente gritante.

Por fim, depois de negar a identidade própria proletária e a necessária particular do emprego para sobrevivência, o capital vai apontar a pá de cal para o resgate da identidade negadora da sua dominação, enquanto uma construção prática e teórica, o chamado empreendedorismo. Nesta última parte do tripé da formação dos (as) trabalhadores (as) a ideia é simplesmente acabar com qualquer possibilidade de separação ideológica entre os explorados e exploradores, visto que os primeiros são alçados a um lugar especial enquanto capitalistas, ou pelo menos pequenos capitalistas. Não que na lógica do modelo das competências o manequim não seja este mesmo[5], mas que há um aprofundamento nesta forma de preparar o proletário negando completamente a relação de exploração, colocando os mesmos na "condição de exploradores" como se fossem uma só classe preocupada com o crescimento econômico e para tal buscando as melhores soluções de superação das inúmeras crises cíclica da relação capitalista vigente, inclusive, ironicamente em busca de saídas para o desemprego.

Evidente que todas estas combinações sempre colocam a questão da cizânia entre a própria classe, pois somente vão ter alguma chance em prosperar no mundo àqueles que sobreviverem e mergulharem nesta nova lógica, ou seja, aproveitarem a oportunidade de servir com maior vigor o capitalismo e ao final buscar sempre suas competências até no limite de ser um empreendedor. O modelo das competências, a empregabilidade e o empreendedorismo reforçam a prática e a ideologia de que esse mundo da produção e reprodução do capital não é feito para todos, pelo menos no que tange a obter sucesso... É somente para aqueles que se dedicarem ao máximo em aproveitar as pouquíssimas oportunidades abertas para os proletários. O lema é: aproveitar as oportunidades! E o que é a oportunidade senão a legitimação de que esse espaço não é, nem deve ser, para o conjunto das pessoas, e, sim, àqueles que conseguirem entender os códigos cifrados burgueses e comportarem-se educadamente à moda burguesa, das ideias e

---

[5] RODRIGUES, Daniel. *O Fetiche das competências*. Tese de Doutorado da Universidade Federal de São Carlos. São Carlos.

práticas capitalistas concorrenciais e destrutivas do outro, mesmo correndo riscos de não usufruírem a condição de burguês)? A partir dessa força prática e ideologia que se constrói em torno da oportunidade, decorre um debate importantíssimo para entendermos essa situação, a condição objetiva e subjetiva da formação do proletariado enquanto classe.

## 2 – A dialética subjetividade e objetividade na formação do proletariado

Um dos componentes centrais do entendimento dialético moderno do pensamento ou da realidade, conforme a matriz teórica, é justamente a inseparabilidade da relação entre o objeto e o sujeito, consequentemente, no estudo em tela, na formação da objetividade proletária e de sua subjetividade. A sua objetividade, ou seja, em princípio, independente do sujeito só ganha sentido teórico no processo de subjetivação. Na verdade, ele tem um sentido objetivo independente da vontade subjetiva, mas só pode ser expresso de forma subjetiva. No processo de objetivação o sujeito vai lhe dar sentido, portanto, na relação objeto e sujeito vai ocorrer, para o entendimento e determinação histórica do objeto, uma subjetivação, a partir da própria relação dialética existente que ocorre na realidade. Essa relação se dá inclusive para que o sujeito possa conhecê-lo efetivamente ou simplesmente vivenciá-la a própria relação, dando um significado ao objeto, entendendo o objeto no mundo do sujeito, o concreto pensado de forma clara ou fetichizada.

Hegel, um dos mais importantes filósofos da modernidade, apontava em sua obra extremamente complexa, as leis ou as regras do movimento da consciência buscando na própria exposição dessas normas o movimento existente. O próprio texto é um processo de aproximação à descrição das relações existentes entre sujeito e objeto na busca da verdade, do cognoscível. Para ele, a realidade é cognoscível porque é racional. Inicialmente, esta última cita, poderia ser resumida como um princípio que beira ao positivismo. Não se fixa, no entanto, numa racionalidade imóvel, ela é contraditória em sua definição. Acanda (2004), resgatando a história do próprio Hegel vai alertar  outra influência para além do iluminismo racionalista. Através da sua história, Hegel, a partir de sua vivência de

amizade e trocas intelectuais com românticos importantes da sua época como Hölderlin y Schelling, vai, em sua filosofia, agregar a questão da subjetividade como parte da relação da objetivação existente.

> Tiene que ser una filosofía de la identidad dialéctica (identidad dentro de la diferencia) de objeto y sujeto. De ahí la existencia del concepto de Absoluto en Hegel, elemento esencial de su filosofía. Está claro que el sujeto no puede ser el individuo, pero tampoco puede ser una instancia o ente externo al ser humano, trascendente a él. El concepto hegeliano de lo absoluto es la expresión de esa intención de superación de la distinción sujeto-objeto. Todo lo real es espiritual, porque todo es un momento del desarrollo del espíritu. Nada tiene sentido fuera de su relación con el espíritu. De ahí esta idea de Hegel: *"todo lo real es racional; todo lo racional es real".* Por ello al idealismo de carácter objetivo de la filosofía de Hegel se le denomina también como idealismo absoluto.[6]

Acanda, então, aponta para a identidade entre sujeito e objeto como uma questão central da dialética em que Marx vai beber profundamente. O próprio Espírito Absoluto, para Hegel, é um processo em construção, uma relação em movimento da própria consciência, da autoconsciência. Neste movimento, ocorre a superação da divisão mecânica entre o sujeito e o objeto. O que nos interessa aqui é a concepção de que a objetividade construída independente do entendimento do sujeito é inseparável do próprio sujeito, em uma relação de construção da identidade, é mister o entendimento da relação dialética entre a própria objetividade da relação capitalista que é operada de forma subjetiva.

O que constatamos, à primeira crítica, é justamente a não percepção da dialética no pensamento materialista, da separação e isolamento entre objetividade e subjetividade, justamente pelo não entendimento da inseparabilidade entre o sujeito e o objeto. Marx vai beber do filósofo Hegel toda a percepção da construção das relações entre o objeto e o sujeito com

---

[6] ACANDA, Jorge Luis. La importancia de Hegel para la consideración filosófica sobre la religión. In: *Modernidad, ateísmo y religión*. Aula Fray Bartolomé de las Casas, Centro Cultural San Juan de Letrán, La Habana, 2004, p. 8

inseparáveis, mas plenamente definíveis em si, dentro de um constante movimento que se atraem e se repelem mutuamente.

Hegel vai fazer uma aproximação à realidade a partir de sua busca pela verdade através da evolução da consciência vista na história. O movimento de Hegel da consciência foi reapropriado por Marx, não entendendo este, que o movimento da consciência é o seu ponto de partida, quando expõe a relação entre consciência e vida, na Ideologia Alemã,

> A produção de ideias, de representações, da consciência, está, de início, diretamente entrelaçada com a atividade material e com o intercâmbio material dos homens, como a linguagem da vida real. O representar, o pensar, o intercâmbio espiritual dos homens, aparecem aqui como emanação direta de seu comportamento material. O mesmo ocorre com a produção espiritual, tal como aparece na linguagem da política, das leis, da moral, da religião, da metafísica etc. de um povo. Os homens são produtores de suas representações, de suas ideias etc., mas os homens reais e ativos, tal como se acham condicionados por um determinado desenvolvimento de suas forças produtivas e pelo intercâmbio que a ele corresponde até chegar às suas formas mais amplas. A consciência jamais pode ser outra coisa do que o ser consciente, e o ser dos homens é o seu processo de vida real. E se, em toda ideologia , os homens e suas relações aprecem invertidos como numa câmara escura, tal fenômeno decorre de seu processo histórico de vida, do mesmo modo por que a inversão dos objetos na retina decorre de seu processo de vida diretamente físico.[7]

Marx e Engels vão entabular suas premissas teóricas na abordagem sobre o processo da relação consciência e vida, deixando claro que consciência e filha da própria objetividade da vida humana. Elabora a história de forma contrária ao que Hegel expressou, as práticas, observadas nas relações humanas, em especial, no processo produtivo dos meios para a construção da vida humana, como fonte da produção da história, a própria vida que produz a consciência e assim sucessivamente. A sua famosa escrita no prefácio do "O Capital" comprova isso, em que aponta Hegel como

---

[7] MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *A Ideologia Alemã*. 2ª edição, São Paulo: Editora Humanas Ltda., 1979, pp. 36-37.

fundamental para o desenvolvimento de sua própria construção teórica, necessário para a compreensão científica da realidade, só que de uma forma invertida à teoria de Hegel, tanto em seu ponto de partida do entendimento científico da realidade, como também de chegada, ou seja, de objetivo da reflexão teórica. Dessa forma, em princípio, Marx aparentemente aparece somente como uma simples inversão à Hegel, e que estaria superado o próprio pensamento de Hegel, ou dado um sentido mais relevante para o mesmo, essa visão carece de um tratamento mais cuidadoso. O que queremos apontar é que Marx ao utilizar Hegel, as leis da dialética, do movimento do pensamento, na verdade ele o faz a partir do pensamento, mas com base na realidade fundamental para a vida humana, ou seja, com base nas relações sociais, especialmente às relações de produção e à reprodução da vida humana.

No caso, a formação do "novo" proletariado, também condiciona o sujeito pesquisador, também o define como deve ser abordado, com base em práticas *novedosas* do modelo das competências, da empregabilidade e do empreendedorismo. Para tal, o entendimento histórico da relação entre capital e trabalho, especialmente da construção da modificação da ideia da formação para efetivação do polo proletário, passa a ser fundamental no entendimento do próprio objeto, construído pelas práticas novas no tal modelo capitalista e interpretada por sujeitos defensores da ordem atual como também, criticada por aqueles que interpretam a realidade buscando a fundo o caráter de exploração e de desumanização da realidade presente.

A modificação dos processos de assalariamento existente, em especial, a disputa entre os concorrentes proletários sob o manto das competências, o processo do emprego formal e sua transição, à empregabilidade, e, por fim, a subsunção do proletário sob a condição de se "tornar um capitalista", chamado de empreendedorismo, busca caracterizar a inexistência ou, em menor escala, a imobilidade do proletário, enquanto tal. Esse processo vai assumindo formas diversas conforme o resultado do embate entre as classes antagônicas e também intra as classes (esta última contradição, de forma secundária, mas também importante na composição das relações como um todo), hegemonicamente na atualidade expresso pela perda de conquistas de direitos que outrora ganhara, em que o proletariado

se auto-afirmava em lutas contra a burguesia, restando as brigas por oportunidades entre as classes num processo de exploração mais complexo. Observamos essas modificações na construção de patamares no processo da construção da concorrência entre os vários níveis frutos desses embates, a saber: a concorrência entre capitalistas, entre capitalistas e proletários e entre os próprios proletários. Esse processo de competitividade favorece a implantação do modelo das competências, bem como da empregabilidade e, consequentemente, do empreendedorismo.

Assim, a definição do objeto formação da força de trabalho, não pode ser entendido como algo em si. Eis outro problema metodológico que devemos enfrentar. A definição do mecanismo do capital, no caso de formação da força de trabalho, é muitas vezes entendido como se o mesmo ocorresse de forma mecânica, predeterminada. Essa foi uma grande tendência no marxismo, muito devido à forte influência da URSS na época hegemônica no campo de esquerda e do proletariado no mundo, com características stalinistas[8], sofrendo assim um corte na perspectiva do movimento dialético da realidade. Além disso, houve a disputa teórica para atingir resultados concretos, embasada na própria forma hegemônica da burguesia refletir sobre a realidade, chamamos este resultante, de dois movimentos, este último de conservador capitalista e o outro, o primeiro, do campo socialista, de influência positivista à dialética materialista. O próprio Marx em sua construção teórica, num texto para seu próprio consumo batizado de "As Teses sobre Feuerbach", publicado somente após de seu falecimento, por Engels em 1888, apontava claramente e sucintamente à insuficiência de uma visão simplesmente materialista, ou de um materialismo burdo, longe do movimento subjetivo existente.

---

[8] Entendemos o stalinismo como uma vitória da lógica progressista pelo desenvolvimento das forças produtivas em detrimento de seu elemento contraditório, as relações sociais, que em seu fazer político aponta para a manutenção da ordem, e não propriamente para o seu entendimento enquanto parte efetiva da revolução e de sua amplitude. Com ela, as justificativas de políticas nefastas ao proletariado fundamentaram a falta da dialética, a falta da crítica por excelência prática e teórica revolucionária, e, portanto, a falta da própria autocrítica. Assim, a crítica ao stalinismo extrapola uma visão de que é a crítica às políticas desenvolvidas por Stálin, e assim, reforçamos seu caráter geral, no que tange a toda uma política de esquerda positivista.

Vejamos algumas nuances fundamentais para a definição de como o objeto se constitui no entendimento sobre a realidade:

> O defeito fundamental de todo o materialismo anterior – inclusive o de Feuerbach – está em que só concebe o objeto, a realidade, o ato sensorial sob a forma do **objeto** ou da **percepção**, mas não como **atividade sensorial humana**, como **prática**, não de modo subjetivo. Daí e corre que o lado **ativo** fosse desenvolvido pelo idealismo, em oposição ao materialismo, mas apenas de modo abstrato, já que o idealismo, naturalmente, não conhece a atividade real, sensorial, como tal. Feuerbach quer objetos sensíveis, realmente diferentes dos objetos do pensamento; mas tampouco concebe a atividade humana como uma atividade **objetiva**. Por isso, em **A Essência do Cristianismo**, só considera como autenticamente humana a atividade teórica, enquanto prática somente é concebida e fixada em sua manifestação judia grosseira. Portanto, não compreende a importância da atuação "revolucionária", prático-crítica.[9]

A caracterização realizada tem como elemento central, justamente, uma crítica infundada que se faz ao próprio Marx. É o que chamei da positivização do marxismo. Aqui, entendemos esse movimento em dois sentidos. Um primeiro, a saber, não podemos definir uma relação desenvolvida no capitalismo como o emprego ou uma preparação técnica, em relação à sua utilidade, como fundamental ou única forma de estabelecer ou formar a relação entre capital e trabalho, pois a definição não pode ser estática, material em seu sentido imóvel. Segundo, a definição, em movimento, constitui também de sua subjetividade, portanto, as categorias, competências, empregabilidade e empreendedorismo devem ser vistas não só sob o seu componente objetivo, mas também da subjetivação em que elas são construídas.

## 3 – As determinações sociais e a intervenção da classe

O marxismo sofre diuturnamente com a crítica de ser uma análise da realidade siamesa do positivismo. É comum reduzir as relações sociais

[9] MARX, Karl. As Teses sobre Feuerbach. In: *Textos*, vol 1. Editora Alfa-Omega, s/d, p. 118.

de produção num determinismo econômico, de forma restritiva. O materialismo dialético é cantado em prosa e em verso como uma teoria mecânica, idealista sem fundamento na realidade, de um determinismo vulgar. A visão da dinâmica da realidade e da própria compreensão sobre a mesma desaparece do marxismo nessa crítica rasteira, ele é visto como uma predeterminação transcendental independente da história condicionadora e objetivadora da geração socialmente herdeira, como um movimento exclusivo, no caso, positivista de causa e efeito. A necessária categoria *multideterminações* retirada da análise da realidade existente é desconsiderada na maioria das análises sobre o método buscado no materialismo dialético. Na verdade, a ideia de determinação é vista como algo *a priori* definido anteriormente, e que, restaria ao ser humano, simplesmente, cumprir o roteiro já escrito. Na Ideologia Alemã[10], escrito por Marx e Engels[11], além da crítica do desligamento entre a objetividade e a subjetividade, aparece claramente como se processa a múltiplas determinações, ou seja, os movimentos que determinam resultados num processo contínuo. Não se propõe um visão determinista direta, como algo dogmático, acima da própria realidade mas como fruto da própria herança recebida por seres humanos, e estes continuando o movimento assumindo seus papéis na sociedade e ao mesmo tempo criando e recriando esses mesmos papéis, superando-os, num processo transformador da natureza, consequentemente de si mesmos. A ideia fundamental é que esse movimento determinante, ou mais explicitamente, movimentos determinantes são fruto de relações passadas, mas ao mesmo tempo são constituídos nas relações reais e atuais realizadas pelos seres humanos entre si e com a natureza. Reforçamos novamente a ideia de que a relação entre o ser humano e a natureza também inclui a relação entre o próprio ser humano como parte da natureza, portanto, a transformação não é só, enquanto ser humano, parte da natureza biológica mas sim como um ser histórico construído e que se constrói em movimento.

---

[10] MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *A Ideologia Alemã*. 2ª edição, São Paulo: Editora Humanas Ltda, 1979.

[11] Este livro não foi editado nem por Marx nem por Engels, ou seja, pelos seus próprios autores por entender que a história já havia resolvido aquele debate, estavam enganados...

Esse é o entendimento histórico, o que se chama de história, a força viva das relações em transformação, porém condicionadas. E assim, os condicionantes que regem as possibilidades humanas são também por recriados humanamente conforme a ação sobre a própria realidade herdada, determinada, é a subjetividade em contato com a objetividade existente. Isso vai apontar contrariamente ao que se vulgarmente se apresenta como marxismo, o de um determinismo único e tacanho, portanto dogmático.

> Os pressupostos de que partimos não são arbitrários, nem dogmas. São pressupostos reais de que não se pode fazer abstração a não ser na imaginação. São os indivíduos reais, sua ação e suas condições materiais de vida, **tanto aquelas por eles já encontradas, como as produzidas por sua própria ação**. Estes pressupostos são, pois, verificáveis por via puramente empírica.[12] (grifo nosso).

Como exemplo, podemos afirmar que no Brasil, houve um processo de determinação, múltiplo, da Linguagem falada nos trópicos locais. Uma série de determinações , de disputas dos grupos existentes, mas fundamentalmente da imposição das classes dominantes, ocorreram. A existência de um processo de imposição e hegemonia da língua portuguesa sobre a maioria da população brasileira, hoje consolidado, pode não se apresentar como um movimento histórico, e sim como algo dado, não é assim a constituição da história. No caso, a definição de nossa Língua hegemonicamente falada e escrita no Brasil foi eivada de lutas, guerras, assassinatos, ações políticas e tantas outras ações humanas para que essa Língua Portuguesa, no Brasil fosse hegemônica. Na maioria do território nacional, quando algum ser humano nasce, ele vive a tendência majoritária, ou melhor, hegemônica, de aprender a Língua Portuguesa, falada conforme seu grupo social, de região, de classe, de gênero e de outras tantas outras particularidades. Isso reflete inúmeras determinações correlacionadas como o sotaque, a forma hegemônica de grafá-la, ou de impor, por exemplo, para setores de alguma minoria étnica ou com alguma necessidade especial, como os não-ouvintes, apresentam justamente que a definição pela Língua portuguesa não é algo natural, tem uma, ou melhor, tem múltiplas

[12] Idem, pp. 26- 27.

determinações por pressuposição histórica. Enfim, composta por múltiplas determinações existentes, não sem inúmeras contradições nesta relação que não é um problema puramente lingüístico, é social em toda a sua plenitude. Inclusive, é um tema tão importante que foi objeto da última reforma gramatical da língua portuguesa, numa unidade internacional, na tentativa de manter-se como uma língua viva e relevante no contexto mundial. Desta reforma gramatical participaram todos os doutos e especialistas dos países lusófanos em sua caracterização, incluindo o próprio Portugal, ou, das ex-Colônias portuguesas, interessados especialmente no Brasil com seus quase duzentos milhões de habitantes...

## 4. As classes implicam nas lutas e as lutas sociais implicam na construção das classes

Para concluir queremos resgatar a definição mais precisa e ampla das classes sociais dentro do materialismo dialético, a de Lênin, pra localizar a relação das classes sociais e suas luas na própria construção da própria classe, ou seja, da relação entre a subjetividade com a objetividade. Essa categorização de classes sociais é uma definição não muito bem recebida no campo acadêmico, fundamentalmente por "problema de autoria", pois seu autor está nas listas proibidas do sistema. Aqui a utilizaremos, extraída da definição de Cavalcante, baseado em Lênin, clarifica o sentido subjetivo existente no olhar sobre as classes sociais:

> Segundo Lênin, chamamos "classes sociais aos grupos de homens que se diferenciam entre si pelo lugar que ocupam num sistema historicamente definido de produção social, pela sua relação (a maior parte das vezes fixada e consagrada pelas leis) com os meios de produção, pelo seu papel na organização social do trabalho e, portanto, pelos modos de obtenção pela importância da parte das riquezas sociais de que dispõem" (Escritos, t. 29, p. 425). Assim, as diferentes aspirações dessas classes nascem dos diferentes lugares que elas ocupam no processo produtivo, na produção e distribuição dos bens materiais. É a propriedade privada dos meios de produção (as máquinas, as terras, as fábricas, etc.) e dos meios de troca (os bancos, as companhias financeiras, o comércio, etc.) que constitui

> a base econômica (e portanto material) dessa divisão de nossa sociedade em classes. É desta fonte que decorre o fato de certas classes serem dominantes e outras dominadas, umas exploradoras e outras exploradas. Todas as demais diferenças entre as classes se originam de uma primeira diferenciação fundamental: a situação de cada uma delas em relação aos meios de produção e de troca.[13]

Entendemos que a definição acima, sobre classes sociais, é suficiente para o que ora nos propomos, a partir de uma definição objetiva, ou melhor, como uma objetividade colocada na relação social de produção, entendemos a mesma, em seu sentido subjetivo em curso. Ou seja, a localização dos sujeitos no processo de produção e reprodução se dá de forma objetiva, mas como a própria elaboração acima destaca, esta objetividade provoca subjetividades humanas, e dessa decorrência, essa relação frutifica numa nova objetividade, serve de uma nova base para a construção mais refinada, mais sutil, mais radical. A definição de classes sociais obedece a esse histórico, e não podemos entendê-lo como algo estático, mas sim determinante e, consequentemente, determinado conforme o desenrolar da história.

A importância de entender as classes como um processo histórico na relação entre subjetividade e objetividade, ou seja, em sua constituição enquanto classe não é só um dado objetivo em definitivo, mas objetivo e em movimento. Uma objetividade que se assoma a intervenção subjetiva, construída na relação entre as classes e intra as classes. A outra ideia que apresentamos *an passant* a partir da crise do capital e de sua repercussão na crise da construção dos espaços de luta e organização dos proletários. Resgatamos essa unidade da crise, justamente por entendermos que as classes constroem-se em relação com o seu contradito, seja ela antagônica, entre classes, ou não, intra a classe, em todas as suas totalidades e particularidades existentes.

A crise do capital é caracterizada pela sua não reprodução a contento, conforme vinha sendo considerado a norma reprodutiva dos resultados que a relação hegemonizada pelo capital visa a ter, consequentemente,

[13] CAVALCANTE, Francisco. *Iniciação ao Marxismo – Cadernos do Marxismo Revolucionário* <http://www.uniblog.com.br/projetohistoria/> Acesso em 10/07/2011.

e no caso em concreto, da impossibilidade da acumulação crescente de capital. Essa inviabilização histórica retorna ao que foi denominado por crises cíclicas, e que estas como não são um aparato acima dos sujeitos reais que se defrontam na relação, interfere, ou melhor, é reagida e recriada necessariamente nos e para os sujeitos construtores dessa sociabilidade capitalista, ora afirmando-os, ora negando-os. O que vemos neste último quartel, do século XX, é justamente o ascenso das políticas capitalistas radicais negativas ao proletariado e seus reflexos nefastos na organização e nas próprias lutas proletárias, com uma consequência direta na construção do polo explorado, enquanto elemento estratégico na superação da sociedade capitalista.

Assim, não podemos encarar o problema da construção das organizações e da quase ausência de lutas radicais contra o capitalismo simplesmente pela não existência do proletariado enquanto classe, como aparecem nas interpretações pós-modernas que julgam rapidamente e de forma superficial as novas relações capitalistas construídas, nem entender que somente é uma questão de problema de direção das vanguardas que claudicaram para o capitalismo. Apesar de entendermos que nas duas explicações existem o *fumus boni*, elas sozinhas não chegam ao difícil âmago da questão que se coloca. Apesar de serem duas observações a serem consideradas reais, elas perdem no não entendimento da complexidade das relações dentro de um processo do capitalismo em crise e que vive um processo de transição. Esta crise se abate sobre o proletariado, negando sua existência em nome de uma nova relação produtiva, mas para tal necessita fazer de forma prática, negando suas conquistas. Com esse movimento, perdendo conquistas, seus instrumentos, organizativos e das formas de lutas práticas, passam a ser considerados obsoletos. A obsolescência se transfere do próprio instrumental para o sujeito, e deste sujeito sendo inoperante passa a inexistir na esfera política. A contradição desse desaparecimento é justamente as inúmeras tentativas de aumento da exploração e de convencimento no processo de formação de um novo proletariado, agora disputando mais avidamente entre si sua sobrevivência enquanto tal, através das competições entre si, do modelo das competências e de todos os outros dois parâmetros, a empregabilidade e o empreendedorismo.

Em um debate sobre a construção ideológica dos proletários, confrontado com a pós-modernidade, João Valente Aguiar aponta a seguinte situação em que existe uma subsunção real na cultura proletária:

> Será este um sinal do fim da luta de classes e da luta dos produtores assalariados? Pensamos que não. O proletariado, isto é, a classe trabalhadora no seu conjunto, sofreu um profundo processo de subsunção real com a Revolução Industrial (vd. *Supra*) e mesmo assim continuou e elevou mesmo, quantitativa e qualitativamente, as formas organizacionais e a sua capacidade de mobilização e intervenção política e social. A subsunção real da subjectividade cultural proletária cria obstáculos imensos à identificação colectiva da classe trabalhadora como uma entidade colectiva distinta e antagónica da classe dominante. Obstáculos e dificuldades que se expressam sobretudo no facto de todos os trabalhadores nascidos na época do toyotismo e do neoliberalismo não terem uma retaguarda cultural e de memória histórica que, mais ou menos instintivamente, mais ou menos imediatamente, os levaria a assumirem e a auto-identificarem a sua condição de assalariados. Contudo, mesmo nos países mais influentes na economia capitalista internacional parece prematuro falar do definhamento definitivo da luta proletária.[14]

Assim, o autor resgata o processo de subsunção real, mais profunda do que simplesmente um controle externo ao proletariado, mas de forma alguma perdendo seu sentido maior de exploração originária da força de trabalho. No nosso entendimento, essa situação está justamente baseada na ampliação do processo de extração da mais-valia, em variados setores da economia, que vão sendo assimilados como lugares de produção de novo valor, e com isso, um processo de apropriação da própria mais-valia produzida nos âmbitos culturais, como denominou Aguiar. O interessante de sua proposição é identificar como existe um processo em curso de aprofundamento da subsunção formal para a subsunção real, nos mais variados espaços das práticas humanas, com base, segundo o autor, nas estruturas assim colocadas das políticas de produção capitalistas atuais, como

[14] AGUIAR, João. *O pós-modernismo como ideologia estrutural da instância cultural no capitalismo neoliberal*. http://sites.google.com/site/joaovalenteaguiar/p%C3%B3s-modernismo>. Acesso em 16/ 07/2011.

nas práticas neoliberais, através do que se define como pós-modernidades. A perda da memória histórica, ou da retaguarda cultural como Aguiar as denomina, enquadra-se no que objetivamos em constatar no processo de formação das novas gerações proletárias no contexto do processo produtivo hegemonizados pela lógica toyotista, de comprometimento máximo e incorporação de valores capitalistas na formação da classe proletária.

Assim, as mais variadas lutas específicas, tipicamente proletárias ou não, estão condicionadas a essas duas situações: a fragmentação dada no aproveitamento por parte do capital das especificidades diante de um capital que expande fragmentando a cada vez mais os indivíduos e a própria classe dominada. De outro, de uma unidade proletária deslocada da própria identidade, uma unidade em torno do manequim capitalista, nas práticas e orientações para o proletariado tornarem-se em "capitalistas", associados, colaboradores, ou melhor, indo além das denominações, comprometendo os trabalhadores e trabalhadoras com suas práticas e concepções de mundo hegemônicas.

Assim, as lutas específicas, longe de estarem pós as situações classistas, ou estarem anteriores as situações no campo de produção e reprodução do capital, elas estão "incluídas fora". Ou seja, compõe os processos de reprodução e produção do capital, mas a compõe de forma cada vez mais subsumida ao próprio capital. A fragmentação dada e expressa por inúmeras particularidades não é mais unificada sob a bandeira proletária, e sim do próprio capital, que as unifica, num patamar mais forte e sutil de dominação de classe. Portanto, a luta de classes, em sua totalidade, atravessa e é atravessada por essas lutas específicas, mesmo que não queríamos entender dessa forma, pois elas se dão na própria produção e reprodução das condições de extração da mais-valia, algumas mais centralmente e outras mais secundariamente.

As implicações na construção da própria classe também estão na ação política das mesmas. O dado objetivo do assalariamento e expropriação do trabalho por parte dos capitalistas e sua divisão, não consegue explicar toda a complexidade da formação da classe, apesar de que, sem esse dado objetivo, ficaria incompreensível a realidade, a própria ideia e prática enquanto classe explorada. A dificuldade de entender as classes sociais dentro

da própria necessária reprodução da vida humana, tanto objetivamente como subjetivamente, faz com que pensemos a existência de uma realidade paralela às classes sociais. Dissociamos as classes do gênero, as classes de implicações étnicas, como exemplos. Na atualidade não se pode entender essas questões dissociadas da classe, da classe em situação contraditória, até mesmo em antagonismo. Caso essa lutas não estejam diretamente ligadas a uma questão de classe, estão relacionadas indiretamente, pois a categorização de classe social nos remete a situação objetiva e subjetiva no processo da produção e reprodução da vida em sociedade. A caracterização da reprodução dessas particularidades se dá dentro do capitalismo, ou seja, dentro da relação entre capital e trabalho. A formação, portanto, da classe também se dá indiretamente forjada pelas e nas lutas específicas. Não podemos entendê-las de forma estanque, ou pensar as lutas isoladamente como um valor simplesmente calcado em si. Na verdade, estas lutas e situações mesmo que não estejam localizadas diretamente dentro da relação entre capital e trabalho elas interagem na construção do processo de reprodução das condições de exploração. Afinal, o processo produtivo não pode ser resumido a um fábrica têxtil em Manchester do século XIX, e as condições para a existência dessa fábrica e seus sujeitos não podem ser vistas somente dentro da fábrica, e sim no conjunto da sociedade que contribui para a reprodução da relação capitalista de produção. Devem ser inserido todos os condicionantes práticos e ideológicos que fazem assim a sociedade se organizar seu processo básico e secundário de vida e, portanto, de sobrevivência humana enquanto uma sociedade historicamente determinada e determinável.

Os chamados "novos" movimentos sociais, considerados com novo "atores" e as suas "novas" lutas, não podem serem vistos sem percebermos a continuidade e a necessidade de que estas expressões de luta são localizadas dentro da exploração capitalista. Podemos até entender que esses movimentos podem até terem uma característica mais tangencial da relação classista, porém nunca poderão ser entendidos isolados da própria construção ampla da humanidade, no caso, da organização capitalista da vida humana. Estas lutas específicas fazem parte, conscientemente ou não, da luta mais geral, mesmo de forma fragmentada, mesmo que de forma

hegemonizada pelas classes dominantes. Portanto, a sociedade capitalista é a base para a expressão de seus sujeitos, e no caso, numa contradição mais radical, que é a nossa deste século, contraditoriamente, submete ao proletariado uma resposta cada vez mais subsumida, subordinado aos processos de formação hegemônicos, no modelo de competências, da empregabilidade e do empreendedorismo. A implicação nesta luta do processo constitutivo do proletariado é o aumento de sua fragmentação enquanto sujeito coletivo organizado e contraditório com o capital. A totalidade enquanto classe proletária fica subjugada a um segundo plano na ação consciente da classe, imposta pelas práticas e concepções teóricas que vão formando a classe. E neste movimento, a formação de uma classe cada vez mais hegemonizada por valores ideológicos e organizativos contrários a possibilidade da superação dessa relação fundante da sociedade vai dar a falsa ideia de sua inexistência ou de sua inoperância de forma absoluta.

Assim, entender as lutas específicas como parte da luta proletária é uma primeira resposta a uma necessidade para modificação estratégica. E isto, não é um problema de simples entendimento, é a perspectiva de se construir uma estratégia de unidade de classe como uma ação consciente para dar conta da necessária reconstrução ampla do sentido da classe proletária, em suas diversas matrizes e matizes, em suas diversas lutas específicas, em seus diversos recortes. São as lutas que implicam na formação da classe e essa formação deve ter bem claro as estratégias de classe. Tanto em estratégias específicas como e fundamentalmente na estratégia geral de superação das relações capitalistas. A unidade da classe proletária, assim concluímos, é um dado objetivo que precisa de uma estratégia subjetiva na construção e desenvolvimento da luta de classes com parte central da superação da sociedade capitalista.

# Nabuco Revisitado: imprensa, sociedade e cultura

José Bento Rosa da Silva

Tenho acompanhado e participado dos atuais debates acerca das relações étnico-raciais no Brasil, sobretudo das políticas preconizadas pelo governo brasileiro. Debate que me faz lembrar uma frase de Joaquim Nabuco, proferida no calor do abolicionismo, e que para mim está muito atual: *Não nos basta acabar com a escravidão; é preciso destruir a obra da escravidão*[1].

Os debates contemporâneos acerca das políticas voltadas para os segmentos minorizados da população brasileira, sobretudo para os afrodescendentes, lembram-nos, grosso modo, os tempos do abolicionismo, quando as manifestações pró e contra a abolição se faziam sentir na sociedade brasileira, principalmente por intermédio da imprensa. Obras como "O Plano e o pânico", de Maria Helena Machado, e "Onda negra, medo branco: o negro no imaginário da elite do século XIX", de Célia Marinho de Azevedo, apontam para o contexto da sociedade brasileira do tempo de Nabuco[2].

É importante notar que, enquanto de um lado tivemos Joaquim Nabuco em favor da abolição, de outro tivemos José de Alencar, intelectual e político, fazendo a defesa da escravidão, para surpresa de muitos de nós, que o conhecemos apenas como literato. Recentemente, talvez impulsionado pelos debates sobre as relações raciais no Brasil, o jornalista Tâmis Parron organizou e publicou *Cartas a favor da escravidão*[3], uma

---

[1] NOGUEIRA, Marco Aurélio. *Joaquim Nabuco – O Abolicionismo*. Petrópolis: RJ, 1988, p. 18.
[2] MACHADO, Ana Maria. *O Plano e o Pânico: os movimentos sociais na década da abolição*. RJ: Ed. UFRJ, 1994 e MARINHO, Célia Maria. *Onda Negra, Medo Branco: o imaginário das elites no século XIX*. SP: Annablume , 2004,2ª.Ed.
[3] PARRON, Tamis (org.). *Alencar – Cartas a favor da escravidão*. SP: Hedra, 2008.

série de sete textos políticos publicados por Alencar em franca oposição a D. Pedro II, sob o título *Ao Imperador – novas cartas políticas de Erasmo (1867 – 1868)*. Dessa forma o jornalista nos possibilita conhecer a outra face de Alencar: o político conservador, um dos defensores da escravidão no Brasil.

Nabuco e Alencar, tiveram, segundo Marco Aurélio Nogueira[4], inflamada polêmica na imprensa durante os meses de setembro e novembro de 1875. Nabuco, por exemplo, ironizava a Lei do Ventre Livre, dizendo que se ela fosse aplicada com rigor a escravidão acabaria num prazo de meio século, e acrescentava, na campanha eleitoral de 1884: "não faz parte da nossa missão elogiarmos a lei de 28 de setembro (1871); essa é a missão dos nossos adversários"[5]. Alencar, por sua vez, contra-atacava: "quero protestar contra esta grande calamidade social que, sob máscara da lei, ameaça a Nação brasileira... A sociedade abolicionista arroja o país no despenhadeiro, até o abismo"[6].

Em maio de 1886, Nabuco publicou no jornal "O País", do Rio de Janeiro, um artigo denominado "A Federação", onde afirmava: "entre nós, as reformas parecem prematuras, quando já são tardias. A escravidão já nos tinha completamente arruinado, quando apareceu o abolicionismo. As soluções patrióticas de nossos estadistas só tem o defeito de serem póstumas"[7]. Concordamos com Nabuco. As reformas estavam atrasadas, pois em 1823 José Bonifácio já escrevia ("Projetos Para A Nação") sobre a necessidade da abolição e de transformar escravos e indígenas em cidadãos, pois, para ele, sem cidadãos não haveria nação. Nabuco cita alguns artigos do "Projeto" de Bonifácio em sua obra "O Abolicionismo", mostrando que já havia se passado mais de meio século das propostas de Bonifácio e que as mesmas ainda incomodavam um segmento da sociedade.

Nesse sentido, as reformas preconizadas pelas políticas de inclusão, dentre elas os mais diversos sistemas de cotas, não têm nada de

---

[4] NOGUEIRA, op. cit., p. 7.
[5] Apud NOGUEIRA, op. cit., p.16.
[6] ROCHA FILHO, Rubem. *Anjo ou Demônio, Malandro ou Herói: aspectos do negro na dramaturgia brasileira*. Recife: Secretaria de Cultura, Turismo e Esportes, 1998, p. 60.
[7] Apud NOGUEIRA op. cit., p.15.

revolucionário. Estão no âmbito das reformas que não foram realizadas no passado, visando transformar em cidadãos os "quase-cidadãos", para lembrar o nome de uma obra organizada por Flávio dos Santos Gomes e Olívia Maria Gomes da Cunha.

Relendo "O Abolicionismo", agora sob o impacto das discussões do presente, chamou-me a atenção uma passagem que, a meu ver, inaugurou o "discurso" do que mais tarde viria a ser denominada de "democracia racial". Diz ele: "A escravidão, por felicidade nossa, não azedou nunca a alma do escravo contra o senhor – falando coletivamente – nem criou entre as duas raças o ódio recíproco que existe naturalmente entre opressores e oprimidos. Por este motivo, o contato entre elas foi sempre isento de asperezas, fora escravidão, e o homem de cor achou todas as avenidas abertas diante de si"[8]

Esse discurso tem sido, no presente, um dos argumentos dos que apregoam que não há necessidade de políticas públicas específicas voltadas para os descendentes dos africanos escravizados, pois que se vive em uma harmonia onde os direitos de oportunidades são iguais. De acordo com eles, qualquer tentativa de políticas calcadas nos pressupostos étnicos raciais seria tentativa de divisões perigosas. Faço aqui menção à obra organizada por Peter Fry e Yvonne Maggie.

Nabuco frisa que "a emancipação deve ser feita [...] no parlamento e não nas fazendas ou quilombos do interior, nem nas ruas e praça das cidades, que se há de perder ou ganhar a causa da liberdade"[9]. E acrescentava: "quanto mais crescer a obra do abolicionismo, mais se dissiparão os receios de uma guerra civil, de insurreições e atentados". Ao que me parece, ainda estavam presentes na memória dos contemporâneos de Nabuco o exemplo de Santo Domingos e as diversas notícias de aquilombamento por todo o território das Américas, além da grande Revolta dos Malês de 1835 em Salvador. Um espectro rondava a sociedade: o abolicionismo dentro da lei parecia a alternativa mais viável. "Vão-se os anéis, ficam os dedos...".

---

[8] Apud NOGUEIRA, op. cit., p. 38.
[9] Apud NOGUEIRA, 1988, p.40.

Os embates dos tempos de Nabuco me inspiraram a investigar os embates do tempo presente acerca do que seria a erradicação da obra da escravidão: o preconceito racial, as desigualdades de oportunidades entre brancos e não brancos, como mostram as estatísticas.

Passei a acompanhar na imprensa, nas publicações e nos jornais televisivos os debates mais específicos sobre cotas nas universidades brasileiras, até a audiência pública ocorrida no Supremo Tribunal Federal. Não me passaram despercebidos os manifestos a favor das políticas de cotas advindos do meio intelectual e acadêmico, assim como os contrários, oriundos do mesmo setor.

Lembrei-me da obra do historiador Petrônio Domingues, intitulada "A Nova Abolição". O título da obra foi inspirado na palavra de ordem do jornal "O Clarim da Alvorada". Na edição de 13 de maio de 1924, segundo Petrônio, o jornal conclamava para a necessidade de políticas públicas que atendessem aos ex-escravos e seus descendentes, ou seja: transformações capazes de assegurar a igualdade de direitos e oportunidades para negros e brancos na sociedade brasileira[10]. Como se vê, desde o final da escravidão segmentos da sociedade brasileira vêm tentando destruir a obra da escravidão, coisa que nem o movimento abolicionista e nem as leis votadas no parlamento foram capazes de fazer. E hoje, quando algumas iniciativas, ainda que tímidas, relembram desta necessidade, as resistências se fazem sentir em diversos setores da sociedade, até daqueles que aparentemente se dizem contra as desigualdades sociais, mas que não acreditam na existência das desigualdades étnicas ou raciais.

De certa forma, há permanências dos tempos de Nabuco no tempo presente. Ou dizendo de outra forma, a questão em torno dos descendentes de africanos volta e meia estão na ordem do dia: foi assim em 1988, ocasião da celebração do centenário da lei Áurea. Simpósios nacionais e internacionais revisitaram a temática, movimentos sociais organizados questionaram a efetividade das leis abolicionistas dando ênfase à lei Áurea. A imprensa escrita e sobretudo a mídia dedicou programas especiais com entrevistas de descendentes de escravos e ex-escravos e também de

[10] DOMINGUES, Petrônio. *A Nova Abolição*. SP: Selo Negro, 2008, p. 170.

descendentes da família de Orleans e Bragança residentes no Brasil. Se Nabuco estivesse presente, certamente repetiria com ênfase: "passados os cem anos da abolição, ainda não destruímos a obra dos trezentos e cinqüenta anos de escravidão dos quais foram alvo os africanos e seus descendentes.

O ano de 2001, seria um outro momento propício para que Nabuco pudesse manifestar-se acerca dos efeitos nefastos da escravização dos africanos; agora não só para o caso da sociedade brasileira, mas para toda a humanidade. Estou me referindo à III Conferência mundial Contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e intolerância Correlata, promovida pela Organizações Das Nações Unidas, na cidade de Durban, na África do Sul. Ë bom lembrar que o Brasil esteve presente com a maior delegação(composta por membros do governo e por organizações não governamentais – seiscentos delegados). Enquanto discutíamos lá, a impressa aqui no Brasil acompanhava passo a passo as resoluções e a participação da delegação brasileira, basta revisitar os jornais, revistas e os noticiários televisivos.

A partir desta conferência o debate, sobretudo na imprensa brasileira acerca de políticas de inclusão étnico-raciais no Brasil ganharam visibilidade, principalmente no calor dos debates travados em Durban. A articulação de ONGs de mulheres negras brasileiras desenvolveu na época, um projeto de monitoramento da mídia, que tinha por objetivo principal, acompanhar e divulgar a cobertura que a imprensa escrita brasileira realizou sobre a III Conferência mundial Contra o Racismo. Este projeto fez-me revisitar a coletânea organizada por Leonardo Dantas Silva, sobre a Imprensa e a Abolição, onde pode-se observar a presença de Nabuco[11]. A justificativa do projeto argumentava que:

> A mídia costuma ser um lugar privilegiado na criação do que se chamou "estados de opinião", onde os discursos circulam e definem sujeitos. O horizonte cognitivo da maioria da população é determinado, quase completamente, pelo conteúdo veiculado nos meios de comunicação.Como principal espaço de construção simbólica, a mídia chega a ter uma relevância social e um poder

[11] SILVA, Leonardo Dantas. *A Imprensa E A Abolição*. Recife: fundação Joaquim Nabuco – Ed. Massangana, 1988.

> de influência sem precedentes, chegando inclusive a determinar uma nova forma de exclusão social que afeta diferentes segmentos sociais como negros, mulheres, indígenas, através ou da veiculação de imagens estereotipadas, folclorizadas, como também deturpadas em seus conteúdos, ou da sua invisibilização[12].

Desde o tempo de Nabuco que a mídia, no caso específico, a imprensa escrita tem influenciado os seus leitores, afinal eles são formadores de opinião, há aqueles que digam que a comunicação constituiu-se num quarto poder, daí um debate que ainda perdura na sociedade brasileira é a democratização dos meios de comunicação. Debate um tanto acanhado pois não é de interesse da grande maioria das empresas concessionárias da comunicação.

Assim como os meios de comunicação os intelectuais, tem um importante papel na formação da opinião pública, tanto no passado quanto no presente. Foi assim que de um lado estava José de Alencar, ilustre escritor e político a defender a escravidão, de outro Joaquim Nabuco, abolicionista renomado. Estes dois ícones da intelectualidade brasileira do século XIX, me fez estabelecer uma relação do papel dos intelectuais na sociedade brasileira do tempo presente, no que tange às relações étnicas e raciais, mais precisamente no que concerne às políticas de inclusão em processo de implementação no Brasil, sobretudo após a Conferência de Durban, uma vez que o país foi signatário das resoluções lá tomadas.

Antes mesmo desta conferência os movimentos sociais já cobravam do governo federal ações que pudessem reparar minimamente os trezentos e cinqüenta anos de escravidão; uma espécie de 'destruições mínima da obra da escravidão. Foi assim que em 1995, na marcha que celebrava os trezentos anos da morte do líder Zumbi dos Palmares, foi entregue ao presidente intelectual, Fernando Henrique Cardoso , um documento que incluía a seguinte demanda: "Desenvolvimento de ações afirmativas para o acesso dos negros aos cursos profissionalizantes, à universidade e às áreas de tecnologia de ponta"[13]. Afinal, era a primeira vez que um sociólogo,

---

[12] IRACI,Nilza e SANEMATSU, Marisa. In.*http://www.patriciagalvao.org.br/novo/textos/midiaracismo.php. Acessado* em 25.04.2011.

[13] *MANIFESTO. 120 Anos Da Luta Pela Igualdade Racial No Brasil*. Brasília, 13 de maio de 2008,

que havia investigado as relações raciais no Brasil, governa o país, que até então se orgulhava de não ter problemas raciais. Discurso que o próprio presidente negara publicamente, para desconforto dos que insistiam no discurso da 'democracia racial'[14].

A bem da verdade era uma das reivindicações do movimento social negro organizado que era reapresentado à sociedade brasileira, agora diretamente ao governo federal, cinqüenta anos após ser elaborada e veiculada no Jornal O Quilombo. Para bem da fidelidade e reconhecimento da imprensa negra, reproduzo aqui alguns dos itens do programa do jornal, que circulou no final dos anos quarenta e início dos anos cinqüenta, quando as marcas da escravidão estavam mais latentes, dificultando o mascaramento da realidade social do negro brasileiro. Ainda assim, foi neste contexto que o discurso da democracia racial foi forjado. Pois bem, o Jornal Quilombo propugnava:

> Trabalhar pela valorização e valoração do negro brasileiro em todos os setores: social, cultural, educacional, político, econômico e artístico. Para atingir esses objetivos **Quilombo**(sic) propõe-se: '[...] lutar para que, enquanto não for tornado gratuito o ensino em todos os graus, sejam admitidos estudantes negros, como pensionistas do Estado, em todos os estabelecimentos particulares e oficiais de ensino secundário e superior do país, inclusive nos estabelecimentos militares'[...][15].

Na imprensa, nos meio televisivos, na primeira década do século XXI, o clima de debate acerca das políticas de inclusão étnica e racial ganhou espaço, grupo pró e contra, lembrando os debates do final do século XIX, acerca do fim da escravidão. José Jorge de Carvalho um dos protagonistas do movimento pro cotas para afrodescendentes nas Universidade Públicas fez uma comparação que considero pertinente,– até porque ele destaca o lugar da intelectualidade –, por isso faço a transcrição, ainda que um tanto extenso para este artigo:

---

2ª. Ed., p. 2.

[14] GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. *Classes, Raças E Democracia*. São Paulo: Ed. 34, 2002.

[15] NASCIMENTO, op. cit. p. 21.

> [...] Os paralelos entre o contexto do abolicionismo e o da luta pelas ações afirmativas são por demais sugestivos para serem ignorados. Entre esses dois diferentes contextos, reproduz-se a mesma desigualdade no que se refere à distribuição da economia, da política, do poder acadêmico e do midiático. Em 1885, por exemplo, quando caiu o gabinete Dantas e com ele o projeto mais favorável ao abolicionismo, Prudente de Morais, com sua tendência mais de centro, propôs que as províncias mais progressistas avançassem a seu modo no caminho da abolição sem esperar por São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, onde se concentravam os grupos escravocratas mais poderosos, e que controlavam os dois gabinetes conservadores pós- Dantas, a saber, Saraiva e Cotegipe.
>
> A base de origem dos signatários anti-cotas também obedece à mesma lógica de concentração do poder. Praticamente um terço do total de assinantes vem da UFRJ (16), UEP (11) e Unicamp (5), com algumas adesões da UFMG. Grandes expoentes dessas instituições, sobretudo das áreas de Ciências Sociais e Humanidades, têm se mobilizado intensamente na mídia, como se representassem a posição oficial dessas universidades [...] Assim, significativamente, a maior reação aos projetos atuais de inclusão racial no ensino superior (iniciado em 1999 na UNB com a sua primeira proposta de cotas) está concentrada ainda hoje nas universidades mais importantes dos mesmos três estados onde os mais poderosos escravocratas do país no século XIX bradaram furiosamente contra a Lei dos Sexagenários, a Lei do Ventre Livre e finalmente, contra a Abolição [...]}[16].

O manifesto anti-cotas, mencionado por José Jorge foi uma resposta às políticas de cotas implementadas em Universidades Públicas, e ao apoio de intelectuais a tais iniciativas. Este manifesto veio à público em 28 de abril de 2008, quando o mesmo foi entregue ao Supremo Tribunal Federal, em apoio à Ação de Inconstitucionalidade, impetrada pela Confederação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino e pelo Partido Democratas. O título do manifesta é emblemático: *113 Cidadãos Anti-Racistas Contra as Cotas Raciais*[17].

---

[16] *MANIFESTO*, op. cit., pp. 38-39.
[17] Idem, p. 34.

O manifesto foi veiculado na internet, onde os leitores simpatizantes ou não repassaram para os conhecidos. Tive oportunidade de receber mais do que uma cópia em minha caixa postal eletrônica de pessoas que sabiam de minha posição, por tê-la manifestado em diversas ocasiões. Transcrevo aqui o conteúdo do referido manifesto, da mesma forma que recebi pelo correio eletrônico;

> [...] Cidadãos Anti-Racistas Contra as Leis Raciais
>
> Excelentíssimo sr. ministro:
>
> Duas ações diretas de inconstitucionalidade (ADI 3.330 e ADI 3.197) promovidas pela Confenen (Confederação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino), a primeira contra o programa ProUni e a segunda contra a lei de cotas nos concursos vestibulares das universidades estaduais do Rio de Janeiro, serão apreciadas proximamente pelo STF. Os julgamentos terão significado histórico, pois podem criar jurisprudência sobre a constitucionalidade de cotas raciais não só para o financiamento de cursos no ensino superior particular e para concursos de ingresso no ensino superior público como para concursos públicos em geral. Mais ainda: os julgamentos têm o potencial de enviar uma mensagem decisiva sobre a constitucionalidade da produção de leis raciais.
>
> Nós, intelectuais da sociedade civil, sindicalistas, empresários e ativistas dos movimentos negros e outros movimentos sociais, dirigimo-nos respeitosamente aos juízes da corte mais alta, que recebeu do povo constituinte a prerrogativa de guardiã da Constituição, para oferecer argumentos contrários à admissão de cotas raciais na ordem política e jurídica da República.
> Na seara do que Vossas Excelências dominam, apontamos a Constituição Federal, no seu artigo 19, que estabelece: "É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios criar distinções entre brasileiros ou preferências entre si." O artigo 208 dispõe que: "O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um." Alinhada com os princípios e garantias da Constituição Federal, a Constituição Estadual do Rio de Janeiro, no seu Artigo 9º, determina que: "Ninguém será discriminado, prejudicado ou

privilegiado em razão de nascimento, idade, etnia, raça, cor, sexo, estado civil, trabalho rural ou urbano, religião, convicções políticas ou filosóficas, deficiência física ou mental, por ter cumprido pena nem por qualquer particularidade ou condição."

As palavras da lei emanam de uma tradição brasileira, que cumpre exatos 120 anos desde a Abolição da escravidão, de não dar amparo a leis e políticas raciais. No intuito de justificar o rompimento dessa tradição, os proponentes das cotas raciais sustentam que o princípio da igualdade de todos perante a lei exige tratar desigualmente os desiguais. Ritualmente, eles citam a "Oração aos Moços", na qual Rui Barbosa, inspirado em Aristóteles, explica que: "A regra da igualdade não consiste senão em aquinhoar desigualmente aos desiguais, na medida em que se desigualam. Nesta desigualdade social, proporcionada à desigualdade natural, é que se acha a verdadeira lei da igualdade." O método de tratar desigualmente os desiguais, a que se refere, é aquele aplicado, com justiça, em campos tão distintos quanto o sistema tributário, por meio da tributação progressiva, e as políticas sociais de transferência de renda. Mas a sua invocação para sustentar leis raciais não é mais que um sofisma. Os concursos vestibulares, pelos quais se dá o ingresso no ensino superior de qualidade "segundo a capacidade de cada um", não são promotores de desigualdades, mas se realizam no terreno semeado por desigualdades sociais prévias. A pobreza no Brasil tem todas as cores. De acordo com dados da PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) de 2006, entre 43 milhões de pessoas de 18 a 30 anos de idade, 12,9 milhões tinham renda familiar per capita de meio salário mínimo ou menos. Neste grupo mais pobre, 30% classificavam-se a si mesmos como brancos, 9% como pretos e 60% como pardos. Desses 12,9 milhões, apenas 21% dos brancos e 16% dos pretos e pardos haviam completado o ensino médio, mas muito poucos, de qualquer cor, continuaram estudando depois disso. Basicamente, são diferenças de renda, com tudo que vem associado a elas, e não de cor, que limitam o acesso ao ensino superior.

Apresentadas como maneira de reduzir as desigualdades sociais, as cotas raciais não contribuem para isso, ocultam uma realidade trágica e desviam as atenções dos desafios imensos e das urgências, sociais e educacionais, com os quais se defronta a nação. E, contudo, mesmo no universo menor dos jovens que têm a oportunidade de almejar

o ensino superior de qualidade, as cotas raciais não promovem a igualdade, mas apenas acentuam desigualdades prévias ou produzem novas desigualdades: "As cotas raciais exclusivas, como aplicadas, entre outras, na UnB (Universidade de Brasília), proporcionam a um candidato definido como negro a oportunidade de ingresso por menor número de pontos que um candidato definido como branco, mesmo se o primeiro provier de família de alta renda e tiver cursado colégios particulares de excelência e o segundo provier de família de baixa renda e tiver cursado escolas públicas arruinadas. No fim, o sistema concede um privilégio para candidatos de classe média arbitrariamente classificados como negros.

"As cotas raciais embutidas no interior de cotas para candidatos de escolas públicas, como aplicadas, entre outras, pela Uerj (Universidade Estadual do Rio de Janeiro), separam os alunos provenientes de famílias com faixas de renda semelhantes em dois grupos raciais polares, gerando uma desigualdade natural num meio caracterizado pela igualdade social. O seu resultado previsível é oferecer privilégios para candidatos definidos arbitrariamente como negros que cursaram escolas públicas de melhor qualidade, em detrimento de seus colegas definidos como brancos e de todos os alunos de escolas públicas de pior qualidade.

A PNAD de 2006 informa que 9,41 milhões de estudantes cursavam o ensino médio, mas apenas 5,87 milhões freqüentavam o ensino superior, dos quais só uma minoria de 1,44 milhão estavam matriculados em instituições superiores públicas. As leis de cotas raciais não alteram em nada esse quadro e não proporcionam inclusão social. Elas apenas selecionam vencedores e perdedores, com base num critério altamente subjetivo e intrinsecamente injusto, abrindo cicatrizes profundas na personalidade dos jovens, naquele momento de extrema fragilidade que significa a disputa, ainda imaturos, por uma vaga que lhes garanta o futuro.

Queremos um Brasil onde seus cidadãos possam celebrar suas múltiplas origens, que se plasmam na criação de uma cultura nacional aberta e tolerante, no lugar de sermos obrigados a escolher e valorizar uma única ancestralidade em detrimento das outras. O que nos mobiliza não é o combate à doutrina de ações afirmativas, quando entendidas como esforço para cumprir as declarações preambulares da Constituição, contribuindo na redução das

desigualdades sociais, mas a manipulação dessa doutrina com o propósito de racializar a vida social no país. As leis que oferecem oportunidades de emprego a deficientes físicos e que concedem cotas a mulheres nos partidos políticos são invocadas como precedentes para sustentar a admissibilidade jurídica de leis raciais. Esse segundo sofisma é ainda mais grave, pois conduz à naturalização das raças. Afinal, todos sabemos quem são as mulheres e os deficientes físicos, mas a definição e delimitação de grupos raciais pelo Estado é um empreendimento político que tem como ponto de partida a negação daquilo que nos explicam cientistas.

Raças humanas não existem. A genética comprovou que as diferenças icônicas das chamadas raças humanas são características físicas superficiais, que dependem de parcela ínfima dos 25 mil genes estimados do genoma humano. A cor da pele, uma adaptação evolutiva aos níveis de radiação ultravioleta vigentes em diferentes áreas do mundo, é expressa em menos de dez genes! Nas palavras do geneticista Sérgio Pena: "O fato assim cientificamente comprovado da inexistência das 'raças' deve ser absorvido pela sociedade e incorporado às suas convicções e atitudes morais. Uma postura coerente e desejável seria a construção de uma sociedade desracializada, na qual a singularidade do indivíduo seja valorizada e celebrada. Temos de assimilar a noção de que a única divisão biologicamente coerente da espécie humana é em bilhões de indivíduos, e não em um punhado de 'raças'."

Não foi a existência de raças que gerou o racismo, mas o racismo que fabricou a crença em raças. O "racismo científico" do século 19 acompanhou a expansão imperial européia na África e na Ásia, erguendo um pilar "científico" de sustentação da ideologia da "missão civilizatória" dos europeus, que foi expressa celebremente como o "fardo do homem branco".

Os poderes coloniais, para separar na lei os colonizadores dos nativos, distinguiram também os nativos entre si e inscreveram essas distinções nos censos. A distribuição de privilégios segundo critérios etno-raciais inculcou a raça nas consciências e na vida política, semeando tensões e gestando conflitos que ainda perduram. Na África do Sul, o sistema do apartheid separou os brancos dos demais e foi adiante, na sua lógica implacável, fragmentando todos os não-brancos em grupos étnicos cuidadosamente delimitados. Em

Ruanda, no Quênia e em tantos outros lugares, os africanos foram submetidos a meticulosas classificações étnicas, que determinaram acessos diferenciados aos serviços e empregos públicos. A produção política da raça é um ato político que não demanda diferenças de cor da pele.

O racismo contamina profundamente as sociedades quando a lei sinaliza às pessoas que elas pertencem a determinado grupo racial e que seus direitos são afetados por esse critério de pertinência de raça. Nos Estados Unidos, modelo por excelência das políticas de cotas raciais, a abolição da escravidão foi seguida pela produção de leis raciais baseadas na regra da "gota de sangue única". Essa regra, que é a negação da mestiçagem biológica e cultural, propiciou a divisão da sociedade em guetos legais, sociais, culturais e espaciais. De acordo com ela, as pessoas são, irrevogavelmente, brancas ou negras. Eis aí a inspiração das leis de cotas raciais no Brasil.

"Eu tenho o sonho que meus quatro pequenos filhos viverão um dia numa nação na qual não serão julgados pela cor da sua pele mas pelo conteúdo de seu caráter." Há 45 anos, em agosto, Martin Luther King abriu um horizonte alternativo para os norte-americanos, ancorando-o no "sonho americano" e no princípio político da igualdade de todos perante a lei, sobre o qual foi fundada a nação. Mas o desenvolvimento dessa visão pós-racial foi interrompido pelas políticas racialistas que, a pretexto de reparar injustiças, beberam na fonte envenenada da regra da "gota de sangue única". De lá para cá, como documenta extensamente Thomas Sowell em "Ação Afirmativa ao Redor do Mundo: um Estudo Empírico", as cotas raciais nos Estados Unidos não contribuíram em nada para reduzir desigualdades, mas aprofundaram o cisma racial que marca como ferro em brasa a sociedade norte-americana.

"É um impasse racial no qual estamos presos há muitos anos", na constatação do senador Barack Obama, em seu discurso pronunciado a 18 de março, que retoma o fio perdido depois do assassinato de Martin Luther King. O impasse não será superado tão cedo, em virtude da lógica intrínseca das leis raciais. Como assinalou Sowell, com base em exemplos de inúmeros países, a distribuição de privilégios segundo critérios etno-raciais tende a retroalimentar as percepções racializadas da sociedade e em torno dessas percepções articulam-se carreiras políticas e grupos organizados de pressão.

Mesmo assim, algo se move nos Estados Unidos. Há pouco, repercutindo um desencanto social bastante generalizado com o racialismo, a Suprema Corte declarou inconstitucionais as políticas educacionais baseadas na aplicação de rótulos raciais às pessoas. No seu argumento, o presidente da corte, juiz John G. Roberts Jr., escreveu que "o caminho para acabar com a discriminação baseada na raça é acabar com a discriminação baseada na raça". Há um sentido claro na reiteração: a inversão do sinal da discriminação consagra a raça no domínio da lei, destruindo o princípio da cidadania.

Naquele julgamento, o juiz Anthony Kennedy alinhou-se com a maioria, mas proferiu um voto separado que contém o seguinte protesto: "Quem exatamente é branco e quem é não-branco? Ser forçado a viver sob um rótulo racial oficial é inconsistente com a dignidade dos indivíduos na nossa sociedade. E é um rótulo que um indivíduo é impotente para mudar!" Nos censos do IBGE, as informações de raça/ cor abrigam a mestiçagem e recebem tratamento populacional. As leis raciais no Brasil são algo muito diferente: elas têm o propósito de colar "um rótulo que um indivíduo é impotente para mudar" e, no caso das cotas em concursos vestibulares, associam nominalmente cada jovem candidato a uma das duas categorias raciais polares, impondo-lhes uma irrecorrível identidade oficial.

O juiz Kennedy foi adiante e, reconhecendo a diferença entre a doutrina de ações afirmativas e as políticas de cotas raciais, sustentou a legalidade de iniciativas voltadas para a promoção ativa da igualdade que não distinguem os indivíduos segundo rótulos raciais. Reportando-se à realidade norte-americana da persistência dos guetos, ele mencionou, entre outras, a seleção de áreas residenciais racialmente segregadas para os investimentos prioritários em educação pública.

No Brasil, difunde-se a promessa sedutora de redução gratuita das desigualdades por meio de cotas raciais para ingresso nas universidades. Nada pode ser mais falso: as cotas raciais proporcionam privilégios a uma ínfima minoria de estudantes de classe média e conservam intacta, atrás de seu manto falsamente inclusivo, uma estrutura de ensino público arruinada. Há um programa inteiro de restauração da educação pública a se realizar,

que exige políticas adequadas e vultosos investimentos. É preciso elevar o padrão geral do ensino mas, sobretudo, romper o abismo entre as escolas de qualidade, quase sempre situadas em bairros de classe média, e as escolas devastadas das periferias urbanas, das favelas e do meio rural. O direcionamento prioritário de novos recursos para esses espaços de pobreza beneficiaria jovens de baixa renda de todos os tons de pele e, certamente, uma grande parcela daqueles que se declaram pardos e pretos.

A meta nacional deveria ser proporcionar a todos um ensino básico de qualidade e oportunidades verdadeiras de acesso à universidade. Mas há iniciativas a serem adotadas, imediatamente, em favor de jovens de baixa renda de todas as cores que chegam aos umbrais do ensino superior, como a oferta de cursos preparatórios gratuitos e a eliminação das taxas de inscrição nos exames vestibulares das universidades públicas. Na Unesp (Universidade Estadual Paulista), o Programa de Cursinhos Pré-Vestibulares Gratuitos, destinado a alunos egressos de escolas públicas, atendeu em 2007 a 3.714 jovens, dos quais 1.050 foram aprovados em concursos vestibulares, sendo 707 em universidades públicas. Medidas como essa, que não distinguem os indivíduos segundo critérios raciais abomináveis, têm endereço social certo e contribuem efetivamente para a amenização das desigualdades.

A sociedade brasileira não está livre da chaga do racismo, algo que é evidente no cotidiano das pessoas com tom de pele menos claro, em especial entre os jovens de baixa renda. A cor conta, ilegal e desgraçadamente, em incontáveis processos de admissão de funcionários. A discriminação se manifesta de múltiplas formas, como por exemplo na hora das incursões policiais em bairros periféricos ou nos padrões de aplicação de ilegais mandados de busca coletivos em áreas de favelas.

Por certo existe preconceito racial e racismo no Brasil, mas o Brasil não é uma nação racista. Depois da abolição, no lugar da regra da "gota de sangue única", a nação brasileira elaborou uma identidade amparada na ideia anti-racista de mestiçagem e produziu leis que criminalizam o racismo. Há sete décadas, a República não conhece movimentos racistas organizados ou expressões significativa de ódio racial. O preconceito de raça, acuado, refugiou-se em expressões oblíquas envergonhadas, temendo assomar à superfície. A condição subterrânea do preconceito é um atestado de que há algo de muito

positivo na identidade nacional brasileira, não uma prova de nosso fracasso histórico.

"Quem exatamente é branco e quem é não-branco?" A indagação do juiz Kennedy provoca algum espanto nos Estados Unidos, onde quase todos imaginam conhecer a identidade racial de cada um, mas parece óbvia aos ouvidos dos brasileiros. Entre nós, casamentos inter-raciais não são incomuns e a segregação residencial é um fenômeno basicamente ligado à renda, não à cor da pele. Os brasileiros tendem a borrar as fronteiras raciais, tanto na prática da mestiçagem quanto no imaginário da identidade, o que se verifica pelo substancial e progressivo incremento censitário dos pardos, que saltaram de 21% no Censo de 1940 para 43% na PNAD de 2006, e pela paralela redução dos brancos (de 63% para 49%) ou pretos (de 15% para 7%).

A percepção da mestiçagem, que impregna profundamente os brasileiros, de certa forma reflete realidades comprovadas pelos estudos genéticos. Uma investigação já célebre sobre a ancestralidade de brasileiros classificados censitariamente como brancos, conduzida por Sérgio Pena e sua equipe da UFMG (Universidade Federal de Minas Gerais) comprovou cientificamente a extensão de nossas miscigenações. "Em resumo, estes estudos filogeográficos com brasileiros brancos revelaram que a imensa maioria das patrilinhagens é européia, enquanto a maioria das matrilinhagens (mais de 60%) é ameríndia ou africana". Especificamente, a análise do DNA mitocondrial, que serve como marcador de ancestralidades maternas, mostrou que 33% das linhagens eram de origem ameríndia, 28% de origem africana e 39% de origem européia.

Os estudos de marcadores de DNA permitem concluir que, em 2000, existiam cerca de 28 milhões de afrodescendentes entre os 90,6 milhões de brasileiros que se declaravam brancos e que, entre os 76,4 milhões que se declaravam pardos ou pretos, 20% não tinham ancestralidade africana. Não é preciso ir adiante para perceber que não é legítimo associar cores de pele a ancestralidades e que as operações de identificação de negros com descendentes de escravos e com afrodescendentes são meros exercícios da imaginação ideológica. Do mesmo modo, a investigação genética evidencia a violência intelectual praticada pela unificação dos grupos censitários pretos e pardos num suposto grupo racial negro.

Mas a violência não se circunscreve à esfera intelectual. As leis de cotas raciais são veículos de uma engenharia política de fabricação ou recriação de raças. Se, individualmente, elas produzem injustiças singulares, socialmente têm o poder de gerar raças oficiais, por meio da divisão dos jovens estudantes em duas raças polares. Como, no Brasil, não sabemos quem exatamente é negro e quem é não-negro, comissões de certificação racial estabelecidas pelas universidades se encarregam de traçar uma fronteira. A linha divisória só se consolida pela validação oficial da autodeclaração dos candidatos, num processo sinistro em que comissões universitárias investigam e deliberam sobre a "raça verdadeira" dos jovens a partir de exames de imagens fotográficas ou de entrevistas identitárias. No fim das contas, isso equivale ao cancelamento do princípio da autodeclaração e sua substituição pela atribuição oficial de identidades raciais.

Na UnB, uma comissão de certificação racial composta por professores e militantes do movimento negro chegou a separar dois irmãos gêmeos idênticos pela fronteira da raça. No Maranhão, produziram-se fenômenos semelhantes. Pelo Brasil afora, os mesmos candidatos foram certificados como negros em alguma universidade mas descartados como brancos em outra. A proliferação das leis de cotas raciais demanda a produção de uma classificação racial geral e uniforme. Esta é a lógica que conduziu o MEC a implantar declarações raciais nominais e obrigatórias no ato de matrícula de todos os alunos do ensino fundamental do país. O horizonte da trajetória de racialização promovida pelo Estado é o estabelecimento de um carimbo racial compulsório nos documentos de identidade de todos os brasileiros. A história está repleta de barbaridades inomináveis cometidas sobre a base de carimbos raciais oficialmente impostos.

A propaganda cerrada em favor das cotas raciais assegura-nos que os estudantes universitários cotistas exibem desempenho similar ao dos demais. Os dados concernentes ao tema são esparsos, contraditórios e pouco confiáveis. Mas isso é essencialmente irrelevante, pois a crítica informada dos sistemas de cotas nunca afirmou que estudantes cotistas seriam incapazes de acompanhar os cursos superiores ou que sua presença provocaria queda na qualidade das universidades. As cotas raciais não são um distúrbio

> no ensino superior, mas a face mais visível de uma racialização oficial das relações sociais que ameaça a coesão nacional.
> A crença na raça é o artigo de fé do racismo. A fabricação de raças oficiais e a distribuição seletiva de privilégios segundo rótulos de raça inocula na circulação sangüínea da sociedade o veneno do racismo, com seu cortejo de rancores e ódios. No Brasil, representaria uma revisão radical de nossa identidade nacional e a renúncia à utopia possível da universalização da cidadania efetiva.
> Ao julgar as cotas raciais, o STF não estará deliberando sobre um método de ingresso nas universidades, mas sobre o significado da nação e a natureza da Constituição. Leis raciais não ameaçam uma elite branca, conforme esbravejam os racialistas, mas passam uma fronteira brutal no meio da maioria absoluta dos brasileiros. Essa linha divisória atravessaria as salas de aula das escolas públicas, os ônibus que conduzem as pessoas ao trabalho, as ruas e as casas dos bairros pobres. Neste início de terceiro milênio, um Estado racializado estaria dizendo aos cidadãos que a utopia da igualdade fracassou _e que, no seu lugar, o máximo que podemos almejar é uma trégua sempre provisória entre nações separadas pelo precipício intransponível das identidades raciais. É esse mesmo o futuro que queremos?
>
> 21 de abril de 2008.

Entre os intelectuais que assinaram o manifesto anti-cotas, estavam alguns que ao longo de suas vidas acadêmicas se debruçaram sobre o estudo das relações étnicas e raciais no Brasil, para surpresa dos que pensam que ação e pensamento são duas faces da mesma moeda, − ao menos para estes parece não ser −, ou ainda, estes segmentos não passaram talvez de objetos de estudos.

Revisitando a imprensa da época, é possível identificar discursos entre os prós e os contras a política de cotas. O discurso do geógrafo Demétrio Magnoli, veiculado no jornal de circulação nacional, *Folha de São Paulo*, intitulado, "Jornalismo Delinqüênte", em 09.03.2010; foi logo respondido pelo antropólogo congolês radicalizado no Brasil, kabenguele Munanga, em 26.03.2010, no espaço 'Tendências E Debates', cujo título era: "Os perigos de uma crítica maniqueísta". Kabenguele citou um artigo

do historiador Felipe Alencastro, onde o mesmo faz um arrazoado sobre o tráfico de africanos escravizados, apontando a relação entre o passado e o presente, destacando ainda o impacto dos trezentos e cinquenta anos de escravidão na vida social brasileira do presente. Na verdade a Munanga refere-se ao texto que Alencastro[18] ofereceu como subsídio para a audiência pública no Supremo Tribunal Federal, cujo preâmbulo é o seguinte:

> [...] No presente ano de 2010, os brasileiros afro-descendentes, os cidadãos que se auto-definem como pretos e pardos no recenseamento nacional, passam a formar a maioria da população do país. A partir de agora –, na conceituação consolidada em décadas de pesquisas e de análises metodológicas do IBGE –, mais da metade dos brasileiros são negros.
>
> Esta mudança vai muito além da demografia. Ela traz ensinamentos sobre o nosso passado, sobre quem somos e de onde viemos, e traz também desafios para o nosso futuro.
>
> Minha fala tentará juntar os dois aspectos do problema, partindo de um resumo histórico para chegar à atualidade e ao julgamento que nos ocupa. Os ensinamentos sobre nosso passado, referem-se à densa presença da população negra na formação do povo brasileiro. Todos nós sabemos que esta presença originou-se e desenvolveu-se na violência. Contudo, a extensão e o impacto do escravismo não tem sido suficientemente sublinhada [...]

Mesmo sem citar Nabuco, seu artigo nos remete à frase já tantas vezes por mim repetida nesta artigo, mas que demonstra a validade da mesma para o tempo presente: "Não basta acabar com a escravidão, é preciso destruir a obra da escravidão".

Não sou dos que pensam que a história se repete. Não. Cada acontecimento é único, mas pode haver verossimilhança entre eles, são as permanências do passado que ainda não foram rompidas por completo, uma vez que a história é composta de rupturas e permanências, sobretudo no campo das mentalidades. Uma das formas para compreender tal processo pode ser o revisitar o passado para compreender o presente. Umas das razões que me fizeram reler *O Abolicionismo* de Joaquim Nabuco, escrito

[18] ALENCASTRO, Luiz Felipe. *Intervenção junto ao STF.* Brasília: 10.03.2010.

no passado, para compreendermos os debates e os embates que hoje giram não em torno do fim da escravidão, mas das mazelas deixadas por elas.

# A República no Brasil: um balanço

Rosa Maria Godoy Silveira

Desde, ao menos, duzentos e vinte anos atrás, quando a opressão do absolutismo monárquico do Antigo Regime tirou a Colônia americana de Portugal de sua "quietude" e engendrou "modos de pensar" e de agir desconformes com o sistema colonial, a ideia de República começou a disseminar-se na sociedade "brasileira".

Lentamente, é certo. E diversamente, em razão das múltiplas leituras e apropriações que o termo República foi sofrendo – e *sofrendo* aqui é uma palavra intencional – nos processos constitutivos da Nação e do Estado brasileiros. Logo cedo, uma clivagem fundamental foi se estabelecendo entre os sujeitos das diversas conjunturas históricas que foram construindo as concepções e as ações acerca de nossa organização política e de nossa cidadania.

## Uma releitura do passado: o difícil republicanismo, a utópica República

Nas montanhas de Vila Rica (1789), nos engenhos e casa de negócios de Salvador (1798) e Pernambuco (1801 e 1817), a bandeira que libertasse do jugo opressor absolutista foi levantada, mas ficou a meio-pau e, tão cedo, arriada: o desenho de uma sonhada República tinha os contornos da propriedade e das hierarquias sociais dos seus protagonistas, conforme analisou Mota, baseado no testemunho de Luís dos Santos Vilhena[1]. O governo "para todos" era pensado como um governo para iguais. Mas para os *considerados iguais*. Nem todos – aliás, a grande maioria – era assim considerada. Parafraseando Orwell[2], uns eram reputados como mais iguais

[1] MOTA, Carlos Guilherme. *Ideia de revolução no Brasil (1789-1801): estudo das formas de pensamento*. 2 ed. São Paulo: Cortez, 1989.

[2] ORWELL, George. *A Revolução dos Bichos***.** Tradução de Heitor Aquino Ferreira. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. Original inglês: Animal Farm, 1945.

do que outros. E, deste modo, as águas do liberalismo correram por um leito e as águas da democracia foram represadas para outro e estreito leito[3].

Mas estas águas deslizavam nas ruas de Salvador (1798), do Recife (1817, 1824, 1848), e de outras cidades atulhadas de sujeitos modestos, despossuídos, mulatos, pardos e negros, que falavam de uma República de iguais, jurídica, mas sobretudo sociopoliticamente, contra as discriminações sociais e aquelas baseadas na cor da pele.

Havia, ainda, águas mais fundas de igualitarismo. Porque havia escravos que subvertiam a própria ideia de *liberdade liberal*, já por si subversiva ao regime, pois iam além das desamarras coloniais e do direito à ágora, para uma liberdade vital, substantiva e não adjetiva.

Nesses primeiros confrontos em torno dos caminhos para dar fim ao que se considerava tirania, e organizar o governo de outro modo, estava, portanto, sinalizada a encruzilhada política com que, há mais de duzentos anos, se defronta o Brasil.

A República não foi, por muito tempo.

Mesmo o federalismo, que desde suas primeiras expressões, se colou ao seu significado e poderia ter aberto um caminho de maior democracia das estruturas de poder, mediante as autonomias das várias partes territoriais do país, foi estreitado pelo conteúdo socioeconômico e étnico dos sujeitos que dirigiram a organização do Estado Nacional brasileiro. Para muitos defensores de maiores "franquezas provinciais", aqueles incrustados nas grandes propriedades rurais, a leitura do federalismo se recobria com a defesa do localismo, do mandonismo local.

Diante dos muitos interesses em jogo e os enormes medos dos privilegiados, face a um caminho radicalmente novo, que teria sido um projeto político de bases mais populares ou uma tomada de poder pelos escravos, urdiu-se, historicamente, uma espécie de entre- caminho, meio- caminho entre as heranças coloniais e as construções liberais, para lembrarmos a imagem de Ilmar Rholoff de Mattos acerca dos *herdeiros* e *construtores* da Independência do Brasil[4]. Dizendo isto, dizemos: uma

---

[3] ADORNO, Sérgio. *Os Aprendizes do Poder. O Bacharelismo Liberal na Política Brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

[4] MATTOS, Ilmar Rohloff de. Construtores e Herdeiros.A trama dos interesses na construção da

cidadania restringida, de uma sociedade hierárquica escravista, de um Estado unitarista e patrimonialista, de um país neodependente (ou neocolonial), trocando de subordinação, da metrópole portuguesa à metrópole inglesa.

Projetos contestatários dessa *ordem político-constitucional* instaurada em 1824 foram sendo, um a um, reprimidos militarmente, desde o I Reinado, ao longo do período regencial e da década de 1840[5]. Algumas dessas ações repressivas valeram a Caxias o seu primeiro título de "nobreza". Esses movimentos eram, na sua maior parte, frágeis em suas bases doutrinárias e efêmeros, mas outros houve de considerável repercussão: apesar de sua brevidade, a Confederação do Equador, no contexto de instabilidade política e institucional imediatamente pós-1822; a Balaiada, por sua duração e a sua composição policlassista; a Guerra dos Farrapos, a mais longa revolta do período, por representar uma fissura no bloco dos proprietários de terras detentores do poder. Em tais manifestações, a República continuava sendo uma proposta abstrata, pouco definida, e o federalismo tinha maiores contornos, embora territorializados pelo conservadorismo localista da grande propriedade agrária.

Os limites para uma virtualidade republicana eram vários. O mais forte deles: a sociedade escravista herdada da colonização, assentada em hierarquias, privilégios, nepotismo, mandonismo, seja porque criou cidadãos políticos investidos de direitos de participação, distintos de cidadãos portadores de direitos civis mas não políticos, seja porque não cidadanizou a maior parte da população brasileira e coisificou os negros escravos.

Assim, o liberalismo brasileiro assumiu, não em seu todo, mas em grande parte, tanto no pensamento quanto na ação, uma especificidade

---

unidade política. In JANCSÓ, István (Org.). *Independência: História e Historiografia*. São Paulo: Hucitec: FAPESP, 2005: 271-300.

[5] Começando pela Confederação do Equador (PE), e abrangendo a Cabanada (AL), a Cabanagem (PA), a Balaiada (MA e PI), a Sabinada (BA), as Revoltas liberais de 1842 (SP e MG), a Guerra dos Farrapos (RS, com reverberações em SC), a Revolução Praieira. Também houve pequenas, mas constantes irrupções contra a *ordem imperial* em quase todas as províncias do país, em âmbito mais urbano, a exemplo da *Abrilada*, *Setembrizada* e *Novembrada*, no Recife, no início da Regência. Nem todas estas revoltas, porém, eram de tendências liberais democratizantes; houve aquelas de cunho *reacionário*, no sentido de defenderem a antiga *ordem colonial* politicamente encerrada em 1822.

antidemocrática conciliadora com o escravismo; e, muitas vezes, anti-laica, conciliadora com o catolicismo, adotado como religião oficial do Estado Nacional. Portanto, um liberalismo excludente não apenas socioeconomicamente, mas étnica e culturalmente.

Na segunda metade do século XIX, esse quadro passa por mudanças.

O momento em que o Estado Nacional parece consolidar-se[6], é o momento mesmo em que emergem novas problemáticas desestabilizadoras na sociedade brasileira. A principal delas: a superação da escravidão e a criação de novas relações de trabalho, suscitando mobilizações e debates públicos, envolvendo não apenas os segmentos das elites agro- exportadoras mas os segmentos médios urbanos emergentes uma outra modernização do país[7]. Embora, sob os influxos desse processo, tenha se explicitado um liberalismo mais liberal[8], é perceptível, ao se reler tais debates, a enorme dificuldade e preconceito das elites políticas ao empreenderem a tarefa de mudança do regime de trabalho[9]. Mesmo os pronunciamentos favoráveis à imigração de trabalhadores brancos europeus, considerados por tais elites

---

[6] Uma certa historiografia, sobretudo construída pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e, depois, pelos centros hegemônicos de poder, consagrou a versão vencedora do unitarismo imperial, segundo a qual o Estado Nacional se consolidou a partir dos anos de 1840. No entanto, as revisões historiográficas mais recentes, não apenas mas especialmente aquelas produzidas nos centros não-hegemônicos, a partir da expansão dos Cursos de Pós-Graduação, têm trazido novos elementos de reflexão sobre o tema, ao apontarem as especificidades locais e não apenas o processo ocorrido na Corte.

[7] Estamos usando esta expressão "uma outra modernização" porque consideramos que o período joanino configurou-se como uma certa modernização do país, ainda que restrita ao, então, chamado *Sul* (hoje Sudeste).

[8] O liberalismo tem várias vertentes. À época, havia uma linha de liberalismo mais conservadora, vinculada à grande propriedade burguesa, e uma linha mais democrática, vinculada à média e pequena burguesia. Durante a Revolução Francesa, essas tendências eram representadas, respectivamente, pelos girondinos e pelos jacobinos. No Brasil, no processo de formação do Estado Nacional, tornou-se hegemônico um liberalismo mais conservador, ademais, hibridizado com o escravismo e o pensamento não-burguês, herdado da formação colonial. Embora a vertente mais "democrática" já tenha se expressado em alguns dos movimentos da 1ª metade do século XIX, 2ª metade adquire novas expressões. Por liberalismo liberal, estamos considerando a vertente clássica que concebe uma cidadania (burguesa sempre) mais alargada, enquanto a vertente conservadora a concebia de forma mais restrita.

[9] AZEVEDO, Celia Marinho. *Onda Negra, Medo Branco***.** O Negro no Imaginário das Elites, Brasil, Século XIX. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

como superiores aos trabalhadores nacionais e asiáticos, muitas vezes não foram acompanhados, na prática, por um tratamento digno e receptivo aos europeus imigrados, que constituíram o fluxo absoluto do imigrantismo até o início do século XX.

Também se explicita a refração dos grupos políticos diante da resistência escrava e das "alianças" dos cativos com segmentos médios urbanos. O arraigado haitianismo[10] das elites brasileiras se reatualiza, então, diante do movimento abolicionista que teve características populares e continha, explícita ou implicitamente, virtualidades para um projeto político de sociedade com configurações mais democráticas. Como em 1822, tais elites conseguem travar o potencialmente *novo* e democratizante: primeiramente, a abolição do tráfico internacional de escravos (1850), optando por perder anéis a perder os dedos, ou seja, mantendo a escravidão internamente; em seguida, as ações protelatórias do fim da escravidão retesadas ao máximo que se pode, a Lei Áurea simplesmente oficializando um fato e não assumindo as suas consequências; e, finalmente, a indiferença diante da situação dos libertos e sua integração na sociedade, problemática à qual não foi indiferente nem mesmo o autoritário José Bonifácio em tempos longínquos e, na conjuntura abolicionista, figuras como Luís Gama e Silva Jardim.

Mas outros indícios havia de possibilidades históricas para a República.

Se, a modernização se territorializava no *Sul*, com a urbanização, a expansão do trabalho assalariado, surtos industriais, o fim da escravidão, havia reverberações em outras partes do país. A sociedade agrária do *Norte* encontrava-se em crise e aí certos valores modernos se confrontavam com os valores tradicionais, embate esse expresso , entre outras formas, nas Questões Religiosas. Por um outro prisma, após certo interregno (ao menos até onde a historiografia nos aponta), voltam a emergir manifestações de segmentos populares contra a *ordem*, ainda que com ambiguidades, a exemplo do Quebra-Quilos e do Cangaço. Nos meios urbanos, o Exército

[10] O temor visceral das elites brasileiras diante de possíveis revoltas escravas, a exemplo da tomada de poder pelos negros no Haiti, sob o comando de Toussaint Louverture.

também manifesta-se contra a *ordem*, expressando, em sua especificidade corporativa, os descontentamentos de segmentos médios emergentes para os quais o escravismo e a sociedade tradicional obstruíam perspectivas.

E, finalmente, a cisão no âmbito das próprias elites, diante de um contexto em mudanças, notadamente a questão servil, gesta críticas ao sistema político e dissidências liberais (ao longo dos anos de 1860) até o aparecimento do Manifesto Republicano, em 1870. Como disse Holanda[11] , o republicanismo deixava de ser utópico e começava a adquirir concretude.

No entanto, a ideia de República não só não tinha bases sociais amplas como não guardava unanimidade. Empolgado por segmentos cafeeiros paulistas de proprietários agrários e por setores médios urbanos intelectualizados, o republicanismo não atingiu as camadas populares. No seu segmento *radical*, de cunho positivista, o seu limite era a média-pequena propriedade; no seu segmento mais *moderado*, o seu limite era a grande propriedade agrária. Em ambas as vertentes, propostas reformistas, de cunho diferenciado: na perspectiva dos cafeicultores, reformas adstritas ao regime político, especialmente a descentralização federalista; no radicalismo de Silva Jardim, a perspectiva também de reformas socioeconômicas, como uma possível reforma agrária, que significava um projeto mais democratizante[12]. Uma República mais republicana.

Mas triunfaram os chamados *moderados* que, mesmo discursivamente defensores da via evolutiva reformista da tomada de poder, urdiram suas tramas com lideranças militares e consumaram o golpe de 1889. A República se concretizou, mas a democracia, foi outra vez abortada. Como em 1822.

A República assim foi proclamada em 1889 e, desde então, assim tem sido. Proclamada, mais do que efetivada.

---

[11] HOLANDA, Sergio Buarque de. *História geral da civilização brasileira*. Tomo II, v. 7. São Paulo: Difel, 1972.

[12] PESSOA, Reynaldo Xavier Carneiro. *A ideia republicana no Brasil através dos documentos: textos para seminários*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1973., p. 39-62 e p. 114-145. As diferenças de propostas são expressas, respectivamente, no Manifesto Republicano de 1870 – moderados; e na Carta Política ao País e ao Partido Republicano (1889), de Silva Jardim – radicais.

Por um meio-caminho, novamente.

Novamente: no sentido de "mais uma vez", "como da primeira vez". Ou teriam sido as construções maiores do que as heranças?

Construções, houve muitas, entre as quais consideramos destaques:

- a *emergência dos segmentos médios urbanos* na vida política, já desde o Império, mas cujas manifestações maiores ocorrem ao longo do período republicano: nas décadas de 1910 e 1920, com os movimentos tenentistas; durante a chamada Revolução de 30; nos anos 40, em torno da redemocratização do pais; nas décadas de 1950-60, por reformas de base; durante o regime militar (anos 70-80), como uma espécie de linha auxiliar do regime[13]; nos anos 80, nas lutas pelo fim do regime militar e a redemocratização;
- o *fazer-se do proletariado urbano-industrial* como uma nova classe na sociedade brasileira, reivindicando espaço político em várias conjunturas e sob diferentes correntes políticas: o anarquismo, desde fins do século XIX; o comunismo, desde os anos de 1920; o trabalhismo, a partir dos anos de 1930; o sindicalismo reformista moderno, desde os anos de 1970 e hoje configurado em várias vertentes;
- a *configuração do movimento camponês*, desde o acúmulo das várias lutas do Império e das suas expressões cangaceiras (1860-1940) e messiânicas (especialmente na 1ª República), até a sua maior organicidade e visibilidade social e política com as Ligas Camponesa e um sindicalismo de várias cores (comunista, católica, trabalhista oficial), nos anos de 1950-60; até a sua expansão e crescimento recente, após os anos de 1980, com o Movimento Sem Terra, a Comissão Pastoral da Terra e outros movimentos do campo;
- a *constituição do movimento feminista*, com a conquista do direito do voto para as mulheres (1934); a sua intensa ocupação de espaços políticos e intelectuais a partir dos anos sessenta; e a conquista de políticas afirmativas após os anos noventa;

[13] É preciso relativizar esta participação. Havia segmentos médios urbanos integrantes das forças nacional-populistas, derrotadas em 1964.

- a *retomada do Movimento Negro*, ainda engatinhando o regime republicano; com as suas árduas lutas no pós- 30; até o seu crescimento desde os anos de 1960 aos tempos das políticas afirmativas atuais, lutando para substantivar para si uma cidadania que a Abolição não trouxera;
- a *irrupção recente de movimentos sociais identitários*, não apenas, mas sobretudo após os anos oitenta, em torno de vários segmentos específicos da sociedade: somando-se lado às mulheres e aos (às) negros/as, os sujeitos de variadas orientações sexuais, os portadores de diversidades geracionais (crianças, adolescentes, idosos), os índios, os quilombolas, as populações ribeirinhas, os camponeses, os consumidores, os ambientalistas.

Também houve construções de parte das classes dominantes: a *constituição de uma burguesia urbano-industrial* que, de forma complexa, foi assumindo a direção política do país e se ampliando e imbricando com uma burguesia financeira, progressivamente vinculada a etapas mais atualizadas do capitalismo internacional; a formação de uma *burguesia agrária moderna*, estruturada em torno do agronegócio e igualmente vinculada ao capitalismo internacional; e, da mesma forma, após o regime militar, a *configuração de um moderno segmento vinculado à expansão* e *mercadorização dos serviços*.

A sociedade brasileira foi se complexificando nas mais diversas dimensões: demográfica, econômica, social, política, cultural.

Mas o *novo*, como irrupção e visibilidade na sociedade, teria sido o *novo* na/da configuração societária? O *novo*, como aparecimento de novas classes sociais e grupos identitários e as suas lutas, as suas expressões, manifestações e ações políticas, significou um leque mais amplo de forças sociais representadas na estrutura de poder? Em outras palavras, a República teria universalizado a cidadania e promovido a democratização da sociedade brasileira?

## O *bem comum*

Realizar um balanço sobre os 120 anos da República Brasileira, assim problematizados em torno da questão da Cidadania, requer algumas breves considerações de ordem teórica, para a compreensão do significado de República, que permita avaliar a nossa trajetória no republicanismo.

O núcleo do ideal republicano é a noção de *bem comum.* Um *bem* é aquilo que tem valor para a vida humana, material ou espiritualmente. O *bem comum* é o que tem valor para uma sociedade, uma coletividade.

Assim, outras noções se adscrevem a este conceito-chave. *Finalidade*: os propósitos que movem as pessoas a se agruparem socialmente, no caso, a própria busca e construção do *bem comum*; *Comunidade*: a unidade do compartilhamento social, a qualidade do que é comum aos membros de um coletivo. E, ainda a *relação indivíduo-sociedade* e a *relação indivíduo-governo* (ou autoridade).

A respeito dessas relações, as teorias sociais apresentam perspectivas diferenciadas.

Nas teorias sociais liberais, o foco da relação é o *indivíduo*. Historicamente, este realce foi construído nas lutas contra a opressão dos Estados absolutistas. Nesta perspectiva, os teóricos liberais consideram as leis e a autoridade como opressoras dos indivíduos e defendem que o Estado deve interferir o menos possível na esfera individual. Essa concepção serviu de esteio para a ascensão burguesa.

Já para as teorias sociais de talhe socialista, o pêndulo entre indivíduo sociedade pende para o coletivo. A concepção de liberdade é vinculada ao princípio da igualdade, na medida em que são necessárias condições para o exercício daquela, sem as quais a liberdade não se efetiva. As formulações socialistas serviram de esteio para a implantação dos regimes socialistas/comunistas.

No século passado, o teórico liberal Isaiah Berlin[14] desenvolveu a teoria da liberdade, apontando suas duas dimensões: a negativa e a positiva. A *liberdade negativa* corresponde à concepção liberal clássica,

[14] BERLIN, Isaiah. *Quatro ensaios sobre a liberdade*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, edições em 1981 e 1997. Original inglês: *Four Essays on Liberty*. Oxford: Oxford Press, 1969.

acima exposta, em que a atuação dos indivíduos na vida coletiva se dá por meio da *representação*. A *liberdade positiva* significa a capacidade de agir em comum, socialmente, dispor de *autonomia*. Nesse sentido, guarda aproximações com a concepção socialista, que, concretamente, se exprimiu em formas alternativas de participação política, como as comunas e os sovietes, mas não dispensou formas representativas.

A *participação* é, pois, um elemento indispensável na construção do *bem comum*, considerada um princípio para a edificação da democracia, muito embora variem, como vimos, os caminhos propostos para atingi-la.

O filósofo italiano Salvatore Veca aborda a tensão entre as duas formas de liberdades:

> ela [a tensão] existiu para os modernos e continua a existir para nós, contemporâneos, traçando a linha divisória entre a área de nossa moralidade e de nossas escolhas privadas, e aquela da ética e das escolhas públicas In: <http://www.historianet.com.br/conteudo/default.aspx?codigo=435>.

E formula uma perspectiva de superação do maniqueísmo entre uma ou outra:

> As transformações das democracias pluralistas e os dilemas que temos pela frente voltam a propor, sistematicamente, equilíbrios diferentes e recorrentes conflitos na movediça linha provisória. A liberdade "negativa" está próxima da ideia de nosso direito à diferença, à variedade das experiências de vida. A liberdade "positiva" está próxima da nossa maneira de sermos "iguais", da identidade na cidadania como membros da polis que compartilham um destino comum. O exercício dos dois tipos de liberdade e o dilema de suas combinações se baseiam, em todo caso, em um pressuposto: que cidadãos e cidadãs sejam pessoas emancipadas, capacitadas a escolhas autônomas.(Idem)[15]

[15] O texto nos suscita duas críticas: a) se a liberdade "negativa" se aproxima do direito à diferença, à diversidade, não se perca de vista que a burguesia ascendente dela se valeu ideologicamente para afirmar a *sua* diferença frente aos demais extratos sociais. Ignorou o direito à diferença do Outro ao longo de toda a modernidade. Com a Globalização, até por razões de interesses, reconhece as diversidades sociais, mas isto não se traduz, em garantia concreta (não apenas formal) de direitos às mesmas; b) igualmente não se perca de vista o fato da liberdade "positiva" de vertente socialista,

**Uma República anti- republicana!**

Retomando a questão posta anteriormente – se a República teria universalizado a cidadania e promovido a democratização da sociedade brasileira –, sob a lente das referências teóricas do item anterior, procedemos ao balanço do regime republicano analisando dois aspectos: ainda em visão retrospectiva, a composição do poder; e, em foco centrado no tempo presente, algumas dimensões das problemáticas mais evidentes da República brasileira na atualidade.

De forma breve, vislumbramos a composição do poder nas várias conjunturas do regime, nesses cento e vinte anos:

- a **República Velha** (1889-1930) concretizou o projeto político das elites agrárias regionais, sob a hegemonia dos cafeicultores paulistas aliançados com o capital comercial e industrial internacional. As demais classes sociais foram excluídas;
- a **República Nova** (1930-1964) realizou o projeto da burguesia industrial brasileira, em aliança com as elites agrárias tradicionais, sem dispensar as articulações com o capital comercial e industrial internacional. Elementos de classes médias, sobretudo intelectuais, e de sindicatos oficiais de trabalhadores participaram na burocracia de Estado, mas suas respectivas classes não estavam no poder. A efetivação da hegemonia burguesa se faz com muitas dificuldades, o que acaba resultando em um interregno de ditadura (o Estado Novo – 1930/45), quando o Estado se erige em demiurgo e busca agrupar bases sociais em torno de um projeto nacionalista. No final do período (década de 1950), a pressão de novos interesses (do capital e do trabalho) provocou a erosão do bloco no poder, crises, até sua desagregação com o *golpe* de 1964;
- o **Estado Militarista** (1964-85) expressa os interesses de um bloco formado por várias frações do capital nacional e internacional, em diferentes graus de inserção e poder, sob a hegemonia do

em suas experiências concretas no socialismo real, ter sido tolhida pela excessiva interferência do Estado na vida das pessoas.

capital financeiro internacional. Elementos de camadas médias atuam como linha auxiliar do regime, em seu gerenciamento, assim como as Forças Armadas, mas as classes médias, enquanto classes, não participam do poder. O período é de forte exclusão das classes trabalhadoras, que são desmobilizadas por vários métodos persuasivos. Pequenas concessões foram feitas aos trabalhadores rurais, como forma do regime se legitimar e, ao mesmo tempo, desestruturar os movimentos do campo, que vinham crescendo desde a década anterior;

- a **Nova República** (1985- ...?) vem se debatendo entre dois projetos: um deles, com um alinhamento maior à globalização, reiterando a composição do regime anterior, porém sem os interventores armados. Corresponde dos anos noventa até o início da década de 2000. O outro projeto também mantém o alinhamento à globalização, igualmente com a subordinação das demais frações do capital, nacionais e internacionais, ao capital financeiro. Algumas variantes em relação ao outro projeto parecem ser: o *modus faciendi* do poder com a inclusão de segmentos do sindicalismo dos trabalhadores à burocracia do Estado; e um pequeno distributivismo de renda através do salário mínimo e de um assistencialismo que, como tal, é seletivo, através do projeto Bolsa Família. As classes trabalhadoras não estão no poder, apesar do presidente oriundo do meio operário, nem tampouco as classes médias. Sobre trabalhadores e segmentos médios recai o custo deste projeto, que beneficia inequivocamente o capital bancário.

Neste percurso, parece-nos que o federalismo continuou a ser mais forte do que o republicanismo. Mas também perdurou em suas concepções e práticas antidemocratizantes, nas três conjunturas em que os estados-membros desfrutaram de maior autonomia: 1891-1930, 1946-1964, 1988 até a atualidade. A autonomia jurídica e financeira, em termos, não tem se traduzido em maior participação política das populações regionais- locais nas decisões e controle sobre as ações dos gestores públicos, que costumam criar diversionismos para barrarem uma participação mais democrática.

Por outro lado, não se pode esquecer o fato de que o centralismo da União não perdeu a sua voracidade: não só se exerceu nas duas (ou três?) ditaduras republicanas *(sic)*[16], de modo explícito, como remanesce em todas as conjunturas formalmente democráticas, com a concentração de recursos financeiros e, *pour cause*, de poder. Os Executivos estaduais e municipais, mudando-se a escala, mantêm essa mesma tendência. Desde o regime militar, o federalismo republicano passou a ser obra de ficção. Com a Globalização, os seus "ataques" ao Estado Nacional e a "guerra fiscal", a competitividade vem comendo por dentro a cooperação entre os entes federativos (União-estados-municípios), que é o princípio básico de uma organização federalista.

Sobre as problemáticas da atual etapa da Republica no Brasil, começamos o balanço pelas políticas ditas públicas:

- nosso *modelo econômico*, não obstante as suas várias atualizações conjunturais com aparência de *novo*, mantém o seu substrato de dependência na divisão internacional do trabalho, mesmo quando o Brasil passa – como atualmente – a exercer uma posição estratégica no âmbito do capitalismo globalizado, devido à dimensão do seu mercado real e, também, potencial e a algumas políticas bem sucedidas de estabilização econômica;
- a pior *distribuição de renda* do mundo é o nosso primeiríssimo galardão, o que significa a reiteração de fortíssimas clivagens entre uma minoria de privilegiados e uma imensa maioria de excluídos do acesso às riquezas produzidas no país;
- as chamadas *políticas sociais* não apenas não são universais como são de péssima qualidade, cada vez mais inoculadas de *valor* capitalista, o que as esvazia e conspurca de seu conteúdo social. Em outras palavras: vêm atravessando um processo de reconversão para *serviços* ou *mercadorias* compráveis no mercado. Enquanto isso, e por conta disso, não conseguimos universalizar e socializar o saneamento básico, a habitação, a saúde, a educação etc;

[16] Se considerarmos o período Deodoro-Floriano, são três. Porém, o governo Arthur Bernardes foi um *estado de sítio* constante.

- a falta de *segurança pública* é o nosso grande medo. A violência nos invade o cotidiano, dentro de nossos outrora "sacrossantos lares", como um triste espetáculo de exposição das nossas vísceras podres – as sociais, as políticas e as morais. Mas os donos do poder e seus gestores e seus intelectuais orgânicos (hoje, territorializados na grande mídia), ou a banalizam ou criminalizam os subalternos, pasteurizando os conflitos sociais no noticiário, em sua sucessividade fugaz que os desestoriciza, depois seguido por novelas que os circunscrevem na ficção como válvulas de escape para as angústias diante da dura realidade. No entanto, se nas novelas tudo se resolve e (quase) todos vivem felizes para sempre, a violência, especialmente decorrente do poder do tráfico de drogas, hoje se transversaliza e atinge na carne as próprias classes médias e as elites, que sempre fizeram vistas grossas aos seus condicionantes porque teriam que expor as suas próprias digitais de incriminação neste processo. Na atualidade, com a água batendo a uma tal altura, algumas ações vêm sendo tomadas, como as invasões militares nas favelas, não sem uma dose de espetacularização diante do mundo, pois vêm aí a Copa do Mundo e as Olimpíadas;
- a *saúde pública*, embora não lhe falte uma concepção- diretriz avançada – como é o sistema SUS –, não consegue concretizar-se com eficiência e eficácia;
- a *educação,* a despeito da quase universalização do acesso ao Ensino Fundamental, desde os finais dos anos de 1990, ainda longe está de universalizar o acesso ao Ensino Médio. Acesso que se torna desacesso quando a falta de qualidade da Escola Pública, e, também, da privada, desencadeia a repetência e a evasão; quando tortuosos e politiqueiros mecanismos de fachada, a exemplo da promoção automática dos alunos, alimentando falsas estatísticas dos governos, produzem efeitos perversos mais adiante, como o analfabetismo funcional e político, os diplomas fabricados, os profissionais desqualificados etc. A péssima situação dos sistemas de ensino público inflete para o descrédito da juventude, sobretudo

das camadas subalternas da sociedade, quanto às possibilidades de uma educação emancipadora;

- a *cultura*, embora consideráveis as ações das duas últimas décadas, no sentido de incorporar as diversidades culturais do país na agenda política e institucional, ainda tem muito a avançar para desconstruir o silenciamento das culturas subalternas de negros, índios, mulheres, homossexuais, segmentos populares etc, e abrir possibilidades cidadãs mais amplas aos seus grupos portadores, para além de políticas pontuais, em direção a sua universalidade;
- o *trabalho*, apesar da atual inserção de alguns segmentos das classes trabalhadoras na gestão do Estado, exercendo funções dirigentes e/ou acessando recursos financeiros consideráveis (os fundos de pensão), vem sofrendo um processo de desfundamentação legal de seus direitos, em nome da metafórica *flexibilidade* do trabalho direcionada pelos interesses do capital[17].

Detendo-nos na esfera da sociedade política e do aparato de Estado, o quadro é preocupante:

- a **organização do poder continua estruturada pelos privilégios e o *mando***, mesmo quando os seus detentores não sejam mais os "velhos" coronéis da República Velha, mas grupos socioeconômicos com aparência e discursos modernizantes, sintonizados com a globalização. Um dos processos históricos mais vigorosos neste país, uma de suas mais encastoadas permanências, é a enorme capacidade de atualização dos grupos familiares dominantes às novas conjunturas bem como a imbricação de velhos e novos grupos, não só por intermédio de relações econômico-financeiras, mas também, e ainda, de parentesco e de alianças políticas;
- a **participação política**, conquanto o eleitorado brasileiro venha crescendo progressivamente e a Justiça Eleitoral tenha aperfeiçoado

[17] A desfundamentação legal dos direitos dos trabalhadores significa a retirada destes direitos, como férias, diminuição do tempo de licença-maternidade, supressão do 13º salário etc. sob a alegação de diminuição de custos para o capital. Existem defensores destas propostas na mídia e no Congresso Nacional.

tecnicamente os processos de votação, continua marcada pelo cerceamento à autonomia dos sujeitos, em decorrência da falta de um sistema político-partidário organizado por linhas programáticas, atravessado que é por interesses particularistas grupais e pessoais, por fisiologismos, clientelismos e venalidades, ou seja, apenas por projetos de poder pelo poder. A presumida maior conscientização política proporcionada pela mídia não resiste aos jogos de simulacros nas campanhas eleitorais, substituindo as virtualidades de informações e reflexões para os eleitores, pela espetacularização performática que secundariza projetos de organização política e de desenvolvimento para o país, projetos de nação;

- as **classes dominantes e seus representantes políticos** pensam e agem com uma contumaz resistência a mudanças estruturais na sociedade brasileira. Haja vista: à protelação de reformas necessárias na esfera política – do sistema político-partidário e nas campanhas eleitorais; à igual postergação de uma política distributivista de renda; à condução da gestão pública, marcada por uma caminhaniana[18] promiscuidade com o setor privado, de que resulta uma escandalosa apropriação privada dos recursos públicos, através de descaminhos no âmbito do Estado;
- assim, o **aviltamento do regime representativo** se processa pelo descolamento dos representantes políticos em relação aos seus [teoricamente] representados, exceto no limite para a reprodução dos próprios grupos no poder;
- o **transformismo dos gestores e representantes políticos** é uma das maiores características da sociedade política no país, a capacidade camaleônica dos políticos de trocarem de partido e de posição, de desdizerem hoje o que disseram ontem e, mais adiante, voltarem ao que disseram primeiramente. A coluna vertebral dessas figuras é extremamente adaptada à flexibilidade requerida pela Globalização;

[18] Esta expressão é uma alusão à carta de Pero Vaz de Caminha, que, ao noticiar a chegada da frota cabralina às costas brasileiras, termina a missiva pedindo ao Rei emprego para o genro.

- a **corrupção**, fenômeno construído historicamente desde a colonização, de tão endêmico, se naturaliza nos espetáculos televisivos diários, diretamente do Congresso Nacional, mas espraia seus tentáculos devoradores ali onde as câmeras não chegam ou não querem chegar, a começar do próprio espaço dos grandes grupos de telecomunicações. Tudo isso acompanhado dos maiores descaramentos, com contínuos desmentidos dos envolvidos, apesar de, na cena do crime, estarem as suas impressões digitais. Verdadeiro deboche de gestores e representantes políticos: arrogância de quem se acredita acima do bem e do mal, autoritarismo de quem considera que não deve prestar contas à sociedade porque aposta na impunidade. A indignação social, diante dessa praga corrosiva, ainda é muito limitada, mais difusa e moralista do que ético-política, pois mais percebida a corrupção como exercício de grupos ou indivíduos do que prática social estruturante, do fundo da nossa cultura. Com um efeito perverso, talvez o mais perverso de todos os que nos infestam: a despolitização, a rejeição de amplas camadas da população à política;
- a **justiça** é um valor distante da população: a postura hierárquica, burocrática e o hermetismo tecnicista do Poder Judiciário, salvo as costumeiras exceções, continuam a dar cobertura aos privilégios, contribuindo para o descrédito no tocante à concretização de equanimidade social;
- o **pensamento crítico**, desde o processo de reconstitucionalização da sociedade brasileira, após a ditadura militar, quando se esperaria o maior envolvimento social e *público dos intelectuais* no debate sobre as grandes problemáticas do país, vem se esvaindo, imobilizado. Ou melhor, sempre com honrosas exceções, esses intelectuais vêm sendo mobilizados, mas pela via privatista do mercado e do individualismo neoliberal. Desde os anos de 1990, os interesses privados alargam a sua cunha nas IES públicas, enquanto avançam sem competidores no sistema educacional como um todo, especialmente no Ensino Médio e no Ensino Superior.

Não esgotamos as mazelas. Seria impossível fazê-lo nos contornos limitados deste texto. Mas apontamos algumas das mais notórias.

De modo que o "resumo da ópera" aponta a nossa trajetória republicana:

a) da perspectiva das forças sociais: uma sociedade profundamente desigual cujas liberdades, tanto a negativa quanto a positiva, são constantemente cerceadas[19];

b) da perspectiva das forças territoriais: enormes contrastes socioeconômicos e culturais entre as várias regiões e entre os grandes centros urbanos e o interior do pais.

**Que país é este? Que Cidadania?**

Como uma República de tantas fraturas pode dar conta de seu presente e construir o seu futuro?

Então, como falar de República e de Cidadania?

Não podemos perder de vista que a cidadania no Brasil sempre foi restrita porque restringida.

Os direitos civis e políticos, se, no Império, tiveram o corte censitário, na República tiveram o corte socioeconômico e educacional do analfabetismo. Mesmo com expansão da alfabetização, a universalização da cidadania política ainda está distante, pois, até recentemente, havia cerca de 2.000.000 de pessoas (!) que sequer dispunham de documentos de identidade. Pessoas que não existiam como cidadãos, no sentido mais primário do termo. Sem falar na compra de votos e outras formas de coação ao eleitor, lembrando, mais uma vez, a interdição ao livre exercício da participação política com a instauração das duas ditaduras (ou três) "republicanas".

Os direitos sociais foram consignados apenas depois de 1930 e, mesmo assim, sob forte controle de um Estado autoritário-paternalista, e de forma seletiva, que relegou os trabalhadores rurais até os anos de 1960.

---

[19] O discurso liberal continua a fazer da liberdade uma farsa. Vende-a como se todos dela desfrutassem ou a desfrutassem igualmente. Desestoriciza-a como se o mercado não fosse um condicionante cerceador da liberdade.

Direitos sociais foram/são estreitados de forma sistemática pela ausência de políticas públicas efetivas.

Os direitos culturais, formalmente reconhecidos apenas a partir da Constituição de 1988, carregam a multissecular carga histórica excludente da diversidade étnico-cultural e do apagamento da memória dos que fogem ao padrão eurocêntrico, branco, cristão, masculino e heterossexual. A "cor da nossa cultura", enquanto conjunto de identidades múltiplas e de seu reconhecimento, tem sido, pois, uma monocultura branca, preconceituosa e racista, de base classista, mas, para além dela, acoplada a critérios desqualificadores de teor étnico.

Essa República tem sido a anti- República em que os privilégios econômico-sociais têm persistido desde muito antes de seus cento e vinte anos de duração; em que o *mando* se mantém como eixo estruturante das relações políticas; em que mecanismos de opressão-repressão e cooptação se combinam para disciplinar e subordinar as classes trabalhadoras; em que vicejaram ditaduras, silenciando a liberdade de expressão e destruindo, física, simbólica e emocionalmente, os corpos e vozes de quantos sonharam uma sociedade democrática.

Somos uma República eufêmica.

E, ainda assim, ou talvez por isto, uma República ufânica.

Começamos sendo "gigante pela própria natureza". Agregamos a imagem de "democracia racial". Somamos o discurso de que nossa sociedade não tem grandes conturbações internas e guerras civis, como tantos países as têm[20]. Tivemos o "maior e mais democrático partido do Ocidente": este era o auto- discurso do PDS, partido transformista da ARENA, e esta, braço auxiliar da ditadura militar; PDS que depois sofreu outro transformismo e se travestiu de PFL, para manter-se vivo – vivíssimo – no jogo de poder e apoiar uma transição política pelo alto, de costas para as manifestações do povo nas ruas, pelas Diretas-Já. E tantas outras camadas discursivas de exaltação, como nas sofríveis músicas de adesismo

[20] Ocorre-me, a propósito, um diálogo de juventude com um participante da 2ª Guerra Mundial, como soldado. Vindo morar no Brasil, esse homem me colocou um nó: disse-me ele que um país como o nosso, tão dotado de recursos naturais e de vasto território, mas de uma sociedade desigual e de desperdício, precisaria passar por uma hecatombe como a de 1939-45 para se repensar.

aos ditadores militares, tentando vender a imagem de um país coeso, em nome de uma "grande pátria".

Parafraseando o poeta[21]

> "Pobre pátria minha, gentil, que te partiste"!

Tu te partiste porque te foste, República perdida de ti mesma...

Tu te partiste porque te fraturaste, fraturaste o *bem comum* que nunca foi de todos.

**Ainda acreditar na República?**

Em tempos de globalização, que continua a vender – vender mesmo, pois que a compramos todos os dias – a velha ilusão capitalista de felicidade eterna no mundo terreno, onde estamos? Para onde vamos?

Se a desestorização de nossa sociedade não fosse tanta, e tão continuamente fabricada, nem precisaríamos de eventos de reflexão como este para encontrarmos respostas.

Sem dúvidas, não coonestamos um insustentável e tosco discurso esquerdista de que nada mudou. Discurso que, muitas vezes, radicalizava e ainda remanesce: de que o Brasil é o mesmo desde Pedro Álvares Cabral.

Avanços democratizantes consideráveis houve ao longo das várias conjunturas da República, a despeito das mazelas já apontadas. Entre outros:

---

[21] A poesia de Camões também é válida sem paráfrase para refletirmos sobre a "perda" da República: "Alma minha gentil que partiste/tão cedo desta vida descontente/repousa lá no Céu eternamente/e viva eu cá na terra sempre triste. /Se lá no assento etéreo, onde subiste/memória desta vida se consente/não te esqueças daquele amor ardente/que já nos olhos meus tão puro viste./E se vires que pode merecer-te/alguma causa a dor que me ficou/de mágoa, sem remédio de perder-te/roga a Deus que teus anos encurtou/que tão cedo de cá me leve a ver-te/quão cedo de meus olhos te levou. <http://letras.terra.com.br/amalia-rodrigues/563827/>. Acessado em: 30 nov.2011.

a) o crescimento e diversificação das nossas forças produtivas, com recursos potenciais para a sua expansão;
b) certa estabilização econômica mais recente;
c) um intenso e profundo processo constitutivo de uma sociedade de massas, urbana e moderna;
d) a organização dos mais diversos movimentos de trabalhadores e sua maior inserção na arena política, com a conquista de direitos trabalhistas;
e) a incorporação de enormes contingentes populacionais ao eleitorado bem como o reconhecimento do voto dos analfabetos;
f) a inserção das mulheres na vida política;
g) as mobilizações e lutas de resistência contra as ditaduras;
h) as mobilizações, ainda que tênues, contra a corrupção;
i) as mobilizações por reformas políticas e sociais;
j) as lutas por Direitos Humanos;
k) as lutas ambientalistas;
l) as lutas identitárias, com a consequente institucionalização de políticas afirmativas das diversidades socioculturais, reconhecendo direitos a sujeitos e culturas historicamente excluídos, o que os cidadaniza;
m) a atualização normativo-legal do sistema educacional às demandas do tempo atual;
n) a formulação e implantação de políticas sociais universalizantes, apesar das dificuldades de sua consecução;
o) a expansão física dos sistemas educacionais, e também do acesso à Educação Básica e ao Ensino Superior;
p) a implantação e consolidação de um qualificado sistema de Pós-Graduação;
q) a constituição e qualificação de um expressivo contingente de pesquisadores;
r) a visibilização e reconhecimento da criatividade e diversidade das nossas culturas.

As palavras do poeta espanhol Antonio Machado – "no baú da História, existem esperanças nem falidas nem alcançadas, isto é, o futuro" –, nos servem de inspiração para revolvermos o baú de nossa História e perscrutar as virtualidades da República. Para o entendimento de que, se a anti- República foi/tem sido uma tessitura histórica, só outra tessitura na e pela própria História poderá efetivar *o bem comum* na sociedade brasileira.

Ainda sermos republicanos?

Questão de fé? Sim. Na História, enquanto processo que nos possibilita a ação, e conhecimento que potencializa a nossa consciência crítica enquanto cidadãos e profissionais.

Pois bem: o baú de nossa trajetória republicana é repleto de mazelas. Mas também de lutas por direitos, por democracia e por uma República "para todos". Algumas com êxito, outras, não. Mas não falidas.

Assim, no contexto atual, penso que as virtualidades dessas experiências revisitadas residem no alargamento das lutas pela efetivação dos direitos humanos, garantindo a liberdade negativa contra a opressão, e a liberdade positiva pela autonomização dos sujeitos através de condições para tanto, que se lastreiam em uma sociedade justa e igualitária. Reabrir estes passados é necessário, para reexaminarmos estas experiências vividas, seus horizontes e seus limites, que dêem substância histórica à reconstrução de identidades dos sujeitos excluídos do presente histórico.

Não estamos aqui nos referindo a direitos apenas consignados em lei. Mas direito como expressão da dignidade humana.

Na camada mais à tona, mais recente do baú, o nosso tempo contemporâneo, a problemática das diversidades socioculturais tem reposto a questão da exclusão e produzido afirmações políticas de vários segmentos sociais. De um lado, a diversidade fragmenta o tecido societário para muitas direções. De outro, produz um movimento de confluência para uma causa *em comum*, **se** os portadores de tais diversidades exaurirem a compreensão delas próprias até atingirem o seu cerne, o que as produz enquanto diversidades excluídas ou desigualdades econômico-sociais, políticas, culturais. O que as produz: o sistema capitalista, as *persona do* capital, e o Estado e a classe política que dirigem a sua reprodução.

Em nossa sociedade política, é claro que há pessoas comprometidas com o espírito republicano. E temos que apoiá-las e com elas estabelecermos alianças, se quisermos reencontrar a República.

Mas é na sociedade civil que entendemos residirem as possibilidades de uma reconstrução republicana para um redirecionamento societário estruturado por valores de igualdade e justiça social e de um inseparável reconhecimento das diversidades. É na sociedade civil, nos movimentos sociais, que vislumbramos a desconstrução de uma cultura classista de privilégios, injustiças e iniqüidades e a reconstrução de uma cultura coletiva de compartilhamento equânime das nossas riquezas materiais e imateriais. É na sociedade civil que compreendemos a força e a pressão sobre a sociedade política, para arrebentar as cercas de uma República proclamada, mas ainda bastante autoritária, pouco democrática, predatória da própria Nação, negócio de poucos, e não patrimônio de todos.

Em síntese: o processo de nossa descolonização não só ainda não se completou como se tornou bem mais complexo. Na encruzilhada de nossa autonomia, de nossa feitura como Nação emancipada, temos que abandonar o meio caminho e radicalizar o percurso na outra seara da nossa encruzilhada de mais de dois séculos, a ainda mal palmilhada via da democracia.

Só assim haverá República.

# Os *Meetings:* uma cultura política do segundo reinado

Suzana Cavani Rosas

O presente trabalho está associado à pesquisa que realizamos sobre a cidadania e as eleições no Império, no Segundo Reinado. Pretendemos aqui tratar de um dos repertórios de mobilização política, ao qual hoje reconheceríamos como os comícios, mas que no período popularizaram-se pela designação de *meetings*. Essa forma de mobilização esteve distante de ser hegemônica no período em tela, mas já marcava sua presença no cenário urbano das capitais do Império. Em Recife, assim como na Corte, os *meetings* pipocaram em algumas conjunturas assinaladas por intensa competição político-partidária e conflitos sociais. Conservadores, liberais, progressistas e republicanos, deles se valeram em suas lutas para se alçarem ao poder. Dos *meetings,* um Cavalcanti em suas memórias, advertiria: *Achar-se-há sempre enganado aquelle que fraternizando com a massa popular, n'ella confiar em demasiado*.[1]

Entretanto, cabe ressaltar que, ainda no início do século XIX, principalmente no período que vai do Sete de Abril até o Regresso, as manifestações de ruas nas principais cidades do Brasil, em apoio ou repúdio às forças políticas em conflito, já guardavam afinidades com os denominados *meetings* do Segundo Reinado. Com o Regresso e a consolidação do Estado Nacional, a esfera pública[2], bem ao gosto das elites, restringira-se às associações civis com fins políticos ou a eles redimensionadas, ao recinto dos teatros e ao campo da imprensa. As ruas deixarão assim de ser um espaço de inflamadas manifestações políticas, sempre identificadas com os liberais exaltados e o temor de uma revolução[3]. Mas não por muito tempo...

---

[1] FREYRE, Gilberto. *O velho Felix e suas "memórias de um Cavalcanti".* Recife: Ed. Massangana, 1989, p. 49.

[2] *Esfera pública* compreendida aqui com um espaço situado na interseção entre o Estado e a sociedade civil.

[3] No momento da Abdicação a ideia da *rua,* na visão de boa parte da elite política ligava-se diretamente

Particularmente no Recife, no início do Segundo Reinado, a política ganhará novamente as ruas de modo intenso, através dos *meetings*, embora tenha havido referência até a essa forma de mobilização em algumas "freguesias intermediárias"[4], ou seja, no dizer da época, em localidades na confluência entre a zona propriamente urbana e a rural do Recife. Uma vez, inclusive, certa reunião num engenho[5], para tratar de eleição, recebeu a denominação de *meetings*, o que era um exagero e um uso inadequado desse termo. Na realidade os chamados *meetings* aconteciam mesmo era nas ruas, tanto no centro da cidade como nos seus arrabaldes. Em bairros da pobreza e da gente chique. Para tais encontros comparecia gente não apenas da localidade onde eles ocorriam, mas também de fora. Os tempos que antecederam a Rebelião Praieira os viram nascer, mas depois da repressão a esse movimento armado, as ruas novamente se esvaziarão deles. O renascimento dos *meetings* ocorrerá na década de 1860 e o seu ápice na conjuntura do ocaso do Império (1870-1880), embalados principalmente pelo abolicionismo e o republicanismo de base urbana, associados ambos *à geração 1870*.[6]

Não há como negar que o principal motivo para o qual se congregava a população em torno destes eventos era, principalmente, o eleitoral. Devido a isso, recomenda-se a quem procurar mapear tais reuniões, recorrer a este momento político. Momento, aliás, talvez nem seja o termo ideal para se falar do período eleitoral do Império, pelo menos até o advento das eleições diretas. Afinal, enquanto vingou o sistema eleitoral em dois turnos este período atravessava quase um ano inteiro!

---

a de *Revolução*, em franca oposição às ideias de *Liberdade* e a de *autoridade*. MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Saquarema. A formação do Estado Imperial.* São Paulo: Editora HUCITEC, 1990, 2ª edição, pp 134-135.

[4] *Diário Novo*, 23.08.1847.

[5] *Diário Novo*, 18.09.1947

[6] "Era uma geração, no sentido de Mannheim, pertencente aos estratos altos da sociedade brasileira, que experimentavam uma situação de marginalização política em relação ao domínio saquarema e que aproveitou as novas oportunidades políticas, surgidas das fraturas da ordem política vigente, para articular-se em prol da reforma do status quo usando um conjunto de recursos (...)". Entre esses recursos estavam um repertório intelectual e também práticas político-culturais, como os *meetings* e as passeatas. ALONSO, Angela. *Ideias em movimento. A geração 1870 na crise do Brasil - Império.* São Paulo: Paz e Terra, 2002, pp. 19 e 284-285.

Senão vejamos: havia a *qualificação dos votantes* em janeiro, em seguida vinham em novembro *as eleições primárias* e depois em dezembro, *as eleições secundárias*. Com a agravante, no caso das eleições de deputados gerais (Câmara dos Deputados) coincidirem também com o pleito para vereadores e juízes de paz, que ocorriam em setembro! E note-se que os vereadores e juízes de paz eram também autoridades eleitorais muito importantes no Império. De quatro em quatro anos faziam-se eleições para Câmara dos Deputados, Vereadores e Juízes de Paz. E, a cada dois anos para a Assembléia Provincial. Ocorrendo ainda eleições a qualquer tempo quando da morte de Senadores e da dissolução da Câmara pelo Poder Moderador.

O que eram os *meetings*, quem os promoviam, qual o seu público e fins? A designação de *meeting* era uma referência a certa forma de mobilização política em expansão, numa alusão, particularmente, ao caso da Inglaterra do século XIX. *Esse uso inglês*, que era à época tida como *um reconhecimento não equivocado da importância do povo*[7], no dizer da imprensa *praieira*, na verdade dominou o cenário da Europa Ocidental no século XIX e esteve associada à constituição de um espaço público que extrapolava a imprensa e as associações da sociedade civil, como a maçonaria e os partidos, entre outras. A rigor, em terras brasileiras, a denominação dizia respeito, na maioria dos casos, a aglomerações de rua, embora o termo aparecesse às vezes identificado às reuniões em teatro e até em espaço privado como associações profissionais e de classe. Para as reuniões em teatros e nas referidas associações sempre o termo mais adequado e comum foi *conferências*. Tanto que, ao divulgar a agenda da campanha de Joaquim Nabuco, de 1884, a Comissão Central de Emancipação só utilizou uma vez o termo *meeting* para designar uma das muitas reunião política havidas no Teatro de Santa Isabel naquele ano.[8]

Os teatros constituíram-se num espaço peculiar, posto que híbrido, por sua associação tanto com o público quanto com o privado, desde os tempos da Independência, conforme bem observou o historiador Marcos

[7] *Diário Novo*, 19.08.1847

[8] NABUCO, Joaquim. *Campanha Abolicionista no Recife. Discursos de Joaquim Nabuco:* prefácio de Aníbal Falcão, 2 ed. – Recife: FUNDAJ, Editora Massangana, 1988, pp. 199-200.

Morel: *sem ser lugar de deliberação das autoridades, nem ponto predefinido para encontros políticos, a sala de espetáculo foi tornando-se um canal da expressão de diversas vontades coletiva*[9]. Interessante a esse respeito foi a própria história de um teatro do Rio, o de São Pedro de Alcântara. Nos tempos da Regência, nessa casa de espetáculo, depois renomeado de Teatro Constitucional Fluminense, encenou-se um drama, intitulado *O dia de júbilo para os amantes da liberdade, um mês após a Abdicação*. Na abertura do espetáculo, como se não bastasse, tocou-se o hino do Sete de Abril. Em semelhante clímax a platéia foi ao delírio "cívico", envolta, certamente, pelo sentido mesmo do drama apresentado, o teor do hino − que dizia "*os bronzes da tirania já no Brasil não rouquejam...*" − e os acontecimentos políticos em curso.[10] Importante dizer que os teatros, como se vê no caso, politizavam seus repertórios de peças, além de servirem como recinto para atividades estritamente políticas, como debates entre líderes partidários e pronunciamentos de autoridades públicas, geralmente em tempo de eleições ou de comemorações cívicas.

Em se tratando do Recife, no Teatro de Santa Isabel sempre se comemorou regularmente a data natalícia do Imperador Pedro II, ocasião em que os políticos e "a boa sociedade" lá compareciam para afirmarem suas convicções monárquicas. No Segundo Reinado, um relato de um presidente de província de Pernambuco à Câmara dos Deputados informa-nos dessa efeméride:

> Às 8 horas da noite estava por certo na tribuna do Theatro, aonde com muito prazer vi que os vivas que dei a S. M. o Imperador foram correspondidos com enthusiasmo tão grande que afastava toda a ideia de um povo que não vivia satisfeito (...)[11].

E como no dia do aniversário do Monarca fora também reservado às chamadas *eleições primárias*, pela Lei de 1846, a confluência das duas

---

[9] MOREL, Marco. *As Transformações dos espaços públicos. Imprensa, atores políticos e sociabilidades na cidade imperial (1820-1840*)**.** São Paulo: HUCITEC, 2005, p. 233

[10] SOUZA, Silvia Cristina Martins de. A*s Noites do Ginásio. Teatro e tensões culturais na Corte(1832-1868*. Campinas: UNICAMP/CECULT, 2002, pp 31-34.

[11] Discurso do deputado e ex-presidente de Pernambuco Sergio Teixeira de Macedo. *Annaes do Parlamento Brasileiro. Câmara dos Srs. Deputados*. Sessão de 1857, Tomo II. Brasília: Câmara dos Deputados, 1984, p. 337.

datas faziam do teatro de Santa Isabel, sem dúvida, um local de discussões políticas, muito antes de o movimento abolicionista politizar de vez tal recinto. Certamente uma platéia mais seleta comparecia a essas reuniões nesse ambiente, ao contrário do que ocorria nas de ruas. Mas, mesmo nesse espaço reservado, já se falava de variado público, distribuído por suas galerias. Interessante notar que esses eventos aconteciam num clima de muita interatividade entre os que ocupavam o palco e a platéia, naquele local. Quando a isso, a imprensa dava conta de diálogo, mas também de muitos bate-bocas freqüentes entre essas duas instâncias: o público e os palestrantes. Naquela que sempre foi a mais destacada casa de espetáculo do Recife, o Santa Isabel, suas galerias abrigavam desde as elites a gente mais modesta, ao menos no final do século XIX, de acordo com a imprensa:

> Famílias, cavaleiros pertencentes as mais diversas classes de nossa sociedade, homens de letras, jornalistas, deputados provinciais, magistrados, membros das corporações docentes, do corpo acadêmico, funcionários públicos, comerciantes, artistas e operários, todos ali compareceram para prestigiar a Confederação Abolicionista.[12]

Do belo sexo, lia-se na imprensa na década de 1880, em pleno apogeu do abolicionismo: *"às conferências do Santa Isabel, minhas senhoras!*"[13]. Em 1847, a imprensa conservadora denunciava um subdelegado, ligados aos *praieiros*, por tentar impedir a entrada de artífices num teatro da capital, no bairro da Boa Vista, onde os *guabirus* realizavam uma reunião com fins eleitorais, simplesmente por considerar inadequado seus trajes (jaquetas) para aquele lugar.[14]

Os *meetings* no Recife, como no resto do Império, tinham geralmente como cenários privilegiados os pátios das Igrejas. Afinal, país de tradição católica, nada mais esperado que os espaços de sociabilidades tradicionalmente associados à religião, se metamorfoseassem em outro, o da política. Não sendo também à toa que o recinto das igrejas, durante o

---

[12] *A Tribuna*, 14.10.1884 apud Fernando da Cruz GOUVEIA, na introdução ao livro de NABUCO, op. cit., p. XXXVI – XXXVII.

[13] *Jornal do Recife* de 1/11/1884 apud GOUVEIA, idem, p. XXIV.

[14] *O Lidador*, 10.09.1847, "As reuniões eleitorais", pp. 1 e 2.

Império, abrigasse lugar de votação. Nem que os agentes do constrangimento do voto dos cidadãos nas urnas ganhassem a denominação de "*tranca-matrizes*". O espaço compreendido pelo pátio do Teatro de Santa Isabel e o Campo das Princesas, da mesma forma, tivera a serventia política, rompendo o limite do fim que lhe fora destinado, de jardim para o lazer público. O largo do Comércio, no Bairro do Recife, constava também com local adequado para tais aglomerações, pelo movimento de gente e notícia sempre constante em seu entorno. Pelo menos nos tempos da Praieira, o âmbito desses eventos restringira-se à capital, entretanto, para o final do Império, acreditamos que eles tenha se estendido às cidades interioranas de maior porte. Na década de 1870, notícias de bondes cheios na rota dos *meetings* não faltavam.[15]

Como se arregimentava o seu público? Pela imprensa, de boca em boca e por cartazes afixados na cidade. Porém, os *meetings* podiam sem improvisados ao invés de programados com antecedência. Mais improvisado nos tempos da Praieira, mais programado nas  três últimas década do século XIX.  É consenso, tanto dos contemporâneos dos *meetings* como dos historiadores[16], que coube aos conservadores inicialmente incentivá-los, seguido depois pelos liberais.  Para muitos contemporâneos avessos a eles, tal recurso estava mais de acordo com os que *poucos traquejos tinham dos negócios eleitorais* e eram desconhecidos do público, para os quais *na falta de recursos para chegar aos seus fins,* apelavam para *o meio dos meetings e comezainas*.[17]

Notamos, nas décadas de 1840 e de 1860, convocações para se protestar contra os portugueses, na década de 1870, *meetings* com o mesmo

---

[15] *Jornal do Recife*, 09.11.1884 apud GOUVEIA, idem, pp. XXXVI – XXXVII.

[16] Sobre os *meetings* no contexto da Praieira, ver Amaro QUINTAS. *O sentido social da Revolução Praieira.* Recife: Editora Universitária da UFPE, 1977, 5ª edição; Marcus J. M. de CARVALHO. *Os nomes da revolução: lideranças populares na insurreição praieira*, Recife, 1848-1849, Revista Brasileira de História, São Paulo, 2003, vol. 23, nº43, Jeffrey C. MOSHER. *Pernambuco and the Construction of the Braszilian Nation-State, 1831-1850*, University of Florida at Gainesville, Tese de Ph.D., 1996, p. 167; Isabel Andrade MARSON. *O Império do Progresso. A revolução praieira*. São Paulo: Brasiliense, 1987 e, da mesma autora, O cidadão criminoso: o engendramento da igualdade entre homens livres e escravos no Brasil durante o Segundo Reinado. *In Estudos Afro-Asiáticos. Rio de Janeiro: Centro de Estudos Afro-Asiáticos, n. 16, 1989, pp. 141-156.*

[17] *Diario de Pernambuco*, 08.10.160.

fim, mas também para outros objetivos, são noticiados no Recife. Ainda por ocasião da "questão Religiosa", o liberal José Mariano será acusado de enfurecer a *populaça* em *meeting* na rua e levá-la a atacar e depredar o colégio dos Jesuítas e a redação do jornal conservador *A União*[18]. Na década de 1880, os *meetings* marcarão a luta pela Abolição, em campanhas eleitorais e desassociadas delas, mas também alentarão outras discussões do momento. Um convite para tais eventos na imprensa, dizia:

> **Meeting**
>
> Achando-se em discussão o orçamento provincial, convido o povo pernambucano para um *meeting*, no domingo, as 4 horas da tarde, na Praça do Arsenal de Guerra, defronte do Club popular a fim de pedimos à assembléia provincial a adoção de medidas em favor do comércio e agricultura.
>
> Recife, 1 de junho de 1887.
>
> José Mariano.[19]

Para além de temas menos acessíveis ao público em geral, como o do orçamento acima citado, encontramos convite de um *meeting* para discussão do problema da carestia, na mesma década de 1880. Podemos também encontrar tais reuniões promovidas por lideranças não pertencentes aos partidos imperiais, mas mesmo assim por eles cortejados, justamente por sua capacidade de mobilização da população. Neste caso estaria o republicano histórico Borges da Fonseca, pessoa com muita influência entre artesãos, caixeiros e pequenos comerciantes, em suma entre a gente miúda da cidade, que vivia do trabalho ou era dono de um modesto negócio e oficina. Por sua inegável liderança entre essa população que votava nas eleições, ao menos como votante, foi muito cortejado pela elite imperial durante toda a sua vida. Na década de 1860, por exemplo, o vemos ainda mobilizando a população contra os portugueses quase regularmente no Pátio da Igreja do bairro popular de São José, tal e qual fazia nos tempos da Praieira.

---

[18] Novo *meeting* foi convocado pelos Liberais após esse acontecimento , o local foi o Campo das Princesas, só que desta vez a violência partiu do governo, com uso da cavalaria inclusive. Sobre o assunto consultar Fernando da Cruz GOUVÊA. *O partido liberal no Império: o Barão de Vila Bela e sua época.* Brasília: Senado Federal, Coleção Lima Barreto, 1986, pp. 367-373.

[19] *A Província*, 4.06.1877.

Evidentemente, como evento político-eleitoral, coube aos partidos ou as suas lideranças a iniciativa de organizá-los. O momento em que as referências aos *meetings* aparecem estampadas em jornais e ganha voz pública no Recife foi durante a intensa disputa político-partidária em Pernambuco, mais precisamente na eleição senatorial de 1847. Nessa ocasião os *meetings* fervilharam na capital e tanto liberais como conservadores andavam iniciados nessa prática. Um *praieiro* de peso, Urbano Pessoal de Mello, justificou o uso desse recurso por seus correligionários como uma conseqüência inevitável de sua utilização pioneira pelos *guabirus.* No seu opúsculo, "*Apreciação da revolta Praieira em Pernambuco*", explicava o renomado liberal:

> A última eleição de senadores foi tempestuosa. Foi nessa ocasião que se manejou alavanca dos *meetings*: com esta lembrança (...) levou-se o povo às praças públicas para falar-lhe a linguagem das paixões ardentes, e perante ele vomitar injúrias, calúnias e insultos atrozes contra o governo e seus delegados. O partido praieiro se viu na necessidade de falar também ao povo.[20]

Já a imprensa liberal, num tom mais chulo, agressivo e no calor dos acontecimentos, atacaria: *Vemos os homens do partido guabiru(...) ousarem se apresentar ao público, para dirigir a palavra ao povo com o sinistro intento de iludi-los (...)"*. E, ao concluir, indagava o jornal se alguém poderia imaginar, em outros tempos, o Barão da Boa Vista *andando pelas ruas a pé,* cortejando o *pobre artista,* apertando a mão dos pardos e fazendo *mesuras aos pretos*.[21]

Os *guabirus*, por sua vez, atacavam os praieiros por mobilizarem a *populaça* para manifestações públicas excitando-a com blasfêmias contra a administração do Barão da Boa Vista[22]. Assim, ambos os partidos criticavam os *meetings* dos seus adversários, mas não descuidavam de apelar para esse recurso em diversas ocasiões. No mais, para não caírem em contradição, por estarem associados ambos com tais reuniões públicas, diziam que aos

[20] MELLO, Urbano Sabino Pessoa de. *Apreciação da Revolta Praieira em Pernambuco*. Brasília, UNB/Senado Federal:1978, pp. 41-42.
[21] *Diário Novo*, 19.08.1847, p. 1, Parte não oficial.
[22] *O Lidador*, 10.09.1847, "As reuniões eleitorais", p. 1 e 2.

*seus meetings* comparecia apenas gente esclarecida, mesmo que humilde, ao contrário dos comícios dos seus adversários, que reuniam apenas a escória da sociedade! Seja como fosse, o chamado *progresso* e *civilização,* advindos com o barão da Boa Vista, não se ligou apenas ao embelezamento e urbanização da capital, mas igualmente a firme presença dos comícios no cenário urbano.

Isabel Marson, tratando dessas reuniões, localizou nas páginas do jornal *O progresso* um texto que, na verdade, seria um discurso que Antonio Pedro de Figueiredo faria num *meeting dos conservadores,* inviabilizado pela repressão Praieira[23]. Já Amaro Quintas, lembrou que dois representantes *praieiros* em particular, descaram-se nesses eventos: Nunes Machado e "Frei Cometa". Do primeiro afirma que na oficina de um sapateiro, na Rua do Estreito do Rosário, teria começado um *meeting* improvisado. Do frade também liberal, João Capistrano de Mendonça ("*Frei Cometa*"), segundo registros da impressa *guabiru*s, acusavam-no de prometer, em comícios noturnos em Fora de Portas, Afogados, Pátio do Terço, *conduzir (...) os artistas à abundância*, caso votassem nas eleições primárias para senador, nos candidatos praieiros.[24] Muito tempo depois, já em 1881, os conservadores insistiriam em dizer que as "classes pobres" ou "artistas pobres", donos de pequenas oficinas, assíduos frequentadores dos *meetings* liberais noutros tempos, amargavam no governo desses a criação de novos impostos pelas Assembléia Provincial[25].

A adesão que os partidos buscavam conquistar, conforme observou Isabel Marson, era a da parcela da população cidadã constituída dos votantes. Fato que pode ser facilmente comprovado pelo período mesmo em que ocorriam tais eventos, na proximidade das eleições primárias, na maioria das vezes. Como vem assinalando a historiografia, esse grosso do eleitorado composto pelos votantes do século XIX, no Brasil, longe estava de se restringir à classe senhorial. A historiografia sempre discutiu o número de pessoas com direito ao voto e, atualmente, é consenso aceitar-se que muita gente, para os padrões do século XIX estava nessa condição no

[23] MARSON: 1987, op. cit., p. 350.
[24] QUINTAS, op. cit., pp. 93-94.
[25] *Diario de Pernambuco*, 21.12.1881, "Comunicado: talhadores", p. 3.

Brasil. José Murilo de Carvalho, de acordo com o censo de 1872, estimou que 13% da população livre estava qualificada para votar. Segundo cálculos do historiador Richard Graham, em 1870, em Pernambuco, 64 % da população livre masculina, de 21 anos ou mais, estava nessa mesma situação, chegando esse número de qualificados no Império a 50,6%. Esse montante dizia respeito à população que possivelmente participava das eleições primárias, pois nas secundárias esse número apresentava-se extremamente reduzido. A tabela abaixo, relativa a dois distritos eleitorais de Pernambuco, nos dá bem uma ideia dessa discrepância:[26]

| **Província de Pernambuco em 1856** | | |
|---|---|---|
| **1º Distrito** | **Eleições Primárias (Votantes)** | **Eleições Secundárias (Eleitores)** |
| Freguesia do Recife | 791 | 20 |
| Freguesia de Santo Antonio | 2003 | 38 |
| Freguesia de São José | 928 | 23 |
| **TOTAL** | **3722** | **81** |
| **5º Distrito** | | |
| Freguesia de Goiana | 2426 | 48 |
| Freguesia de Itambé | 1796 | 27 |
| Freguesia de Tejucupapo | 927 | 19 |
| Freguesia de Nazaré | 1999 | 37 |
| **TOTAL** | **7148** | **131** |

Fonte: *Diario de Pernambuco*, 16.10.1856, p. 1.[27]

Resta saber o perfil desse eleitorado de primeiro grau. As listas de qualificação de eleitores são documentos raros e, embora fadados a fraudes, não deixam de ser uma importante fonte para identificação do perfil social

[26] Carvalho, José Murilo. *Cidadania no Brasil. O longo caminho*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 4ª edição, 2003, p. 30 a 31 e Grahan, Richard, *Clientelismo e política no Brasil do século XIX***.** Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 199, pp. 147 e 148.

[27] Apud ROSAS, Suzana Cavani. *Os Emperrados e os Ligueiros. A história da Conciliação em Pernambuco.* Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em História da UFPE 1999, ANEXO, pp. XV-XVII.

da maioria do eleitorado, pois seria exagerado concluirmos que nelas tudo seja falso. Uma das raras listas de qualificação que encontramos, a da freguesia de São Pedro Mártir, em Olinda, nos oferece um painel dos votantes daquela cidade vizinha do Recife. A referida freguesia possuía, no início dos anos cinqüenta, 606 votantes, sendo 187 deles negociantes e 25 proprietários.[28] Os restantes eram, em maior número, alfaiates, carpinas, pescadores, sapateiros, pedreiros, canoeiros, empregados (públicos e particulares), "agências"[29]. Em menor, acham-se os artífices, músicos, peixeiros, agricultores, jornaleiros, marceneiros, feitores, pintores, professores, cônegos, músicos, promotores públicos. Apenas um Juiz municipal, chapeleiro, boticário, trabalhador, estivador, ferreiros, torneiro e sacristão, integravam a listagem, a qual possui também alguns poucos assentamentos ilegíveis. Era dessa massa cidadã de onde deveria sair o público dos *meetings*. Mas foi na busca de apoio popular, de trabalhadores de lojas e artesões, bem como da simpatia dos pequenos comerciantes e proprietários, que *guabirus* e *praieiros* foram às ruas em 1847.

A Praia respaldou-se no antilusitanismo e na defesa do trabalho e do comércio como monopólio dos nacionais para atrair simpatizantes para seus *meetings*. A situação desse negócio a varejo, sempre associado à comunidade portuguesa, continuava a desagradar e indignar a maioria dos moradores livres da capital e de algumas cidades do interior de Pernambuco, que almejavam simplesmente trabalhar num balcão de loja ou mesmo possuir um pequeno estabelecimento comercial. Principalmente tabernas, lojas de secos e molhados e padaria integravam este ramo de negócio reivindicado pelos brasileiros. Os artífices, por sua vez, estavam indignados com a contratação de trabalhadores especializados estrangeiros, feita pelo Barão de Boa Vista durante a urbanização da capital por ele patrocinada. Já os conservadores, quando destituído do governo em 1845, cuidaram de lembrar que os liberais, quando no poder, estavam longe de cumprirem as suas promessas de nacionalização do comércio e trabalho. Embora não

---

[28] *Lista de Qualificação dos Votantes*, 1851, Livro 14, Freguesia de São Pedro Mártir. Arquivo Público de Olinda, Olinda, Pernambuco.

[29] Segundo o *Dicionário da língua portuguesa (1832) de* Luiz Maria da Silva Pinto, indivíduo ligado a transações mercantis. http://www.brasiliana.usp.br/dicionario/3/agente, acessado em 29.11.20111.

fossem simpáticos ao monopólio do mercado de trabalho pelos brasileiros, e apostando no desenvolvimento econômico como caminho para gestação de mais empregos para todos, na campanha eleitoral para senador de 1847, não se furtaram também de comprometimento com aquela causa nacional. Se bem que de forma mais moderada, defendendo a alternativa de legalização dos estrangeiros já estabelecidos no país e da concessão de um prazo de seis meses para aqueles que preferissem deixar o Brasil.[30]

A essa altura da exposição já ingressamos na discussão de quem comparecia a tais reuniões. Um conservador e entendido em eleições do Império, Belizário de Souza, afirmou que *o votante* não comparecia aos *meetings* ao contrário dos *eleitores*. A consagrada assertiva, entretanto, fazia parte da estratégia daqueles que, na década de 1870, queriam eleição direta com a devida exclusão do antigo corpo dos votantes da mesma. Daí a necessidade de distanciar o povo desses eventos políticos e associá-los apenas a outras tristes figuras das eleições – como capangas, cabalistas, tranca-matrizes, vendedores de votos (corruptos/criminosos) e os submissos, sujeitos ao mando de alguém.[31]

Na imprensa o eleitorado era apresentado constantemente como tangido pelo cabresto da Política, que está aqui representada por uma mulher (*América Ilustrada*, ANO II, n. 5, 1875, p. 8), mas os *meetings*, em parte, contrariavam essa representação dos cidadãos no exercício dos seus direitos.[32]

Para tentarmos identificar o público dos *meetings*, contamos com depoimento prestado a polícia por alguns indivíduos que foram convidados

[30] MARSON: 1987, op. cit., p. 347.
[31] SOUZA, Belizario Soares de. *O sistema eleitoral no Império*. Brasília: Senado Federal/UnB, 1979.
[32] Acervo do IAHGP, Recife.

para as reuniões de ruas, ocorridas no bairro popular de São José, no centro do Recife, organizadas por Borges da Fonseca, em 1866. Entre essas pessoas achavam-se três comerciantes, sendo dois da Boa Vista. Um deles, Francisco das Chagas Moreira de Carvalho, natural de Pernambuco, 48 anos de idade, era dono de uma taberna na Rua do Pires. Segundo suas declarações, recebera um convite para a referida manifestação da parte de outro comerciante, que lhe falara da separação do Norte, fim da Monarquia e em "deitar fora os portugueses", bem como na possibilidade dele vir a ascender da condição de pequeno para a de grande comerciante, após a expulsão da *galegada*. O interrogado demonstrou ainda descrença e descaso diante da proposta de instalação de uma República no país, ao afirmar que só a apoiaria se "quisessem fazê-lo presidente (...) ou a um homem do povo ou da poeira". Prestaram também esclarecimentos sobre as ditas reuniões populares, um caixeiro, um artista e um empregado das vias férreas. Este último teria declarado ouvir os oradores falarem na organização de uma "Confederação do Norte porque a Corte não se importa com os pernambucanos" e que o governo os despachava para frente de combate para exterminá-los. Todos os indagados, apesar de bem informados sobre as reuniões, eximiram-se de qualquer interesse nelas, talvez por estarem diante da polícia[33].

Já adiantamos aqui as indagações sobre o que se falava nessas reuniões de 1866: o antilusitanismo, república, recrutamento para a Guerra do Paraguai. Mas, outro assunto se somava a esses:

> Convencer o povo da necessidade de não abandonar à eleição, sendo condição indispensável não receber chapa de caixão devendo conferenciarem nas freguesias para fazerem eleitores os artistas, e não os fidalgos, e nem a algum agente da polícia.[34]

Desse modo, recomendando aos votantes não se dobrarem as *chapas de caixão,* ou seja, aquelas cédulas impostas à revelia de suas

[33] ROSAS, Suzana Cavani. Cidadania, trabalho, voto e antilusitanismo no Recife na década de 1860: os meetings no bairro popular de São José. In *Linguagens e práticas da cidadania no século XIX*. FERREIRA, Tânia Maria Tavares Bessone da Cruz e RIBEIRO, Gladys Sabina (Orgs.). São Paulo: Alameda, 2010, parte II, cap. 3º, pp. 164-165.

[34] *O Tribuno*, 18.12.1866, "Oitava reunião popular", p. 4

vontades ou com nomes deles totalmente conhecidos, o jornal prosseguia recomendando "aos pobres que sempre procurarem outros pobres que com eles padecem" para representá-los no Parlamento[35]. Borges da Fonseca, entretanto, terminaria por apoiar naquela eleição, primeiro, uma composição de chapa com o partido do governo, o progressista, e depois uma com o liberal, certamente após avaliar a inviabilidade de qualquer candidatura independente dos partidos imperiais, que na época eram três: liberal, conservador e progressista. Todos representativos dos interesses da classe dominante. Tal tendência, entretanto, no nosso entender, se traduzia em aliança e não simplesmente num processo de simples cooptação e distanciamento daquela liderança de sua base popular. Naquela época, como nos tempos da Praieira, após ser cortejado pelos partidos imperiais, Borges, se apartou afinal deles todos nas eleições, não deixando de criticá-los, entre outras coisas, justamente por hesitarem em ir para as ruas falar ao eleitorado. A este respeito vociferou sobre os liberais: "*os estadistas da laia* do diretório do Partido "*na verdade não se podem abaixar e falar ao povo no meio da rua*".[36]

A interatividade entre o público e os que lhe dirigiam a palavra também não faltava nos *meetings*. No caso das reuniões organizadas por Borges da Fonseca na década de 1860, lia-se na imprensa: "Um homem do povo tomou a palavra" para aprovar o "empenho' dos que realizavam aquelas reunião, mas também para pedir esclarecimento e tirar dúvida do que propunham os oradores.[37] Uma dessas reuniões terminou em muita violência da polícia e prisão do próprio Borges da Fonseca, seu filho e demais responsáveis pelo evento. Acontecimento este que levou Castro Alves a publicar nas páginas da imprensa do Recife, em apoio aos manifestantes, o seu poema *O povo no poder*.[38] Dos seus versos, um dos mais conhecidos proclamava:

> A praça! A praça é do povo
> Como o céu é do condor

[35] Idem.
[36] *O Tribuno*, 19.01.1867. Ver também o mesmo jornal em 04.04.1867.
[37] *O Tribuno*, 25.01.67, p. 2
[38] *O Tribuno*, 18.12.1866, p. 1.

É o antro onde a liberdade
Cria águias em seu calor.
Senhor!... pois quereis a praça?
Desgraçada a populaça
Só tem a rua de seu...
Ninguém vos rouba os castelos
Tendes palácios tão belos...
Deixai a terra ao Anteu.

Deixando esse acontecimento entre 1860 e 1867 e passando para o tempo do Abolicionismo, na década de 1880, é possível, em vista da propaganda abolicionista no Recife, ver os *meetings* atingirem os bairros das elites e também os dos populares na capital. No de São José e Afogados, Nabuco e José Mariano sempre falavam se dirigindo aos que são trabalhadores e miseráveis. Seus discursos, didaticamente vão procurando explicar como a escravidão, por desvalorizar o trabalho, e como o seu fim era uma questão premente não apenas para os escravos, mas para todos os que labutam para viver. Prometiam reformas sociais para resolver os males da população pobre em geral. Atrelavam a abolição da escravidão à luta pela extensão da cidadania, ao combate ao latifúndio, mandonismo e clientelismo. Não queremos dizer com isso que fossem "tribunos" das classes populares e que estivessem comprometidos a lutar no Parlamento pelo que prometiam para elas, mas que buscavam o seu apoio para ganhar nas urnas. Nos bairros da riqueza mercantil, Santo Antonio, mudam o tom em vista do público. Se atendo, especificamente, aos males legados ao comércio e ao capital pela escravidão:

> Ao passo que, pelo caráter mesmo do sistema escravista, grande parte do capital produzido pelo escravo está condenado a ser exportado, ou como lucro do estrangeiro, ou como despesa de brasileiros ricos na Europa. Tudo isso, senhores, diminui as oportunidades e impede o crescimento do comércio que precisa, sobretudo, de que todos os brasileiros sejam seus consumidores diretos, e que veria, pela emancipação, multiplicar-se o número destes por toda a população que pudesse viver do seu trabalho.[39]

[39] Discurso da Campanha abolicionista apud, Rosas, Suzana Cavani. *A questão agrária na sociedade*

Aos artífices, no Campo das Princesas, o seu discurso segue outro mote, em consonância, mais uma vez, com o público ali presente:

> Artistas Pernambucanos!
>
> Eu não podia deixar encerrar-se a campanha eleitoral n`este districto sem dirigir-me especialmente a vós, que, não pelo que sois, mas pelo que deveis ser e estais destinados a ser, representais a principal força política moderna, a soberania do trabalho (...) Digo − não pelo que sois − porque infelizmente o desenvolvimento das classes operária tem sido retardada entre nós pela escravidão de modo a não serdes ainda senão uma fracção pequena, quase insignificante, do eleitorado das cidades, no Recife como na Bahia e no Rio.[40]

A campanha eleitoral de Nabuco para Câmara dos Deputados, em 1844, foi atrelada às manifestações de ruas e a reuniões em recintos de teatros ou de associações civis de diversos fins. No dia 12/10 discursa no Teatro Santa Isabel; em 25/10, na União Abolicionista Comercial do Recife; 26/10, de novo no Teatro Santa Isabel com José Mariano. Em 1/11 faz outra conferência na mesma casa de espetáculo e em 2/11 fala aos eleitores de Santo Antonio no teatro do bairro e, na rua, aos eleitores do Peres. Em São José, no largo da Igreja-matriz, participa de um *meeting* no dia 5/11. Em 9/11 fala no Montepio Popular Pernambucano e, à tarde, discursa aos eleitores do primeiro distrito de Afogados, no Largo da Paz. Em 13/11 discursa em seguida à conferência de José Mariano no Pátio de Santa Cruz. No dia 16/11 volta a falar no Teatro Santa Isabel e à tarde segue para um *meeting* na Madalena, na praça do conselheiro João Alfredo. Em 20/11, em seguida a conferência de José Mariano, discursa no bairro da Boa Vista. Em 23/11 retorna as palestras no Teatro de Santa Isabel. No dia 28/11 participa de um *meeting* no Largo do Corpo Santo e, no seguinte, de outro no Campo das Princesas dirigido aos artistas do Recife. Em 30/11 conferência no Teatro Santa Isabel e à noite comparece a um *meeting* no primeiro distrito de São José, na rua Imperial. No dia 18/11, fala na inauguração do retrato de José Mariano, no Liceu de Artes

---

*escravista*. Pós-Graduação em História da UFPE. Dissertação de mestrado, Recife: 1987, p. 160.

[40] Discurso aos Artistas do Recife, Nabuco, op. cit., p. 139.

e, finalmente, encerra sua campanha, onde ela teve início: no Teatro de Santa Isabel.[41] Nesta época registraram-se *meetings* igualmente em Olinda.

Entretanto, naquela eleição, os cidadãos de São José não levaram Joaquim Nabuco ao Parlamento, mesmo tratando-se de um candidato ministerial, saindo vitorioso conservador Machado Portela, que era sócio benemérito da principal entidade dos artífices da capital, de onde saiam muitos dos eleitores daquele distrito. Já o seu companheiro de campanha e *meetings*, José Mariano, sairá vitorioso no distrito da Várzea. Na verdade, Nabuco nem de longe tinha a popularidade daquele seu correligionário no Recife. Além do que, o período não lhe era favorável politicamente, fosse por seu afastamento de Pernambuco ou pela morte do seu protetor no partido liberal, o Barão de Vila Bela. Um ano depois, conseguiria finalmente voltar ao Parlamento, só que pelo distrito eleitoral de Vitória de Santo Antão, na zona da mata, e por métodos políticos tradicionais, sem o recurso dos *meetings*.

Da eleição da capital do Império de 1860, Teófilo Ottoni e a *Liga* formada entre liberais e conservadores, estiveram associados a *meetings* em uma campanha de rua bastante afamada, a qual Joaquim Nabuco, exageradamente, classificou de marcada por "uma maré democrata". Por fim, a *Revolta do Vintém*, que convulsionou a cidade do Rio na década de 1870, associou-se também a convocação para duas reuniões de rua, para protestar contra o aumento das passagens de bonde. Uma delas desaguou em muito quebra-quebra e na repressão policial. Dos dois ajuntamentos, nos informa Sandra Grahan, que, de acordo com polícia, no primeiro encontravam-se pessoas alfabetizadas, como vendedores ou burocratas assalariados. Enquanto no segundo, tumultuado e violento, achavam-se os trabalhadores pobres ou "a gente sem importância", que nem renda tinha para usar os bondes. De certo modo, essa identificação da movimentação pacífica com as pessoas distintas e a tumultuada, com a *populaça,* transparece bem todo o preconceito das autoridades contra determinadas parcelas da sociedade. Fosse como fosse, e independente dos partidos, a população da capital com tal iniciativa obrigou deputados e senadores, do quilate

[41] Nabuco. *Campanha Abolicionista no Recife*, op. cit., pp. 199-200.

de Silveira da Motta, Francisco Otaviano, Joaquim Nabuco e Saldanha Marinho, a ouvi-la e a defendê-la no Parlamento, se não por identificação com a sua causa , ao menos por seus próprios interesses eleitoreiros no futuro.[42]

D. Pedro II, por sua vez, recusou-se a receber representantes daqueles que protestavam contra o aumento da tarifa dos bondes e, mais tarde, completamente alheio a realidade, confidenciou a Condessa de Barral não ter aquela desordem nada com política. Ledo engano do Monarca, pois, como muito bem situou a historiadora Sandra Grahan: "era precisamente uma nova cultura política o que se forjava com o *Motim do Vintém*".[43] Já do lado do governo na capital a insensibilidade não foi menor aos *meetings* que sucediam nas três ultimas décadas dos Oitocentos. A ponto de, em vista da movimentação abolicionista, o Gabinete Cotegipe decidi-se a proibir "ajuntamento em praças e ruas".[44]

Voltando ao Recife, uma década no Segundo Reinado chama a atenção pela ausência de *meetings* na capital da Província, a de 1850. Nesse período, quando os *praieiros* abandonaram a abstenção eleitoral adotada desde a derrota de sua rebelião, não localizamos indício algum de *meetings* pela cidade, embora se inaugurasse uma nova fase de intensa competição eleitoral em Pernambuco. Aí é preciso pesar a conjuntura política do momento. Nesta fase da Conciliação Política inaugurada pelo gabinete do conservador Marquês de Paraná, a oposição agiu com cautela durante as eleições para não provocar um retrocesso na "Abertura" política em curso, optando por evitar a agitação dos *meetings*. E nem o republicano Borges da Fonseca ousou ir às ruas falar em público. Os *guabirus*, por seu lado, como ainda pretendiam contar o apoio do governo para eleger seus candidatos, também não se envolveram com aquele tipo de evento.

Que no Segundo Reinado os *meetings* congregavam uma ampla parcela do eleitorado, e não apenas uma fatia privilegiada deste, não restam

---

[42] Sandra Lauderdale GRAHAN. O Motim do Vintém e a cultura política no Rio de Janeiro. In *Revista Brasileira de História*. São Paulo: ANPHU, v. 10, n. 20, mar. 91/ago. 91, pp. 211-232.

[43] Sandra GRAHAN, op. cit., p. 232

[44] Lucia Maria Bastos P. Neves e Humberto F. Machado. *O Império do Brasil.* Rio de Janeiro:Nova Fronteira, 1999, pp. 377-378.

dúvidas. Inclusive os segmentos populares, os quais estavam integrados e atentos aos meios formais de participação política, no caso as eleições, apesar de sua participação restrita as eleições primárias até 1881. Mas não apenas os populares compareciam aos *meetings,* certamente. Parte da elite proprietária e letrada os prestigiavam. Independente de grupos sociais, uma coisa era certa: os *meetings* despontaram como recurso político no Segundo Reinado, principalmente como espaço para propaganda e mobilização eleitoral, muito antes da década de 1870. Sendo, portanto, utilizado não apenas por uma nova elite (geração 1870), recuando sua origem, aos tempos da Praieira, ao famoso conflito envolvendo os *guabirus* e *liberais*. A constatação dos *meetings* sugere ainda que nem tudo se resolvia naquele tempo pelo *cabresto* na hora do voto. Revela, por outro lado, que a elite política teve de valer-se de uma cultura política[45] que foi além do círculo restrito dos partidos imperiais, das instâncias estatais, do espaço privado e do público da imprensa.

Mas esse tipo de mobilização eleitoral no Recife nunca foi suficiente por si só para garantir a vitória dos partidos e candidatos na província, pois o grosso do eleitorado estava mesmo no campo. Porém, o colégio da capital não era desprezível, pelo contrário: era o maior. Deixando o aspecto quantitativo à parte, ganhar na capital tinha um outro sentido: imprimia status e prestígio aos políticos (capital simbólico) e, por isso, nem todos descartaram os *meetings* para vencerem no Recife. Além disso, ganhava-se eleição, mesmo na cidade, pelo constrangimento de voto feito pelo inspetor de quarteirão, delegado, etc. Clientelismo, fraude, mercantilização do voto, imprensa e as conversas reservadas, eram outros meios eficientes de se sair das urnas vitorioso. Ressalta-se ainda que os *meetings* não visavam apenas conquistar voto pela palavra, mas pela demonstração do poder das facções em luta, através da multidão que elas conseguiam aglomerar para ouvi-las.

---

[45] Cultura política entendida como *"*conjunto de atitudes, crenças e sentimentos que dão ordem e significado a um processo político, pondo em evidencias as regras e pressuposto nos quais se baseia o comportamento de seus atores*"*. KUSCHNIR , K. e CARNEIRO, L. P. As dimensões subjetivas da política: cultura política e antropologia da política. In *Estudos Histórico.* Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 7 (23), 1999. pp. 227-250.

Devendo-se, em vista disso, ponderar-se sempre o número de pessoas que as mesmas diziam reunir nesses eventos.

Por fim, cabe lembrar a diferença do eleitorado antes e depois da Lei de 1881. Como esta radicalmente enxugou o eleitorado, temos assim que o período de maior registro de *meetings* no Império, coincidiu com a redução do número da população que votava no país. Embora isso possa ter se refletido no perfil de quem comparecia a esses eventos públicos, não deve ter transformado esses eventos em reuniões da elite proprietária e letrada. Afinal, como vimos, em torno deles se congregava gente com e sem direito político, sendo eles inclusive local de protestos contra a Lei Saraiva, responsável pelo enxugamento do eleitorado nacional e, ainda na década de 1860, espaço para se clamar pelo voto universal ausente no Brasil. Além do que, muitos *meetings* foram convocados para debater temas de interesses de diversos setores da sociedade, independentes de eleição, como a própria luta pela Abolição.

Gostaríamos de encerrar este trabalho, lembrando de um encontro político organizado por Joaquim Nabuco, bem particular e emblemático. Trata-se do realizado na freguesia de Peres[46] um arrabalde do Recife, distante do centro, mais em processo de urbanização por força do crescimento populacional e da chegada dos bondes. Segundo apontou a imprensa, ali ele compareceu a um banquete promovido num palacete, naturalmente morada de pessoas influentes. Na ocasião, falou numa casa cheia de convidados e não apenas ao grupo restrito de seus moradores, mas mesmo assim, dirigiu-se a um público privilegiado à moda estamental, bem ao gosto da maioria dos políticos de seu tempo. Mas a certa altura da noite, o convidado ilustre dirigiu-se a um gradeado, na parte de fora da casa, e começou a discursar à população da rua. Daquele local plantou-se a palestrar por um bom tempo, registrando-se esta sua iniciativa, desde então, como um dos seus primeiros *meetings*[47]. Esse ocorrido, simbolicamente, traduz os dois estilos diversos de fazer política no Império, os quais, apesar

[46] Atual bairro de Tejipió no subúrbio do Recife.

[47] "Foi essa a primeira vez, disse o orador, que falava ao ar livre: mas isso em vez de constituir para ele uma dificuldade, parece que serviu para mais inspirá-lo". *Jornal do Recife* apud Fernando da C. GOUVÊA na apresentação à obra de Joaquim NABUCO, op. cit., p. XXVIII.

de distintos, acabaram se cruzando em alguns momentos. Uma Imagem que traduziu bem uma campanha eleitoral levada a cabo pelo candidato com um pé no palacete e, já o outro, na rua.

Parte II

# CULTURA, SOCIABILIDADE E AMBIENTE

# Migração, Sociabilidades e Temporalidades

Antônio Jorge Siqueira

No transcorrer dos anos 2009-2010, dediquei parcela importante de meu tempo de aposentadoria pesquisando sobre a memória de minha família, remanescente da Região do Cariri, na parte sudoeste da Paraíba, municípios atuais de Prata e de Monteiro. Uma família de humildes agricultores que, a despeito de morar de favores na Fazenda Matarina, de propriedade dos Nunes, conseguiu adquirir seu quinhão de terras no Sítio Santa Luzia, na região central de Pernambuco, no Moxotó. No momento em que os resultados desse intenso trabalho estão sendo editados pela Editora Universitária da UFPE, sob o título "***Sertão Sem Fronteiras: memória de uma família sertaneja***" achei relevante trazer para a Mesa Redonda desse evento algumas considerações sobre o citado trabalho, focando especialmente algumas falas que foram transcritas das entrevistas a que foram submetidos os familiares da segunda e terceira gerações da Família Jorge Siqueira. Juntamente com o livro está sendo disponibilizado um DVD, com imagens do acervo fotográfico da família, bem como dos lugares da memória e, igualmente, partes dessas entrevistas a que nos referimos.

Desnecessário dizer que, falar da memória de minha família aqui, agora, toca profundamente os sentimentos de filho, irmão, pai, tio e avô... Afinal, trata-se da minha história que se entrelaça com as memórias narrativas dos demais da família. Revisitar e revolver essa memória, repito, é, principalmente, contar e narrar a minha própria história. É um sentimento muito próximo daquele que deita num divã de psicanálise e empreende uma viagem de retorno ao pretérito da existência, muito particularmente ao tempo da infância, tecido nas sociabilidades que marcam as relações entre pais e filhos, irmãos, tios, sobrinhos, primos, amigos e a gente da vizinhança. Nessa viagem sem volta, sinto-me tomado de outro

sentimento, dessa vez particularmente prazeroso. Diferente, sem dúvida, daqueles que se sentem instados a buscarem o divã psicanalítico, perdidos que estão, possivelmente, nos escaninhos da angústia ou nos labirintos vazios da solidão e do sofrimento da alma. Por isso mesmo eu escrevia na Apresentação daquele *Sertão Sem Fronteiras* que essa memória familiar, assim prazerosamente evocada e trabalhada, nos lança de ponta-cabeça nos abismos da saudade, algo tão caro e familiar a um poeta como Fernando Pessoa. Visitar a nossa memória pode ser uma estratégia na busca de viver a vida plenamente. Como enfatiza Eccléa Bosi[1], frequentemente, lembrar nem sempre é reviver, mas refazer, repensar e reconstruir com imagens e ideias do tempo presente as experiências do nosso passado. Resta-me enfatizar ainda que este foi um trabalho cuja feitura não se deixou moldar pelas demandas, prazos e agendas da Academia à qual estou visceralmente vinculado. Falando assim, quero deixar bem claro que escolhi livremente fazê-lo e, mais ainda, pelo imenso prazer de poder fazê-lo. Obvio que o livro-texto resultante da pesquisa é dedicado à Família Jorge Siqueira. Entretanto, ele não se limita a um público-alvo de consumo interno da parentela. Cada um de nós da família tem amigos e, seguramente, na companhia deles e dos demais leitores, queremos trilhar as veredas percorrendo os atalhos dessa viagem da memória que, positivamente, é uma viagem sem volta, contribuindo para minimizar as recaídas do esquecimento a que estamos expostos nas esquinas do tempo.

## 1. Uma história familiar marcada por sucessivas migrações

*Migrantes de Nós Mesmos* é o título do ensaio introdutório que abre ***Sertão Sem Fronteiras: memória de uma família sertaneja***. O fenômeno sócio-geográfico da migração é algo que caracteriza a história da nossa família, até os dias de hoje. Do Sítio Amparo, inicialmente, onde José Jorge nasceu e cresceu, ele migra para o lugarejo da Prata, ambos na Paraíba, onde conhece Verônica, a filha mais nova da família Feliciano, com quem constituiu família. No Sítio Amparo, nasceu Maria (Madia), a filha primogênita. Nessa época, ainda no Amparo, José foi "morador de

[1] BOSI, Eccléa. *Memória e sociedade: lembranças de velhos.* São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

favor" na fazenda de propriedade do Dr. Fraklin Dantas, ou simplesmente Franco Dantas, como era popularmente chamado. Nos anos seguintes, no início da década de trinta, decide mudar para a Fazenda Matarina, também próxima da Prata, de propriedade da família de Cícero Nunes, onde morou e viveu como trabalhador alugado e onde, também, nasceram os restantes oito dos onze filhos da nossa família. Inclusive eu, que fui o último deles.

Passados aí mais de dez anos, em 1944, a Família Jorge Siqueira migra para o Sítio Santa Luzia, nas vizinhanças de Alagoa de Baixo, atualmente Sertânia, região do Moxotó de Pernambuco. Foi essa uma grande mudança na vida da família posto que, durante aqueles anos, até a década de cinquenta, todos os filhos puderam viver nas terras que adquiriram por compra, em Pernambuco, trabalhando intensamente, anos a fio. Em Santa Luzia, a família Jorge Siqueira amplia a área agricultável da sua propriedade, onde predominava o cultivo do algodão herbáceo, juntamente com a agricultura de subsistência e uma razoável pecuária que se alimenta do plantio da palma, especialmente nos períodos das grandes estiagens em que o Sertão do semiárido nordestino esteve submetido naqueles anos da década de cinquenta.

No início desses anos cinquenta, um novo ciclo de migração familiar se iniciaria com o conturbado casamento da filha preferida de José Jorge, Floriza (Flora), que "fugiu" para São Paulo, objetivando casar com um namorado desafeto de José Jorge – José Batista Torres (Zeca) – a quem ele negara a mão da filha na ocasião em que solenemente foi pedida em casamento. Do que o amor não é capaz, perguntamo-nos. Flora "foge" de casa para realizar o seu grande sonho de casar com Zeca. Entre o pai opinioso e o ex-trabalhador da fazenda Santa Luzia, optou pelo segundo. Casou "fugida" e migrou para São Paulo, deixando o Nordeste nos rastros das suas saudades, especialmente da convivência em família. Castigado por anos seguidos de estiagens, na década de cinquenta, o sertão do Moxotó pernambucano, a exemplo dos demais sertões de todo o Nordeste, novamente assiste a um incremento de migração de braços aptos ao trabalho em direção do Sudeste e, mais especialmente, para a cidade de São Paulo, que cintila com a miragem de novas e melhores oportunidades de vida. A mãe, Verônica, foi a grande incentivadora dessa

nova leva de migração familiar, instigando os filhos a buscarem um futuro mais promissor nas distantes paragens do Sudeste do país. *A agricultura sertaneja não tem mais futuro*, bradava ela aos filhos, com a coragem das mulheres intrépidas e decididas. Especialmente quando se trata da mãe de uma numerosa família, caso de Verônica.

É bem verdade que durante aqueles anos, na Santa Luzia, antes mesmo da diáspora, a família Jorge Siqueira melhorou de vida. Os filhos e a vizinhança passam a ter escola particular no sítio, onde moravam, a expensas dos nossos pais. O sítio possuía agora melhores condições de moradia, as pessoas passando a morar em casa de alvenaria; no nosso caso, com amplos armazéns para guardar a colheita anual e, também, uma grande cisterna para captação de água doce. O dinheiro, mesmo sendo curto para as amplas necessidades, era certo; provinha da colheita e venda dos cereais, da venda do algodão e da pecuária. A alimentação era sóbria, mas propiciava uma mesa farta tanto para a família como para os moradores que trabalhavam e moravam na propriedade, anos a fio, e até mesmo em anos de seca. Entretanto, a repetição desses ciclos de prolongadas secas minava a resistência da agricultura familiar, dificultando a manutenção de uma sobrevivência digna e menos penosa, mais agora do que no passado. Nesse contexto de vida e situação precárias, migrar seria preciso, dizia Verônica. Cada um dos filhos e filhas, todos migraram, deixando Santa Luzia aos cuidados do casal José e Verônica, agora mais idosos do que antes, e de mais alguns poucos agregados. Eu mesmo fui um dos que, no ano de 1954, deixei a Santa Luzia, viajando para a vizinha cidade de Pesqueira, onde me internaria no Seminário da Diocese. Sonhava em me ordenar padre. Diferentemente dos demais irmãos, saí de casa muito jovem para estudar. Para tanto, migrar também seria imperioso, mesmo que ainda não fosse para as distantes paragens do Sudeste brasileiro ou do exterior, como aconteceria depois. Os demais irmãos e irmãs, um a um, trilharam a longa e sinuosa viagem que os levaria à cidade grande, ao dia-a-dia do trabalho fabril e aos rigores das diferenças climáticas que caracterizam a fria e cinzenta *São Paulo da Garoa*.

A viagem foi para todos e cada um dos nossos familiares uma aventura e um imenso sofrimento, dado as precariedades da estrada Rio-

Bahia de então. Principalmente para a irmã mais velha, Maria (Madia), que viajou com sete filhos, em um caminhão pau-de-arara, buscando encontrar o marido (Zé Guilherme), muito além da cidade de São Paulo. Abandonados no meio da estrada, por duas vezes, os "retirantes" de Santa Luzia enfrentariam a morte para chegar ao término da viagem, despejados que foram na velha Estação da Luz paulistana e com os filhos acometidos de diarreias. Santa Luzia seria, a partir desse momento, o distante, mas, seguramente, doce lugar das saudades. A Madia, com os seus sete filhos, se deslocaria ainda para o longínquo interior do Paraná, onde o marido a aguardava para continuar trabalhando na agricultura. Transcrevemos, aqui, um relato comovente de parte dessa aventura que foi a viagem da Madia para São Paulo com os seus sete filhos menores. Nas palavras de um deles, temos um depoimento longo, mas importante e insuspeito...

> Sofrimento teve muito. Agora, enquanto criança a gente não consegue entender a extensão desses sofrimentos... Eu lembro que, no primeiro dia, ou no segundo − e não sei qual o local onde a gente estava –, os bancos do pau-de-arara começaram a se quebrar. Quebrou um e ralou o couro do meu pé, aqui **[aponta o local no calcanhar].** Eu estava no lado, assim, do lastro do caminhão e um cara escarrou de lá e veio me pegar aquela patoca de catarro. Aí começaram os sofrimentos. Rodamos, rodamos e terminamos parando num lugar lá da Bahia, não sei qual era o lugar, só sei que era mesmo na estrada. O negrinho Liro, que vinha com a gente, juntou-se com outros homens lá e foram pegar um bode pra gente comer. Entraram lá na caatinga e cataram dois bodes. Eu lembro que, em Tucano, na Bahia, nós comemos esses bodes em praça pública, no meio da rua. Foi montada lá uma tenda num dos caminhões, e aí nós comemos esses bodes. Eu acho que foi em Tucano. A viagem continuou e, antes de chegar a Minas Gerais, tinha na viagem um moleque que fumava que só a gota serena e ele começou a judiar de mim. Ele me bateu e aí eu contei para o Giva. O Giva, então, lhe deu uma "encostada" boa, e ele parou de me incomodar. O bicho era marrudinho, mais forte do que eu, e acho que ele me deu um soco. Em Minas Gerais, eu lembro que nós paramos, e mãe não tinha mais dinheiro. Ela tinha um bauzinho, uma mala pequena. Ela, então, vendeu essa mala para pegar um

dinheirinho e comprar comida pra gente. Eu sei que era uma lama danada. Muitos dormiam em umas redes armadas no caminhão... Ali, nós comemos farinha e cebola, aquele pirão, sabe, tio? Eu me lembro que nós comemos isso aí. Eu sei que foi um sufoco danado a partir daí. Tivemos que sair à noite atrás de um caminhão para nos levar até o final da viagem, na Imigração. Os caras do pau-de-arara nos abandonaram, não sei em qual lugar. A polícia, então, foi atrás deles e os obrigaram a nos trazer até Vitória da Conquista ou Governador Valadares, em Minas, acho. Aí nesse lugar é que o Osvaldo, que estava brincando com outros meninos, caiu dentro de uma boca-de-lobo. A mãe de seu Terto puxou, então, o Osvaldo pensando que era o filho dela, e mãe só percebeu que era o Osvaldo quando foi lavar aquela lama preta de esgoto que melou ele todo... "Não é o teu filho, não, mulher! É o meu mesmo!" Dali, chegando a São Paulo, nós fomos pegar um transporte, creio que era no setor da Imigração. Essa viagem que fizemos do Norte até São Paulo foi feita num velho caminhão FNM (**abreviação da Fábrica Nacional de Motores**). Foi aí que o Givaldo adoeceu e ficou morrendo de febre. Deitou-se na porta de um bar abandonado, que estava fechada, e ele ficou lá, dormindo. Depois de andar um bom pedaço, a gente se deu conta de que o Givaldo não estava mais com a gente. "Cadê o Givaldo, cadê o Givaldo?"... Tivemos que voltar, e o encontramos deitadinho ali na porta do bar. Em São Paulo, a lembrança que tenho é que nós chegamos à rodoviária. Aquela luminosidade, aquela claridade! Aí já não vimos mais mãe. "Cadê mãe?" O fato é que o Erasmo vinha mais do que ruinzinho de saúde, e aí uma cafetina, vendo aquela preocupação de mãe, pegou um taxi e a levou com o Erasmo para a Santa Casa de Misericórdia de São Paulo. Nós ficamos alojados lá numa pensão... Um pernilongo do satanás, né? Gente tossindo, outros com caganeira, um calor infernal... Logo que a gente chegou à Estação da Luz, acho que nos deram melancia. A gente era muito pequeno e não sabia que decisão tomar, não era? Quem ficou mexendo no primeiro dia foi Zé de Melo. Lembro que, no segundo dia, acho, vi uma camionete passar e dentro dela estavam o tio Severino e o tio Anísio. Foi aquela alegria![2]

[2] José Guilherme Santos Filho (Jacaré) – Entrevista realizada em São Paulo, na Vila Ema, no dia 30 de novembro de 2009. Cf. SIQUEIRA, Antônio Jorge. *Sertão Sem Fronteiras: memórias de uma família sertaneja.* Recife: Editora Universitária da UFPE, 2010. p. 409-410. Vinte e oito dias após

A meu ver, esse relato de viagem é marcante em virtude de duas razões. Em primeiro lugar, pela minudência nos relatos de sofrimentos e transtornos de uma longa viagem a que se submetia a maioria dos migrantes do Nordeste em direção ao Sudeste e Sul do país, caso da Família Siqueira. Sabe-se hoje que a mãe do presidente Lula, dona Lindu, na mesma época, foi protagonista de semelhante e desmedida aventura. Como ela e a Madia, foram inúmeras famílias nordestinas que enfrentaram o percurso dessa penosa travessia. Em todas as entrevistas concedidas pelos familiares da segunda geração dos Siqueira, o relato da inicial da viagem para São Paulo é uma grande aventura na medida em que levava-se mais de dez dias nessa aventura do Nordeste ao Sudeste, trilhando estradas extremamente precárias como aquelas do Brasil, na década dos anos cinquenta. Em segundo lugar, parece-me marcante esse depoimento do filho, José Guilherme – carinhosamente apelidado de Jacaré –, porque ele foca o inusitado da experiência migratória que são os percalços da travessia entre o ponto de saída – Pernambuco – e o lugar da chegada – São Paulo. A coragem está no enfrentamento-afrontamento desse trajeto, experienciando o *intermezzo* de vivências entre, de um lado, o tempo da emigração e, de outro, o futuro do imigrante. Não me parece ser mero acaso o fato de que o depoimento de Jacaré comece por lembrar que o sofrimento fora grande e termina lembrando que o desfecho da aventura, em São Paulo, culminou num momento de alegria ao descobrirem a aproximação dos familiares, no caso dos tios...

Como o depoimento comprova, os demais da nossa família, habitavam a periferia da São Paulo industrializada, morando na precária Vila Carioca, bairro do Ipiranga. O mesmo destino de dona Lindu, aliás. De "remediados" que eram na Santa Luzia, passam, agora, a morar e viver precariamente na improvisada vida urbana da periferia paulistana,

---

conceder esta entrevista, Jacaré veio a falecer em consequência de trágico acidente acontecido em Paranaguá, onde residia. A decisão de entrevistar o Jacaré se deu em razão do mesmo ter uma prodigiosa memória e se apresentar como um grande narrador dos casos, fatos e acontecimentos da família especialmente no período bastante turvo dos anos sessenta e setenta, em São Paulo. Muito querido da família, foi uma rara felicidade entrevistá-lo dias antes do seu falecimento, copiosamente pranteado por todos os familiares.

construindo precários barracos de madeira, como fizeram Flora e Zeca. Mas o que soa paradoxal é que, em seus depoimentos, todos afirmam que se sentiam felizes, pois viviam agora como assalariados do mundo do trabalho, no ritmo dos novos tempos da fábrica, sinal de um futuro mais promissor que o do sertão nordestino. Ao final do mês, ou até mesmo ao final de cada quinzena, recebiam o salário que lhes faltava, outrora, no mundo agrícola do sertão calcinado do Moxotó. Agora, a moradia da família, na Vila Carioca, seria apenas um amontoado de barracos improvisados e precários, que evoluirão, dali em diante, para modestas casas de vilas – elas também precárias – construídas durante os anos sessenta, na distante Vila Ema da Zona Leste paulistana. Eram loteamentos improvisados, sim, mas foram comprados com o parco salário de final de mês e representavam a grande conquista da posse de um teto para cada família, livrando-se do escorchante aluguel mensal. Flora e Zeca acolheram todos em sua improvisada moradia. Ela continuou sendo mãe e pai dos demais, um esteio moral e afetivo da família Siqueira.

Após três décadas de razoável padrão de vida para emigrados, na periferia da Zona Leste paulistana, de novo e lentamente, a Família Jorge Siqueira começa a perceber os limites e as dificuldades do dia-a-dia da vida, na São Paulo periférica, onde a fábrica começa precarizando o emprego e a cidade agora sonega a qualidade de vida àqueles que, durante mais de três décadas, viveram longe do Nordeste, saudosos das paragens sertanejas de Santa Luzia. Nesse cenário de vivências e sociabilidades, um novo ciclo de migração aponta na direção de um horizonte de novos sonhos e de perspectivas de futuro para a família, já agora marcada pela cultura urbano industrial e a prevalência alentada do incremento de novos familiares da terceira geração. Na esteira dessas novas sociabilidades destaca-se o caso de Irene e seu primo-marido, José Guilherme Filho (Jacaré). A cidade-porto de Paranaguá passa a ser o novo destino dos familiares da segunda e da terceira geração, capitaneados pelo casal Flora e Zeca. O mesmo casal que protagonizou a diáspora do sertão pernambucano de Santa Luzia em direção de São Paulo do Sudeste redefine as expectativas de futuro, migrando dessa vez para a cidade sulista de Paranaguá, que se tornará doravante o porto de destino dos familiares Jorge Siqueira, acrescidos dos

Batista Torres e Guilherme Santos. A família, como se vê, passa por novos desdobramentos nas condições de vida, resignificando suas trajetórias de migração. Outro desses novos destinos tomará corpo, na medida em que Mato Grosso do Sul, também, começa a cintilar nos desdobramentos e ressignificações de novos sonhos de outros irmãos, irmãs e sobrinhos da terceira geração dos Jorge Siqueira. É o caso do mano Anísio, casado com Enedina, que decidem viver longe dos filhos, nas distantes paragens de Mato Grosso do Sul, adquirindo uma pequena gleba de terra, na localidade de Arapuá, município de Três Lagoas. A eles juntar-se-ão a mana mais velha, Madia, e sua filha primogênita, Maria, que, igualmente, adquirem outro pequeno sítio, vivendo a paz e a tranquilidade do campo, onde anualmente não faltam chuvas copiosas para o pasto e a abundância de caça e pesca. O Sul e o Centro-Oeste distantes lhes oferecem, hoje, o que Santa Luzia, no sertão de Pernambuco, um dia, lhes negou em termos de futuro e, principalmente, aquilo que a cidade de São Paulo lhes subtraiu em qualidade de vida. Como se pode inferir, a prevalência de novas sociabilidades e a busca de novas e melhores condições de vida da Família Siqueira se refaz, se redefine e se resignifica. É o que se depreende nas falas de alguns entrevistados constantes das páginas desse *Sertão Sem Fronteiras*.

Esses traços das migrações internas do campo para a cidade, do Nordeste para o Sudeste são fatores que tangenciam antigas e novas sociabilidades na história de vida da Família Jorge Siqueira, marcando de modo muito forte suas narrativas e memórias. O livro, tal como ele brota dos depoimentos dos familiares da segunda e da terceira geração é sinalizador de um espaço de sociabilidades onde há a visualização de tempos intercambiáveis – passado, futuro e grande prevalência do presente –, numa tessitura de narrativas interconectadas que dialogam entre si. Nessa experiência histórica da migração familiar brota a evidência de um mosaico de narrativas na história da família, na subjetividade de cada depoente e na tessitura mnemônica de cada parente; ou seja, soam como lembranças que se entrelaçam e se desdobram. Entrevistando, por exemplo, a sobrinha Irene, filha mais velha de Flora e de Zeca, pioneiros dessa diáspora familiar para São Paulo, sobressai uma motivação interior na instauração de sentido com que a terceira geração acolhe em seu espaço de interioridade uma

memória pretérita que tem tudo a ver com as pessoas da família – no caso, sua avó materna - e os lampejos benjaminianos dos lugares da memória, ambos filtrados pela subjetividade que dilui a suposta homogeneidade do tempo de que falava esse autor. Nas palavras de Irene...

> A vó Joana me propiciou uma alegria. Quando eu fui a Pernambuco, numa dessas viagens eu tinha muita vontade de visitar e conhecer o lugar onde ela viveu, na Paraíba, criando os filhos todos. E eu sabia que a vida dela tinha sido de muitas privações. O lugar lá se chamava Mocó. Tinha o Mocó de Baixo, do Meio e de Cima. Ela morava no do Meio. Eu implorava ao pai para me levar lá nesse lugar, mas o pai nunca me deu essa chance. Certa vez, lá em Pernambuco, eu pedi a tio Valdeci, que me levou lá no Mocó do Meio, onde ela viveu. Fui com Rejane e tia Virgínia. Propus ao tio pagar a gasolina, contanto que ele me proporcionasse essa alegria. O tio Valdeci estranhou esse interesse meu em visitar o Mocó: "Que diabo tu vais fazer lá nesses lugares?" Eu disse: "Tem muita importância, sim. São as minhas raízes, a história do lugar onde viveu a minha vó". Eu fui e realizei o meu sonho. Lá, é só morro e pedra. Quando eu cheguei lá, encontrei uns parentes, uns primos meus, que moram no Mocó de Baixo. Fui lá onde era a casa da vó e trouxe um pedaço do tijolo do fogão da vó, que eu ainda hoje tenho lá em casa. Um tijolo de barro, grosso, meio tosco. Vi onde era o lugar do fogãozinho dela. Nessa viagem, eu tive o sentimento de eu mesma ter vivido aquela época, de tanto ouvir o pai falar. De maneira que eu realizei esse sonho. Vi a árvore onde ela costurava. Era um umbuzeiro muito antigo, meio torto. Os vizinhos de lá me informaram que era debaixo daquele umbuzeiro que ela costurava. Tirei fotos do lugar e ainda hoje tenho essas fotos. Tirei a foto da porteira da casa deles [dos filhos], que ainda hoje existem. A casinha não existe mais, já derrubaram tudo. Vi uma prima minha que ainda não conhecia. Soube que ela faleceu no ano passado. Eu vivi a época do meu pai quando ele e os irmãos eram criança, passando aquelas dificuldades que mal tinham o que comer. Meu pai contava que a grande alegria deles era comer um pão doce, nos sábados. Eu falava pra ele que aquilo me doía...[3]

[3] SANTOS, Maria Irene. Entrevista realizada em São Paulo, na Vila Ema, aos 30 de novembro de 2009. Cf. SIQUEIRA, Antônio Jorge. *Sertão Sem Fronteiras*. Op. cit. p. 369.

Em várias passagens dessa minha fala utilizei-me da expressão "diáspora" para focar a dispersão migratória da família e o seu impacto na memória familiar e nas sociabilidades que se atrelam ao tempo "urbano" das vivências familiares. Tenho reservas quanto ao uso deste conceito e a razão disso é que o termo "diáspora" deixa implícito certa deontologia, uma unção de religiosidade que marca a trajetória histórica do povo judeu e que, nesse sentido, se distancia da faceta mais elucidativa dessa memória familiar dos Siqueira. Prefiro não atrelar uma coisa a outra. Essa memória sertaneja, podemos dizer, é portadora de uma história de superação, de obstinada busca de dias melhores e, ao mesmo tempo, mostra-se portadora de uma narrativa de experiência de vida que se retempera no otimismo e na alegria da resiliência nordestina. Além do mais, como os dicionários sugerem, "diáspora", na extensão do seu sentido original, sinaliza a dispersão de um povo em consequência de guerras, perseguição política, religiosa ou mesmo étnica. Não é o caso dessa migração nordestina, em geral, e sertaneja, em particular, e muito menos da peculiaridade histórica da Família Jorge Siqueira. Pouca importância nós da família atribuímos a certos traços preconceituosos contra os nordestinos que, ocasionalmente, reverberam na mídia do Sudeste e Sul do país.

Prospectando no livro em questão os depoimentos dos familiares, caberia ainda ressaltar, aprofundando os recortes sociológico e cultural emblemáticos do conceito de "migração", que nele está implícito um referente social e histórico que é, de um lado, a cartografia de chegada e entrada – *a imigração* – e, de outro, a saída, a dispersão originária – *a emigração* - de indivíduos ou grupo de indivíduos, na maioria das vezes à procura de melhorias das condições de vida, onde o tempo futuro fala mais alto do que o presente e a prevalência do passado. Como asseguram os estudiosos, essa movimentação migratória pode se dar no interior de um país, ou entre países. Como se pode perceber, no dinamismo dessa mobilidade e no deslocamento das pessoas e de grupos de uma região para outra, ou até mesmo de uma cidade para outra cidade, está implícito que, muito além disso, "migração" significa uma viagem, uma travessia e que poderia se inspirar na verve narrativa e poética de Guimarães Rosa. Uma viagem no sentido mesmo de deslocamento no espaço físico e na interioridade

dos sujeitos. Essa "saída", essa "dispersão", essa "evasão" se efetiva, óbvio, de um ponto de partida para um ponto de chegada, geograficamente localizados no espaço físico, mas com profundos desdobramentos nas sociabilidades. Ao se ler atentamente a rica narrativa dos entrevistados de "Sertão Sem Fronteiras", repito, este aspecto da engrenagem migratória que sinaliza o deslocamento físico da partida nordestina e as condições de exaustão humana da chegada ao Sudeste não seria, talvez, o aspecto mais relevante no fenômeno dessa migração familiar. Simplesmente porque não se coloca em evidência algo que é enunciador de outro tipo de movimento, que é o que se opera no psiquismo das pessoas e que, como já sugeria, vai muito mais além do aspecto meramente físico-espacial da travessia. Falando assim, levamos em consideração o dinamismo social e histórico que hoje reveste o próprio conceitos de "espaço" – percebido como *uno* e *múltiplo* –; assim como o de "lugar" que, do ponto de vista de Milton Santos, é percebido na perspectiva de um mundo *vivido* e, desse modo, se atrela às nossas necessidades existenciais de posição, mobilidade e interação com as pessoas[4]. Nesse caso específico das famílias nordestinas − onde a Família Jorge Siqueira tem um forte protagonismo de superação – não se trata apenas e tão somente de lugares físicos – saída e chegada –, mas de uma viagem multiforme e caleidoscópica que pulveriza aspectos físicos do fenômeno migratório da Santa Luzia de Pernambuco para a Vila Carioca de São Paulo. Trata-se da "travessia" que se opera na cabeça, na alma e no coração de cada um dos migrantes. Uma viagem marcada pelo tempo da interioridade de que falava Santo Agostinho, quando se referia ao conceito de "tempo", nas *Confissões.* Ou seja, lendo e interpretando a memória dessa longa trajetória de caminhos e buscas na história de minha família, consigo vislumbrar que, ao final, nós nos tornamos, sim, "migrantes de nós mesmos". Guimarães Rosa, que muito entende de "sertão*"* e de *"veredas",* fala com segurança e muita candura de alma: "Digo: o real não está na

[4] No contexto desta perspectiva geográfica balizada por Milton Santos, cf. SUERTEGARAY, Dirce M. Antunes. Espaço Geográfico Uno e Múltiplo. *Scripta Nova – Revista Electronica de Geografía y Ciencias Sociales.* Universidad de Barcelona, Nº 93, 15 de julho de 2001. http://www.ub.edu/geocrit/sn-93.htm, acessado no dia 22 de março de 2011.

saída nem na chegada: ele se dispõe para a gente é no meio da travessia". É pura sabedoria.

Outro depoimento, no caso, de Doralice, esposa do meu irmão Elias, hoje moradores do Jardim Adutora, em São Paulo, é emblemático da metasignificação dessa migração nordestina a que eu me referia. Principalmente quando evidencia a tenacidade de luta para vencer as dificuldades e, no final, atingir o sonho de chegar a São Paulo, viajando num caminhão-baú, substituto do pau-de-arara, precursor dos precários ônibus que inaugurariam a Rio Bahia, ainda na década de sessenta... Diz ela:

> Eu sei, Antônio, que foi com muita dificuldade que eu cheguei aqui. Foram nove dias de viagem que a gente levou. De Sertânia para a Bahia, parece que a gente levou uns três dias, andando só em estrada de terra. Depois desses três dias é que se pegou o asfalto. Quando ele parava na estrada, ele abria aquele caminhão, a gente descia e ia tomar banho naquelas minas. Quando eu via o asfalto naquelas estradas, era como se eu estivesse nos Estados Unidos, com aqueles lugares e aquelas coisas todas diferentes. Aí já me batia uma saudade muito grande de casa. Ao mesmo tempo, eu tinha aquela esperança de que eu ia conseguir algo de melhor pra mim. Cheguei aqui em São Paulo e fui morar na Vila Industrial, que é um bairro que fica aqui perto. Nessa vila, já tinha muitos nordestinos, inclusive uns primos meus. Eu fui muito bem-recebida, muito bem-aceita. Por outro lado, eu via as dificuldades de uma boa parte dos conterrâneos nossos, mas nunca eu desanimei em hipótese alguma. Mas eu via aquelas dificuldades de pessoas morando num porão, famílias com crianças dormindo todos num só cômodo. Mesmo assim, eu não perdia as esperanças. Eu sabia que eu estava em São Paulo, que eu iria enfrentar as dificuldades e terminaria por vencer.[5]

Não resta dúvida que ao falarmos de *Sertão Sem Fronteiras* estamos condensando uma série de vivências de migrações onde a viagem de deslocamento em busca da cidade de São Paulo tem primazia, por razões diversas. Antes de qualquer coisa, pelo sofrimento de vencer as "léguas

[5] SIQUEIRA, Doralice Alexandre. Entrevista realizada no dia 11 de setembro de 2009, em São Paulo, Jardim Adutora. Cf. SIQUEIRA, Antônio Jorge. *Sertão Sem Fronteiras,* op. cit., p. 232.

tiranas" num espaço físico que, a partir do seu forte simbolismo de busca, tornava-se sinalizador e elucidador de outros movimentos, entre eles o dos espaços interiores de cada um, movidos pelo desejo e expectativa de futuro, como enfatiza R. Koselleck. Em cima disso, o depoimento da nossa irmã mais velha, a Madia, é comovente...

> Ao cabo de cinco dias, nós retomamos a estrada. Ao chegarmos em Feira de Santana (BA), ele largou o pessoal lá e fugiu de volta com o caminhão. Os passageiros homens, que vinham, foram até a Polícia, deram parte deles, que logo foram encontrados em Serrinha (BA). Uns caras bem forçudos da Polícia deram-lhes uma pisa da boa e os obrigaram a voltar e levar adiante o pessoal. Dessa feita eles nos levaram até Governador Valadares (MG). Ali, de novo, eles deixaram o pessoal. Quem tinha dinheiro viajou sozinho, e quem não tinha ficou. Nós também ficamos. De nós, só quem tinha um resto de dinheiro era eu e Celeste, que era a esposa de Leonel e que estava com José Guilherme no Paraná. Aí nós ficamos durante uns cinco dias sem meio de transporte nenhum que nos trouxesse ao Sul. Eu falei então pra Celeste que nós teríamos de conseguir um resto de dinheiro, senão a gente não chegaria em São Paulo. Ela, apesar de muito segura, arrumou o dinheiro suficiente para a gente chegar em São Paulo. **(...)** Nessa ocasião o Erasmo quase morreu. Naquele dia foi que eu senti e vi de perto, meu filho, o que pai tinha dito, que seria muito sofrimento aquela viagem. Foi sofrimento naquele dia; eu vendo que meu filho ia morrer... Tinha um remédio, Antônio, chamado Aeromicina; esse remédio já saiu de linha −, era como se fosse um Toddy, ele até cheirava a Toddy... Eu fui à farmácia comprar aquele remédio e, como estava sem dinheiro, pedi ao farmacêutico. Nesse instante, chega uma senhora forte, de cor, que disse para mim: "Devolva este remédio ao homem e vamos com seu filho para a Santa Casa, que você não gasta nada, e o seu filho vai sarar."[6]

Outro aspecto vem referendar os diferentes significados e simbolismos associados e esse fator histórico-social da migração interna, no caso da nossa família, tratando-se dessa penosa e difícil viagem

[6] SANTOS, Maria Verônica. Entrevista realizada no dia 26 de dezembro de 2008, em Arapuá, Três Lagoas (MS). Cf. SIQUEIRA, Antônio Jorge. *Sertões Sem Fronteiras*. Op. cit., p. 98.

empreendida para São Paulo. É que ela pode ser lida também como a colocação em prática de uma estratégia que se desenha na negociação de oportunidades, aliás, muito bem verbalizada pela mana Virgínia, em seu depoimento quando da entrevista. O que reforça, noutro sentido, o dinamismo das novas sociabilidades nesse emblemático palco de lutas em busca de realização dos sonhos e melhorias de vida. Ao lhe ser perguntado o motivo e a razão de sua viagem para São Paulo, ela responde...

> Acontece que naquela época, quando eu pegava qualquer pedaço de jornal, eles se referiam a São Paulo como 'a grande capital do Brasil'. Eu, mesmo sendo uma pessoa que nunca teve estudo, tinha certeza de que, uma vez chegando a São Paulo, teria grandes oportunidades para melhorar a minha vida. Eu iria ser alguém na minha vida. Eu afirmo que eu tenho hoje muito prazer em minha vida. Digo que aprendi muita coisa boa em São Paulo. Viajei com o Anísio pela primeira vez e, hoje, com setenta e oito anos de idade, ainda aprendo boas coisas em minha vida. Ao chegar a São Paulo, ficamos na Vila Carioca, numa casinha bastante humilde, mas casa cheia. Lá encontrei o Zeca, pessoa maravilhosa, juntamente com a Flora, que foi uma pessoa que lutou muito na vida. O coração muito grande. Você sabe bem que a Flora acolheu todos da nossa família. Onde ela estiver com o Zeca, Deus dê o reino da felicidade para os dois. Comecei trabalhando na venda de cortes de pano, juntamente com a Naninha, a irmã do Zeca. Mas o que eu queria mesmo era comércio e me decidi trabalhar na cidade. Lembro bem que ao chegar à Avenida da Liberdade, vendo tantos carros passando, não sabia qual era a cor do farol que me dava direito de atravessar a avenida. Eu disse comigo: "Isso eu tenho que aprender". E logo aprendi que o verde dava ao pedestre a condição de atravessar sem medo. Naquela mesma avenida complicada, encontrei o meu primeiro emprego, nas "Casas Morais".

Acredito que outro aspecto de grande relevância pode ser acrescentado ao fenômeno social e histórico das migrações, tomando como base a experiência histórica da Família Jorge Siqueira. Reinhart Koselleck chama a atenção que, no caso da memória histórica, segundo ele, "todas as histórias foram constituídas pelas experiências vividas e pelas expectativas

das pessoas que atuam ou que sofrem"[7]. Bem que essa assertiva poderia ser utilizada para se ter uma explicitação do "hibridismo" que deveria caracterizar o fenômeno das migrações humanas e, aqui, bem tangenciado pela história da migração de minha família. O ser humano é assim mesmo. Para ele, o futuro nunca chega de repente e por inteiro. Por isso mesmo, no nosso caso, torna-se difícil fixar o exato momento em que o tempo futuro de uma realidade sonhada se torna presente em cada um de nós, como densa realidade que não subsiste mais como sonho. Valeria aprofundar, de igual modo, a perspectiva de N. Canclini nesse tema-gancho de "negociação de oportunidades", tal como delineado na fala de Virgínia, remetendo, pois, à emblemática vivência paulistana de periferia, pela segunda e terceira gerações dos migrantes nordestinos de Santa Luzia, especialmente nos anos cinquenta e sessenta do século findo. Vejamos os desdobramentos dessa hipótese...

## 2. Migrantes e imigrantes: espaços e temporalidades "híbridas"

### a. A cidade grande (periferia) como espaço (híbrido) de negociação

Como já sinalizamos em páginas anteriores, uma leitura atenta dos depoimentos dessa memória de vida da família Siqueira, especialmente nos desdobramentos que se constituíram com a dispersão familiar e que se caracterizaram a partir da década de cinquenta, nos levou a problematizar uma visão até certo ponto esquemática e mecânica que aparece embutida e como pressuposto, no conceito de "migração" enquanto realidade geográfica, populacional, econômica e social. Na migração, com efeito, o que há de simplificador é que o fenômeno é visto e percebido como um ponto de deslocamento (emigração) e um lugar de chegada (imigração).[8]

---

[7] KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos.* Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, p. 306.

[8] Obvio que no contexto atual de uma globalização em escala mundial e de um acentuado acirramento xenófobo de países e blocos de nações, os conceitos básicos de "migração" ganharam laivos de complexidade do ponto de vista geográfico, político e cultural. Neste sentido torna-se indispensável consultar os documentos básicos sobre migração divulgados pela OIM (Organização Internacional para as Migrações) *Migración,* nº 7, Ginebra: OIM, 2006. Isto, no entanto, não me

A migração deveria incluir no seu significado e na sua simbologia, partindo da conceituação de lugar e espaço esboçada por M. Santos, novas sociabilidades e espaços de negociação.

O conjunto dos depoimentos colhidos na pesquisa nos induz pensar que os decênios que se sucederam à chegada dos Siqueira a São Paulo têm intima correlação com a saída do Nordeste e a chegada deles ao Sudeste paulistano. A vida que se levou no dia a dia da periferia da capital paulista foi eminentemente marcada pelo mundo da fábrica e pelos significados, também , do mundo do trabalho com seus horários, disciplinas, sociabilidades, rotinas e rituais. Fora do espaço fabril, aparece a arena das vendas e comercializações que muitos dos nossos familiares praticaram nas feiras-livres das vilas da periferia de São Paulo. Praticamente todos, em algum momento de sua vida, na capital paulista e alhures, tiveram que enfrentar o "ganha-pão" nessas feiras livres, sem a menor experiência nesse tipo de atividade e, mais ainda, sem as mínimas condições de uma comercialização eficiente e rentável. As dificuldades eram tantas que esses "feirantes improvisados" tinham de usar de sua criatividade para venderem seus produtos. Neste sentido, é emblemático outro depoimento da Virgínia, também significativo das sociabilidades e das negociações a que os imigrantes nordestinos tinham que empreender para sua sobrevivência nesse novo ambiente de ancoragem migratória...

> Nas feiras, a gente tinha os clientes que sempre compravam. Mas eu os cativava. Desfilava vestida em jogos de camisola pelo meio das feiras. Você sabe que eu sempre fui popular. Toda vida, sou sua irmã, e você não esqueça. Eu me vestia de camisola e as crianças diziam pras mães: "Oh mãe, vamos à feira para a gente ver aquela doidinha, mãe!" **[ri].** Os meus conterrâneos – e olha que têm muitos deles em São Paulo –, ao passar por mim diziam: "Muito bem, dona Maria, tem que ser assim! Se todos fizessem como a senhora faz, transmitindo essa alegria toda, o mundo seria bem melhor![9]

---

parece suficiente para atenuar minhas reservas quanto às limitações conceituais na abordagem dos problemas migratórios, tal como esboço meu ponto de vista no presente texto.

[9] SILVA, Virgínia Verônica – Entrevista realizada no dia 11 de junho de 2009, em Recife (PE). Cf. SIQUEIRA, Antônio Jorge. *Sertão Sem Fronteiras*. Op. cit., p. 115

Ao ser perguntada como conseguira vencer como "marreteira", em São Paulo, ela responde sem titubear:

> Ah, rapaz! Arrumei muito dinheiro. Fiz a minha casa. Mas era difícil enfrentar aqueles fiscais da prefeitura de São Paulo. Aquele Paulo Maluf, aquilo é um sem-vergonha, ladrão, safado. Jogava comandos fortes nas feiras. Arranjou até um doutorzinho, rapaz! Todo vestido de branco e jogou na feira. Um dia eu vendia na feira da Vila Industrial, e esse doutorzinho chegou e me perguntou: "O que é isto aqui?" Eu falei: "São panos, doutor!" E ele perguntou: "De quem são?" Eu disse: "São meus". Aí ele perguntou de novo: "Por que você trabalha nas feiras, você não sabe que é proibido?" Aí eu respondi pra ele: "Proibido é roubar. Eu estou trabalhando honestamente para ganhar o meu pão. Os feirantes aqui todos são amigos da gente. Se tem alguém aqui que não goste que se venda roupa, no entanto, o mundo é grande e o sol nasceu para todos. Com a idade que eu tenho, não vou conseguir emprego. É melhor eu estar honestamente trabalhando aqui do que estar roubando.[10]

Ou seja, o imigrante tem de refazer, dia após dia, o espaço de sua sobrevivência e, dessa maneira, dar um novo sentido àquilo que foi seu objetivo no momento de migrar, buscando novas oportunidades e dias melhores do que aqueles do sertão nordestino da Santa Luzia. É isso que torna o ato migratório complexo e bem distante de uma realidade esquemática de causa e efeito, como estamos sugerindo. O conceito de migração visto para além do mero "deslocamento" espacial que, não obstante, é inerente à realidade social do ato migratório, deveria levar em conta os aspectos subjetivos que impactam cada migrante na sua aventura de dar um novo sentido à sobrevivência; sem, no entanto, renunciar a um tempo pretérito de sua experiência de vida. A cunhada Doralice Siqueira consegue transmitir através de seu depoimento um pouco dessas marcas de "subjetividade híbrida", como algo que vai da saudade do lugar de origem para o gozo, lugar do sonho acalentador de um futuro risonho, seja nas novas sociabilidades do trabalho, seja nas novas temporalidades de reencontro com o amor de sua vida...

---

[10] SILVA, Virgínia Verônica – Entrevista... p. 114

> Quando eu via o asfalto naquelas estradas, era como se eu estivesse nos Estados Unidos, com aqueles lugares e aquelas coisas todas diferentes. Aí já me batia uma saudade muito grande de casa. Ao mesmo tempo, eu tinha aquela esperança de que eu ia conseguir algo de melhor pra mim. Cheguei aqui em São Paulo e fui morar na Vila Industrial, que é um bairro que fica aqui perto. Nessa vila, já tinha muitos nordestinos, inclusive uns primos meus. Eu fui muito bem-recebida, muito bem-aceita. Por outro lado, eu via as dificuldades de uma boa parte dos conterrâneos nossos, mas nunca eu desanimei em hipótese alguma. Mas eu via aquelas dificuldades de pessoas morando num porão, famílias com crianças dormindo todos num só cômodo. Mesmo assim, eu não perdia as esperanças. Eu sabia que eu estava em São Paulo, que eu iria enfrentar as dificuldades e terminaria por vencer. E o meu maior sonho era encontrar o Elias.[11]

## b. A cidade grande como espaços e temporalidades "híbridas"

Cabe ainda prospectar os pressupostos teóricos e metodológicos que dão embasamento a essa "complexificação" do conceito de migração. É sabido que dentre as várias denominações que o conceito de migração recobre, sobressai, como já sugerimos o de "migração de retorno", ao lado de outros tantos que marcam as tensas relações regionais, nacionais e internacionais, principalmente nesse início de século.[12] O que embasa e dá sustentação epistemológica a esse conceito é que ele sinaliza, como já dissemos, a complexidade do ir e vir migratórios, para além dos significados de natureza física, econômica e, eventualmente, apenas política. Ele recupera, portanto, o papel relevante das redes sociais e da "significância do lugar"[13]. Ou seja, uma vez tomada a decisão de migrar, o emigrante não "deleta" nas suas mundividências o pertencimento de suas vivências

---

[11] SIQUEIRA, Doralice Alexandre – Entrevista... p. 237.

[12] Assim, é corrente, nos dias atuais, ao lado de termos clássicos como "emigração" e "imigração", falar-se de "asilo territorial", "asilo diplomático", "deslocados internos e externos" (desplazamiento), "extradição", "fuga de cérebros", "migração clandestina", "migração forçada", "refugiados", etc.

[13] Cf. ABUD, Daniel; MORAES, Iranilda; SILVA, Patrícia; BARBOSA, Rafaela e SANTOS, Viviane. *Migração de retorno: entre significados e materialidades*. Trabalho apresentado no XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, Caxambú (MG), 29 de setembro a 03 de outubro de 2008.

e memórias. Ele os integra, sim, nas vicissitudes do "ir" que, certamente, darão sentido, no futuro, ao seu "vir", enquanto retorno, mesmo que imaginário, porque se opera nos escaninhos das saudades do lugar de origem. A migração, portanto, seria uma longa "travessia", como sugeria Guimarães Rosa. Eu diria mesmo que a "saída" e a "chegada", na migração, seja ela qual for, será sempre um trajeto constantemente resignificado; mas nunca consumado, no sentido de completude humana.

No caso das memórias da família Siqueira, essa "migração de retorno" é, talvez, o traço mais marcante e emblemático na subjetividade das memórias de cada um dos familiares, seja da segunda, seja da terceira e quarta gerações. Por isso mesmo, o sertão nordestino da Fazenda Santa Luzia, da cidade de Sertânia, do Estado de Pernambuco e da Matarina dos Nunes tornar-se-ão no imaginário familiar os lugares de uma permanente saudade para os familiares de várias gerações. Um lugar bom, gostoso, apesar de sofrido... Como diria a Virgínia,

> Eu já falei pra você: nunca pense em sair de nossa terra. Eu sou da Paraíba e considero tanto a Paraíba como Pernambuco uma coisa só. É uma terra muito gostosa, é boa demais. Tanto que eu considero vocês e os amigos de vocês, meus conterrâneos, como minha família. Eu gosto do sertão; o sertão é gostoso, Antônio. Com tudo nele você se distrai, principalmente em cidades consideradas pequenas. Não falo das capitais, das cidades grandes, porque a vida aí está demais...[14]

Maria Irene dos Santos, como já mostramos, falava com muito carinho dos lugares onde viveram seus avós paternos, na Paraíba. "Quando eu fui a Pernambuco, numa dessas viagens eu tinha muita vontade de visitar e conhecer o lugar onde ela viveu, na Paraíba, criando os filhos todos".[15] Logo ela, que é paulistana nata e só veio conhecer o Nordeste quando era adolescente. Através de um relato como esse de Irene, percebe-se como as sucessivas gerações da Família Siqueira conseguem conciliar diferentes temporalidades de vida de família, especialmente tratando-se das relações

[14] SILVA, Virgínia Verônica - Entrevista... p. 130.
[15] SANTOS, Maria Irene – Entrevista... p. 369 .

do presente com o passado. É importante realçar nos depoimentos dela não apenas o relato em si, que dá conta de uma busca de conhecimento das origens, mas o tom marcadamente afetivo que perpassa suas lembranças, reiteradas vezes repetidas pelos seus pais e avós. O passado, aí, não é visto como algo descartável e, sim, como a internalização de um patrimônio de memória familiar. Ao contrário, em vez de cheirar a mofo, guarda o perfume de uma lembrança gratificante e acalentada pelo desejo de ser preservada e vivenciada. Observe-se que, até mesmo na guarda de um velho e tosco tijolo de barro, realiza-se a façanha de fazer com que as lembranças tenham sua materialidade e o tempo presente seja condensado em sua fusão com um passado distante, sempre prenunciador de um presente "híbrido" e "grávido" de sucessivas temporalidades. Os migrantes, portanto, sejam eles quais forem, perfazendo um trajeto de "saída" e "chegada" de si mesmos, convivem com temporalidades híbridas que são referenciais exemplares daquela "travessia" roseana, que é meio termo entre dois pontos: a "significância social" dos lugares de origem e, certamente, dos novos destinos migratórios. A vida, afinal, é comparável ao caudal de um rio que, como todo leito fluvial, tem duas margens e, facilmente, elas se invertem e se confundem como pontos de chegada e pontos de saída. O que, de fato, se vê é a correnteza.

# Os Maracatus Nação e o Patrimônio Cultural em Pernambuco

Isabel Cristina Martins Guillen

Nestes últimos anos tenho participado ativamente das discussões sobre o processo de patrimonialização da cultura imaterial em Pernambuco, notadamente acompanhando os grupos de maracatus nação. Minha inserção neste processo deve-se ao meu empenho como pesquisadora que, no Laboratório de História Oral da UFPE (LAHOI), reuniu uma equipe de pesquisa que tem se dedicado a fazer o levantamento documental desta manifestação, bem como tem realizado um número significativo de entrevistas com maracatuzeiros e maracatuzeiras em atuação, assim como com antigos mestres, desfilantes e batuqueiros.[1]

O fenômeno da crescente patrimonialização de "bens" culturais que se assiste nas duas últimas décadas tem suscitado entre historiadores e cientistas sociais, de modo geral, intensa reflexão. Na esteira do que Pierre Nora denominou de lugares de memória, a onda patrimonialista foi tema de reflexão de historiadores, dentre os quais se destaca François Hartog. Ao refletir sobre a relação sobre tempo e patrimônio Hartog observa que este fenômeno pode ser compreendido no interior da onda presentista que se assiste na contemporaneidade, e que talvez este fervor seja indício de um novo regime de historicidade.[2]

---

[1] Trata-se dos projetos: *História e Memória dos Maracatus Nação de Pernambuco* e *Inventário sonoro dos maracatus nação de Pernambuco*, ambos financiados pelo FUNCULTURA para serem desenvolvidos no período de 2010-2011. Em 2009 desenvolvemos o projeto *Ritmos, cores e gestos da negritude pernambucana*, com apoio financeiro do FUNCULTURA, CNPq e FACEPE (através de bolsas para técnicos de laboratório).

[2] HARTOG, François. *Régimes d'historiceité. Presentismo et expériences du temps.* Paris, Editions Du Seuil, 2003. As considerações de Hartog sobre patrimônio também podem ser lidas em; HARTOG, F. Tempo e Patrimônio. *Vária História*. Belo Horizonte, vol. 22, n. 36: p. 261-273, jul/dez 2006.

Os programas da UNESCO, expressos na Convenção de 2003 para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Intangível, sinalizam para essas mudanças em curso, como observa Hafstein, pois as alterações nas categorias com as quais nomeamos os fenômenos culturais (a convenção da UNESCO sinaliza para o abandono da categoria folclore e a adoção da categoria cultura imaterial ou intangível) e sua acepção enquanto "herança", carrega uma dimensão política inquestionável, mas de difícil posicionamento, tanto em relação às políticas públicas desenvolvidas pelos Estados, quanto aos intelectuais que se dedicam a pensá-las.[3]

Também no Brasil não estamos insensíveis a estas questões, seja por demandas sociais suscitadas aos historiadores, seja por demandas de políticas públicas voltadas à legislação dirigidas ao patrimônio cultural, que passou por intensa revitalização. Questões estas que têm acalorado o debate intelectual em torno do patrimônio no Brasil e de sua história, bem como da inserção do historiador enquanto um profissional que também precisa responder a pleitos acerca do patrimônio cultural. Trata-se de um campo no qual o historiador tem sido desafiado a participar de forma interdisciplinar, sem perder as especificidades de seu *métier*, ou seja, respondendo a novos temas, objetos e desafios profissionais.

Nos últimos anos, historiadores que se dedicavam ao estudo da cultura popular e da cultura negra foram instados a entrar neste debate, em decorrência da legislação brasileira sobre o patrimônio imaterial. A crescente onda patrimonialista de bens culturais nesta área tem envolvido diversos historiadores em trabalhos de inventário e salvaguarda dos bens patrimonializados. Parece-me que a recepção do tema patrimônio deve vir acompanhada de um questionamento dessa emergência, para além de simplesmente apontar para os modismos acadêmicos que tornaram a história cultural a bola da vez.

As implicações da emergência acadêmica do tema, com as práticas culturais dos grupos e as políticas públicas, necessitam de posicionamento definido. As reflexões de Kirshenblatt-Gimblett apontam que muitas

---

[3] HAFSTEIN, Valdimar. *The making of Intangible cultural heritage: tradition and authenticity, community and humanit.* Berkeley, Thesis Doctoral, University of California, 2004.

das ponderações presentes nas diretrizes acerca do patrimônio imaterial, formuladas pela UNESCO, estão eivadas de preocupações que, à primeira vista, nos parecem ingênuas, ao postulam que é preciso salvaguardar as práticas culturais em risco de desaparecer diante das modificações que ocorrem com o mundo globalizado, com uma indiscutível perda de diversidade cultural. Por outro lado podem ser pensadas na mesma direção proposta por Certeau, Julia e Revel, no sentido de que a preocupação salvacionista se daria num momento em que estas práticas culturais não mais estariam em condições de confrontar a norma.[4]

Ou seja, podem ser transformadas em patrimônio sem perigo de confrontar a ordem social e política? O estatuto da diferença e da preservação dessa diferença é capaz por si só de desviar a atenção das desigualdades sociais imbricadas nas práticas culturais e no processo de patrimonialização? Ou, poderíamos pensar que o processo de patrimonialização pode ser entendido como estratégia para impedir que a desigualdade não venha à tona, acobertada pelo discurso de preservação da diversidade? A respeito da atuação dos intelectuais, intensamente requerida nos processos de inventário, pode ser pensada, como sinaliza Tony Bennett, como condição de possibilidade para a cultura na era globalizada? E a ação dos intelectuais pode ser pensada como ações de governametalidade que cria cidadãos conformes às regras e normas?[5]

María Cecília Londres Fonseca observa que "falar de uma política pública de preservação supõe não apenas levar em conta a representatividade do patrimônio oficial em termos de diversidade cultura brasileira (...), como também as condições de apropriação desse universo simbólico por parte da população."[6] Como aqueles que são detentores de bens culturais considerados patrimônio cultural do Brasil têm se apropriado das políticas públicas voltadas para o patrimônio? De que modo essas políticas têm

---

[4] KIRSHENBLATT-GIMBLETT, Bárbara. *El patrimônio inmaterial como producción metacultural*. *Museum* (UNESCO) n. 221-222, 2003, p. 52-67; CERTEAU, M.; JULIA, D.; REVEL, J. A beleza do morto. In: CERTEAU, Michel de. *A cultura no plural*. Campinas, Papirus, 2003.

[5] BENNETT, Tony. Putting policy into cultural studies in: DURING, Simon (ed.) *The cultural studies reader*. London, Routledge, 1999, p. 479-491.

[6] FONSECA, Maria Cecília Londres. *O patrimônio em processo. Trajetória da política federal de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro, Ed. UFRJ, 2009, p. 29.

mudado as vidas dessas pessoas, bem como sua inserção no debate, enquanto cidadãos? Isto porque, passados já alguns anos dos primeiros processos de patrimonialização dos bens da cultura imaterial, pouco se têm discutido sobre como se deu o processo de apropriação dos bens. Não nos interessa apenas discutir a ampliação do conceito de patrimônio bem como a ampliação dos bens patrimonializados, mas buscar entender como, ou se, este processo tem redundado em uma nova cultura política.

Foi nesse contexto que as discussões em torno da patrimonialização dos maracatus nação de Pernambuco entraram na ordem do dia, e que questões acerca desse movimento foram levantadas tanto por intelectuais envolvidos no processo quanto as demandas públicas. Este artigo visa discutir este processo tomando como escopo teórico metodológico o indício de um novo regime de historicidade que tem orientado estas questões, em que tempo presente, tradição e memória estão intimamente imbricadas.

## Os maracatus nação em Pernambuco. Patrimônio de quem e para quem?

A primeira questão que poderíamos lançar refere-se ao lugar do intelectual ou historiador nesse debate, e ao discurso por este produzido. Revel apontou sobre a relação entre os intelectuais (e a posição daqueles que tem o discurso) e a produção do objeto "popular" ou "cultura imaterial".[7] Em outras palavras, que as manifestações culturais sobre as quais temos nos debruçado constituem patrimônio para os grupos e comunidades detentoras desse saber-fazer não há dúvidas, nem para eles mesmos. O que mudou foi a presença do Estado propondo a patrimonialização dessas manifestações. E essa presença do Estado muitas vezes se dá através da atuação dos intelectuais nos inventários e outras ações envolvendo a aplicação de políticas públicas. A questão é: o que fazermos agora que demandas públicas têm suscitado uma maior participação de intelectuais nesse campo, uma vez que a presença do Estado tem sido sentida mais fortemente pelos que fazem a "cultura popular"?

---

[7] REVEL, Jaques. O inverso das luzes: os intelectuais e a cultura popular na França (1650-1800), in: *Proposições. Ensaios de História e Historiografia.* Rio de Janeiro, Ed. UERJ, 2009, p. 190.

Do ponto de vista teórico metodológico há várias posições a serem assumidas, conforme observou Tobby Miller, cada uma delas sinalizando também para posicionamento políticos implícitos.[8] Recentemente fui confrontada por participantes de um grupo de maracatu nação a respeito do lugar do historiador neste processo, o que me levou a refletir mais acuradamente (tanto do ponto de vista intelectual como ético e político) sobre minha atuação. Fui convidar o grupo a participar do processo de inventário sonoro dos maracatus nação de Pernambuco e, não só recebi uma recusa veemente, como a justificativa apresentada assinalava no sentido de eles sabiam que tinham uma história, e não se sentiam ameaçados de "perdê-la ou esquecê-la", já que a contavam para as crianças e os jovens cotidianamente. Enfim, a pergunta que me era dirigida era: para que nós precisamos de você, intelectual/ historiadora? Mas também se perguntavam: o que vocês, que têm trabalhado com as políticas de patrimônio, querem conosco? Eu me dirigi ao maracatu no intuito de contribuir para a preservação de sua história, e saí de lá com a desconfiança de que o que nós intelectuais consideramos ameaçado nem sempre é compreendido da mesma forma pelos que fazem a cultura popular.[9] E tenho certeza que não fui a única passar por circunstância semelhante.

A situação é sintoma da enorme desconfiança que os grupos de cultura popular desenvolveram diante de pesquisadores e produtores culturais que chegam nas comunidades, fazem entrevistas, filmagens, fotografam, vão embora e nunca dão retorno. Há também inúmeros casos de apropriação dessas manifestações para fins lucrativos, e a experiência desses grupos sinaliza mesmo que é preciso desconfiar e ter cuidado diante desses estranhos que se aproximam muitas vezes tão bem intencionados... Situações que apontam que questões como direitos autorais, autenticidade

---

[8] MILLER, Tobby. Cidadania cultural. *Revista Matrizes*. São Paulo, Ano 04, n.02, jan-jun 2011, p. 57-64. http://www.matrizes.usp.br/ojs/index.php/matrizes/article/view/267/pdf_223.

[9] Trata-se do grupo Estrela Brilhante de Igarassu, que não quis participar do projeto Inventário Sonoro dos Maracatus Nação de Pernambuco por não querer se associar à AMANPE (Associação dos Maracatus Nação de Pernambuco) devido às diferenças políticas do grupo em relação à associação. Foi uma pena que não pudéssemos gravar entrevistas com a matriarca do grupo, que sofreu um AVC tempos depois e encontra-se, no momento, impossibilitada de contar histórias.

e preservação dos bens culturais está sim, na ordem do dia, e que se trata de uma questão política e não meramente técnica.

Por outro lado, o confronto como o dirigente do grupo e alertou que se tratava de regimes de historicidade em confrontação, entendido regime de historicidade como "a modalidade de consciência de si de uma comunidade humana."[10] Para o mestre deste maracatu, a sua história não se encontrava ameaçada, pois acreditava que seria aprendida na medida em que era transmitida cotidianamente, no convívio familiar e no fazer das práticas culturais, sendo a oralidade o principal modo de reprodução dessa história. Sinaliza, naturalmente, para as diferentes maneiras de ser no tempo e para a diversidade de concepções e inserções no tempo e na história.

No entanto, sinaliza também para uma dificuldade – sentida em diversas manifestações da cultura popular e não apenas nos maracatus nação de Pernambuco – que é a de responder a demandas políticas mais amplas, que envolvem um posicionamento daqueles que fazem a cultura popular no mercado cultural globalizado e crescentemente espetacularizado.[11] Em outras palavras, como já sinalizou Fonseca, aponta para os modos como os grupos têm se apropriado das políticas públicas. Quando instado a participar de um grupo maior de maracatus na construção ou apropriação de uma política pública, o mestre não conseguiu superar antigas competições que moveram os maracatus até um passado recente, ensimesmando-se e isolando-se do grupo maior. Não cabe aqui nenhum juízo de valor, mas apenas constatar que, enquanto a associação que representa neste momento os maracatus nação desenvolve estratégias para se assenhorear dos mecanismos de

---

[10] HARTOG, F. Tempo e Patrimônio. *Vária História*. Belo Horizonte, vol. 22, n. 36: pp. 261-273, jul/dez 2006.

[11] MONTEIRO, Elaine; SACRAMENTO, Mônica. Pontão de Cultura de bem registrado e salvaguarda de Patrimônio Imaterial: a experiência do Jongo no Sudeste. *Políticas culturais: teorias e práxis.* http://culturadigital.br/politicaculturalcasaderuibarbosa/files/2010/09/10-ELAINE-MONTEIRO.1.pdf; SANDRONI, Carlos. Samba de roda, patrimônio imaterial da humanidade. *Estudos Avançados*, vol 24, n. 69, 2010, pp. 373-388. Sobre o processo de patrimonialização da cultura imaterial no Brasil ver: BARBOSA, Cibele; COUCEIRO, Sylvia. Cultura imaterial e memória documental em Pernambuco, in: GUILLEN, Isabel Cristina Martins. *Tradições e traduções: a cultura imaterial em Pernambuco.* Recife, Ed. UFPE, 2008.

patrimonialização, é importante assinalar que este processo não se fez sem tensões, divergências e em alguns momentos conflitos. Para melhor compreendermos este processo vou delinear o contexto contemporâneo no qual se inserem os maracatus nação de Pernambuco, para em seguida discutir as políticas públicas de patrimonialização existentes e em aplicação no Estado, com vista a fornecer subsídios para discutir o projeto no qual estive envolvida, que é o Inventário Sonoro dos Maracatus Nação de Pernambuco.

**Maracatus nação, história e tempo presente.**

Os maracatus-nação fazem um enorme sucesso no cenário cultural da cidade do Recife na atualidade. Quem quer que passeie pelas centenárias ruas do bairro do Recife num domingo ao entardecer fatalmente encontrará grupos de jovens pelas esquinas tocando "alfaias" (bombos), e muitos grupos culturais incorporaram às suas apresentações a batida do maracatu ou seu jeito de dançar. No carnaval, desde 2002, aos grupos de maracatu sob a regência do músico Nana de Vasconcelos incumbiu-se de promover o espetáculo de abertura oficial do carnaval da cidade, e durante o reinado de momo qualquer brincante pode encontrar pelas ruas diversos grupos de maracatu fazendo apresentações junto aos blocos e troças. Guy Debord atentou que o espetáculo apresenta-se como instrumento de unificação, ao mesmo tempo em que está em toda parte. As críticas tecidas à organização do espetáculo regido por Nana Vasconcelos para a abertura do carnaval, observando-se que a reunião de diversas nações de maracatu sob uma única batuta e sonoridade retiravam-lhes a autonomia e tendia a homogeneizar a batida do maracatu sem se atentar para a diversidade e singularidade musical de cada grupo, caminham no mesmo sentido das críticas de Debord.[12] Esse movimento de *banalização* que transformou os maracatus em "moda" homogeneíza os diversos sentidos de seu fazer. Uma nação têm fortes vínculos com uma comunidade de afro-descendentes, relações identitárias com suas religiões e vincula-se fortemente a um sentido de tradição.

[12] DEBORD, Guy. *A sociedade do espetáculo.* Rio de Janeiro, Contraponto, 1997.

Quando se pensa a cultura popular na atualidade, algumas perguntas são inevitáveis. Trata-se de um conceito ainda válido para os estudos históricos? Se sim, como operacionalizá-lo, tomando-se como objeto um mundo em constante e rápida transformação, em que a indústria cultural de tudo se apropria? Existia em Casa Forte, um bairro de classe média alta da cidade do Recife, um maracatu feito por jovens brancos, denominado por *Batuque Estrelado*. Não discutiremos aqui as razões que levaram o grupo a formar um maracatu em 1999, ápice do Movimento Mangue Beat.[13] Mas pode-se perfeitamente interrogar sobre o que distingue este grupo – que possui fantasias, cortejo real, instrumentos de percussão e excelentes músicos –, de um maracatu-nação feito em Chão de Estrelas, comunidade carente da zona norte do Recife, possuidora de um dos mais baixos IDH da cidade. Uma série de pequenas diferenças pode ser apontada desde a forma como se confecciona as fantasias, o material utilizado, bem como os sentidos que possuem para aqueles que as vestem. Todos estes detalhes podem ser estendidos ao cortejo real, em que reis e rainhas, damas do paço e calunga têm papéis sociais marcadamente distintos nos dois maracatus. Há que se acrescentar também as diferenças no batuque, na forma de cantar e no ritmo (tempo) em que o conjunto musical executa os baques. Sobressaem em todos estes aspectos, a relação que se estabelece, cotidianamente, em todo e qualquer momento com o sagrado. Pode-se afirmar que um é mais maracatu que o outro? Há aqueles que afirmam categoricamente que sim, que o *Batuque Estrelado* pode ser definido como um grupo "estilizado" ou para-folclórico. Portanto, o "verdadeiro" maracatu seria aquele feito pelos mais pobres, afro-descendentes em sua maioria. Porém, podemos afirmar que ambos são diferentes, uma vez que o Batuque Estrelado faz maracatu num momento cultural em que esta manifestação está em cena, mas isto não implica em superioridade de um para o outro, mas uma relação de

[13] Maracatus formados por grupos de elite aparecem já no século XIX, como uma pantomima aos costumes afro-descendentes. Também existiram grupos de classe média nas décadas de 1930, e 1940, em que se destacara o grupo Timbu Coroado (formado por membros da equipe do Clube Náutico). Atualmente há um avultado número de maracatus de classe média, a maioria constituída apenas pelo batuque, e existem em maior número do que os "populares" ou maracatus-nação. Ver: SILVA, Leonardo Dantas. Maracatus no carnaval do Recife. *Quem diria que o primeiro maracatu era formado por brancos. Jornal do Commercio, 26/01/1991.*

alteridade, em que a diferença está na inserção social de cada um deles. Só ao segundo maracatu considera-se "legítimo" denominar de cultura popular.

A visão um tanto quanto estanque dos processos de trocas culturais foi criticada ao se afirmar a impossibilidade de se proceder a tais separações, entre o popular e o erudito. Não obstante as observações feitas por Chartier e Michel de Certeau, dentre outros, a utilização do conceito de cultura popular ainda é válida na medida em que marca o lugar social onde é produzida, permitindo a fluência das diferenças num mundo onde tudo se imiscui e se transmuta, bem como os diferentes significados que as práticas culturais adquirem no seu fazer.[14] Esta é uma posição que se aproxima da abordagem de Thompson ao discutir as práticas culturais dos operários ingleses, suas imbricações com a experiência e consciência de classe. Estas posições, contudo, não anulam as discussões feitas por Carlo Ginzburg no prefácio da obra *O queijo e os vermes*, onde discute a utilização do conceito de circularidade utilizado por Bakthin.[15] Esta é uma discussão que se espraiou em diversos campos e tem utilizado vários conceitos, mas cujo debate se centra nas trocas culturais. Devemos aqui mencionar os estudos de Canclini sobre o hibridismo cultural, e Gruzinski sobre a mestiçagem.[16] Encontramos tal debate nos estudos afro-descendentes, em que a crioulização é contraposta a uma permanência da africanidade.[17] A história dos maracatus nação na contemporaneidade tem nos permitido

---

[14] CHARTIER, Roger. Cultura popular: revisitando um conceito historiográfico. *Estudos Históricos*, V. 08, nº 16, 1995, pp. 179-192; CERTEAU, M. op. cit.

[15] THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa.* Rio de Janeiro, Paz e Terra, 3 vol. 1987; THOMPSON, E. P. *Costumes em comum*. São Paulo, Companhia das Letras, 1998; THOMPSON, E. P. Folclore, antropologia e história social in: *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas, Ed. UNICAMP, 2001; GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes.* São Paulo, Companhia das Letras, 1986; BAKHTIN, MIKHAIL. *A cultura popular na Idade Média e no Renascimento.* São Paulo, HUCITEC, 1987.

[16] CANCLINI, Nestor Garcia. *Culturas Híbridas.* São Paulo, Edusp, 1998; GRUZINSKI, Serge. *O pensamento mestiço*. São Paulo, Companhia das Letras, 2001; GRUSINSKI, Serge. *A colonização do imaginário.* São Paulo, Companhia das Letras, 2003.

[17] PRICE, Richard. O milagre da crioulização: retrospectiva. *Estudos Afro-Asiáticos,* ano 25, n. 03, 2003, pp. 383-419.

refletir intensamente sobre as trocas culturais, apropriações, expropriações, canibalizações, e outros conceitos aos quais se lhes têm aplicado.

No crescente processo de espetacularização dos maracatus nação podemos perceber várias questões. A presença da produção cultural tem sido um ponto de tensão e conflito, gerando desconfianças, sentimentos de apropriação por parte dos que fazem o bem, pois questionam que os produtores não lhes dão o devido retorno dos "lucros" ou financiamentos que conseguem com os projetos culturais. Por outro lado, esse sentimento de desconfiança presente entre muitos maracatuzeiros e maracatuzeiras (de que são usados pela sociedade como um todo, que não lhes paga o que consideram justo) tem também propiciado que produtores culturais sejam vistos como anteparo (ou proteção) contra a apropriação indiscriminada. Ora, em decorrência, alguns grupos e dirigentes de maracatu passam a ver e a tratar a manifestação como uma "mercadoria" e só aceitam se apresentar e até mesmo dar entrevistas por um cachê ou algum tipo de remuneração. Questões muito semelhantes tem sido interpostas à presença de intelectuais observando os grupos, gerando teses e dissertações.

Eu penso que esse processo de espetacularização tem provocado nos maracatus uma perceptível mudança nos seus sentidos simbólicos. É notório que os maracatus (grupos e dirigentes) quase que invariavelmente, há muitas décadas, recorrem aos poderes públicos e ao mercado para conseguir financiamento para sua manutenção. Nas décadas de 1940 a 1950 passavam pelo comércio angariando fundos, faziam livro ouro, apresentavam-se na casa de pessoas importantes para arrecadar dinheiro. Nas décadas de 1970-1990 aprofundou-se a dependência das manifestações para com o poder público e suas subvenções carnavalescas, e os grupos pouco conseguiam angariar no mercado. Situação esta que mudou drasticamente, para algum grupos, na década seguinte. Seria ingenuidade não percebermos que há historicamente uma economia por trás dos maracatus (ou de qualquer manifestação da cultura popular). Afinal precisa-se vestir e confeccionar adereços, e muitos dirigentes de maracatus literalmente "vivem disso". Não podemos tratar a cultura popular como se estivesse fora do circuito mercantil/ capitalista/ de mercado, etc. Essa inserção tem gerado muitas vezes relações paternalistas/ clientelistas; tem propiciado apropriações; tem

gerado desconfianças. Aliás, a desconfiança não se instalou por acaso... ela é um dado histórico muito mais antigo do que se percebe. Do ponto de vista estético também se negociou mudanças que não perturbassem em demasia o senso estético e moral de uma classe média ou mesmo da elite (só precisamos nos referir ao fato de que os desfilantes são instados a se disciplinarem para não cair no santo durante as apresentações, por exemplo. O que não quer dizer que não ocorra eventualmente. Quando isto acontece, é tudo muito discreto. Mesmo nessas circunstâncias, até o início dos anos 2000, e acredito que ainda para muitos grupos, fazer maracatu era algo além de um "negócio". Hoje, alguns grupos fazem maracatu como negócio e quase tudo é produzido visando agradar esteticamente ao mercado. Pode-se perguntar se os sentidos simbólicos que agregavam os componentes ao grupo se manterão... Há indícios de que não, mesmo quando se produz discursivamente um fundamento para além do mercado, tais como religioso ou comunitário. Como afirmou Carvalho "a dimensão do lucro passa a organizar a emergência do simbólico e do estético popular na perspectiva dos espectadores."[18]

Ao pensarmos as relações entre a cultura popular e o mercado cultural algumas orientações teórico metodológicas têm guiado o trabalho de historiadores e demais cientistas sociais, a depender das questões que são levantadas. Pode-se afirmar que as posições teóricas sobre a questão oscilam entre dois pólos: em um extremo uma posição em que vê no mercado ou no produtor cultural o grande vilão pelo desaparecimento, descaracterização da cultura popular, responsável pela exploração canibalesca do popular para lucro próprio; no outro pólo uma visão que aponta para o mercado como o agente regulador essas relações, no sentido de que sobrevivem os mais aptos e capazes de responder às demandas de mercado, enquanto que ficam à margem aqueles que resistem à sua lógica... Se algumas décadas atrás grande parte dos trabalhos dedicados a cultura popular trabalhavam com o viés da resistência, mostrando em muitos estudos a

[18] CARVALHO, José Jorge. *Espetacularização e canibalização das culturas populares. I Encontro sul-Americano das culturas populares e II Seminário Nacional de Políticas públicas para as culturas populares.* Brasília 14 a 17/09/2006. São Paulo: Instituto Polis; Brasília: Ministério da Cultura, 2007, pp. 80 a 101, citação na p. 92.

incrível capacidade dos grupos de cultura popular em se camuflar, ocultar, disfarçar ou ficar invisíveis como estratégias de resistência à dominação ou apropriação/ expropriação, no início deste século os argumentos que apontavam para as negociações/ mediações ou para os hibridismos e mestiçagens foram predominantes. É nesse sentido que pode ser explicada a popularidade de trabalhos como os de Canclini e Martin Barbero aplicados às relações da cultura popular com o mercado cultural no Brasil. Aos poucos, os limites teóricos destas abordagem começaram a ser apontados.

Em primeiro lugar, há na historiografia brasileira uma intensa discussão acerca da mediação ou não existente na cultura popular, com argumentos se desdobrando em vários aspectos, mas me parece que o principal deles se refere ao lugar que nessa discussão se destina ao popular, um lugar passivo, que precisa do mediador para se colocar no mercado. Por outro lado, há quem argumente que nada impede que o próprio agente popular se coloque como mediador nesse processo, mediando as relações do seu grupo com outros agentes do mercado... No limite, questiona-se a necessidade de se recorrer ao argumento da mediação para se entender as relações culturais.

Em relação aos hibridismos e mestiçagens também se apontam os limites destes argumentos, questionando a ideia subjacente que, apontar para essas trocas culturais – das quais não se nega a existência – não estão os intelectuais eximidos de um compromisso pela denúncia sobre a exploração e apropriação a que grupos e mestres da cultura popular estão sujeitos no mercado cultural da contemporaneidade, diante do processo de espetacularização, conforme aponta Carvalho:

> A maioria dos pesquisadores ainda tratamos este assunto a partir de uma teoria do hibridismo e da negociação de sentido que sustenta uma ideia nada realista de mútua influência e reciprocidade. Essas dimensões de troca certamente existem, porém não conseguem eliminar as perversidades e as manipulações a que são expostos os mestres e mestras (...)".[19]

[19] Idem, p. 83.

Creio que a densidade destas questões indicam ao leitor que o campo, tanto no sentido intelectual, quanto político, tem sido bastante tenso e conflituoso, e as políticas de patrimônio necessitam levar em consideração as questões acima apontadas para que as políticas públicas possam ter não só melhor eficácia, mas venham a ser móveis de uma nova cultura política e práticas de cidadania.

**Política de patrimônio cultural em Pernambuco**

Em Pernambuco, o **Registro do Patrimônio Vivo** tem sido responsável, no âmbito estadual, por colocar em discussão uma política de patrimônio imaterial. A lei tem como objetivos expressos valorizar as manifestações populares e tradicionais, reconhecendo anualmente mestres ou grupos com bolsas vitalícias, e em contrapartida os mesmos devem participar de ações que garantam a reprodução de seu saber-fazer.[20] Desde que foi promulgada, até hoje, 21 mestres e/ou grupos que são considerados patrimônio vivo de Pernambuco. A relação dos mestres e grupos, pode-se afirmar, não contempla a diversidade das manifestações da cultura popular no Estado, e as ações de divulgação e reprodução do saber-fazer são, no mínimo, consideradas muito tímidas. Ao participar de todo o processo, uma vez que era dirigente do departamento responsável por acolher as candidaturas e fornecer ao Conselho de Cultura – instância que decide quem será contemplado anualmente – subsídios para a escolha, Maria Acselrad afirma que "a categoria patrimônio se encontra associada a um processo de atribuição de valores, incorrendo no risco de vermos ser transformado esse conceito naquilo que o conceito de cultura já representou no século XVIII, ou seja, marca distintiva de classes superiores, erudição, estratégia de distinção social."[21]

Dentre mestres e grupos que foram contemplados com o título de Patrimônio Vivo de Pernambuco encontram-se dois grupos de maracatu:

---

[20] Lei n. 12.196, de 2 de maio de 2002.

[21]ACSELRAD, Maria. Registro do Patrimônio Vivo de Pernambuco: limites e possibilidades da apropriação do conceito de cultura popular na gestão pública. In: CALABRE, Lia (org.) *Políticas culturais: reflexões e ações.* São Paulo: Itaú Cultural: Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 2009, p. 257-277; citação na pp. 273-274.

o Maracatu Nação Leão Coroado e o Maracatu Nação Estrela Brilhante de Iguarassu. Ambos tiveram sua candidatura proposta pela Comissão Pernambucana de Folclore,  e se argumentou que eram grupos que preservavam antigas tradições da cultura popular pernambucana. Entre os maracatus nação o título conferido aos dois grupos teve conseqüências práticas. Afinal, como afirmou mestre Afonso, do Leão Coroado, "todos tem cultura, mas só alguns são patrimônio". Ou seja, o título tem sido utilizado como estratégia de distinção inequívoca, reforçando os discursos a favor da tradição e firmando diferenças "sociais" e desigualdades entre os grupos. Não é por acaso que estes grupos não pertencem à Associação dos Maracatus Nação de Pernambuco (AMANPE), associação esta que integra mais de vinte grupos.

Na esteira da legislação que cria o Patrimônio Vivo, e com um inequívoco caráter nobilitador, a Asssembléia Legislativa de Pernambuco passou a distribuir títulos de patrimônio imaterial para uma série de bens, que iam desde o bolo Souza Leão à Feirinha de Boa Viagem. Não havia nenhuma preocupação dos deputados em fazer um inventário cultural do bem e sequer propor plano de salvaguarda, daí seu caráter nobilitante. Houve na imprensa, durante o ano de 2009, intenso debate sobre os significados da distribuição aleatória de título de patrimônio imaterial sem que fosse acompanhado de outras ações que salvaguardassem o bem ou mesmo promovessem o seu inventário.

Ainda em Pernambuco outra série de bens foram considerados patrimônio do Brasil a partir da legislação federal, tais como a Feira de Caruaru e o Frevo. Em 2008, um ano após a candidatura do frevo, o governo estadual de Eduardo Campos anunciou o pedido de patrimônio de quatro manifestações consideradas essenciais na definição das identidades em Pernambuco: o maracatu nação, o maracatu rural, o caboclinho e o cavalo marinho. O pedido foi feito diretamente ao ministro da cultura, Gilberto Gil, e anunciou-se a abertura de um edital para se proceder ao inventário, o que não aconteceu até hoje. Ou seja, o pedido foi feito, mas os bens acima mencionados não foram registrados porque a legislação federal não prescinde do inventário e de um plano de salvaguarda para registrar qualquer bem como patrimônio cultural do Brasil.

Dentre os grupos de maracatu, nesse meio tempo, fundou-se uma associação que congrega quase todos os grupos (mais de vinte associados hoje), a AMANPE (Associação dos Maracatus Nação de Pernambuco). Através desta associação foi que propusemos ao FUNCULTURA o Inventário Sonoro dos Maracatus Nação de Pernambuco, projeto cujo objetivo, audacioso, foi o de promover um registro musical de todos os grupos em atuação no estado.

**O Inventário Sonoro dos Maracatus Nação de Pernambuco**

Foi no bojo dessas intensas discussões que o FUNCULTURA aprovou o projeto de gravar, como uma ação que promoveria o inventário cultural da manifestação, ao mesmo tempo que sinalizava para sua salvaguarda. Tratava-se de gravar em estúdio móvel dezenove grupos de maracatu, em condições que representassem o cotidiano do fazer maracatu, ou seja, normalmente em rua ou nas sedes dos grupos. Objetivava-se registrar a diversidade e as diferenças na musicalidade de todos os grupos com o objetivo de preservar a diferença e diminuir as desigualdades. Ao final do processo seria lançado um CD com pelo menos uma toada de cada grupo, lançamento este previsto para o primeiro semestre de 2011. Concomitantemente desenvolveu-se no LAHOI o projeto *História e Memória dos Maracatus Nação de Pernambuco*, também financiado pelo FUNCULTURA, que objetivou colher depoimentos e registrar histórias de vida de diversos maracatuzeiros e maracatuzeiras.

Na metodologia de trabalho dos dois projetos optou-se por incorporar estudantes universitários que fossem também batuqueiros, ou que participassem de alguma forma dos maracatus, com o objetivo de propiciar aos grupos e seus membros a oportunidade de se apoderar dos mecanismos da pesquisa social apropriada para o inventário, que é o INRC, bem como do saber-fazer do historiador, através das entrevistas e pesquisa em jornais. Durante os meses de agosto de 2010 a junho de 2011, diversos bolsistas integraram os dois projetos, em diferentes fases, e os resultados podem ser conferidos nos dois blogs.[22] Trata-se agora de melhor avaliar os

[22] Inventário Sonoro dos Maracatus Nação de Pernambuco (http://inventariomaracatus.

resultados desse processo para que uma próxima etapa que é a requisição ao IPHAN para os maracatuzeiros possam, eles mesmos, conduzir o processo de inventário cultural de sua manifestação. Não sei se isto será tecnicamente possível, mas é sem dúvida, nosso grande desafio. Afinal, se a herança imaterial é para toda a humanidade, as políticas públicas devem ser para e apropriadas pelos detentores dos bens culturais.

---

blogspot.com/) e História e Memória dos Maracatus Nação de Pernambuco (http://www.historiamaracatusnacao.com/)

# Humor e Imprensa no Século XIX

Lailson de Holanda Cavalcanti

O Humor Gráfico sempre esteve presente nas manifestações populares de sátira e revolta contra as autoridades de diferentes épocas, seja como os "graffiti" nas paredes da Roma dos Césares, os "cartoons" do jornal satírico inglês *The Punch* ou as caricaturas e charges que passaram a fazer parte do cotidiano dos jornais brasileiros a partir do Século XIX.

Podemos genericamente qualificar de Humor Gráfico praticamente qualquer manifestação de uma ideia feita através de um viés humorístico e expressa sobre um suporte que lhe permita ser vista por diferentes pessoas.

O Humor Gráfico tal como conhecemos na imprensa, no entanto, tem características próprias tanto na sua forma como na sua conceituação.

Tomando emprestada a origem do teatro, o conceito onde a tragédia descreve a vida e as ações dos grandes personagens (fossem eles deuses ou reis) enquanto que a comédia destaca os feitos dos pequenos e mundanos homens - que podiam ou não estar exercendo o Poder - o Humor Gráfico é a contrapartida na imprensa da seriedade da vida pública, o teatro onde são encenados os erros e desacertos da comédia política.

O Humor Gráfico é, por sua própria origem, uma manifestação de ideias contrárias ao sistema, de crítica à força dos poderosos, de oposição aos limites impostos pelo poder público aos direitos do cidadão.

O Humor Gráfico pode funcionar bem com algum texto, mas, preferencialmente ele exerce seu fascínio através do desenho, da imagem alegórica, da caricatura, da sátira visual, da transformação do aparentemente belo no realmente grotesco, retirando as máscaras das "*personas*" e revelando as pessoas que de fato exercem o poder.

Honoré Daumier – Gargântua – Litografia avulsa, 1831 – Biblioteque Nationale – Paris, França.

Ao colocar a máscara de Gargântua no Rei Luís Felipe da França, Honoré Daumier revela sua verdadeira face de devorador dos recursos do estado.

A grande revolução causada pela introdução da imprensa no Ocidente através de Johannes Gutemberg possibilitou o acesso de milhares de pessoas ao exercício da crítica e da contestação aos preceitos que estabeleciam que reis e papas governavam por direito divino.

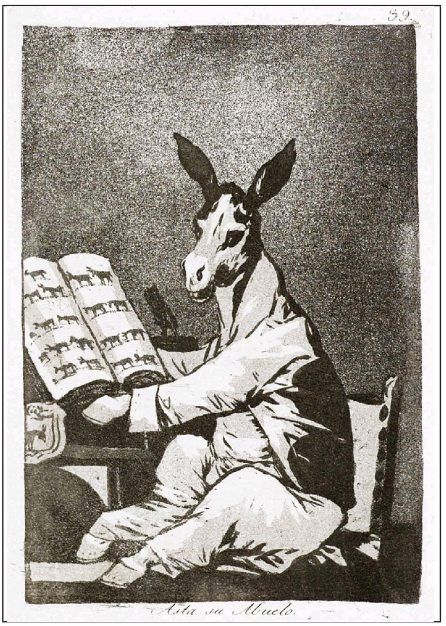
Apesar de conhecida dos chineses por vários séculos, a imprensa se iniciou na Europa restrita aos círculos intelectuais, aos fins jurídicos e governamentais. Mas, lentamente, o homem comum dela foi se apropriando e sua voz começou a encontrar eco e ressonância, surgindo assim a imprensa livre, a imprensa de contestação, a imprensa satírica.

Sem a imprensa, a revolução de Lutero não teria atingido suas proporções continentais e nem a revolução americana ou a francesa teriam conseguido difundir tão amplamente suas ideias.

No Século VIII, ao mesmo tempo em que surgiam publicações de cunho edificante como *The Little Man and the Little Maid*, que mostravam a beleza e tranqüilidade da vida doméstica voltada para o trabalho e para as virtudes cristãs, também surgiam as reproduções dos desenhos de Francisco Goya y Lucientes (1746-1828) que descreviam as cenas da guerra ou faziam uma crítica velada à Inquisição e aos monarcas através das alegorias dos seus *Caprichos*, desenhos que podem ser considerados como precursores das charges e dos cartuns atuais.

No desenho *Hasta su abuelo*, Goya apresenta um asno que lê um jornal onde estão impressas nas páginas apenas imagens de outros asnos, descrevendo de maneira alegórica a ignorância das elites da sua época e das asneiras que, em sua opinião, constituíam o universo do "establishment" do seu tempo.

Este símbolo da ignorância das elites como um asno antropomórfico, é um conceito crítico que apresenta uma mensagem direta e sintética e que será utilizado por muitos outros artistas nos séculos seguintes, tanto na Europa quanto na América.




Francisco Goya – Hasta su abuelo – Gravura em aguatinta da série "Caprichos" – Espanha - 1799.

Assim como para Goya, o século XVIII e o XIX são os berços de outros críticos da sociedade e dos costumes em diferentes países como William Hogarth (1697-1764), James Gillray (1757-1815), ambos na Inglaterra e Honoré Daumier (1808-1879), na França.

Nesses dois países a imprensa satírica floresce e se mantém com firmeza no século XIX, principalmente os jornais humorísticos *Le Charivari*, fundado em 1832 e que permaneceu até 1937 e o inglês *The Punch*, iniciado em 1841 e que continuou a ser publicado até o século XXI, encerrando suas atividades em 2002.

A força da imprensa, associada à iconoclastia do Humor Gráfico, destroem mitos e apresentam o grotesco dos reis e governantes. Através das litografias de Daumier, os franceses passam a ver que o rei Felipe tem a cabeça em forma de pêra.

O novo mundo ainda é assunto pouco representado nos desenhos desses ferozes críticos sociais, suas penas e seus lápis litográficos estão mais assestados nas cabeças coroadas ou que ostentam mitras ou outros barretes religiosos.

A tentativa de invasão de Portugal, por parte de Napoleão Bonaparte, em 1808, porém, faz com que os fatos sul-americanos entrem para o rol dos assuntos que povoam os interesses políticos e sociais do início do décimo nono século.

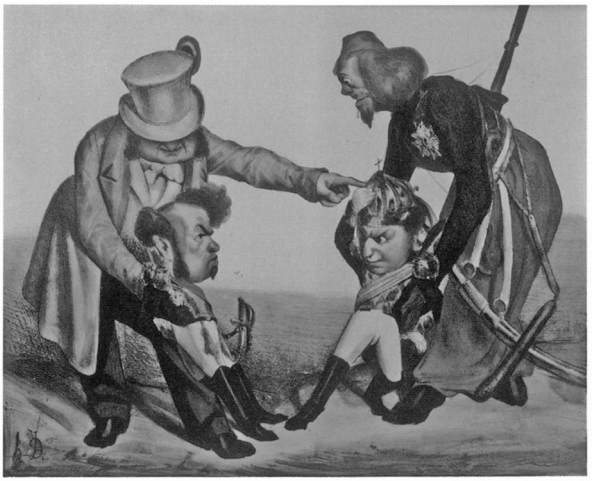
James Gillray – Lorde William Pitt, Ministro da Inglaterra e Napoleão Bonaparte dividindo o mundo – Litografia avulsa – Londres, Inglaterra 1805.

James Gillray faz o retrato satírico de Lorde Pitt e Napoleão Bonaparte dividindo o planeta e, no decorrer das décadas, a disputa entre os herdeiros da coroa portuguesa, d. Pedro e d. Miguel, figura nas charges de Daumier, assim como a corte portuguesa no Brasil já havia sido motivo de charge anônima.

No Brasil, com a vinda da família Real, vem também a Imprensa Real em 1808, restrita ao uso da corte e utilizada para divulgar os decretos e editais. Mas já era a imprensa, a palavra impressa, a reprodução do fato que aportava no outro lado do Atlântico.

Com a Independência, a imprensa passa a ser facultada ao uso comercial, surgindo os primeiros jornais privados, a princípio como periódicos que eram apenas folhas de anúncios, de navios a chegar e a partir, escravos postos à venda, secos e molhados para atender a demanda da aristocracia.

Honoré Daumier satiriza a disputa dos irmãos d. Pedro I e d. Miguel – Journal La Caricature nº 140, Paris, França - 1833.



D. Pedro I e D. Miguel. *Jounal La Caricature. 11.11.1833*, n. 140.

Mas logo a opinião que anseia por mudanças também passou a se utilizar do novo veículo para difusão das suas ideias. As palavras se imprimem facilmente, imagens são mais difíceis, exigem a arte de entalhar a madeira, já que a litografia ainda é uma arte distante de ser dominada na primeira metade daquele século.

A abdicação de Pedro I em favor do seu filho, Pedro de Alcântara, lança o país em uma gama de novas possibilidades. Os grupos políticos contra e a favor do primeiro Imperador se enfrentam, trocam argumentos e acusações, a imprensa é um novo espaço de convencimento e batalha.

A Sociedade Colunas do Trono, conservadora e absolutista, quer a volta do monarca; a Sociedade Jardineira, liberal, quer um novo tempo para o Brasil.

Pedro I abdica e naquele mesmo mês surge o primeiro jornal satírico a ostentar uma alegoria humorística impressa em sua capa e em sua contracapa: impresso na Typographia Fidedigna, na Rua das Flores, na cidade do Recife, capital da Província de Pernambuco, o *Carcundão* faz sua estréia, apresentando a primeira imagem de Humor Gráfico da imprensa brasileira.

Autodenominando-se um "alfarrábio velho de 80 réis", o jornal apresentava na capa de seu terceiro número (maio de 1831), a ilustração de um homem corcunda – apelido que era usado pelos liberais contra os restauradores – com uma cabeça de asno tentando impedir a queda de uma coluna. Abaixo da imagem, lia-se: "Apressemo-nos, o tempo é breve, a existência do Trono e Altar acha-se ameaçada por esses anarquistas niveladores". Na contracapa do periódico, o mesmo corcunda aparece novamente, sob uma nuvem negra que solta raios, soterrado pela coluna quebrada que agora traz a inscrição em latim *"Non plus ultra*" – inscrição que havia nos mapas marítimos para indicar um ponto a partir do qual não se podia mais prosseguir.

A ilustração do *Carcundão*, assim como o próprio nome do jornal, satirizava os restauradores e a Sociedade Colunas do Trono, que tinha caráter nativista e desejava a volta do absolutismo com o qual o ex-governante era identificado. Isso se devia, em grande parte, às sanções promovidas pela Corte Portuguesa e pelo próprio D. Pedro I, em retaliação à Revolução Pernambucana (1817) e à Confederação do Equador (1824).

Anônimo – O Carcundão (Recife, Pernambuco – 1831).

Não se sabe quem fez as ilustrações e escreveu os textos do jornal, pois naquele momento politicamente conturbado, o anonimato era uma garantia de vida. Mas a semelhança entre os textos do *Carcundão* e os do *Carapuceiro*, jornal de crítica aos costumes publicado em maio do ano seguinte na mesma cidade, leva a crer que o autor poderia ter sido o padre Miguel do Sacramento Lopes Gama (1791-1852), reconhecido autor do *Carapuceiro* e cognominado por isso de Padre Carapuceiro.

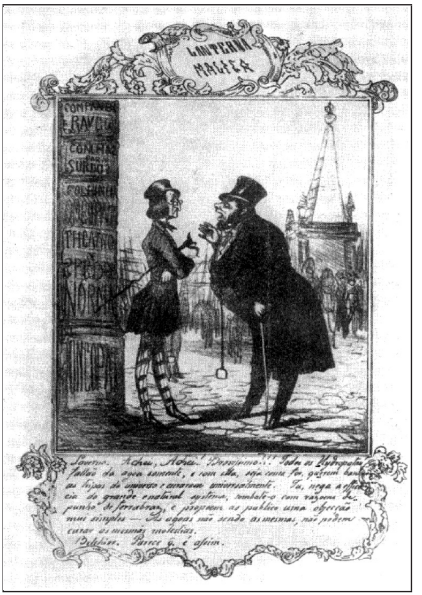
Como o *Carcundão*, o *Carapuceiro* também trazia uma ilustração satírica em seu frontispício, mostrando um homem corcunda em uma chapelaria, experimentando diferentes chapéus.

O contista, crítico de arte e memorialista Herman Lima (1897-1981), autor da primeira grande obra sobre o humor gráfico brasileiro, *História da Caricatura no Brasil* (1963), prefere desconsiderar a publicação de *O Carcundão*, dizendo tratar-se apenas da "imagem de um burro corcunda derrubando a coices uma coluna grega". Para ele, nenhuma obra do gênero apareceu antes de *A campainha e o cujo*, publicada em 1837, cuja autoria ele credita a Manuel de Araújo Porto Alegre (1806-1879).

Mas as evidências deixam claro que Lima estava equivocado. Dois dos três exemplares do *Carcundão* estão preservados no acervo da Biblioteca Nacional, e confirmam o pioneirismo da publicação, que foi identificada em 1908, pelo historiador Alfredo de Carvalho (1870-1916), como sendo a primeira onde aparece um desenho de humor no Brasil.

Manuel de Araújo Porto Alegre, sem dúvida, tem sua importância no desenvolvimento da imprensa satírica no Brasil, sendo o editor da Lanterna Mágica em 1844, primeira publicação que trazia como um *in folio* caricaturas litografadas, a maioria delas feitas por Raphael Mendes de Carvalho, seu assistente.

Essas publicações, no entanto, eram praticamente cópias de publicações francesas como *Le Charivari*, copiando-se a ideia e o conceito dos personagens originais.



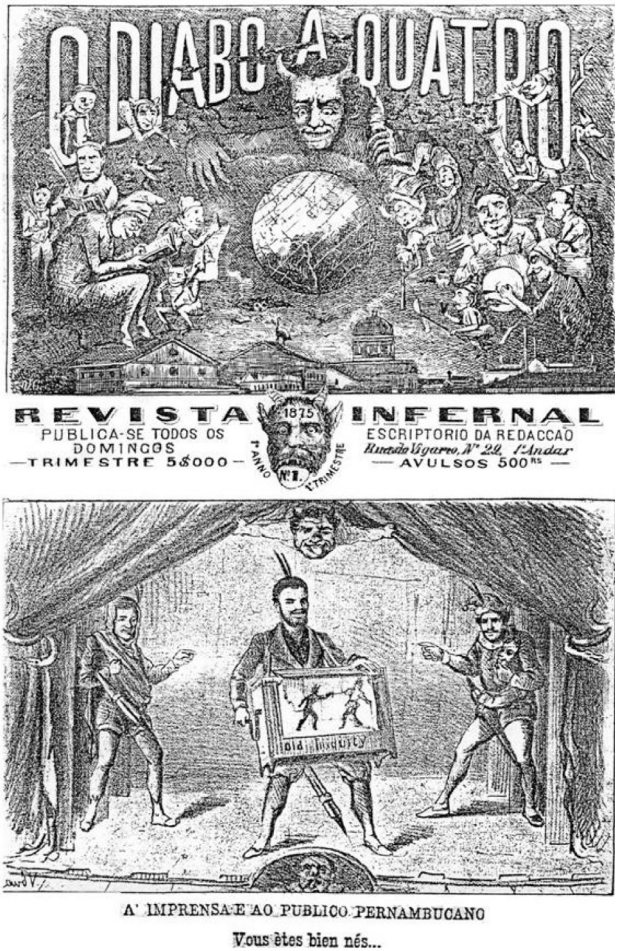

Rafael Mendes de Carvalho - A Lanterna Mágica (Rio de Janeiro, Brasil - 1845).

Honoré Daumier – Le Charivari (Paris, França c. 1832).

Henrique Fleiuss, alemão radicado no Rio de Janeiro, inicia em 1860 a publicação da Semana Illustrada, primeira publicação regular de humor no Brasil que teve, entre seus colaboradores, o escritor Machado de Assis e que foi editada até 1875.

Fleiuss criticava os costumes e a administração, sem, no entanto, fazer críticas ao Imperador Pedro II, de quem era amigo e admirador, frequentando regularmente a Corte brasileira.

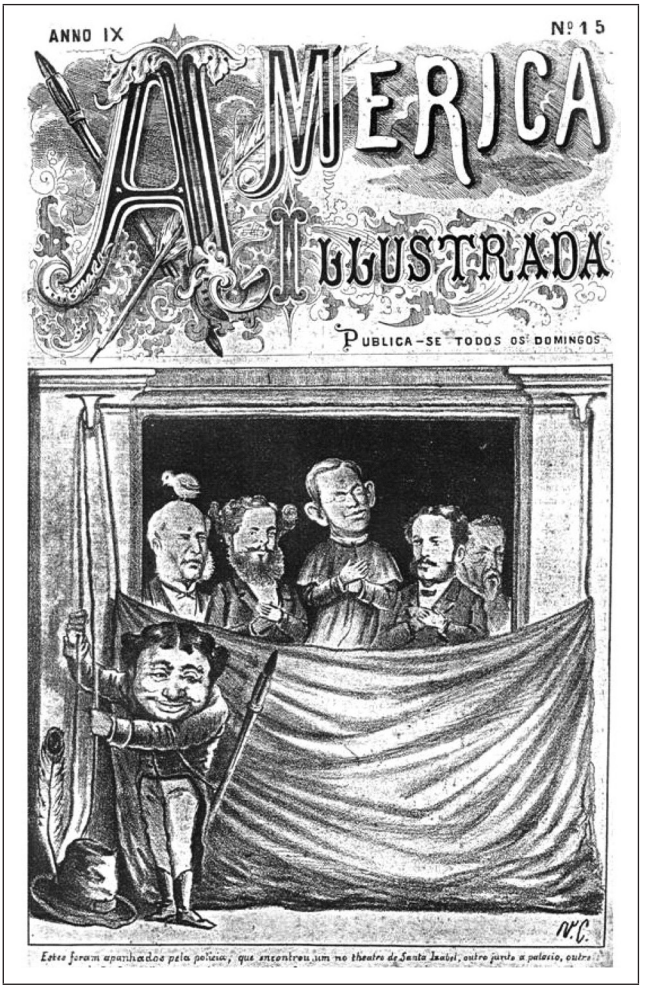
Nas páginas da Semana Illustrada, um desenho atribuído a Joseph Mills, apresenta Pedro II com uma castanha no lugar da cabeça, versão brasileira da cabeça de pêra de Luís Felipe, criada por Daumier.




O Diabo a Quatro – Desenho de José Neves – Recife – Pernambuco - 1875.

Na Corte as publicações satíricas começavam a surgir e nas províncias, também. Em Pernambuco, jornais satíricos como *O Diabo*

*a Quatro*, de 1875, com desenhos de José Neves e a *América Illustrada*, publicada de 1871 a 1886, com desenhos a princípio de Carneiro Vilela e depois de Vera Cruz, passam a fazer a crítica sobre o poder na província e na Corte.




A América Illustrada – Desenho de Vera Cruz – Recife, Pernambuco - 1880.

Em São Paulo, surge em 1864 o Diabo Coxo, apresentando os traços de um jovem desenhista italiano que iria se tornar o mais importante artista do Humor Gráfico brasileiro em sua época: Ângelo Agostini.

Agostini chegou ao Brasil no início da década de sessenta e logo abraçou as causas libertárias então em voga. Após o *Diabo Coxo* (extinto em 1865), ele torna-se um dos fundadores, junto com Américo de Campos e Antonio Manoel dos Reis, do *Cabrião*, iniciando uma publicação em 1866 que iria gerar o primeiro processo jurídico contra um jornal de humor.

O proprietário do *Diário de São Paulo*, Cândido Justiniano da Silva, considerou a charge de Agostini sobre a "festa" que se fazia nos cemitérios no Dia de Finados como ofensiva a moral. Ao final do processo, o *Cabrião* saiu vencedor, conquistando assim a primeira vitória do Humor Gráfico brasileiro contra o cerceamento da liberdade de opinião.

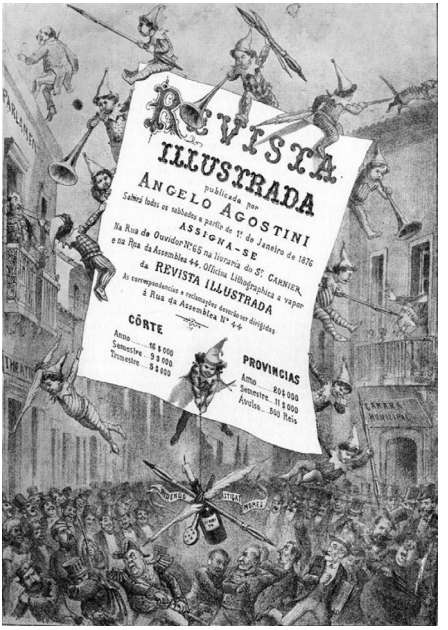
O humor de Agostini, porém, necessitava de maiores espaços e ele partiu para a Corte onde iniciou a publicação dos seus desenhos no Mosquito, saindo para fundar em 1876 sua própria publicação, a Revista Illustrada, a mais bem sucedida publicação do gênero naquela época, mantida exclusivamente por seus assinantes.

A causa abolicionista é fundamental para Agostini e ele passa a ser o retratista de todo aquele movimento, registrando situações e conceitos de forma contundente e satírica.

O Retorno do Soldado Negro é um dos seus mais fortes desenhos, onde um negro, após lutar na Guerra do Paraguai, retorna à fazenda onde nasceu para ver sua mãe sendo supliciada no tronco.

Colocando animais pedindo ajuda à Sociedade Protetora dos Animais pelos direitos dos escravos, o artista força o leitor a comparar o absurdo do tráfico de seres humanos.

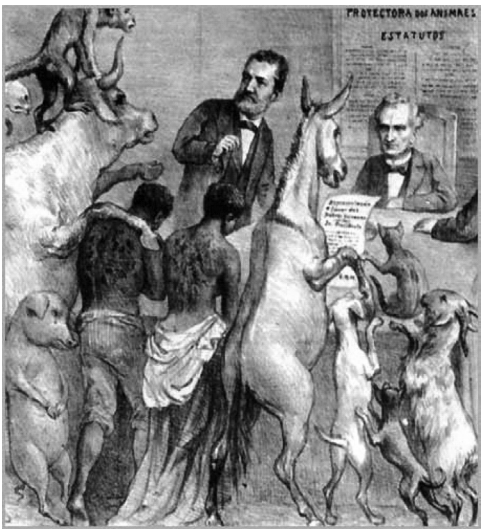
Mas também mostra a assimilação da cultura dos brancos pelos negros, mostrando uma cena natalina onde tanto os escravos da casa quanto a esposa e os filhos do patrão lhe dão "facadas" para ganhar os presentes de Natal.




Revista Illustrada – Angelo Agostini (Rio de Janeiro/RJ – 1876).

Angelo Agostini – A volta do soldado negro – Vida Fluminense nº 128 (Rio de Janeiro/RJ – 1870).

Se em seu monumento a Martinho de Campos, Agostini caricatura de forma cruel o político defensor da escravidão, seus retratos de José do Patrocínio e de Joaquim Nabuco demonstram sua reverência por aqueles que o artista considera dignos de figurar no panteão dos heróis.




Angelo Agostini – Animais em defesa dos escravos – Revista Illustrada (Rio de Janeiro/RJ – 1887).

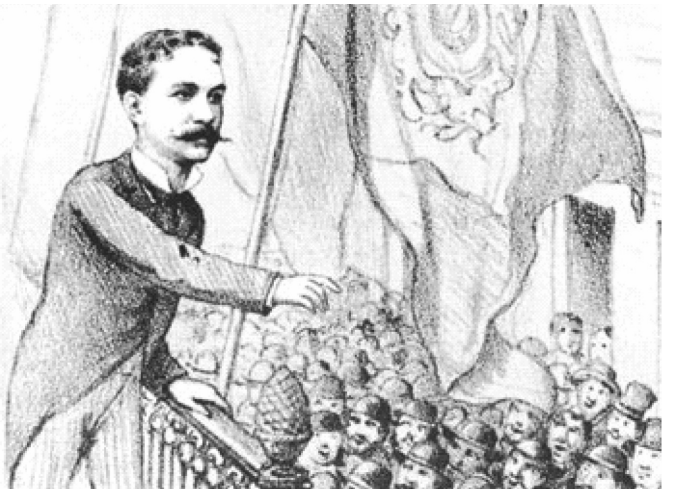
Angelo Agostini – Monumento a Martinho de Barros – Revista Illustrada (Rio de Janeiro/RJ – 1881).

Nabuco queria muito que Agostini fosse para Londres onde poderia colocar seu traço à disposição da luta abolicionista, mas o artista preferiu continuar sua luta no Brasil, registrando a queda da monarquia em 1888, através da charge *La Gran Degringolade*.

Apesar de simpático à causa republicana, sendo por ela homenageado com a naturalização brasileira, Agostini não tem no novo regime um espaço para continuar seu trabalho. A nova situação não aceita críticas. E criticar o que ajudou a construir, seria uma contradição para o, agora, velho artista. Sua nova publicação, Dom Quixote, cujo título reflete bem sua compreensão de si e dos novos tempos, tem vida curta.

Assim como Agostini, Nabuco também tem seu apogeu na vitória da causa Abolicionista e o início do seu declínio com a instalação da República em 1889.

Figura popular, retratado em caricatura por Agostini e por Pereira Neto, Joaquim Nabuco era um "produto de marca", podendo-se encontrar sua imagem em rótulos de cigarros ou de cerveja.



Joaquim Nabuco na Pena de Angelo Agostini – Revista Illustrada (Rio de Janeiro/RJ – 1884).

"Produtos" Nabuco.

Nabuco em campanha, nos traços de Pereira Neto – Jornal "O mequetrefe" (Rio de Janeiro/RJ – 1881).

A luta de Nabuco ilustrada por Angelo Agostini – Revista Illustrada (Rio de Janeiro /RJ – 1884).

Com o fim da Monarquia e a instalação de um regime ao qual era contrário, Nabuco se vê relegado ao ostracismo, do qual só sairá quando os presidentes civis passam a ser a norma no novo regime.

O Humor Gráfico, porém, durante os governos de Deodoro e Floriano, fica amordaçado, impedido pela imposição do Positivismo, de fazer sua crítica.

Vinte anos após a proclamação da República, na revista Fon-Fon nº 46, de 1909, o cartunista K. Lixto satiriza os novos tempos mostrando uma velha Monarquia, de coroa quebrada na cabeça, olhando para uma jovem República cujo chapéu se assemelha a um barrete frígio atravessado por uma espada e comenta:

"Não é por falar mal, mas com franqueza... eu esperava outra coisa".

E a jovem República feiosa e cabisbaixa, murmura:

"Eu também."

K. Lixto, Revista Fon-Fon (Rio de Janeiro/RJ – 1909)

# Lugares de Sociabilidade: igreja e escolas no Brasil

Severino Vicente da Silva

## Introdução

Para nossa conversa parecer ter algum sentido, precisamos ter em mente que somos o que fazemos de nós mesmos nos lugares que construíram para que neles nos construísse-nos. Somos sempre estrangeiros enquanto nos fazemos.

Os lugares dos encontros humanos são os lugares de formação, de troca de múltiplas experiências e constantemente estão em mutação. Os lugares jamais são estáticos e nunca eles são neutros. E, embora seja muito comum as pessoas não perceberem as mudanças e os jogos de poder em que estão envolvidas no seu cotidiano, há sempre uma decisão que pode ser detectada, nos espaços em que trocam experiências, recebem influências, influenciam. E cada época constrói seus espaços de socialização, nos quais são praticadas as sociabilidades necessárias para a transmissão/construção/renovação dos valores culturais ou civilizacionais mantenedores da vida daquela sociedade. Ou seja, cada geração desenvolve os espaços de sociabilidade que, embora possam ser semelhantes, carregam em si proibições dos mais jovens aos mais velhos. E se esses espaços diferem, dentro do grupo, de uma geração para outra, gerando conflitos de compreensão entre as idades, que conflitos podem gerar ao estrangeiro que chega carregado dos valores que herdou de seu grupo original? Os espaços que lhes são oferecidos ele os compreende a partir dos valores que ele cultivou e que nele foram cultivados para ser aceito no seu grupo de formação. Esse estrangeiro que chega verá o mundo com os olhos sociais que seu grupo lhe deu. Semelhantemente, os que o recebem o entendem a partir das informações culturais que receberam. O encontro de grupos sociais diferentes é carregado de tensão, pois cada um ver-se a si mesmo

no outro que se apresenta. O cotidiano mostrará a ambos que estavam enganados nos primeiros momentos de contatos.

Durante muitos anos, até cerca de 1530, quando os europeus começaram a se estabelecer nessas terras hoje ditas brasileiras, os espaços de sociabilidade onde os valores costumavam serem transmitidos, criados e recriados; esses espaços da prática e do exercício dos poderes políticos eram as matas, e a socialização ocorria nas várzeas dos rios, nas tabas e nos terreiros. Naqueles espaços habitavam os homens e seus espíritos protetores; ali viviam, procriavam, guerreavam pelo espaço e pela coleta de alimentos, cuidando das tarefas ordinárias e mantenedoras da vida e criavam e transmitiam e modificavam as suas maneiras de viver.

O encontro ocorrido entre o indígena e o europeu no século XVI, e desde então entre seus descendentes, foi e tem sido desconcertante para os dois grupos. O encontro com o outro que invade o cotidiano, a rotina, sempre provoca o questionamento desse cotidiano que, é visto como perene, eterno.

O outro, quer dizer, aquele ou aquilo que é diferente de mim e do meu grupo, é um perigo e um risco às crenças e aos valores que eu recebi e cultivo como membro de meu grupo inicial. Conviver com o outro que chega é negociar os espaços e os poderes que eu possuo e deixarei de possuir da forma que possuía até então. Quando dizemos negociação, essa expressão não pretende significar ausência de conflito e mesmo de violência física entre os grupos envolvidos. O que se negocia é a sobrevivência coletiva e individual. A negociação é sempre cheia de risco. O encontro com o outro rouba a minha certeza, põe em risco a minha verdade que se confunde com a verdade do grupo. Em uma situação de negociação se é obrigado a redefinir o mundo que rodeia os negociadores e do qual, momentaneamente, se perde o controle ou parte dele. Necessariamente, tem que se fazer essa operação com aquele que era desconhecido até então, mas que a partir de agora fará indefinidamente, parte de um mundo comum aos dois negociadores.

**Resultados dos encontros luso-indígenas**

A força dos argumentos e os argumentos da força que os europeus trouxeram consigo tornaram os tradicionais espaços de sociabilidades dos povos da selva em lugares proibidos e, desde então foram definidos como sendo habitados pelas forças que a civilização e cultura européias chamam "diabólicas". Muitos foram destruídos. Os espaços de sociabilidade são rompidos os caminhos de transmissão de conhecimentos e da vida. Criou-se uma nova situação cultural imposta aos que aqui viviam; a nova ordem proíbe e condena os conhecimentos que decorriam da vida vivida, definida no mundo silvestre. A sobrevivência individual e grupal das nações indígenas dependeu do grau de aceitação da nova situação e dos novos lugares que lhes foram dados aos seus lugares primitivos de viver. A quase desaparição dos povos e culturas como a tupi, a tapuia, a Aruaque, a  Kaiapó e tantas outras demonstra de que a negociação havida no encontro luso-indígena não resultou em igualdade de ganhos, pois que naqueles encontros havia a desigualdade dos instrumentos de combate cultural. Os valores culturais, as criações culturais expressadas nas ferramentas, armas, objetos possuídos e utilizados naqueles encontros foram determinantes no resultado cultural.

Física e materialmente subjugados, os povos indígenas se perpetuaram por seus valores culturais imateriais que foram acomodados a valores, também imateriais, dos europeus vitoriosos. Aqueles europeus traziam consigo a permanência de valores que foram aplastados em sua história em seu processo de formação, valores dos gôdos, dos celtas, iberos e tantos outros que foram massa e tijolo na construção da cristandade medieval. Mas esses valores negados objetivamente na formação européia se mantiveram nos subsolos da mentalidade medieval cristã. Após vencer filosofias e deuses romanos, gregos e orientais, o cristianismo teve que negociar a sua presença junto aos povos bárbaros. Foi uma negociação lenta da qual resultou a cristandade medieval, carregada de violência e misericórdia, de crueldade e clemência, de força e piedade, de amor pelos pobres e ardor pelos dogmas. Nos campos da Europa essa negociação gerou muitas maneiras de se viver o cristianismo, muitas maneiras de ser europeu. A longa formação da Europa que parece definir-se nos tempos modernos

com a clareza das fronteiras de estados que se formam e idiomas que se firmam, foi criando uma diversidade européia em relação aos estados que politicamente se organizam sob a liderança de um rei, mas também no interior desses estados políticos verifica-se o reconhecimento de costumes típicos de cada um dos estados sociais.

E foi nos substratos subalternos da cultura européia que ocorreu o encontro dos valores dos grupos subalternizados na formação da Colônia portuguesa. Os sobreviventes[1] índios e os mestiços formaram a base dos serviços caseiros, de uma farmacopédia caseira, embasaram a culinária, os gostos, os sabores e saberes, os balanços, as danças e muitas crenças que hoje os brasileiros possuímos sem saber de onde vieram.

A forma de organizar a História do Brasil e a sua contação para a formação cultural dos novos brasileiros tem sido feita, desde quando da organização do Estado político, de maneira a negar definitivamente a estética e a existência de silvícolas em nossa história. O general Candido Rondon, de avós Bororo, Terena e Guaná, é o caso mais ilustrativo do esforço da ilustração européia para negar essa nossa origem. Semelhantemente também o fez Gilberto Freyre, mas não somente ele, em sua obra.

Retirado de uma aldeia quando ainda menino e criado por Positivistas, Rondon, embora ardente defensor do índio, jamais se considerou como tal. O que foi feito com menino Rondon, e é esquecido, é o mesmo que fez o papa Pio IX com uma criança judia tirada de sua família para ser tornado padre. E Gilberto Freyre esforçou-se como nenhum de seus parentes, a esconder que sua família teria começado com um romance forçado com uma bela jovem índia. Conta-se que por temer tal revelação, deixou de combater seu primo, o jornalista Mário Melo, quando este ameaçou tornar pública essa mancha de jenipapo familiar. Sílvia Cortez Silvia, a respeito da relação de Gilberto Frey com a tradição indígena, assim comenta:

> O índio ofereceu ao português, nos primórdios da colonização, excelentes contribuições; No entanto, Freyre, que não desconhecia seu estágio cultural nem tampouco sua vida liberta, afirmou: “o

[1] SILVA, Severino Vicente da. *Festa de Caboclo.* Recife: Editora Associação Reviva, 2005.

> índio sempre foi movediço" ou "incapaz e molengo". Se o índio foi estigmatizado, o mesmo vai ocorrer com seus descendentes...[2]

Se na sociedade que o português criou no Trópico não há lugar para o silvícola, ocorreu a acomodação forçada dos africanos trazidos para o trabalho evitado pelo português que enobrecia ao atravessar o Atlântico. A nobilitação pelo trabalho foi buscada na Europa anglo-saxônica e germânica era evitada pelos jovens lusitanos, sempre dispostos a entregar o cansaço e fadiga da produção a outrem.[3] A redução do africano à situação de objeto e máquina, mais que necessária ao sistema de produção de riqueza, o era como a possibilidade de ostentação de riqueza, muitas vezes ausentes na realidade, como se pode verificar dos muitos testamentos deixados por senhores de engenhos.[4] Apenas a morte trazia a verdade escondida nas poucas jóias de ostentação familiar.

Aqui, também, com os negros e negras ocupando os espaços da cozinha e das demais dependências da residência, dos lugares de trabalho no engenho, alguns valores trazidos da África passaram a combinar-se, intercambiar-se, misturarem-se, no vácuo do poder, ou no espaço dos poderes invisíveis das relações, com o substrato europeu pré-cristão e do paganismo cristianizado medieval.

A negociação cultural que objetiva encontrar espaço para os negros, ainda negros, mas agora brasileiros, não tem sido concluída. Muitas doutrinas foram trazidas da Europa desde o século XIX, exalando cientificidades para substituir a santidade da religião que lhes garantia domínio e os espaços de exercício de sua diferenciação superior sobre os demais grupos formadores do Brasil.[5] Nos tempos dos impérios – português e brasileiro, é nos adros dos templos que ocorriam as manifestações de poder, com a

---

[2] SILVA, Sílvia Cortez. *Tempos de Casa-grande (1930-1940).* São Paulo: Perspectiva: FAPESP, 2010. P52.

[3] Em *Opulência e Grandeza do Brasil,* Brandonio lembra que os negros escravos eram as "mãos e os pés dos senhores", que dependiam de tudo do trabalho dos seus escravos. O trabalho físico tornou-se uma praga a ser evitada pelos homens livres.

[4] CARVALHO, Zóia Campos de. *Rosto e máscara do Senhor de Engenho de Pernamabuco (1822-1888).* Recife: Fundação Joaquim Nabuco/Editora Massangana, 1988.

[5] MAGNOLI, Demétrio. *Uma gota de sangue. História do Pensamento Racial.* São Paulo: Editora Contexto, 2009.

definição dos lugares centrais a serem ocupados pelos assentos das sinhás, separadas dos sinhôs, estes mais próximos dos altares, enquanto a multidão de comerciantes, agregados e pobres se apinhava nos corredores e os negros e as negras ficavam quase na entrada saída da Igreja. A exibição da riqueza e do poder é a maneira de ensinar qual o lugar de cada uma.

A necessidade de encontrar-se apenas com os seus fez com que eles construíssem templos para cada grupos.[6] Os negros construíram suas próprias igrejas onde poderiam devocionar sem ferir os olhos e narizes dos demais. Mas não apenas eles. Nas cidades coloniais as muitas igrejas-templos simbolizavam a rivalidade de uma sociedade estratificada, com uma devoção para cada arte.[7] Assim é comum encontrarmos a Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pardos, a Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos homens Pretos, a Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Brancos, Igreja da Irmandade de São José do Ribamar (carpinteiros e afins), etc., etc. Às vezes, confrarias ou irmandades mais bem administradas e enriquecidas alugavam altares laterais aos que não podiam construir a sede de seu próprio grêmio e nele devocionar e organizar as suas atividades laborais e sociais.[8]

Nos pátios das igrejas, os festejos, as quermesses eram momentos propícios para a troca de informações, namoros, encontros furtivos e aprendizado no traquejo das artes da convivência entre grupos distintos; as procissões em honra dos santos padroeiros e louvação dos fatos da vida Salvador, sempre seguindo, ou tentando seguir, os modelos que foram construídos nas festas renascentistas.

> Um negro magro em sufilié mui justo,
> Dous azorragues de um Joá pendentes,
> Barbado o Peres, mais dous penitentes,
> Com asas seis crianças sem mais custo.

---

[6] OLIVEIRA, Anderson José Machado de. *Devoção negra: santos pretos e catequese no Brasil colonial*. Rio de Janeiro: Quartet; FAPERJ, 2008. ISBN 978-85-85696-94-8.

[7] MAC CORD, Marcelo. *Andaimes, casacas, tijolos e livros: uma associação de artífices no Recife, 1836-1880.* Tese de doutoramento no Departamento de História da UFPE, 2009.

[8] SILVA, Cínthia Fernanda Barbosa da. *O ofício de músico no Recife: a trajetória histórica da Irmandade de Santa Cecília nos oitocentos (1840-89).* Dissertação de Mestrado, Pós graduação em História da UFPE, 2008.

De vermelho o Mulato mais robusto,
Três meninos Fradinhos inocentes,
Dez, ou doze Brichotes mui agentes,
Vinte, ou trinta canelas de ombro onusto.

Sem débita reverência seis andores,
Um pendão de algodão tinto em tejuco,
Em fileira dez pares de Menores:

Atrás um negro, um cego, um Mamaluco,
Três lotes de rapazes gritadores,
É a Procissão de cinza em Pernambuco.[9]

Em alguns desses pátios ocorriam as coroações dos "reis de Congo", símbolo da negociação para civilizar a vida urbana na sociedade escravocrata, que se revertiam em formas de favores e de garantia de segurança para os irmãos da Confraria ou Irmandade e para toda a cidade.[10] Esses acordos sobre os usos dos poderes, utilizando os espaços religiosos como garantia, perdem a significação e eficácia na sociedade republicana que se ordena, ou pretende se ordenar desde então. Um outro caminho seria a escola, mas no século XIX, ao menos no Recife,

> a educação para muitas dessas crianças que vinham ao mundo, não se processava no ambiente escolar, mas no aprendizado de algum ofício por intermédio de um adulto trabalhador ou proprietário de um estabelecimento no qual os pequenos ingressavam como "ajudantes" (...).[11]

Entre outras razões para essa perda de eficácia desses espaços na transmissão dos saberes e valores sociais parece estar na diversificação de agentes do sagrado que aportam na sociedade a partir dos oitocentos. A Igreja Católica Romana deixa de ser a única instância sagrada que pode ungir o poder político e o controle social. O final do século XIX assiste

---

[9] http://www.cce.ufsc.br/~nupill/literatura/pernambuco.html#-4 – consulta em 26/10/ 2010. 16:30.

10 MACCORD, Marcelo. *O Rosário de D. Antonio. Irmandades negras e conflitos na história social do Recife, 1849 -1872.* Recife: Editora Universitária UFPE, 2005.

[11] GONÇALVES FILHO, Carlos Antonio Pereira. *Honradas Senhoras & Bons Cidadãos: gênero, imprensa e sociabilidades no Recife oitocentista.* Recife: Editora Universitária UFPE, 2010, p. 104.

a chegada e expansão de outras vertentes do cristianismo, além de outras formas de negociação com o sagrado, desde as Sociedades Teosóficas, passando pelo kardecismo e o lento reconhecimento de alguns cultos brasileiros de origens africanas ou locais. A força de uma instituição está na sua capacidade de promover credibilidade e o Estado republicano que se organiza no Brasil não pode e nem precisa, se manter estabelecido em apenas uma instituição religiosa.

Por outro lado, a diversidade de igrejas e credos supõe que a religião não pode mais ser o lugar privilegiado da socialização cívica. E então foram urdidos outros templos, agora dedicados à razão em busca do progresso e esses templos são as escolas. Contudo não estavam abertos para todos, nem o Estado em condição de universalizar esse caminho para o paraíso do poder.

> A escola que foi implementada no Brasil afastou o povo brasileiro de si. Primeiro por não estudar nem ensinar o que o povo brasileiro estava criando enquanto se fazia brasileiro e, em segundo lugar, porque não havia escolas para todo o povo. Aqueles que tiveram acesso ao sistema escolar foram sendo treinados para ficar parecidos com franceses, ingleses e portugueses.[12]

E então, cada um que tratasse de criar seu próprio templo de saber, cada confissão religiosa criasse e mantivesse a sua escola, nelas aprendia-se a ler e a rezar. O Estado manteve as suas escolas para os seus, pois que a deusa sabedoria e senhora da razão consegue meios para evitar que os encontros entre os grupos continuem sendo eventuais e não permanentes. Mas não foram apenas as escolas, pois que vieram também as associações de classes e os sindicatos dos trabalhadores. Assim aprende-se a viver ao lado do diferente, sem, contudo, aproximar-se demasiado, evitando que não se torne liberdade aqueles ganhos que são apresentados como liberalidades. Além disso, essa escola do Estado fez escolhas excludentes, como chama atenção Laurentino Gomes:

---

[12] SILVA, Severino Vicente da. Pontos de Cultura – novas experiências da educação e cultura – relações escola e pontos de cultura in Afonso Oliveira *Método Canavial, introdução à produção cultural.* Olinda: editora Associação Reviva, 2010. p. 147.

> ...pude constatar que a história da independência tem sido contada excessivamente pela perspectiva das margens do Ipiranga. É como se o restante do país não existisse ou todos os demais brasileiros fossem meros coadjuvantes de acontecimentos limitados à região compreendida pelas províncias de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. É uma visão desfocada. O processo de separação de Portugal envolveu todo o Brasil e custou muito sangue e sacrifício às regiões Norte e Nordeste (... ). O estudo das rebeliões e divergências regionais é fundamental para entender o Brasil nascido em 1822. Historiadores importantes como Francisco Adolfo de Varnhagen, o visconde de Porto Seguro, as trataram de forma preconceituosa, como se fossem produtos de mentes doentias e irresponsáveis. Na verdade, eram diferentes projetos de país, que espelhavam o que estava acontecendo no resto do mundo naquele momento e só fracassaram porque foram sufocados à custo de perseguições, prisões, exílios e enforcamentos.[13]

O período republicano ensejou novas possibilidades de socialização, novos espaços de sociabilidade, lugares aparentemente neutros, pois se apresentavam despidos das roupagens religiosas e sagradas. A República pronuncia-se laica e permite a ampliação dos espaços sociais. Os saraus que ocorriam nas residências passou a ser mais freqüentado quando organizado em algum club, como os comerciantes portugueses, ingleses e alemães criaram para socializar entre suas famílias. Não tardou para que as famílias brasileiras criassem seus próprios clubes, diferenciando-se dos estrangeiros e dos seus co-cidadãos mais pobres.

A rua veio a ser tomada pelo povo em festa e festas não apenas religiosas. Isso implicou na formação de novos grupos, clubes, agremiações. Ao longo do século XX foram muitas as experiências realizadas para o estabelecimento de regras mínimas de convivência, mas essas novas instituições que servem como lugares de sociabilidade são, cada vez menos religiosas, sem contudo as instituições religiosas perderem totalmente sua capacidade de serem espaço de sociabilidade, lugares de socialização.

---

[13] GOMES, Laurentino. *1822. Como um homem sábio, uma princesa triste e um escocês louco por dinheiro ajudaram D. Pedro a criar o Brasil – um país que tinha tudo para dar errado.* Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2010, p. 24.

Escolas, clubes de recreação, sindicatos, partidos políticos, associações de bairros e de moradores e outras instituições que a criatividade social produz são os novos espaços de sociabilidade. A escola, a universidade, deveria ser o novo lócus especial de sociabilidade da República.

Concluindo nos atrevemos a dizer que a laicização da sociedade brasileira tem criado novos espaços de sociabilidade, de aprendizado e de expressão de poder, mas deixou passar um século antes de tomar a sério a universalização do saber, o estabelecimento de lugares novos de aprendizado e de reconstrução do que é aprendido. E essa velocidade jabutiniana tem criado condições para a cristalização das antigas formas de dominação no processo de transmissão, permitindo que sejam estabelecidas redes de influência nas quais os grupos de poder se reproduzem mimetizando relações democráticas enquanto mantém *habitus* políticos de mando e de controle, de modo que a jovem aparência dos agentes sociais esconda laivos de práticas ancestrais de poderes. Mas dos poderes que foram criados tomando os espaços dos silvícolas e seus descendentes. É dessa maneira que as coisas mudam para que nada seja profundamente mudado.

# Natureza e Cultura nos Escritos de Guido Thomaz Marlière: o diálogo com os intelectuais itinerantes (1813-1829)

José Otávio Aguiar

> "A prática de doze anos de vida entre os selvagens me ditou o que melhor sinto do que escrevo. A minha mocidade tormentosa, principiada no tumulto dos combates, e das Revoluções, não me deu tempo para frequentar liceus. A vontade de saber, que sempre tive, me sirva de desculpa para quem me ler."
>
> (Guido Thomaz Marlière, 1825)

O fragmento de texto acima, publicado no jornal mineiro O Universal, foi escrito por um francês que, em 1825, ocupava o cargo de Diretor Geral dos índios da Província de Minas Gerais. Nascido em 1767, ele fora soldado do exército de Luiz XVI, atuara como Revolucionário na Paris de 1789, conhecera pessoalmente Napoleão Bonaparte, mas, desertara às vésperas da radicalização política do período jacobino. Fizera isso por desejar uma monarquia constitucional e não uma república popular para a França. Nascido em dezembro de 1767, em *Jarnage*, vila da antiga província de Marche, atual Departamento de *Creuse*, no centro daquele país, ele estudara humanidades e filosofia. Seu sonho de freqüentar algum liceu, nome pelo qual se conheciam as escolas secundárias, fora frustrado pelo alistamento no Exército da Coroa, ao completar dezoito anos. Sua natureza curiosa fizera dele, cedo, um autodidata interessado pelas questões das ciências naturais, pelo conhecimento da história dos homens e das guerras, pelo estudo das línguas e das gramáticas. Homem do seu tempo, leu com interesse os autores da Ilustração. Radicalizados os rumos políticos da Revolução, emigrou, em novembro de 1791, para um acampamento em Ath, na Bélgica. Lá, foi incorporado à legião realista do Visconde de

Mirabeau, na qualidade de sargento-mor dos voluntários, com patente de subtenente. Na campanha de 1793, feriu-se gravemente, sobrevivendo a custo. Uma vez recuperado, pediu permissão ao príncipe de Condé, comandante das tropas contra-revolucionárias, para se transferir para um regimento sustentado pela Inglaterra. Como oficial deste regimento, esteve na Holanda, na Ilha de Guernesey, na Inglaterra e, finalmente, em 1797, em Portugal. Lá receberia, mais tarde, a missão de auxiliar nos combates contra a Espanha, na campanha de 1800. Após a Paz de Amiens, permaneceu em terras lusas onde, em junho de 1802, incorporou-se, como porta-estandarte, à recém-criada Guarda Real de Polícia a Pé e a Cavalo, cujo comando fora entregue a um emigrado francês, o Conde de Novion.

Mais tarde, já incorporado ao Exército Português, transferiu-se para o Brasil, onde permaneceria após a emancipação política de Portugal. Anos depois, embrenhado nas matas circunvizinhas ao vale do Rio Doce, ele escrevia sobre os costumes dos índios, sua humanidade, beleza física e dignidade. Acreditava que, assim, poderia sensibilizar a opinião pública, bem como as autoridades da província para seu projeto de colonização da região. Este projeto pretendia preservar-lhes uma fração de suas terras e dar-lhes, inclusive, representação política nas assembléias das vilas. Diferente do que haviam feito os Jesuítas, Marlière priorizava a educação civil sobre a religiosa e era contrário à transferência de contingentes indígenas para longe de seus territórios originais. Para entender o contexto em que tudo isso era proposto, é preciso esclarecer que parte da atual Fronteira entre os estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro e Espírito Santo não sofrera uma ocupação promovida de forma sistemática e intensiva, durante todo o período áureo da mineração. Coberta pela densa Mata Atlântica e habitada por populações indígenas tidas como antropófagas, que para ali haviam se refugiado nos três primeiros séculos de colonização, a região funcionava como "barreira verde", para a proteção contra a realidade do contrabando e a possibilidade de uma invasão externa por parte das outras potências européias. A partir da segunda metade dos setecentos, com o declínio das jazidas auríferas, levas cada vez mais significativas de luso-brasileiros dirigiram-se para este "leste selvagem", sob o incentivo do Estado e debaixo de uma forte guerra indígena. Para reprimir os ataques dos índios, que

expulsavam os colonos das terras já ocupadas, a metrópole construía postos militares estrategicamente situados: os chamados presídios e quartéis. Estes, no entanto, mostravam-se insuficientes para a defesa dos colonos e o aldeamento dos índios. Em 1808, com a chegada da corte portuguesa exilada ao Brasil, uma guerra impiedosa foi declarada a esses índios que os colonos luso-brasileiros chamavam, por generalização, de botocudos. A expressão se referia ao hábito de inserirem alguns destes índios um disco de madeira nos lábios como adorno. Por sua vez, os "Botocudos" também responderam com uma batalha não menos violenta aos núcleos de população colonial, utilizando-se da destreza e conhecimento que detinham da mata, em ataques de surpresa que causavam numerosas baixas e produziam estragos consideráveis.

Guido Thomaz Marlière, designado a princípio para uma tarefa de pacificação, mudaria temporariamente os rumos do processo, ao conseguir progressivamente a confiança de diversos grupos indígenas. Sua passagem pelas divisões Militares do Rio Doce, uma rede de postos avançados dentro da mata, marcou o período de transição entre as ofensivas que se seguiram à declaração de Guerra aos Botocudos em 1808 e a abertura da fronteira de extensas regiões indígenas ao colonizador luso-brasileiro. Preso e interrogado em 1811, sob suspeita de tratar-se de um espião do Império Napoleônico, o francês, então oficial do Exército Português recém- agregado à tropa de linha da Capitania de Minas, havia aportado no Brasil juntamente com o Príncipe Regente Dom João.[1]

---

[1] Uma carta de Napoleão Bonaparte conserva-se no Arquivo Público Mineiro. Datada de 1792, foi guardada como remanescente dos documentos encontrados por ocasião da prisão de Marlière, em 1811, sob suspeita de tratar-se de um espião francês. É um requerimento de ajuda de custo feito pelo Capitão Napoleão Buonaparte à Municipalidade de Versalhes para a viagem de regresso à Córsega de sua irmã e pupila Marianne Elise Buonaparte. Napoleão, que se encontrava em Ajaccio, acabou por conseguir, finalmente, juntar-se à irmã. Segundo uma antiga interpretação a carta nunca teria sido entregue, devido à deserção de Marlière, que teria sido o oficial responsável por transportá-la pela distância entre Ajaccio e Versalhes que era de 352 léguas. Isso, entretanto, não teria sido possível porque sua memória militar informa que deixara a França em 1791, portanto, um ano antes. Junto à carta de Napoleão a Marianne há também um ofício em que ele, então um simples capitão do Exército Corso, solicitava a troca de alguns fuzis defeituosos frente à ameaça de uma batalha iminente. Esse segundo documento data de 1797. É um Ato Oficial expedido no Quartel General de Milão e sua presença entre os papéis de Marlière, que então já se encontrava fora

Com a Corte, desembarcaram muitos emigrados militares franceses, egressos dos desdobramentos da Revolução de 1789. Rompidos com Napoleão Bonaparte e seu Estado Imperial, inimigo dos Portugueses, buscavam, agora, servir à monarquia lusitana transplantada nos trópicos, em busca de um lugar ao sol. Apesar de perseguido na Corte, e, depois em Vila Rica, a atual Ouro Preto, em razão de suas ideias religiosas e políticas, Marlière recebeu, em 1813, a tarefa de pacificar índios e colonos luso-brasileiros do Presídio de São João Batista, no território da atual Zona da Mata Mineira. Maçon, ele era um homem eloqüente e carismático, defendia interpretações racionais para os fenômenos da natureza e era entusiasta dos autores da Ilustração, bem como da História Natural.

Tendo obtido relativo sucesso na tarefa de que tinha sido incumbido, o Francês conseguiria afastar, em parte, as suspeitas que pairavam sobre o seu nome e foi sucessivamente indicado para tarefas mais amplas. Em 1815, o Brasil seria elevado à categoria de Reino Unido a Portugal e Algarves, passando a sediar a cabeça do aparato administrativo lusitano. Por esta época, já muitos viajantes europeus estavam palmilhando o território das matas do Leste. Entre 1813 e 1818, Marlière recebeu a muitos deles em sua fazenda chamada Guido-Wald, a forma alemã de se dizer Mata do Guido. Mais tarde a expressão daria nome à cidade mineira de Guidoval, na micro-região da zona da mata central. A propriedade era um misto de quartel, residência e sede administrativa que inovava ao empregar índios em trabalhos agrícolas remunerados e livres, por meio dos quais o francês buscava afirmar a obsolescência da mão de obra escrava negra para o desenvolvimento econômico do Brasil. Entre 1818 e 1819, Marlière empreendeu as primeiras viagens pelos sertões do rio Doce. Estava sob o comando do Estado que a ele confiava agora novos desafios. Passou, então, a se ausentar por meses a fio de sua estância para organizar os territórios das Divisões Militares, buscando estabelecer contatos pacíficos com os aguerridos botocudos, nas circunvizinhanças da atual cidade de Marlièria e, mais ao longe, nas extensões de vales fluviais que levam até à bacia do rio Jequitinhonha. Era de lá que escrevia ao Jornal "O Universal."

---

da França, permanece inexplicada.

Em 1829, Marlière foi reformado em meio a perseguições políticas, acusações de corrupção, abaixo-assinados de colonos e querelas pessoais. Refugiado na Fazenda Guido-Wald, ele continuaria escrevendo e acolhendo naturalistas e intelectuais itinerantes até sua morte, provavelmente vitimado pela malaria, em 1836. Fora um homem de seu tempo e protagonizara um projeto de "civilização" que guardava nuances de concessão às sociedades indígenas que atraíram a antipatia da comunidade luso-brasileira nas primeiras décadas dos oitocentos. Detectando a imagem que o Francês construíra sobre o mundo em que vivia, adentramos em um universo de descobertas e indeterminações, conhecendo um homem que se fazia ao sabor dos encontros e desencontros ocorridos durante sua trajetória pelas matas do Brasil. Para acompanhá-lo e descobri-lo em sua singularidade nos rastros e vestígios de sua passagem devemos nos despir de quaisquer pré-julgamentos, bagagens, aqui completamente desnecessárias.

**Os Intelectuais Itinerantes: Fryreiss, Eschwege, Spix e Martius em visita a Guido-Wald.**

Corria o ano de 1813. Logo nos primeiros dias da visita de Freireyss e Eschwege ao presídio, o francês conduziu-os a uma pequena aldeia de coroados, que contava entre seus membros um número modesto de 30 a 40 indivíduos. Desejavam conhecer mais de perto a cultura daqueles povos: "*Para este fim, o Sr. Von Eschwege, o diretor dos índios o valente Sr. Marlière, um soldado do presídio e eu, saimos no dia 29 de dezembro*"[2]

Alguns índios aceitaram a proposta de Marlière: a compra de um macaco franquearia a visita à aldeia. A caça era depois da guerra, dentre todas as atividades, a que mais entusiasmava aos índios. Em artigo enviado em 17 de fevereiro de 1825 para o jornal *Abelha do Itacolomi*, Marlière registrou um costume comum a todas as nações indígenas com as quais conviveu:

> O caçador não prova da caça que matta; da-a a outrem, e este reciprocamente; pela razão, dizem eles, que se comerem nunca mais

[2] Freireyss, G.W. *Viagem ao interior do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo, EdUSP, 1982. p. 86.

> acertarão os seus tiros. Uso comum dos Botecudos, coroados, puris e coropos; e p.r isto, quando vou caçar com elles, elles tomão o que mato sem pedir, pensando talvez que uso o mesmo, tão bem são muito liberaes para comigo do que matão.(sic)[3]

O gesto de dádiva ligava-se entre os índios à declaração de trégua. Caçar ao lado do "chefe branco" e compartilhar com ele da caça, era atitude que sem dúvida, indicava um estado de conciliação. Constataremos, pela análise da documentação, que Marlière conseguiu obter este comportamento não agressivo de muitas nações contatadas. Esta constatação, entretanto, não nos permitirá, como veremos, associar com base empírica, trégua a sujeição.

Freireyss, dentre todos os viajantes o mais condescendente com os homens das matas, não teve neste momento uma impressão favorável a respeito dos índios. Comparando-os com os europeus e com os negros, destaca sua baixa estatura. Surpreendendo-se com a "simplicidade" das "choças", lamentava a "pobreza em que viviam." Reconhecia, entretanto, que seus corpos eram musculosos, seu fôlego incomparável e seu artesanato muito belo. Comparados aos gentis homens da civilização européia, os índios pareciam aos naturalistas grosseiros e mal educados. A "simplicidade de seus hábitos" e a sinceridade manifesta em certas situações evocava, no entanto, uma imagem romântica de inocência perdida, tão cara ao princípio do século XIX: *"Tais costumes bárbaros provam o baixo grau de civilização dessa gente, aliás tão boa"*[4]

Certo dia de dezembro, arriscando temeroso uma incursão pela mata sem a companhia do "valente Sr. Marlière", o naturalista, acompanhado de um menino coroado que lhe servia de guia foi obrigado, não sem grande constrangimento, a refugiar-se na mesma aldeia que antes visitara. É que uma chuva torrencial de verão, chamuscando as matas vizinhas à serra da Onça, fazia com que grandes árvores despencassem de todos os lados.

---

[3] MARLIÈRE, Guido Thomaz. Uzos Funebres dos Botecudos e outros Indios desta Província, Ideas Religiosas, Superstições &.ª comparadas com outros povos. Artigo para o Jornal *Abelha do Itacolomi*. *Revista do Arquivo Público Mineiro.* Belo Horizonte, Imprensa oficial do Estado de Minas Gerais, Ano X, p. 567.

[4] FREIREYSS. G. W. *Viagem ao Brasil*. Op. cit. p. 92.

Obrigado a despir-se totalmente da roupa molhada – o medo das moléstias pulmonares resultantes dos resfriados era particularmente grande no século XIX − o naturalista sentia-se extremamente embaraçado. Surpreendeu-se então ao ver que seu embaraço, e não sua nudez, tornavam-se motivo de grande humor entre os índios:

> Os índios estavam todos nus e zombavam do meu embaraço até que uma índia, de cerca de dezesseis anos, compadeceu-se e, por mímica, ofereceu-me sua tanga, único vestuário que possuía. Como era natural recusei, visto que todas as mulheres presentes conservavam as suas tangas e só me restava unir-me àquela sociedade nua ao redor do fogo. Mas por muito tempo continuava eu objeto da sua curiosidade por ser a minha pele diferente da deles. Percebendo isso e na suposição de que nunca tinham visto europeus nus, aproveitei-me dessa curiosidade em meu favor porque, conhecendo o seu ódio aos portugueses, fiz o meu coropó, que entendia a língua deles, contar-lhes que eu não era português, mas sim de uma grande nação que existia para o norte.[5]

A informação de que aquele homem curioso, de pele branco-avermelhada, não era português atraiu um pouco da simpatia dos índios. Não obstante a chuva, que caía torrencialmente, uma velha índia, num gesto de generosidade, avançou em direção ao milharal, voltando com algumas espigas de milho. Mesmo temeroso e embaraçado, Freireyss, dominado pela fome e pelo cansaço, experimentou pela primeira vez milho verde cosido. Recusá-lo poderia significar uma ofensa.

Chegada a noite, uma jovem índia ofereceu sua rede para o estrangeiro, acomodando-se depois num monte de palhas no chão. Tais gestos de generosidade não foram, entretanto, suficientes para aplacar o medo do intruso, que durante toda a noite se perguntara, a cada vez que um índio se levantava para alimentar o fogo ou assar milho, se talvez aqueles selvagens não estivessem deliberando matá-lo.

Ao deixar a aldeia na manhã seguinte, após caminhar alguns quilômetros pela floresta, o europeu foi alcançado por um índio da aldeia

---

[5] FREIREYSS, G. W. Op. cit. p. 90.

que, ofegante pela corrida, lhe trazia folhas de papel com vegetais prensados que havia esquecido na cabana onde pernoitara.

O Barão de Eschwege, companheiro de Freireyss em sua primeira visita à aldeia dos coroados, registrou também suas memórias daquele mês de dezembro. Sua atenção foi de início despertada pela constatação de que, a despeito do longo convívio, as animosidades entre os coroado e os luso-brasileiros não se arrefeciam. O fato é de imediato atribuído aos maus tratos a que os portugueses submetiam – já fazia cinco décadas – aqueles índios. Conversando com índios já aldeados, o viajante germânico se surpreendeu com a informação de que alguns deles já haviam, num passado não tão distante, servido como escravos em fazendas da região.

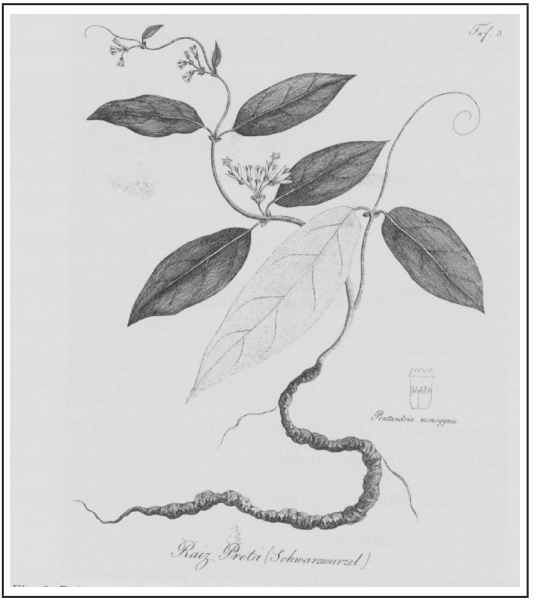
Marlière, que auxiliado por rapazes coroados de caminhada ligeira lhes servia de guia, pensara encontrar os índios em determinado assentamento situado a 3/4 de légua do presídio de São João Baptista. A viagem fez-se porém mais longa porque aqueles que procuravam haviam migrado alguns quilômetros à frente , em busca de caça mais abundante. Durante a viagem de caçada, os índios alimentavam-se com frutas silvestres armazenando-as em cestos. Isso garantia sua sobrevivência ao longo das incursões mata a dentro.[6]

O conhecimento que aqueles índios detinham das propriedades medicinais de algumas ervas da mata surpreendia aos europeus. Eschwege observou que, para neutralizar o efeito de certos venenos de cobra, os coroado utilizavam a chamada raiz preta (Chicocca Anguifuga Mart), conhecida no Espíto Santo, no Rio de Janeiro e no litoral de São Paulo como raiz caninana. Pediu então a um morador do Presídio de São João Batista que lhe trouxesse um exemplar, mas este lhe enganou, fazendo passar pela tal raiz preta uma raiz de guiné.

Acreditando tratar-se da verdadeira, Eschwege incluiu em seu *Jornal do Brasil* uma ilustração da raiz de guiné:

---

[6] As informações aqui reunidas em forma de narrativa basearam-se nos relatos do Barão de Eschwege a respeito de sua visita aos coroado das imediações do Presídio de São João Batista. O viajante destaca o papel dos frutos da sapucaia (Lecythis ollaria Wild) nestas provisões de viagem. Sobre a alimentação dos índios durante as caçadas confira: ESCHWEGE, Wilhelm Ludwig. *Jornal do Brasil (1811 – 1817): ou relatos diversos do Brasil, coletados durante expedições científicas.* Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro/ Centro de Estudos Históricos e Culturais, 2002. p.144.




Raiz preta.
Fonte: ESCHWEGE, W. L. Jornal do Brasil: ou relatos diversos do Brasil, coletados durante expedições científicas. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro/ Centro de Estudos Históricos e Culturais, 2002. Fig. 9, p. 170.

O equívoco só foi desfeito por Langsdorf, em sua visita ao Presídio, já em julho de 1824. Eschwege então retificou seu desenho, incluindo uma nova versão em seu trabalho. Parecia tratar-se de uma espécie de poaia (Psychotria ipecacuanha), conhecida até hoje na Zona da Mata como raiz preta. Os desenhos dos naturalistas eram efetuados in loco, pela utilização de aquarelas ou nanquim. Compô-los demandaria algum tempo, mas o viajante raramente dispunha de mais de algumas horas para permanecer em cada local visitado. Tornava-se então necessário "rabiscar" as formas das plantas, dos animais e os quadros das sociedades que se desejava retratar com a maior rapidez e da forma "mais fiel possível." No caso de representar as sociedades indígenas, cabe observar que nem sempre os índios estavam dispostos a posar para os retratos. Diversas, portanto, eram as dificuldades enfrentadas.

Antes da descoberta das primeiras técnicas de fotografia – e mesmo antes que estas tecnologias alcançassem uma maior eficiência reprodutiva, acompanhada de uma mínima disponibilização no mercado – as pinturas e desenhos, que, dentre outras vantagens, poderiam expressar de maneira

aproximada algumas variações de cor, foram fonte importante de referência para viajantes em todo o mundo colonial europeu.[7] Segundo Bufon, "não se podia definir uma espécie sem descrevê-la detalhadamente".[8]

Estes esboços destinavam-se a ávidos leitores de além-Atlântico, interessados em informações botânicas, zoológicas, mineralógicas e etnográficas. Reproduzir imagens em livros comerciáveis era técnica que os europeus conheciam desde o século XV. Xilogravuras, moldes em cobre e metal, reproduziam-se em diversos exemplares literários, vendidos por vezes a preços bastante elevados.

No início do século XIX tornou-se possível a impressão de aquarelas, litogravuras e desenhos inscritos em aço em maior escala.[9] Essa inovação tecnológica tornou possível a publicação mais rápida de certas estampas em cores, produzidas pelos naturalistas europeus em visita à América. Suas técnicas de representação, coleta e classificação calcavam-se, mais frequentemente, nos sistema setecentista de Carl Lineu, que definia cada espécie como uma unidade de classificação designada de acordo com suas carácterísticas e sua origem, reunindo aquelas que apresentassem certas semelhanças e regularidades em gêneros. A soma do nome específico ao nome genérico – ambos grafados em latim, língua que ainda era intenacionalmente conhecida  nos meios literários dos século XVII e XIX – conferia, assim, a cada espécie, uma designação singular e única.[10] No campo da zoologia, lineu, observando a importância das mamas na alimentação dos filhotes de determinados animais, subdividiu dentre eles o grupo *mammalia*, no qual incluiu os homens. Como observou Ronald

---

[7] RAMINELLI, Ronald. Do conhecimento físico e moral dos povos: iconografia e taxonomia na Viagem Filosófica de Alexandre Rodrigues Ferreira. História, Ciências, Saúde – Rio De janeiro: Manguinhos, Vol III (Suplemento) 969-992, 2001, pp.  970-971.

[8] RAMINELLI, Ronald. Do conhecimento físico e moral dos povos: iconografia e taxonomia na Viagem Filosófica de Alexandre Rodrigues Ferreira. História, Ciências, Saúde – Rio De janeiro: Manguinhos, Vol III (Suplemento) 969-992, 2001, p.  972.

[9] RAMINELLI, Ronald. Do conhecimento físico e moral dos povos: iconografia e taxonomia na Viagem Filosófica de Alexandre Rodrigues Ferreira. História, Ciências, Saúde – Rio De janeiro: Manguinhos, Vol III (Suplemento) 969-992, 2001, pp.  970-971.

[10] Esta classificação, que continua sendo a base da nomenclatura das plantas, foi mais tarde substituída, em grande parte, pela de Jussieu.

Raminelli, para Lineu "*..os americanos eram mamíferos, primatas, regulados pelos constumes. A falta de barba os fazia monstruosos*"[11]

Assim, estudo das humanidades americanas se amalgamava ao da zoologia e da botânica. Os dados etnográficos se misturavam às descrições botânicas. Para Raminelli:

> Por intermédio da história natural, aprendiam-se o valor e a importância das comunidades e regiões percorridas. Desse modo, as memórias, as pranchas e as espécies coletadas demonstravam as potencialidades da exploração comercial. A ci6encia atuava como 'descrição exata de tudo' e funcionava como um espelho rico e multifacetado, no qual toda Europa pôde projetar a si mesma como construtora do processo planetário em expansão. Em nome da ciência os naturalistas atenuavam a competição provocadas pela expansão comercial, política e pelo domínio colonial. A sistematização da natureza e dos povos representava não apenas um discurso sobre os mundos não europeus, mas um discurso urbano, burguês e letrado, sobre os mundos iletrados e rurais, que atuavam não somente no além mar, mas sobre os campos europeus, transformando-os segundo a lógica do capital[12]

Enquanto traços anatômicos e cromáticos de algumas espécies eram graficamente preservados, exemplares inteiros de plantas eram desidratados e espécimes animais eram preservados em álcool. Caixas e mais caixas de plantas americanas, bem como suas respectivas sementes dirigiam-se anualmente aos herbários e jardins botânicos europeus. Borboletas e outros insetos eram afixados por alfinetes em quadros de papel emoldurados que eram enviados para diversas universidades e museus de história natural. Conservar o material até que fosse transportado para a Europa exigia esforços consideráveis já que seu transporte via-se, na estação das chuvas, quase inviabilizado.

---

[11] RAMINELLI, Ronald. Do conhecimento físico e moral dos povos: iconografia e taxonomia na Viagem Filosófica de Alexandre Rodrigues Ferreira. História, Ciências, Saúde – Rio De janeiro: Manguinhos, Vol III (Suplemento) 969-992, 2001, p. 975.

[12] RAMINELLI, Ronald. Do conhecimento físico e moral dos povos: iconografia e taxonomia na Viagem Filosófica de Alexandre Rodrigues Ferreira. História, Ciências, Saúde – Rio De janeiro: Manguinhos, Vol III (Suplemento) 969-992, 2001, p. 975.

A abundância e a variedade dos vegetais encantavam aos botânicos europeus, que, logo de início, partiam para a tarefa de compará-los com possíveis correspondentes já conhecidos. A tarefa era hercúlea. Saint-Hilaire exprimiu sua admiração frete à riqueza dos trechos de Mata Atlântica vislumbrados durante sua estada de um mês na "magnífica habitação de Ubá", perto da divisa entre as capitanias do Rio de Janeiro e de Minas Gerais, não muito longe do caminho para Vila Rica, às margens do rio Paraíba:

> Acostumado à fatigante monotonia de seus bosques de pinheiros, de faias, ou de carvalhos, o europeu poderia ter apenas uma ideia imperfeita dos bosques virgens da América Meridional, onde a natureza parece ter esgotado suas forças para mostrar o que ela tem de mais magnífico e de mais variado.[13]

Para Marlière, manter amostras de espécies vegetais para que fossem oferecidas como presente aos viajantes que se hospedassem em sua residência era ponto de honra. Somente os índios e seus descendentes – por seu convívio demorado com as plantas e pela tradição que recebiam de seus antepassados – poderiam dar-lhe notícias sobre sua possível utilização farmacológica, e, por isso, sempre que lhe sobrava tempo livre, conversava demoradamente com os os mais experientes curandeiros.

Procurou estocar a exaltada raiz preta em sua residência. Sabia também que, na ausência dos demorados medicamentos de Vila Rica, a alternativa de utilizar-se dos conhecimentos dos índios no trato com as freqüentes picadas de cobra nas aldeias e em seu quartel apresentava-se como uma solução viável:

> Pouco antes de nossa chegada àquela região havia falecido o filho adulto de um índio vizinho, de quem diziam ser feiticeiro, e durante minha estada mais demorada chegou certa vez um índio até a casa

[13] SAINT-Hilaire, Auguste de. Esquisse de mês voyages au Brésil et Paraguay, considérés principalement sous le rapport de la botanique. In: LIMA, Maria Emília Amarante Torres. *As caminhadas de Auguste de Saint-Hilaire pelo Brasil e Paraguai*. Belo Horizonte: Autêntica, 2002, p. 78.

> de Marlière, para buscar determinada erva medicinal contra picada de cobra, a raiz preta.[14]

Meia hora de caminhada a partir do antigo pouso dos coroado, os viajantes foram surpreendidos por um grupo de índios que regressava de uma caçada. Sua pequena estatura, seus longos e desordenados cabelos cabelos que emolduravam pequenos olhos negros e "maçãs do rosto salientes", tão distantes dos padrões da estética européia de então não alcançaram aprovação nos observações do Barão Alemão.

Acompanhando aqueles caçadores da mata até sua aldeia – a mesma que, com dificuldade, até então procuravam – Escwege, ainda tece comentários depreciativos a respeito de seu senso artístico, de sua relação com as mulheres e até de sua capacidade intelectual. O conhecimento que os coroados detinham das ervas da mata, constatado ao longo da viagem, é aí também legado ao instinto, não à perspicácia.

> Embora sinta também uma grande simpatia por esses 'homens da naturezae quisesse atribuir-lhes também todas as boas características listadas pelo Sr. Feireyss, tenho de contradizê-lo.Fiquei muito mais tempo entre esses selvagens e achei o contrário. Ao invés de considerá-los perspicazes, como faz o SR. Freireyss, prefiro considerá-los alheios, e evidências de que pensem realmente são raríssimas. Suas forças de alma são uma constante letargia, a meu ver. A descoberta de muitas ervas medicinais não deve resultar da perspicácia deles, nem devemos acreditar que as descobertas tenham sido feitas a priori. Muito mais o caso, o instinto e a experiência os levaram a essas descobertas e fizeram deles mestres nesses remédios. Não é por acaso que também o veado ferido encha suas feridas com folhas de plantas medicinais, e o cachorro coma determinadas ervas quando não se sente bem, e o sapo picado por cobra ou o mungo do Ceilão também procurem um antídoto em determinadas plantas[15]

---

[14] ESCHWEGE, Wilhelm Ludwig. *Jornal do Brasil (1811 – 1817): ou relatos diversos do Brasil, coletados durante expedições científicas***.** Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro/ Centro de Estudos Históricos e Culturais, 2002. p.147.

[15] ESCHWEGE, Wilhelm Ludwig. *Jornal do Brasil (1811 – 1817): ou relatos diversos do Brasil, coletados durante expedições científicas***.** Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro/ Centro de Estudos Históricos e Culturais, 2002. p.147.

O prosseguimento da viagem, obrigou os europeus a deixarem suas mulas para trás. Para Eschwege, a picada construída pelos índios, apesar de comprida, era reta o suficiente para que um observador desavisado pudesse suspeitar que se tratasse de um caminho traçado com bússola. A chegada à aldeia foi assinalada pelo avistar de um campo de milho após o qual se podia entrever as cabanas dos índios, cobertas de palha de palmeira. Eschwege buscava naqueles homens da floresta padrões de estética e deferência referenciados em valores europeus, partindo da ideia de que a civilização manifestava aspectos idênticos em todo o mundo, denotando o grau de desenvolvimento dos povos contatados. Neste particular foi grande o seu estranhamento:

> Não percebemos o menor traço de bom gosto, havendo no interior da (cabana) que entramos apenas um cômodo pequeno com fogueiras ainda acesas e redes de dormir estendidas. De acordo com seu costume, os índios receberam-nos deitados e balançando-se em suas redes, deixando-nos logo depois, um após o outro, não manifestando o menor sinal de deferência. Apenas o pai da família permaneceu no cômodo, mostrando-nos as cabanas dos filhos, localizadas no mesmo milharal, todas também cobertas de folhas de palmeira. Os seus utensilhos domésticos resumem se a arcos e flexas, alguns potes de barro, cestas trançadas e redes para dormir.[16]

Percebemos logo que Freireyss, também presente na comitiva construíra, se comparado a Eschwege uma imagem mais romantizada e branda a respeito dos coroado. Não duvidava da capacidade dos índios para a "civilização". Apenas temia pelas animosidades dos luso-brasileiros. Simpático ao trabalho de Marlière, embora descrente de seu otimismo, Freireyss deixou seu anfitrião francês como quem conseguira um novo amigo:

> A intenção de Marlière é a melhor do mundo e ele faz tudo para que os Coroados ouvidem as ofensas recebidas e para evitar novas; porém ele precisa de muitos anos para ver frutificarem os seus

[16] ESCHWEGE, Wilhelm Ludwig. *Jornal do Brasil (1811 – 1817): ou relatos diversos do Brasil, coletados durante expedições científicas.* Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro/ Centro de Estudos Históricos e Culturais, 2002. pp.143-144.

> esforços, e acontecerá talvez que depois dele virá outro que num momento destruirá tudo isso que ele edificou com tanto trabalho e tanto amor.[17]

A imagem de Marlière como "defensor" dos índios foi construída ao longo de suas disputas com colonos e autoridades em nome da preservação de parte dos territórios que prometera aos índios preservar. O primeiro conflito com o governo teve lugar ainda em 1815, quando o Capitão general de Minas, Manuel de Portugal e Castro, em um ofício datado do mês de fevereiro, o repreendia por imiscuir-se em questões de sua autoridade:

> Sendo-me constante que vm.ce dirigira à Camara da Villa de Barbacena hum officio requerendo ser ouvido antes que a mesma Camara houvesse de informar em consequencia das minhas ordens sobre concessões de sesmarias nesses sertões e como quer que a mesma Camara compitão os exames necessarios sobre tal materia; devendo ella averiguar se as sesmarias pedidas pelas partes, são ou não dentro dos terrenos concedidos aos Indios; bem que eu esteja persuadido de que Vm.ce assim praticara p.r effeito de zelo q.' manifesta a pró dos mesmos indios debaixo da sua direção; contudo tenho a declarar-lhe, q.' foi incoherente o seu procedimento; por isso que não interveio autoridade minha.[18]

Marlière havia enviado uma ordem aos membros da câmara da vila de Barbacena, para que sesmarias não fossem doadas em território garantido por lei aos índios Coroado. Uma ação com tal envergadura, como Dom Manuel fazia-lhe ver, excedia sua autoridade. Desejava ser ouvido pelos juizes antes que as concessões de sesmarias tivessem lugar. Na verdade desconfiava da probidade dos homens responsáveis pelas doações.

---

[17] FREIREYSS, op. cit., p.106.

[18] CASTRO, Dom Manuel de Portugal e. Offício de reprepreensão a Guido Thomaz Marlière, Diretor dos Indios do Pomba, por ter-se imiscuido em assuntos jurídicos de competência do Capitão General, ainda que lhe absolva o fato de te-lo feito em defesa dos Índios sob sua Direção. *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, ano XI, 1907. p. 401.

Em resposta a Dom Manuel, Marlière, mesmo frustrado, não enviou comentário algum. Talvez o momento fosse propício ao recuo.

É difícil imaginar quando Marlière passou a interessar-se pelo contato com os índios, mas é de crer-se que Dom João, ao nomeá-lo diretor dos aldeamentos do Pomba, já nele enxergasse um interessado no assunto. Seu pedido de extradição para o sertão demonstrava uma certa espontaneidade de interesse pelo contato com os índios. Marlière deveria encarar o sertão como um refúgio, nada agradável e nem desejável para qualquer homem "civilizado", mas adequado a vida de um francês recém perseguido pelas autoridades régias. Muitos dos principais viajantes, em passagem por Minas Gerais nas três primeiras décadas dos oitocentos, visitaram Guido-Wald. As informações que reuniram a respeito dos índios e das matas em muito deviam ao Diretor-Geral.

# Mar Vermelho, Lamparinas Acesas: história e ambiente da caça à baleia no Brasil dos séculos XVII, XVIII e XIX

Patrícia Pinheiro de Melo

## Introdução

Imaginemos que é final do século XVI e há festa numa pequena vila do vasto litoral brasileiro. Homens, mulheres e crianças, acodem à beira mar em meio a um grande alvoroço, para acompanhar o retalhamento de um bichão que acaba de encalhar na praia. À noite as lamparinas, abastecidas com banha de baleia, iluminarão as ruas da vila num sinal de alegria e fartura...

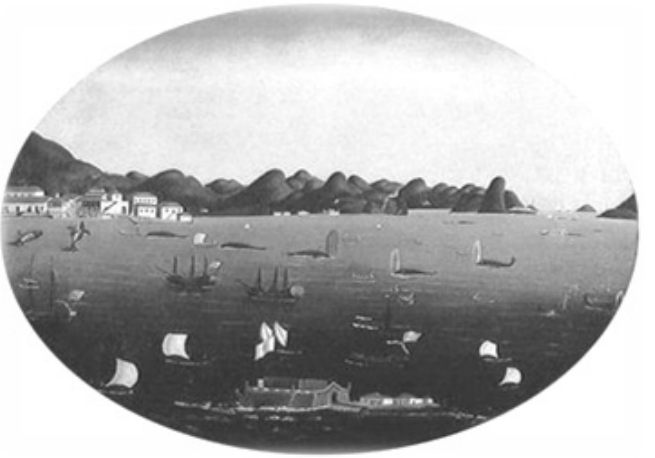
Essa pequena crônica relata um evento que pode ter sido recorrente ao longo da costa do Brasil durante o primeiro século de colonização, quando a carne de baleia era distribuída entre a população pobre que a consumia ainda fresca. De fato, durante todo o século XVI, as comunidades litorâneas do Brasil aproveitaram-se das baleias que encalhavam próximo às praias para retirar-lhe a camada de gordura e, daí, extrair o óleo muito útil à iluminação, à impermeabilização de embarcações e à confecção de argamassa para a construção. O óleo de baleia foi, durante muito tempo, um eficiente substituto do azeite de oliva muito caro e raro na Colônia. As famílias pobres se beneficiavam das sobras, principalmente da carne escura e de sabor forte, tida como de qualidade inferior e, por isso, distribuída entre os pescadores e o povo do lugar. Mas a partir de meados do século XVII, quando a caça da baleia tornou-se um negócio do Estado, a carne passou a ser vendida, ainda que a preços razoáveis e acessíveis aos pobres.

Das primeiras décadas do século XX, os trabalhos de J. S. Tavares[1] e de José Vieira Fazenda[2], trazem importantes aspectos sociais para análise do

[1] TAVARES, J. S. A Pesca da Baleia no Brasil. In: Broteria – Revista Luso-Brasileira – Vol. XIV, Braga, 1916. Disponível no Gabinete Português de Leitura – Recife.

[2] FAZENDA, José Vieira - Antiqualhas e Memórias do Rio de Janeiro. Revista do Instituto Histórico

contexto dessa economia. Mas a pesquisa e a produção historiográfica sobre o tema tornaram-se importantes no Brasil apenas a partir de 1969, com o trabalho pioneiro de Myriam Ellis, sob a orientação de Sérgio Buarque de Hollanda[3]. Recentemente, diversos trabalhos acadêmicos dedicam-se às questões sócio-econômicas e políticas que envolveram a atividade no Brasil, desde o período colonial até o século XX[4].



"Pesca da Baleia na Baía da Guanabara" – Leandro Joaquim – 1790.
In: Museu Histórico Nacional – RJ – Domínio Público.

---

e Geográfico Brasileiro, 1904. Disponível em http://books.google.com.br/booksbrasileiro+1904.

[3] ELLIS, Myriam. A Baleia no Brasil Colonial. São Paulo, Edições Melhoramentos / Editora da USP, 1969.

[4] Os trabalhos em destaque mais recentes sobre o tema são: CASTELLUCCI JR, Wellington. *Caçadores de Baleias: armações, arpoadores, atravessadores e outros sujeitos envolvidos nos negócios do cetáceo no Brasil*. AnnaBlume, SP, 2010. DIAS, Camila Baptista. *A Pesca da Baleia no Brasil Colonial: contratos e contratadores do Rio de Janeiro no século XVII*. Orientador: Mariza de Carvalho Soares. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, PPG História, 2010; PESAVENTO, Fábio. *Um pouco antes da Corte: a economia do Rio de Janeiro na segunda metade do setecentos*. Orientador: Hildete Pereira de Melo, Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense – PPG Ciências Econômicas, Niterói, 2009.; BORGES, Júlio Cesar Lopes. Sustentabilidade econômica da atividade pesqueira em Santa Catarina. In: *Revista de Ciências Humanas*, Florianópolis, EDUFSC, V. 43, N.2, 2009; TOLEDO, Gustavo Alves da Costa. *O Homem e a Baleia: aspectos históricos, biológicos, sociais e econômicos da caça na Paraíba*. Orientador: Alfredo Ricardo Languth Bonino. Dissertação (Mestrado), PPG História, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2009.

A preocupação com a necessidade do Estado em tornar a caça de cetáceos[5] um negócio rentável para o império levou viajantes, missionários, políticos e intelectuais que manifestaram preocupação com a economia do Brasil, a escreverem sobre o tema, revelando as práticas e os costumes que envolviam a atividade. No *Tratado Descritivo do Brasil*, Soares de Souza observa que no litoral da Bahia havia *tantas baleias que seria difícil encontrar embarcações suficientes para transportar o óleo extraído delas até a Europa*[6]. Frei Vicente Salvador lamentava a falta de gentes que as "pescasse", já que havia *tantas rondando o litoral, enquanto as vilas padeciam da falta de graxa para tantas utilidades*[7]. Em sua "*Memória sobre a Pesca das Baleias*"[8], José Bonifácio faz uma breve descrição das características de algumas espécies de cetáceos e observa a abundância delas na costa do Brasil. Sua *Memória* recomenda a montagem de mais *armações*[9] ao longo do litoral, e chama a atenção para os problemas que afetavam essa economia, desde a técnica rudimentar até o desperdício dos seus produtos.[10]

As fontes documentais para o período colonial existentes nas Coleções do *Projeto Resgate do Arquivo Histórico Ultramarino* são descontínuas e escassas, principalmente sobre a região Nordeste, mas trazem algumas informações sobre a regulamentação da atividade na Colônia. Foi no início do século XVII que a caça da baleia se converteu em um negócio importante no Brasil, quando em 1602 o Governador

---

[5] Ordem de mamíferos marinhos a que pertence a baleia, os golfinhos, etc. In: *Aurélio Buarque de Hollanda – Pequeno Dicionário da Língua Portuguesa* – 1992 - Civilização Brasileira, RJ.

[6] SOUZA, Gabriel Soares de. *Tratado Descritivo do Brasil em 1587*. Editora Nacional, 1971.

[7] SALVADOR, Frei Vicente do. *História do Brasil – 1550/1627* – Editora Itatiaia, 1982.

[8] CALDEIRA, Jorge (Org.). *José Bonifácio de Andrada e Silva*. Coleção Formadores do Brasil – Editora 34, Ltda, 2002.

[9] Segundo Myriam Ellis, op. cit., as 'armações de baleias' eram construções precárias montadas nas enseadas para apoio à pesca e a todo o trabalho em torno da atividade

[10] "Passando agora a apontar os defeitos desta pesca; o primeiro erro capital que encontro é, sem dúvida, não se estabelecerem novas armações em todos os sítios próprios desde a Bahia até ao Rio Grande de S. Pedro...fertilíssima toda ela de baleias,... onde vai ter imensidade de baleias, que podiam ser apanhadas facilmente pelo pouco medo que têm de se chegarem à terra? Se aos anglo-americanos e ingleses faz hoje conta vir pescar nas costas do Brasil com tantas despesas de viagem; quanto maior lucro devemos esperar, nós que temos todos os cômodos e facilidades das Armações e do país?" CALDEIRA apud ANDRADA. In: CALDEIRA, J. (Org) 2002, op. cit.

Geral, Diogo Botelho, convidou um grupo especialista de Biscaia[11] para introduzir a técnica baleeira no Recôncavo baiano. Foi preciso mais de uma década para formar equipes no Brasil. Porém, ao contrário dos *biscaínos* que pescavam em alto mar, os brasileiros não se afastavam da costa[12].

Da Bahia as *armações* se expandiram em direção ao litoral sul. Entre meados do século XVII e o início do século XIX funcionaram, de maneira permanente e estruturada, aproximadamente 40 *armações* baleeiras no litoral do Brasil. Na Bahia, as Armações de Ponta de Areia, Amoreira e Gameleira estabelecidas desde o início do século XVII no Recôncavo baiano, foram pioneiras. Outras seis foram erguidas até o século XVIII na ilha de Itaparica, em Itapuã e em Salvador. Por volta de 1640, foi montada a primeira armação do Sul na Baía da Guanabara. As demais armações do Rio de Janeiro foram erguidas somente a partir do século XVIII no Arpoador, em Armação de Búzios e as demais na mesma Baía da Guanabara. Em São Paulo, também no século XVIII, foram erguidas a do Forte da Armação e a do Guarujá. Entre os séculos XVIII e XIX seis armações foram erigidas no litoral catarinense, tendo a de Imbituba sobrevivido até 1973. No Paraná, a Armação da Praia do Costão, construída no século XIX em Barra Velha, é a mais conhecida.

No Nordeste, além da Bahia, não se instalaram *armações* propriamente ditas, com exceção daquela da Paraíba durante o século XX[13]. Entretanto, ao longo de toda a costa Nordeste, assim como em todo o litoral brasileiro, havia *armações* improvisadas e sazonais que funcionaram, principalmente, como locais de desmanche das baleias capturadas próximas à costa. As companhias estabelecidas na Bahia

---

[11] A caça da baleia foi introduzida no Brasil em 1602 pelos franceses e espanhóis da região de Biscaia. No Recôncavo baiano, ensinaram técnicas do uso de arpões manuais lançados de um bote a remo, acabando, assim, com a fase de coleta dos produtos dos cetáceos encalhados nas praias.

[12] Provavelmente, além de não terem progredido na técnica para a caça em alto mar, não precisavam ir em busca delas porque as baleias freqüentavam as inúmeras baías da costa brasileira.

[13] A empresa baleeira desenvolveu-se na praia de Costinha, no município de Lucena – PB. Durante os anos de 1958 e 1987 foram caçadas aproximadamente 22 mil baleias, segundo dados da Companhia de Pesca do Brasil (Copesbra), empresa nipo-brasileira que administrou o negócio até a proibição da pesca em 1987. Fonte: TOLEDO, Gustavo Alves da Costa. *O Homem e a Baleia: aspectos históricos, biológicos, sociais e econômicos da caça na Paraíba*, op.cit., 2009.

costeavam o litoral mais ao norte em busca de baleias até o século XVIII, embora houvesse contratadores com praças em Pernambuco, assim como em outras províncias litorâneas. Além disso, alguns contratadores da Bahia e do Sul, também sentaram praças nas Províncias do Norte e Nordeste. Até o início do século XIX, quando as técnicas e os equipamentos precários exigiam que as baleias fossem "consumidas" imediatamente, era preciso retalhá-las ali mesmo para extrair a banha nas praias próximas onde eram capturadas.

Em Pernambuco as atividades desenvolveram-se, pelo que parece, na praia do rio Âmbar, na localidade de Jaguaribe em Itamaracá[14], embora tenham existido outras estações de desmanche e pontos de caça difíceis de serem localizados com exatidão a partir dos documentos da administração colonial[15]. Para o mesmo local há referências sobre o encalhe de baleias ao longo de mais de três séculos. O rio âmbar foi assim denominado devido à ocorrência de *âmbar*[16] naquelas praias, ao norte da ilha. Segundo pesquisas recentes[17], a biomassa *fitoplanctônica*[18] daquela área marinha, que compõe a base da alimentação de muitas espécies de cetáceos, atraía as baleias àquela costa.

Na literatura sobre o tema, assim como na documentação primária, utiliza-se em geral o termo "*pesca da baleia*". Neste trabalho o termo "*caça*" será utilizado em substituição ao termo "*pesca*"[19], já que a baleia é um mamífero e não um peixe, não podendo, assim, ser pescada. Além disso,

---

[14] BRANDÃO, Ambrósio Fernandes. *Diálogos das Grandezas do Brasil*. Recife, Imprensa Universitária, 1966, p. 98.

[15] As referências documentais dão conta de vários empreendimentos sem, no entanto, fazerem menção à localização das áreas onde as estações de caça e desmanche funcionaram, provavelmente por serem ocasionais

[16] O *âmbar* é proveniente do intestino da baleia cachalote e suas variedades dependem da composição fitoplanctônica - conjuntos de organismos marinhos que as baleias ingerem em suas dietas.

[17] *Diagnóstico da Avaliação e Ações Prioritárias para as Zonas Costeiras e Marinhas - Região Nordeste I* (PB, PE, AL, SE, BA) Comissão Coordenadora do Programa Nacional da Diversidade Biológica (PRONABIO), do Ministério do Meio Ambiente. - Setembro 1999 Boisbaudran, O. Imperiano (Coordenador).

[18] No campo da Biologia Marinha o **Fitoplancticon** é o conjunto de organismos aquáticos microscópicos que têm capacidade fotosintética e que vivem dispersos flutuando na água. Tradicionalmente, as algas também fazem parte desse conjunto de organismos.

[19] Quando o termo fizer parte do contexto dos documentos primários o utilizaremos entre aspas.

a caça a esse animal − considerando todas as formas utilizadas desde o período colonial até o presente século – é aqui entendida como uma ação extremamente agressiva em seus métodos de perseguição, captura e morte, assim como suas técnicas de "desmanche". A referida agressividade não se limita ao ataque ao animal em si, mas também a todo o repertório da atividade que afeta o meio, marinho e terrestre, em que ela se desenvolve. Os homens envolvidos nessa empresa foram, ao mesmo tempo, vítimas e algozes. O abate e o desmanche do animal, seja no mar ou em terra, promoveu um cenário de degradação ambiental que ajudou a impor conceitos negativos sobre as áreas em que essa atividade se desenvolveu ao longo de séculos.

## O Monopólio Régio e o Contrato da Caça à Baleia

A caça da baleia se constituiu em monopólio régio em 1615 e funcionou na forma de contratos temporários de arrendamento a terceiros. Segundo Dias[20], os contratadores eram beneficiados com a chance de garantir negócios, acumular riquezas e adquirir *status*. Com a União Ibérica houve uma grande preocupação sobre a caça da baleia nas costas do Brasil feita por estrangeiros, mas os contratos na Colônia só se tornaram regulares a partir da Restauração[21] e da crise financeira de meados do século XVII, devido à concorrência da produção de açúcar no Caribe. A expansão dessa indústria para o sul ocorreu a partir de 1720, quando Portugal a converteu numa atividade tão importante quanto a do pau-brasil, a do sal e a do tráfico de escravos.

Os contratos de arrendamento do monopólio da baleia sofreram uma reestruturação em 1765, com a unificação de todos os contratos da caça na costa do Brasil sob a política de Pombal, quando a burguesia

---

[20] DIAS, Camila Baptista, 2010, op.cit.

[21] É curioso que, apesar dos holandeses terem sido, no Velho Mundo, os maiores caçadores de cetáceos nos séculos XVII e XVIII, não haja maiores informações sobre essa prática durante a presença holandesa no Brasil. Entretanto, segundo Borges, 2009, op.cit., "Pode-se dizer que a pesca da baleia foi importante atividade econômica exercida na América portuguesa no século XVIII, sendo fonte de exploração de holandeses, norte-americanos e ingleses, e depois noruegueses e japoneses." p. 67.

mercantil portuguesa esteve à frente dos negócios. O monopólio foi extinto em 1801, em razão da baixa lucratividade que o setor enfrentava, para logo depois serem reorganizadas as Feitorias baleeiras sob a administração da Fazenda Real. Entre 1816 e 1825, a coroa voltou a conceder arrendamento a estrangeiros e nacionais com a reestruturação do monopólio e das *armações*.

A coroa arrematava os contratos a terceiros, que deveriam pagar previamente a metade do valor estipulado no ato do contrato. O contratador ao arrematar o contrato, depositava na Fazenda Real uma fiança equivalente à metade do preço estipulado, além disso, pagaria o dízimo da baleia e o saldo restante até o fim do contrato. Os contratantes se obrigavam a administrar a atividade, fabricar, comercializar e distribuir o azeite nas Capitanias, a construir *armações* e organizar as feitorias. Findo o contrato, e no caso de não ser renovado, o patrimônio investido era incorporado à Fazenda Real.

Quando armazenado sem escoamento, o azeite da baleia se tornava espesso e inaproveitável para a iluminação e o comércio, o que prejudicava os contratos de arrendamento, pois as sobras de um contrato deveriam ser recebidas pelo novo contratador e não poderiam ser descartadas, embora esse ponto do regulamento tenha sido frequentemente desrespeitado. A aquisição forçada do produto implicava em sobrecarga de azeite e restringia as operações de caça, pois cada contratador só poderia dispor de quatro reservatórios para o óleo e cinco lanchas para a "pesca", medida que visava impedir a superprodução de óleo para garantir o seu preço. Ao lotarem o número permitido de tanques, deviam suspender a atividade. Essa prática limitadora, que causou muitos protestos, terminou assegurando a permanência da caça nos mares do Brasil por mais um século preservando parte da população de cetáceos no atlântico sul, embora não tenha sido esta a preocupação ou o objetivo da coroa.

No século XVIII houve uma crescente demanda do óleo em vista do boom da mineração, quando os portugueses aqui residentes passaram a dominar o negócio. Os maiores contratadores estavam no RJ e em Salvador com praças em outras províncias. O negócio chegou ao 6º lugar no ranque das receitas estatais da Colônia no século XVIII. Segundo

Ellis[22], os contratadores e seu pessoal obtinham privilégios concedidos pelas Ordenações do Reino e pelos Regimentos da Fazenda Real, o que se estendia a favores recebidos de autoridades locais. No tempo mínimo de contrato, estimava-se uma apreensão média de 140 baleias por armação, o que se tornou uma realidade durante todo o século XVIII. Uma prova da ascensão econômica desses contratadores era a possibilidade que tinham de casarem seus filhos e filhas com membros da aristocracia rural[23].

Até o final do século XVIII, a coroa portuguesa seguia rígida em relação ao monopólio da baleia nas costas do Brasil e, embora tenha eventualmente concedido licença de contratos a algumas companhias inglesas, continuou vigilante em relação à presença de embarcações estrangeiras nos mares da Colônia. A correspondência oficial entre autoridades portuguesas e o Governador da Capitania de Pernambuco, dá conta de vários eventos envolvendo a pesca legal e ilegal da baleia nos mares do Nordeste, principalmente por ingleses e franceses[24]. Em 1790 a *Companhia de Pesca* de Antônio José da Silva e Sousa, sediada em Recife, solicitou o licenciamento e a regulamentação da "pescaria" de armação da baleia no alto mar, cobrando somente o dízimo que se pagava pelo pescado[25]. Mas, somente em 1798, Portugal fez publicar o alvará que permitiu aos colonos a "pesca" da baleia, assim como a preparação do azeite, em alto mar[26]. Aparentemente, a *baleação*[27] encontrava-se com

---

[22] Ellis. 1969, op. cit.

[23] DIAS, Camila Baptista, op. cit., 2010.

[24] Em 1775 o Governador da capitania de Pernambuco informou ao Marquês de Pombal sobre três embarcações inglesas que navegavam nas costas do Nordeste para "pescar" baleias sem permissão - AHU / Cap. PE – Cx 119 – Doc 9084. Em 1779 o Governador da Capitania enviou a Martinho de Melo e Castro ofício mandando cumprir a Ordem Régia que proibia a hospitalidade a pequenas embarcações estrangeiras, suspeitas de praticarem a "pesca" da baleia ilegalmente e de fazerem contrabando – AHU / Cap. PE – Cx 134 – Doc 10076. Em 1795, um ofício do Governador da Capitania de Pernambuco, Tomás de Melo, informava o Secretário interino dos Negócios Estrangeiros, da Marinha e Ultramar, Luis Pinto Souza, sobre a carga de duas grandes embarcações inglesas, *Spy* e *Salli*, licenciadas para a "pesca" da baleia e extração do azeite em alto mar - AHU / Cap. PE – Cx 191 – Doc 13165; Cx 190 – Doc 13136.

[25] AHU / Cap. PE – Cx 174 – Doc 12249.

[26] AHU / Cap. PE – Cx 203 – Doc 13856.

[27] O termo baleação refere-se mais especificamente às atividades de captura e morte do animal ainda no mar.

problemas para se manter devido à raridade de animais próximos à praia, o que forçava os contratadores a irem buscá-los em alto mar, contrariando a tradição da "pescaria" junto à costa.

O que se verifica na documentação do final do século XVIII, é que devido à diminuição de cetáceos na costa, foram necessários incentivos da Coroa para a continuidade das atividades, quando Portugal passou a propor a criação de companhias de "pesca" na Colônia. Mas em 1800, a real situação da "pesca", assim como a guerra européia, levou a Coroa a extinguir contratos e a substituir a arrecadação por outros impostos[28].

Em 1800, diante da exigüidade de azeite de baleias, foi proposta a sua substituição por óleo de mamona para a iluminação[29]. O monopólio régio foi definitivamente extinto na primeira metade do século XIX devido, principalmente, à diminuição de baleias na costa do Brasil e às atrasadas técnicas baleeiras que não permitiam a concorrência da atividade em alto mar. Esses dois fatores, somados à inadimplência dos contratadores, à concorrência das empresas estrangeiras, ao surgimento de novas técnicas e de novos combustíveis utilizados para a iluminação, como o gás e, posteriormente, o petróleo e a eletricidade, levaram o Império a assumir o fato de que o negócio havia se tornado desvantajoso demais para o Brasil.

A partir desse momento a atividade passou a ser executada, em todos os seus níveis, por homens pobres e libertos que se dedicavam desde a caça em si até a produção e comercialização dos produtos, num esquema muito rudimentar e no âmbito de um negócio de médio a pequeno porte. Os grandes concorrentes no século XIX eram os ingleses e os norte-americanos, que passaram a utilizar parte das antigas armações e feitorias

---

[28] Em ofício do Presidente da Mesa de Inspeção, José Nabuco de Araújo, ao Secretário do Estado da Marinha e Ultramar, Rodrigo de Souza Coutinho, informa-se sobre uma reunião em 10 de novembro de 1799 com negociantes de Pernambuco e das demais Províncias litorâneas. A reunião teve o objetivo de propor, entre outras coisas, a criação de 'Companhias de Pesca' - AHU / Cap. PE – Cx 211 – Doc 14350; Cx 218 – Doc 14794. Uma carta régia datada de 1799, dirigida ao Governador de Pernambuco, estabelecia novas decisões sobre o pagamento de impostos e sobre os contratos da baleia, que deveriam arcar com os gastos militares da guerra que se travava contra a Espanha AHU / Cap. PE – Cx 207 – Doc 14125.

[29] AHU / Cap. PE – Cx 214 – Doc 14523. Como extrapolaria o interesse da pesquisa e deste artigo, não procuramos informações complementares sobre a substituição do azeite de baleia pelo óleo de mamona.

abandonadas pelos contratadores portugueses e brasileiros. No século XX, a hegemonia da atividade baleeira passou para as mãos de noruegueses e japoneses.

O aprimoramento das técnicas de pesca, com o surgimento do canhão de arpões[30], assim como a expansão das frotas com a construção de navios frigoríficos, já no final do século XIX, e depois a invenção do canhão de arpões explosivos[31] e o navio fábrica, foram determinantes para o aumento da captura da baleia, levando várias espécies quase à extinção. O problema decorrente desse novo processo para o Brasil foi que os navios estrangeiros interceptavam as baleias em suas rotas, impedindo que a maior parte delas chegasse a seu destino final – as baías e litorais sul-americanos[32].

**Aspectos, técnicas e aparato da Caça**

A despeito do considerável aumento da caça de cetáceos durante o século XVIII, em três séculos de atividades as técnicas de captura e de extração dos derivados da baleia permaneceram praticamente intactas. Os apetrechos da caça resumiam-se a quatro ou seis *baleeiras*[33], acompanhadas por duas a três *lanchas de socorro*. A tripulação de cada uma das baleeiras somava seis remeiros, um arpoador e um mestre de barco. A *lancha de socorro*, com o mesmo número de remeiros, prestava auxílio à baleeira e às demais lanchas, além de ser imprescindível no ato da captura e remoção da baleia até às armações, e no resgate dos marujos. No século XIX, José Bonifácio chamou a atenção para o estado precário e primitivo dos artefatos utilizados no Brasil, tecnologia idêntica a dos séculos precedentes.

---

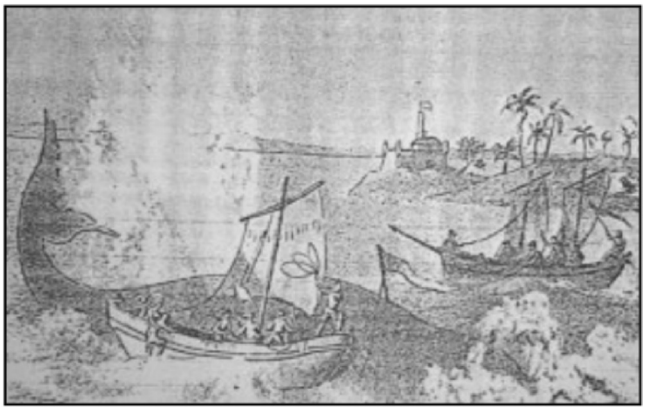
[30] O 'canhão de arpões' é um propulsor mecânico de gatilho que permite atirar vários arpões em poucos minutos a uma distância e velocidade dez vezes maiores que aquelas alcançadas pelos arpões manuais e individuais, cujo propulsor é o próprio braço humano.

[31] O 'canhão de arpões explosivos' é um propulsor mecânico de gatilho que permite atirar arpões munidos de explosivos. Essa tecnologia, juntamente como o navio fábrica, ou frigorífico, permitiu aumentar em 30 vezes a velocidade e a capacidade de capturar e matar baleias em alto mar e de transportá-las a longas distâncias.

[32] CASTELLUCCI Junior, Wellington. *A Atividade da Pesca da Baleia nas Últimas Décadas do Oitocentos - Itaparica: 1860-1888*, - Red De Revistas Científicas De América Latina Y El Caribe, España Y Portugal - Afro-Ásia, 33, 2005.

[33] Chamam-se Baleeiras os barcos utilizados na pesca de cetáceos e que mediam entre 10 e 12m. Baleeiros também são chamados os caçadores e demais trabalhadores da empresa baleeira.

Os arpões pareciam inadequados no tamanho, peso e forma, da mesma maneira que as lâminas para o corte da banha.



Prancha de Hippolyte Taunay – Fonte: Ellis, op. cit., 1969.

No Brasil, a caça realizava-se próxima à praia, em geral numa enseada, prática registrada por Hippolyte Taunay, em prancha sobre o recôncavo baiano[34]. A necessidade de subirem à superfície para respirar num intervalo de meia hora, fazia das baleias um alvo muito fácil para os caçadores. Ao emergirem, eram cercadas pelas baleeiras e pelas lanchas. Cabia ao arpoador descer à lancha mais próxima ao animal e atirar o arpão, preso à baleeira por uma corda. Finda a luta entre a caça e o caçador, o que podia durar até mais de dez horas, alguns homens pulavam na água e amarravam a baleia ao barco para ser puxada até a terra.

Um método de "pesca" que se tornou comum até hoje, foi o de perseguir baleias acompanhadas de filhotes. O arpoador arremessava um arpão assim que a cria emergia para respirar. O arremesso devia ferir a presa na altura da cauda para que fosse mantida viva. O arpão funcionava como anzol e o filhote era preso com cordas junto ao barco para servir de isca à mãe que, assim, tornava-se uma presa mais vulnerável. A baleia adulta sangrava muito antes de desistir da luta e arrastava a embarcação por várias horas. Outros barcos acudiam na peleja para levá-la até a praia antes que os tubarões avançassem e destruíssem a "carga". Caçar uma fêmea

[34] ELLIS, M. (1969) apud H. TAUNAY (1822).

acompanhada de filhote era uma tarefa muito difícil devido à fúria do animal ao tentar salvar sua cria, ao que Sebastião Rocha Pitta chamou de "*Estupendo parto das ondas (...) de monstruoso instinto materno*".[35]

O mais difícil era manter a baleia flutuando e removê-la até a praia[36]. Caso fosse impossível remover a baleia inteira até a armação[37], o desmanche era feito dentro d'água e ali mesmo se extraíam as barbatanas e parte da camada de gordura. Na intenção de resolver esse problema, durante o século XVIII, cabestrantes[38] e guindastes foram fixados nas armações para facilitar o içamento da baleia até a praia. A partir do século XIX, utilizou-se a técnica de inflar a baleia para que se tornasse mais leve, facilitando assim a sua remoção.[39]

As condições climáticas também foram muito importantes para essa atividade no Brasil, que se desenvolvia entre os meses de junho e setembro, período em que as baleias procuram as enseadas para amamentação e acasalamento. O mau tempo era favorável à pesca da baleia porque elas se aproximam ainda mais da costa. Na ausência de vento, a caça costeira tinha de ser feita a remo, quando os barcos iam buscar as baleias mais além do litoral. Pelo contrário, o mau tempo não favorece a caça em alto mar.

## O Ambiente da Armação - aparatos da atividade em terra

A *feitoria baleeira* compreendia a estrutura da *armação* propriamente dita, composta de construções de madeira ou de pedra, com rampa e galpão, que serviam de apoio aos barcos no momento de trazerem a baleia à terra para destrinchá-la; do engenho de frigir com forno, caldeiras e

---

[35] ROCHA PITTA, S. História da América Portuguesa (1730). *Coleção Brasiliana* - Digital, USP- 2009.

[36] A baleia franca era a única espécie que boiava, devido à sua espessa camada de gordura, superior a 45cm.

[37] A baleia azul, o maior ser vivo do planeta, chega a medir 38 metros e a pesar 160 toneladas na idade adulta. Portanto, naquela época, todas as baleias azuis atingidas e mortas foram descartadas por não ser possível levá-las até à praia. Para fins de comparação, a baleia jubarte chega a medir, na idade adulta, apenas 16 m.

[38] O cabrestante é um aparelho destinado a enrolar, em torno de um eixo vertical, uma corda que puxa um corpo.

[39] A técnica não funcionava com as espécies maiores, como a baleia azul, o tubarão-baleia e alguns espécimes de cachalote.

filtros; da casa de tanques para armazenamento do óleo; de uma pequena senzala e da casa do "feitor da praia". A feitoria devia se localizar numa ponta da enseada para facilitar a observação dos animais. Além disso, devia dispor de uma mata que fornecesse lenha para as caldeiras onde se derretia a banha, e para a fabricação dos barcos e apetrechos de pesca. Algumas das mais importantes feitorias do sul chegaram a ter uma espécie de casa grande, para pouso do contratador, casa do capelão, armazém de gêneros abastecido por um pequeno núcleo agrícola da própria feitoria, e uma botica para o cirurgião-barbeiro.

Na praia ou nas dependências da armação, munidos de trinchantes e grandes facas, os trabalhadores faziam um corte diagonal, da cabeça ao rabo, que dava início ao esquartejamento do animal. A partir desse talho, eram feitos outros no sentido transversal até o encontro da camada de gordura com a camada de carne. As mantas de gordura eram levadas então para o engenho de frigir e dali para a casa dos tanques.

## Os "Produtos" da Baleia

Quando a atividade "pesqueira" se consolidou, a partir de meados do século XVII, a carne da baleia passou a ser salgada e armazenada em barris para ser consumida ao longo do ano principalmente pelos escravos na travessia do atlântico e na Colônia. Os ossos, triturados, serviam para compor a argamassa das construções. Mas os principais produtos da baleia, que tinham preço no mercado internacional eram o óleo, as barbatanas, o espermacete e o âmbar.

O *âmbar* é uma característica particular da baleia cachalote,[40] substância encontrada em seu intestino e muito apreciada na Europa para

[40] Âmbar cinza, âmbar gris, âmbar branco, âmbar pardo, âmbar negro ou âmbar de baleia. Segundo Ellis, 1969, op. cit. Trata-se de uma substância sólida, gordurosa e inflamável, em geral de cor cinza fosco ou enegrecido. Pedras e torrões que à primeira vista parecem lixo em praias ou boiando nos oceanos podem valer milhares de dólares. São fragmentos de uma substância produzida pelas baleias cachalotes machos após um jantar à base de lula: os bicos duros e pontudos dos moluscos irritam as vísceras das baleias. Os cientistas acreditam que as cachalotes produzem essa pasta gordurosa no estômago para proteger seus intestinos. Algum tempo depois, os animais eliminam um enorme "torrão", que pode ter centenas de quilos. No litoral do Ceará foi encontrada a maior parte do âmbar comercializado no Brasil entre os séculos XVII e XIX.

a fabricação de utensílios e jóias. Em "*Artes e Ofícios dos Jesuítas no Brasil – 1549-1760*" Serafim Leite[41] dá conta da grande coleta que se fez desse produto ao longo das praias do Ceará, especialmente na área da Feitora de Ibiapaba. Graças ao valor do produto no mercado externo, os padres Jesuítas conseguiram munir suas bibliotecas com obras raras e muito caras. Brandão[42], por sua vez, ao falar sobre o mar se referiu ao âmbar de baleia como uma dádiva divina, encontrada sem nenhum esforço na beira do mar. Segundo Brandão, o âmbar que se achava nas praias do Jaguaribe, na ilha de Itamaracá em Pernambuco, pertencia a duas das espécies mais caras no mercado: o *âmbar* gris e o *âmbar* branco.[43] O âmbar negro, de qualidade inferior, encontrava-se em todas as praias de Pernambuco até a Bahia. Tanto Gândavo[44] quanto Brandão, asseveram que muitos homens se fizeram ricos no Brasil devido à coleta do âmbar de baleia. O âmbar *gris* em seu estado fresco tem cheiro fecal, mas com a exposição ao ar e à luz ganha um odor peculiar doce e terroso, com algumas semelhanças ao álcool isopropílico e por isso teve também grande valor como fixador nas perfumarias de luxo da Europa desde o século XIX, atingindo elevados preços até o século XX[45]. Hoje raramente é utilizado por ter sido substituído por uma substância sintética. O âmbar da baleia cachalote também foi utilizado para a indústria de jóias e de apetrechos, como detalhes para cabos de sobrinha e guarda-chuvas, cachimbos, bengalas, abajures e lustres finos.

O espermacete, extraído do cérebro do cachalote como uma matéria branca, oleosa, transparente e viscosa, em contato com o ar transforma-se em cera. Um animal adulto pode fornecer até cinco toneladas dessa matéria. A indústria baleeira no Brasil interessou-se por esse produto na segunda metade do século XVIII para a fabricação de

---

[41] LEITE, Serafim. *Artes e Ofícios dos Jesuítas no Brasil* (1549-1760), S. J. Edições Broteria, Lisboa - 1953.

[42] BRANDÃO, Ambrósio Fernandes. *Diálogos das Grandezas do Brasil*. p. 98. Imprensa Universitária, Recife, 1966.

[43] Idem. p. 100.

[44] GÂNDAVO, Pero de Magalhães. *História da Província de Santa Cruz a que Vulgarmente Chamamos Brasil*. Biblioteca Nacional, (fac-símile), p. 30. 1984.

[45] ALLINGER, Norman L. et al. *Química Orgânica*. 2. ed. Rio de Janeiro : LTC, 1976.

velas. O espermacete era também consumido nas boticas da Europa como detergente e consolidador, e como emoliente no preparo de ungüentos, pomadas, bálsamos, cosméticos e sabões finos.[46] Em 1547, o Rei Henrique VIII da Inglaterra havia declarado que "*A melhor coisa do mundo para uma contusão é o espermacete*".[47]

A população pobre utilizava o azeite extraído da gordura como ungüento para curar feridas, febres e frieiras e, até o início do século XVII foi utilizado mais raramente como combustível para cozinhar. Os depósitos de azeite nas Feitorias eram bem vigiados, já que os escravos e trabalhadores livres costumavam roubar o produto para uso pessoal ou da comunidade. Na armação, a gordura da baleia passava por um processo de fundição, purificação e filtragem. Desse processo, se extraíam o azeite e seus detritos que serviam para a iluminação da própria Colônia e do reino. O produto da primeira decantação da gordura derretida era utilizado como combustível nas próprias fornalhas, para a impermeabilização de embarcações ou como liga para argamassa feita com cal, areia, ossos de baleia, cascas de mariscos e água, utilizada na construção. Uma baleia adulta média, tipo *franca*, chegava a produzir 430 litros de óleo. O azeite exportado para Portugal encontrou nas saboarias uma importante fonte consumidora, além de ser utilizado como combustível e exportado para outros países e Colônias portuguesas.

Especialmente durante o século XVIII, o óleo de baleia foi um importante ingrediente na composição das tintas utilizadas nas pinturas das igrejas barrocas, principalmente em Minas Gerais. Uma mistura do óleo com outros materiais, como terra queimada e clara de ovos, foi o ingrediente ideal nas receitas dos artistas da época, como substituição às tintas importadas da Europa. O óleo também servia para iluminação no interior das minas e para a lubrificação das engrenagens utilizadas para puxar carroças e trilhos mineiros.[48]

---

[46] A baleia Cachalote foi, e continua sendo, a espécie mais perseguida e mais próxima da extinção total, devido ao valor dos seus produtos no mercado.

[47] MOUSNIER, Roland. *Os séculos XVI e XVII – História geral das Civilizações.*Vol. IV. São Paulo, Difel, 1994.

[48] ALLINGER, Norman L. et al. *Química Orgânica*. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1976.

As barbatanas, descarnadas, lavadas e secas ao sol, eram vendidas a um bom preço no mercado europeu para a confecção de vários artigos de luxo como chapéus, espartilhos, saias, golas, chicotes, piteiras, aros de guarda-chuvas, apetrechos de fardas militares e instrumentos para laboratórios de física e química. A língua era apreciada na Europa como uma iguaria desde o século XII e sua venda estava reservada à nobreza, embora tenha sido comercializada no Brasil para todos os que pudessem pagar.

No final do século XIX foram descobertos outros usos para os produtos da baleia. O óleo, ao sofrer um processo de sulfuração tornava-se um excelente detergente para a lavagem, após tingimento, de tecidos produzidos à base de lã ou de fibras sintéticas. Tendões e pele quando purificados eliminam uma substância gelatinosa que, além de servir para a indústria alimentícia de enlatados, também era utilizada na produção de emulsões para filmes fotográficos desde o final do século XIX[49].

**Mão-de-obra da Empresa Baleeira**

Nos primeiros tempos coloniais a mão-de-obra empregada na caça e na indústria da *baleação*, era basicamente escrava. Trabalhavam em várias frentes, desde a captura em si, até a fabricação e beneficiamento dos produtos. Os mais experientes conseguiram ocupar ofícios de marujos, remadores e até de mestres de barco, ou timoneiros. Mas usualmente eram empregados nos trabalhos rudimentares como lenhadores e transportadores de lenha, caldeireiros, esquartejadores, na remoção das postas de banha e de carne, no tratamento das barbatanas, limpeza das caldeiras e demais apetrechos necessários ao funcionamento da fábrica, e no acondicionamento do óleo e outros produtos. O número de escravos dependia do tamanho e importância da armação. Em geral, uma armação comportava de 8 a 30 escravos, embora as maiores feitorias tenham chegado a empregar mais de 60 na época favorável à caça. No mar, os escravos tinham como principal função a de remeiro. A função de arpoador, a mais bem remunerada da atividade, somente em casos excepcionais foi ocupada por um escravo. Na temporada de caça, as

[49] Sabe-se que a indústria fotográfica japonesa utiliza essa substância desde o século XIX.

pequenas vilas baleeiras chegavam a ficar quase desabitadas porque grande parte da população encontrava-se no mar, observação que fez Tollenare em 1817 sobre as comunidades baleeiras da ilha de Itaparica na Bahia[50].

Nessa atividade, o trabalho escravo sempre esteve associado ao trabalho livre, especialmente na atividade da caça. Tanto entre escravos quanto entre os livres, havia mulheres na lida das feitorias, como atestam os inventários referentes às armações do sul sem, no entanto, haver uma descrição precisa sobre suas atividades.[51] Os trabalhadores remunerados eram em geral pescadores ou pequenos agricultores recrutados pelos contratadores para tripular as lanchas e empunhar remos e arpões. Mas no século XVIII, com o aumento da atividade e a falta de "pescadores" para as tarefas do mar, se recrutavam condenados, pretos e mestiços na maioria, como mão-de-obra forçada sob a licença das autoridades locais. Por isto, os trabalhadores baleeiros eram vistos como desordeiros e perigosos que, se sobrevivessem à temporada de caça, voltavam para a prisão retornando às atividades na temporada seguinte. Baleeiros livres cadastrados nas armações estavam isentos dos serviços compulsórios nas milícias[52].

Os trabalhadores assalariados recebiam valores variáveis conforme suas funções, o tipo de trabalho e o tempo de serviço. Eram contratados como tanoeiros, ferreiros e como "feitores da praia"[53]. Segundo Frei Vicente Salvador[54] os chamados *feitores da praia* causavam grande despesa ao contratador por receberem salários elevados, embora os lucros do negócio compensassem. O salário adiantado dos baleeiros, categoria representada pelos arpoadores, timoneiros e remeiros[55] justificava-se pelos riscos da

---

[50] TOLLENARE, Louis-François. *Notas Dominicais tomadas durante uma viagem em Portugal e no Brasil em 1816, 1817 e 1817*. Salvador: Progresso, 1956. Disponível em http://yufind.library.yale.edu/yufind/Record/1358861

[51] CASTELLUCCI, 2010, op. cit.

[52] DIAS, Camila Baptista, 2010, op.cit.

[53] As atividades do Feitor da Praia eram as de garantir o desenvolvimento das atividades em terra e a administração geral da Feitoria. Tanoeiro: fabricação dos recipientes para a fabricação e armazenamento do azeite e demais produtos da baleia. Ferreiro: fabricação dos arpões e demais utensílios de caça.

[54] SALVADOR, Vicente. 1982, op. cit.

[55] Arpoador: tarefa específica de arpoar a presa caçada; Timoneiro: manobra do leme; Remeiro: remar as lanchas da caça ou as lanchas de socorro.

atividade, que os ocupava por três meses em viagens onde arriscavam a vida na peleja com as baleias. Mas esses baleeiros eram pagos pelo número de baleias capturadas e no final do período de caça, retornavam para casa sem nenhum compromisso com o contratador. Quando não alcançavam o número de baleias suficientes ficavam devendo à armação, com saldo devedor a pagar com trabalho no ano seguinte.[56]

Durante o período áureo da atividade – entre 1730 e 1760[57] - o tratamento da baleia em terra e o número de pessoas empregado na pesca e no beneficiamento dos produtos deve ter aumentado consideravelmente. A caça da baleia tornou-se o negócio mais rentável do litoral sul até o final do século XVIII, quando as maiores armações da Bahia chegaram a empregar aproximadamente 100 trabalhadores, entre escravos e livres. Para o ano de 1768, há registros de até 420 "operários" na ilha de Itaparica. Na época da entre-caça, a maioria da mão-de-obra livre se ocupava da agricultura de subsistência ou da pesca. Muitas comunidades de pescadores se envolveram também com o trabalho da salga da carne de baleia e sua comercialização. No sul, especialmente em Santa Catarina, a população de muitas armações era constituída, a partir do século XVII, por comunidades açorianas que vieram para o Brasil se dedicar à *baleaç*ão por iniciativa do Estado, como uma forma de não perder espaço para as empresas estrangeiras que praticavam a caça na costa brasileira. As condições de trabalho dos assalariados eram muito precárias, com salários variáveis e pagos apenas durante a época da *baleação*, razão pela qual os açorianos também se dedicaram à pequena agricultura e à pesca[58].

O trabalho dos baleeiros de uma forma geral, tanto no mar quanto em terra, era muito perigoso. No mar, a atividade de caça, invariavelmente, levava à morte ou à invalidez. Um importante trecho da tese de Myriam Ellis denuncia a situação:

> Grande perigo enfrentava a guarnição da baleeira, o arpoador especialmente, no momento decisivo do arremesso do arpão. Uma

[56] DIAS, Camila Baptista, 2010, op.cit.
[57] Ellis, 1969, op. cit.
[58] OSÓRIO, Ubaldo. *A ilha de Itaparica: História e Tradição*. Fundação Cultural do Estado da Bahia, Salvador, 1979.

> rabanada brusca do cetáceo ferido e enfurecido poderia colhê-lo em cheio e atirá-lo ao espaço, em fração de segundo, arrancar a proa à embarcação, destroçá-la inteira, afogando-se a tripulação exposta à voracidade dos tubarões atraídos pelo sangue da baleia" (...) "Um rápido e inesperado desvio da corda do arpão poderia seccionar a perna de um homem, ou serrar-lhe o ventre.. À mínima hesitação do timoneiro em manobrar o leme a uma guinada do animal, à menor vacilação ao comando da proa, um cochilo do arpoador, e soçobraria a baleeira.[59]

Esses trabalhos eram tão duros quanto o das minas ou dos engenhos de açúcar, era, entretanto, mais letal a curto prazo. Não seria demasiado dizer que essa empresa consumiu muitas vidas na forma de homens para o trabalho e de matas para a construção dos barcos e para o combustível das fornalhas de azeite. Há uma evidente relação entre a constante e flagrante diminuição de escravos do sexo masculino nas armações e a atividade da caça às baleias.[60]

O trabalho nas feitorias também envolvia muitos acidentes, principalmente no engenho de frigir a banha. Há na literatura comentários sobre as queimaduras que afligiam os escravos e homens livres, muitas vezes de forma tão grave que os tornava inúteis para o trabalho. A necessidade de manter permanentemente um ou mais cirugiões-barbeiros[61] nas feitorias, munidos de uma botica, é uma prova dos riscos dessa atividade. Por outro lado, o azeite de baleia aquecido era comumente utilizado por eles para cauterizar feridas e curar outras enfermidades. O azeite também era ingerido como um poderoso purgante para "purificar o corpo"[62]. No comentário de Frei Vicente Salvador, *"(...) os purga e faz sarar de boubas, e de outras enfermidades, e frialdades, (...) com este azeite quente os curam, e saram melhor que com bálsamos".*[63] Pelo azeite morriam, com ele se curavam.

---

[59] Ellis, 1969, op. cit., p. 81.
[60] CASTELLUCCI, W. 2010, op. cit., p. 95.
[61] Os cirurgiões-barbeiros atuaram como médicos práticos até o século XIX no Brasil, quando foram substituídos por acadêmicos.
[62] CASTELLUCCI, W. 2010, op.cit., p. 168.
[63] SALVADOR, V. 1982, op.cit.

## Praias de Entulho: a brisa fétida do mar

> "*...e o hálito da baleia é frequentemente acompanhado de um mau cheiro tão insuportável que provoca um transtorno cerebral.*"
> (Francisco de Ulloa, 1540 – Viagem à Costa do México)

A invenção do mar e das praias como lugar onde o homem pode encontrar paz e se livrar da melancolia e da dor física, já havia sido inaugurada na Europa do século XVIII, quando a antiga visão tenebrosa sobre o universo marinho foi substituída pela ideia de um ambiente aprazível e reconfortante. Em *Território do Vazio*, Alain Corbin fala das visões provocadas pelo mar em homens de variadas origens, desde Shakespeare até o mais simples camponês. O tradicional enjôo provocado pelo balanço das embarcações sobre as águas é apontado no livro como uma tortura, e o odor das praias e dos mares é descrito como coisa terrível até a emergência de uma nova postura social e política sobre esse território em meados daquele século. A partir do depoimento de um camponês, segundo o qual "*o mar é como uma vaca que pare para nós; o que ele deposita na beira da praia nos pertence*"[64], Alain Corbin denomina o mar como o território do vazio, lugar que não pertence a ninguém e que, ao mesmo tempo, é de todos. Na fala de um homem do povo esse lugar, dado por deus aos homens, é espaço da mais legítima colheita.

Nesse mesmo sentido, no Brasil do século XVI, quando as baleias encalhavam ou morriam nas praias, o povo a consumia toda, até as *vísceras.* Ossos, carne e banha. At*é suas fezes converte*am-se no mais precioso âmbar. Tudo dádiva de Deus! Mas, a praia tornou-se, desde muito cedo, um lugar de segunda categoria, pestilento pelos seus maus cheiros e entulhos. Um lugar de morte e de podridão que até o século XIX foi excluído pelas elites e classes médias brasileiras enquanto espaço de convivência, por ser considerado impróprio à saúde e à civilidade. A atividade da caça à baleia foi, sem dúvida, um dos principais motivos para a incorporação desse conceito pejorativo sobre a praia e sobre o mar.

---

[64] CORBIN, Alain. *Território do Vazio: a praia e o imaginário ocidental*. Companhia das Letras, SP, 1989. p. 22.

Em *As Praias e os Dias*, a historiadora Rita Araújo[65] esclarece que nas cidades de Recife e Olinda, o costume de jogar *"(...) todo tipo de entulho, lixo e imundícies (...)"*[66] no mar e nas praias, remonta ao período holandês. O século XVII é, portanto, o momento em que esses espaços se oficializam como áreas próprias para o descarte dos dejetos humanos e do lixo em geral, no mesmo momento em que a empresa baleeira tornava-se uma atividade comercial permanente e lucrativa. Durante o século XVI, o destino de excrementos e lixo eram as ruas e os quintais, o que obrigou o governo holandês, no século seguinte, a tomar medidas sanitárias em favor de um espaço urbano menos insalubre, numa tentativa de obrigar a população à "(...)*não despejar as imundícies senão nas praias*".[67] Esta imposição administrativa tornou-se um costume tão arraigado entre as gentes do lugar que, no final do século XVII, autoridades da administração portuguesa proibiram o derrame de quaisquer dejetos nas praias, obrigando a população a jogá-los nos rios.[68] Enquanto os rios deságüem no mar, todo o entulho jogado neles termina sendo depositado nas praias. Portanto, o problema persistiu até a segunda metade do século XIX, quando os médicos sanitaristas introduziram o *curismo*[69] como forma de sanar as epidemias urbanas, levando assim ao tratamento e zelo das áreas balneárias.

Ao descrever o ambiente da Armação *de Manguinho*, na ilha de Itaparica na Bahia, Tavares o apresenta como um lugar fétido, sujo, onde cachorros disputavam a carniça com os urubus e as moscas. Os montes de vísceras e a quantidade de ossos espalhados na praia davam uma impressão fúnebre e pestilenta. O odor que exalava das caldeiras era repugnante e podia fazer um homem acostumado a bons ares desmaiar de enjôos. Embora seu trabalho se refira à primeira década do século XX, as técnicas utilizadas em *Manguinho* eram, segundo o mesmo autor, idênticas as de

---

[65] ARAÚJO, Rita de Cássia Barbosa. *As praias e os dias: História Social das Praias do Recife e de Olinda*. pp. 76/77. Fundação de Cultura Cidade do Recife, 2007.
[66] ARAÚJO, Rita de Cássia Barbosa. op. cit., 2007, p. 73.
[67] MELLO, J. A. Gonsalves de. *Tempo dos Flamengos*. Pg. 56, Ed. Massangana. Recife, 1997.
[68] ARAÚJO, Rita de Cássia, op. cit., 2007, p. 75.
[69] 'Curismo' é a prática da busca de estações d'água como forma de cura física e mental. In: *Aurélio – pequeno dicionário brasileiro da língua portuguesa*. 11ª edição, Editora Civilização Brasileira, RJ, 1967.

séculos atrás, pois a maior parte das antigas armações no Brasil não foi incorporada pelas modernas indústrias "pesqueiras".[70]

Outras atividades, além da caça da baleia e de sua indústria, contribuíram para a ideia de que a praia era um território "sujo". Segundo Araújo (2007), em 1831, o poder público determinava que curtumes e demais atividades que comprometessem a salubridade pública, deveriam ser estabelecidos na beira mar, rio ou campo. Àquela época, os extensos areais das praias ainda incluíam-se nos territórios despovoados e remotos, e ali se podia tanto enterrar os desvalidos quanto despejar os restos que as cidades e vilas produziam.[71] Esse ambiente insalubre contribuiu para uma visão negativa da praia, como um lugar apropriado para jogar dejetos, uma relação bem diferente daquela inaugurada pelos médicos sanitaristas do final do século XIX, quando também no Brasil, a praia passou a ser um lugar de saúde e lazer, senão na prática, pelo menos em seu conceito.

**Aproveitar pra que, se tempo é ouro?**

"Seu ideal será colher o fruto sem plantar a árvore."
(Sérgio Buarque de Hollanda – *Raízes do Brasil)*

Durante os séculos XVIII e XIX, muitos contratadores mandavam caçar baleias com o único propósito de alimentar seus escravos, quando era aproveitada somente a carne e, parcialmente, a banha dos cetáceos. Era a forma mais eficaz de não ocupar cabedal com ração para o "gado humano". Pior que isso era dispensar todo o corpo do animal para arrancar-lhe apenas as barbatanas nos períodos em que as indústrias da Europa reclamavam por volume de matérias-primas e rapidez na entrega dos produtos. Nesses casos, a baleia era *desbarbatanada* ainda no mar, pois o tempo que levariam para arrastá-la até a praia ou até a armação seria empregado na captura de outra baleia, que seria caçada unicamente para a extração de suas barbatanas, enviadas às fábricas de espartilhos e outras modas.

---

[70] TAVARES, 1916, op. cit.
[71] ARAÚJO, Rita de Cássia Barbosa. 2007, op. cit., p. 76/77.

O baleote, como era chamado o filhote, funcionava apenas como uma isca e raramente era aproveitado, pois não rendia azeite e pertencia ao arpoador que muitas vezes o abandonava no mar por não ter como arrancar-lhe aos tubarões. Segundo José Bonifácio, na época de boa "pescaria", quando se capturavam muitas baleias, a maioria delas apodrecia no mar ou nas armações sem que fossem aproveitadas.[72] Comenta, ainda, que uma infinidade de baleias feridas escapava aos "pescadores" e ia morrer em praias distantes. Além disso, o azeite que se tornava rançoso por não ser comercializado a tempo[73], em último caso era jogado ao mar. Podemos somar ao desperdício desses produtos, todo o suporte para sua obtenção, tanto no caso da caça quanto no caso da preparação do azeite, como a lenha e os próprios homens que se tornavam inválidos ou pereciam no mar. Sobretudo durante o século XVIII, a atividade baleeira tornou-se uma "*empresa de gastar vidas*", seja a flora seja a fauna, incluindo o homem. Foi um "*moinho de gastar gente"* como assinalou Darcy Ribeiro, referindo-se aos engenhos de açúcar do Brasil colonial.[74]

A empresa baleeira que se inaugurou a partir do século XVII, parece ter dado vazão à ideia corrente de que a natureza, de uma forma geral, estava ali para ser "gasta". Especialmente tratando-se do Brasil e do Novo Mundo em seu conjunto, os recursos naturais pareciam inexauríveis para a mentalidade prevalecente.[75] A despeito da noção utilitária que se imprimiu sobre o mundo natural no pensamento dos intelectuais brasileiros dos séculos XVIII e XIX[76], o fator *desperdício* inclui-se nessa discussão como uma importante variável na perspectiva da História Ambiental, já que essa indústria recorreu à prática de métodos inadequados, atuando com

---

[72] Jorge Caldeira (Org.). José Bonifácio de Andrada e Silva. *Coleção Formadores do Brasil* – Editora 34, Ltda, 2002.

[73] Segundo Ellis, 1969, op. cit, havia também um problema no transporte da carga de azeite. Muitos navios que seguiam para a Europa com cargas comestíveis, terminavam não embarcando a carga de óleo de baleia, pois os comerciantes reclamavam, inclusive judicialmente, que o cheiro forte do óleo impregnava outros produtos como o açúcar e outras especiarias da terra.

[74] RIBEIRO, Darcy. *O Povo Brasileiro*. Cia das Letras, São Paulo, 2004.

[75] PÁDUA, José Augusto. *Um Sopro de Destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888)*, Zahar, RJ, 2002.

[76] Idem.

característica sócio-econômica mal orientada, imprevidente, predatória e perdulária[77].

A partir da transição do século XVIII para o XIX, enquanto o capitalismo amadurecia e algumas atividades econômicas do Brasil Império se organizavam em função dos mercados industriais europeus, houve uma mudança sensível na forma de pensar o mundo natural. A volúpia dos mercados, ao exigirem que a natureza se reproduzisse segundo o ritmo das máquinas empurrando-a para o colapso, levou homens como José Bonifácio a preocuparem-se com a posteridade dos negócios, forçando uma reflexão sobre o desenvolvimento de métodos de exploração mais racionais, o que significa dizer: que permitissem o prolongamento da exploração dos recursos naturais, evitando a extinção das matérias em foco. Nascia aí uma preocupação moral contextualizada pela emergência da preservação para a continuidade dos negócios, pois homens como ele deram-se conta de que a providência divina havia esgotado sua capacidade de fornecimento:

> É fora de toda dúvida que, matando-se os baleotes de mama, vem 1º a diminuir-se a geração futura; pois que as baleias, por uma dessas sábias leis da economia geral da Natureza, só parem de dois em dois anos um único filho; morto o qual perecem com ele todos os seus descendentes; (...) Eis aqui uma das razões por que as Armações da Bahia e Rio de Janeiro estão abandonadas; e em geral, porque tem vindo grande quebra à pesca do Brasil; (...) sendo nós os únicos pescadores em todo o Brasil com as comodidades das Armações, podemo-la mui bem fazer com lucro, sem a danificarmos para o futuro.[78]

Do mesmo modo, ao condenar a matança indiscriminada dos baleotes como método de caça, Bonifácio termina por revelar sua real preocupação com a continuidade dos negócios:

> ... a perniciosa prática de matarem os baleotes de mama, para assim arpoarem as mães com maior facilidade. Têm estas tanto amor aos

[77] No sentido de perdularidade ecológica, utilizado por Diogo de Carvalho Cabral. Economia do desperdício, ecologia da destruição: historiografia, ambientalismo e o debate político contemporâneo. *Revista Esboços*, nº 18, UFSC, 2008, p. 90

[78] CALDEIRA, Jorge op. cit., p. 98.

> seus filhinhos, que quase sempre os trazem entre as barbatanas para lhes darem leite; e se porventura lhos matam, não desamparam o lugar, sem deixar igualmente a vida na ponta dos arpões; (...) Esta ternura das mães facilita sem dúvida a pesca: e o método de matar primeiro os baleotes pequenos para segurar as mães, que enraivecidas muitas vezes viram as lanchas, parece vulto a vulto excelente, mas olhado de perto é mau, e trará consigo, a não se prover nisso, a ruína total desta tão importante pescaria.[79]

No Brasil, durante o Império – e de certa forma também no período colonial –, foi a ética utilitarista que permeou o pensamento daqueles escritores que se debruçaram sobre o tema da baleação. Desde Gabriel Soares de Souza no século XVI, passando por Frei Vicente Salvador e André João Antonil nos séculos XVII e XVIII, até José Bonifácio no século XIX, a ideia de que a empresa deveria aproveitar e economizar ao máximo os produtos e os recursos, visando à boa saúde econômica dos impérios, português e brasileiro, estava implícita nas razões, queixas e recomendações desses escritores.

Na atualidade, a análise da questão moral que envolve o conjunto de ações que os homens empreenderam em torno do negócio da baleação, não se restringe à lógica que norteou uma economia onde a exploração especializada de determinados produtos permitiu descartar uma massa considerável de vida em favor de recursos valorizados e urgentes para o mercado. Ela estende-se, sem dúvida, ao vexame dos métodos utilizados tanto em relação à caça em si, quanto em relação às relações de produção e ao emprego das forças produtivas. Os métodos de caça à baleia, independentemente da tecnologia empregada, promoveram, e ainda promovem, um prolongado suplício ao animal e, até o século XIX, também afetou os trabalhadores envolvidos.

As práticas que conduziram a economia do Brasil, na Colônia e no Império, estão relacionadas aos princípios da moral cristã que garantiam a obediência dos fiéis a deus, dos súditos ao rei, e justificavam os métodos de exploração desordenada em prol de uma eficaz estrutura comercial em ritmo de expansão. A ideia de que a natureza era uma dádiva de Deus e que, por

[79] Idem, p. 99.

isso, inesgotável, explica a preocupação de homens como Gabriel Soares e Vicente Salvador quando reclamavam da falta de gente que "pescasse" as baleias, tão abundantes nas costas do Brasil. Neste sentido, a caça da baleia seria uma dádiva mais sublime e generosa que o cultivo do grão e que a criação dos rebanhos, já que não seria preciso labutar para criar e manter um baleal[80]. Seria, dessa forma, uma herança da época do paraíso, pois as baleias se reproduziam e se criavam sozinhas e em abundância no mar, sem que fosse preciso alimentá-las, sequer quando se instalavam nas baías tão próximas ao convívio humano. Eram parte do paraíso auto-reproduzido para deleite e proveito do homem e o único trabalho que restava era o de capturá-las. Mas esse trabalho duro, os contratadores da baleação, assim como os senhores de engenho, delegavam às gentes menores. A "pesca", termo que tenta tornar agradável e suave a espetacular e medonha tarefa de perseguir e matar as baleias, era uma atividade para pretos, pobres e condenados.

À luz das recentes discussões sobre a questão ambiental, o impacto geral das perdas no âmbito das atividades da caça à baleia, tanto durante os séculos passados como na atualidade, revela-se como uma das formas mais predatórias impostas à natureza pelo homem. Segundo John McNeill[81], os baleeiros de todos os séculos mataram a sua própria "galinha dos ovos de ouro" porque parecia economicamente razoável. Como as baleias se reproduzem lentamente, para os caçadores jamais foi lucrativo explorá-las pouco a pouco e protegê-las, criando condições para a preservação daquilo que consideram um recurso econômico. Pelo contrário, a racionalidade econômica no âmbito dessa empresa sempre exigiu matar o maior número de baleias no menor tempo possível e inverter rapidamente os lucros desse negócio em mais capital. A caça às baleias provocou uma mudança ecológica significativa e, em algumas regiões oceânicas, irreversível, pois as áreas antes colonizadas por diversas espécies cetáceas passaram a ser colonizadas por pinguins, focas e leões marinhos que se beneficiaram do

[80] Grupo de baleias. Segundo o *Grande Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Ed. Objetiva/ Antônio Houaiss, 2005.

[81] MACNEILL, John R. *Algo Nuevo Bajo El Sol: história medioambiental del mundo em El siglo XX*. Alianza Editorial. Madrid, 2003. p. 295

Krill[82] excedente por falta de baleias para ingeri-lo. Esses animais superpovoaram os nichos antes ocupados por cetáceos, sendo muito provável que impeçam as baleias de repovoarem novamente essas regiões.

A utilização de mão-de-obra escrava e assalariada em condições subumanas, a efetiva rapinagem das florestas de mangue no entorno das feitorias baleeiras, o abate de grande massa animal ocasionando o desequilíbrio irreparável para os ecossistemas marinhos, caracterizam um tipo de sociedade em que tanto a conservação da vida humana quanto da natureza em geral são irrelevantes. Para Donald Worster,

> A História Ambiental nasceu de uma forte preocupação moral, podendo ainda ter alguns compromissos de reforma política, mas à medida que amadurecia, tornava-se um **empreendimento intelectual que não tem qualquer agenda moral ou política** simplista ou única para promover. Seu objetivo é aprofundar nossa compreensão de como os humanos têm sido afetados pelo seu ambiente natural através do tempo e, contrariamente e talvez de modo mais importante, na visão da insustentável situação global atual, como a ação humana afetou o ambiente e quais foram as conseqüências.[83] (grifo nosso)

Segundo Cabral, pelo contrário, os historiadores ambientais deveriam manter um diálogo com os diversos tipos de ativismo ambiental para alimentá-los com as recentes pesquisas e reflexões acadêmicas sobre o tema, já que foram eles que forneceram o fermento inicial para a construção da História Ambiental como disciplina.[84]

A forma como os homens lidam com o seu meio termina revelando o conceito de natureza impresso em cada sociedade. Esse conceito está

---

[82] O *Krill* é um tipo de *Fitoplancticon* – alimento para os cetáceos - mais comum nas regiões oceânicas frias e geladas.

[83] WORSTER, Donald. Transformações da Terra: para uma perspectiva agroecológica na História. In: *Ambiente e Sociedade* – Vol. V. N. 2 (2002), Vol VI, N. 1. p. 25-27, 2003.

[84] CABRAL, Diogo de Carvalho. Economia do desperdício, ecologia da destruição: historiografia, ambientalismo e o debate político contemporâneo. *Revista Esboços*, nº 18 – UFSC, 2008, p. 91. Entretanto, não estamos de acordo com a tese central do autor que defende a ideia de que os recursos ambientais devem ser explorados sem parcimônia desde que a exploração traga benefícios para a sociedade que os explora.

sempre imbuído de um juízo de valor, de uma razão moral. Para que serve a História, senão para demonstrar o quanto e como fizemos, e de que modo podemos seguir fazendo? Se esse modo de fazer trouxe bem estar a toda uma sociedade ou somente a uma parte dela? O trabalho de compreender as maneiras pelas quais o homem interagiu com o seu meio no passado deve, de alguma maneira, auxiliar o nosso comportamento no presente e no futuro. A questão moral continua e deve continuar a conduzir a compreensão de como os humanos têm sido afetados pelo seu meio e vice-versa. Não se faz aqui referência à ideia que traz em si a intenção moralizante de punir e endireitar o homem no caminho de uma determinada fé, no caso, a de que a História irá nos redimir das nossas falhas. Mas a História enquanto crônica da humanidade, e a História Ambiental por excelência, deverá ter alguma serventia para nossa aprendizagem. Não basta compreender que posturas pretéritas levaram a que resultados, é preciso que a História, através da memória desses fazeres, nos sirva na prática. Quando Marc Bloch, em *Apologia da Hist*ória ou O*fício de Historiador*, fala da *legitimidade da História* quer nos dizer claramente que a questão epistemológica da disciplina não é apenas intelectual e científica, mas também moral.[85] Nas palavras de Cronon, um dos fundadores da História Ambiental,

> A natureza que carregamos dentro nós é tão importante quanto a natureza que nos cerca porque a natureza que está dentro de nós é, com certeza, o motor que dirige nossas interações com a natureza física, neste contínuo processo de transformação homem/natureza.[86]

---

[85] BLOC, Marc. *Apologia da História ou Ofício de Historiador*. Zahar Editores, RJ, 2001.

[86] CRONON, Willian. *Uncommon Ground : toward reinventing nature*. Edt. New York, Norton, 1995.

Poder, sociabilidades, ambiente
Suzana Cavani Rosas, Patrícia Pinheiro de Melo (Organizadoras)

**INFORMAÇÕES GRÁFICAS**

**FORMATO** 15,5 x 22,5 cm
**TIPLOGIA** Adobe Garamond Pro

Editora Universitária UFPE

Rua Acadêmico Hélio Ramos, 20 – Várzea
Recife | PE | CEP: 50.740-530 | Fax: (0xx81) 2126.8395
Fones: (0xx81) 2126.8397 | 2126.8930

www.ufpe.br/editora • edufpe@nlink.com.br • editora@ufpe.br

ISBN 978-85-415-0100-2